



REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA
P O R T U G A L

**a construir
caminhos
para a
erradicação
da pobreza**

CADERNOS
EAPN
EAPN.org

Gaspar Martins Pereira

**25 anos
a construir
caminhos
para a
erradicação
da pobreza**

EAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza-Portugal
(1991-2016)

FICHA TÉCNICA

TÍTULO | 25 Anos a Construir Caminhos para a Erradicação da Pobreza

AUTOR | Gaspar Martins Pereira

EDIÇÃO | EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal
Rua de Costa Cabral, 2368 | 4200-218 Porto
Tel. 225 420 800 | E-mail: geral@eapn.pt

FOTOGRAFIAS | Arquivo da EAPN Portugal

DESIGN GRÁFICO | © Augusto Pires

PRODUÇÃO | makeup design

TIRAGEM | 500 ex.

DATA DE PUBLICAÇÃO | Dezembro 2016

ISBN | 978-989-8304-44-5

DEPÓSITO LEGAL | ???????

Reservados todos os direitos.

Proibida a reprodução, total ou parcial do texto ou das imagens, sem autorização prévia dos autores.

ÍNDICE

PREFÁCIO	5	3.3. As relações com a Rede europeia e o reforço da dimensão internacional da REAPN	93
INTRODUÇÃO	11	3.3.1. O reforço da participação na Rede europeia	93
1.		3.3.2. A cooperação com os PALOPs	97
A FUNDAÇÃO DA REDE	15	4.	
1.1. Os desafios de modernização social numa Europa em mudança	17	NOVOS DESAFIOS DA LUTA CONTRA A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL (2005-2015)	101
1.2. O caso português: revolução, Estado social e integração europeia	21	4.1. O fracasso da estratégia europeia de desenvolvimento e o agravamento dos níveis de pobreza e de exclusão social em tempo de crise	103
1.3. A fundação da Rede Europeia Anti-Pobreza ...	27	4.2. A evolução das políticas sociais em Portugal: da «terceira geração» das políticas sociais ao recuo para o «assistencialismo»	109
1.4. A constituição da Rede Europeia Anti-Pobreza em Portugal	31	4.3. Expansão territorial e reforço organizativo da rede	118
2.		4.4. Reforçar e qualificar as organizações do Terceiro Sector	123
OS PRIMEIROS PASSOS (1991-1995)	37	4.5. «Dar voz aos excluídos»	126
2.1. Uma conjuntura turbulenta, com sinais contraditórios	39	4.6. O combate da REAPN por políticas sociais mais inclusivas	131
2.2. A instalação da Rede	42	4.7. Uma forte dimensão europeia	144
2.3. Os primeiros anos de actividade	45	5.	
2.4. As relações com a Rede europeia e outras redes nacionais	49	UM COMBATE SEM FIM	149
3.		FONTES E BIBLIOGRAFIA	153
CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DA REDE PORTUGUESA (1995-2005)	53	DOCUMENTOS	163
3.1. O contexto europeu e nacional: uma década de avanços e recuos	55	MEMÓRIAS FOTOGRÁFICAS	283
3.2. Crescimento e afirmação nacional da REAPN	66		
3.2.1. A REAPN e a «nova geração de políticas sociais»	67		
3.2.2. A disseminação territorial	72		
3.2.3. Uma nova dinâmica institucional	79		

PREFÁCIO

Ao longo destes 25 anos, a EAPN- Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal - outrora REAPN, procurou ser uma organização independente, pluralista, voltada para a defesa dos direitos de cidadania e dos direitos dos mais vulneráveis, actuando no espaço público construindo redes de solidariedade, numa perspectiva progressista e de desenvolvimento humano.

De certo modo, podemos dizer que na conjuntura económico e social em que emergiu a organização em 1991, e no contexto das organizações representativas do sector social existentes em Portugal, esta surgiu como uma organização pioneira, posicionando-se na defesa de um modelo alternativo de sociedade ambicionando a construção de uma sociedade mais democrática e mais justa, utilizando para isso “ novos” instrumentos de trabalho: a informação, a formação, a investigação e o lobby. Evocando por um lado, a necessidade de actualizar e aprofundar permanentemente os conhecimentos sobre uma realidade em constante mudança; situando a problemática da pobreza ao nível dos Direitos Humanos e pugnando pela operacionalização de políticas e medidas de combate à pobreza, tendo por base uma perspectiva emancipatória e de direitos. A sua dimensão europeia, génese da mesma, muito contribuiu para afirmar a sua presença e a sua dinâmica na sociedade portuguesa, fazendo dela uma organização permanentemente informada, dotada de conhecimentos sobre os meandros da política social europeia e capaz de fazer a ponte entre o espaço social europeu e o português.

A história de uma instituição constrói-se com o que ela é, com o que ela faz e com a forma como ela se relaciona com a sociedade onde atua. Por esta razão, ao longo da nossa trajectória histórica, procurarmos nunca nos desviar da nossa missão, e ser sempre coerentes com os valores que defendemos: os valores da dignidade, da justiça, da solidariedade e da igualdade.

E, porque em boa verdade todos somos parte da solução, procuramos consolidar e formar alianças de cooperação institucional, laços de parceria, formais e informais, fomentando o trabalho em rede e ação coordenada e articulada entre todos os actores – públicos e privados – no combate à pobreza e à exclusão.

Mas isto não foi, nem é, tarefa fácil. Em primeiro lugar, porque não é fácil a compreensão dos fenómenos de pobreza e exclusão social. Uma evidência disto mesmo, foram os tempos difíceis e complexos que vivemos recentemente com a profunda crise que afetou uma parte substancial da economia global a partir de 2008, e que teve reflexos profundos em Portugal, traduzindo-se numa clara inversão do ciclo de diminuição da pobreza e no regresso a uma abordagem dos problemas de pobreza e exclusão social em Portugal fortemente marcada por uma visão do mundo ligada ao assistencialismo e a medidas de emergência social, provocadora de um recuo inesperado, após várias décadas de vigência de um ideário de inclusão social reconhecido constitucionalmente a partir de 1976.

Em segundo lugar, porque não é fácil trabalhar em rede. O trabalho em rede que nós advogamos, além de ser uma forma privilegiada para somar forças, é também uma maneira de trabalhar de forma articulada que permite garantir uma maior eficácia no trabalho e eficiência nos resultados. Apesar de se ter tornado cada vez mais comum falar de “trabalho em rede”, e até se ter generalizado a importância das parcerias formais no desenvolvimento de projectos sociais, a verdade é que o alcance daquilo que se pretende com esta forma de organização do trabalho, ainda está longe de ser uma realidade no país. Não obstante, a EAPN Portugal através de processos intensivos de informação e formação, tem procurado influenciar novas formas de estar e uma nova cultura de intervenção “em rede”. A este nível, merece destaque a capacidade de congregar no território nacional (18 núcleos) um conjunto muito relevante de actores partilhando a mesma forma de estar e de agir assentes nos princípios defendidos por esta organização.

Finalmente, mas não menos relevante, porque a nossa luta se situa ao nível das causas e por isso é uma luta por mudanças estruturais – sempre difíceis - na sociedade. Ao invés de amenizarmos os problemas sociais a partir de uma perspectiva assistencialista e altruísta (que sendo necessária, não é suficiente), o nosso projecto ético-político passa por reivindicar uma mudança de paradigma da sociedade, alterações profundas nas prioridades estabelecidas em termos do desenvolvimento económico e mudanças na forma de conduzir as políticas, recentrando as prioridades nos indivíduos e não nos mercados. Por outras palavras, “descoisificar” o ser humano.

Neste sentido, temo-nos debatido pela inscrição do combate à pobreza como objectivo prioritário do programa de qualquer Governo, pelo reforço da cidadania e da participação da sociedade civil, tendo em vista uma melhor governação e o reforço da componente participativa da democracia. A bem de uma boa governação,

assente numa democracia mais participada e responsabilizante, é fundamental que se inclua na agenda política do país o objectivo da erradicação da pobreza, se defina uma estratégia nacional e metas para a eliminação da pobreza, e se encontrem os adequados suportes institucionais para fazer valer os direitos humanos e sancionar o seu respectivo incumprimento.

Nesta linha do aprofundamento da nossa democracia, é também preciso criar espaços institucionais de participação dos cidadãos, e, acima de tudo, das pessoas em situação de pobreza, na busca de respostas adequadas, com respeito pela sua dignidade, interesses e aspirações. Sempre defendemos que participação dos próprios na formulação e implementação de estratégias de redução da pobreza resulta em políticas mais eficientes e, portanto, numa redução da pobreza. Além do mais, a participação habilita os responsáveis pela formulação das políticas a incorporar as prioridades dos pobres e as opiniões de outros interessados e a melhor entender a pobreza que, para os pobres, apresenta dimensões muito mais complexas do que a simples falta de um rendimento.

Na visão da EAPN Portugal, não pode haver quebra no ciclo vicioso da pobreza e da desigualdade sem mudanças nas relações e nas formas de inclusão na sociedade. Exclusão e inclusão são partes da mesma lógica. É essa lógica que deve ser rompida. A exclusão e a desigualdade materializam-se em seres humanos concretos, em mulheres e homens, crianças, jovens ou idosos. São os que sofrem, passam fome, vivem na miséria, são discriminados(as) e desprezados(as), não têm acesso aos direitos fundamentais, são destituídos(as) de qualquer poder e possibilidade de participação. Mas estes não devem ser vistos(as) como meras vítimas, pois são parte da solução. Sem a sua emergência como sujeitos colectivos, com capacidade de reivindicação e luta, será difícil uma mudança sustentável. A luta por novas formas de inclusão na cidadania é um enorme desafio na realidade cultural, política e económica e uma questão central para a consolidação da democracia – ou, se quisermos e talvez de forma mais apropriada para os tempos que vivemos, para a sua salvaguarda.

A democratização da sociedade deve ser permeada por mudanças nos valores, mentalidades, visões e práticas no interior da própria sociedade civil. Essa é uma área privilegiada de trabalho, a partir da qual se pode constituir uma maior capacidade organizacional, enquanto base da participação cidadã e da incidência desta na elaboração, implementação e avaliação das políticas.

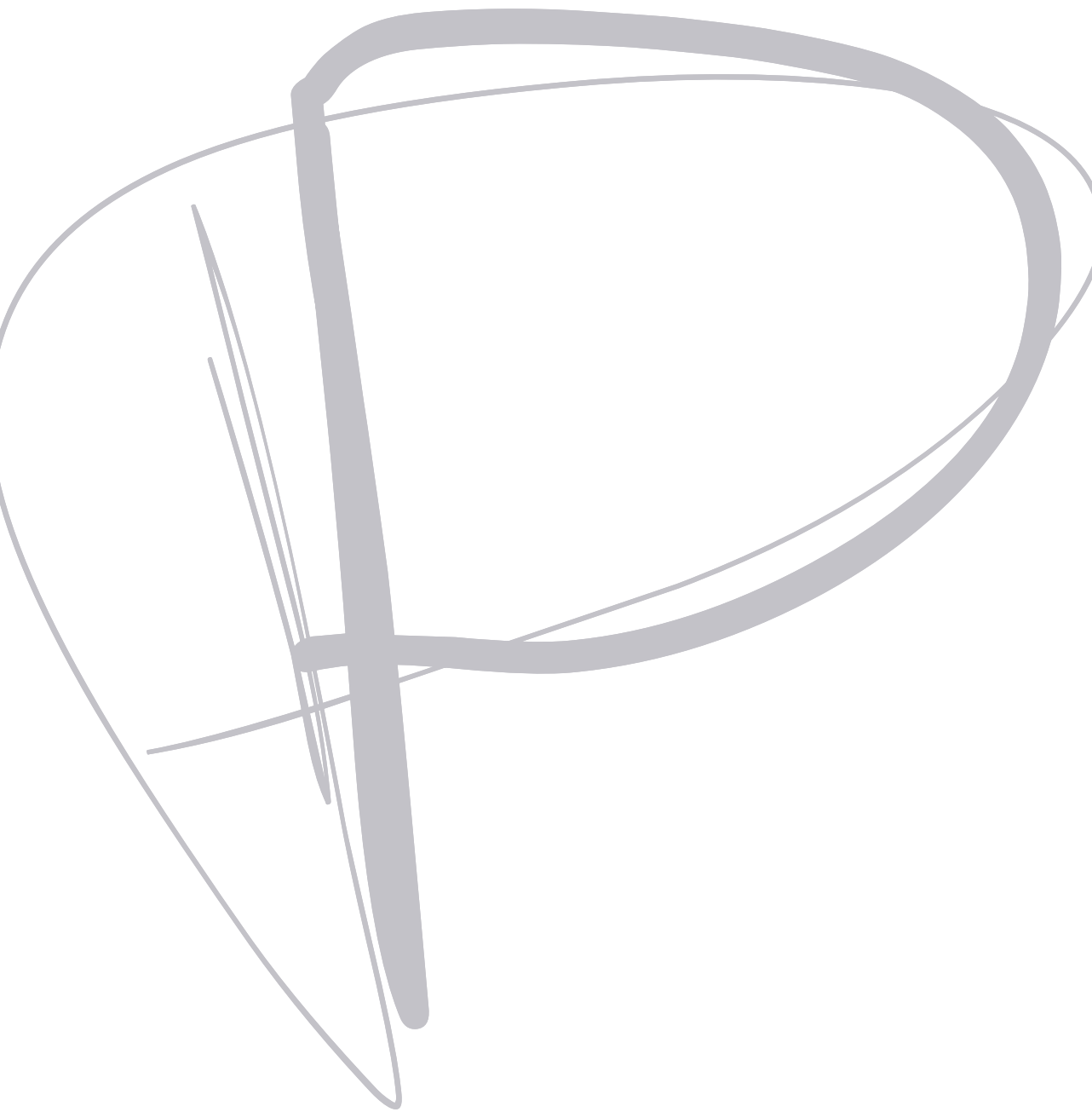
Apesar das dificuldades, às quais nunca voltamos a cara numa luta sem tréguas, é importante reconhecer que foram dados passos importantes no desenvolvimento do bem-estar e da protecção social dos cidadãos – europeus e portugueses. A história da luta contra a pobreza tem sido feita de luzes e de sombras. Continuamos a acreditar que outro paradigma é possível. Aliás, não só é possível, como é inevitável.

Hoje, como no passado, não nos faltará coragem, persistência e determinação. Nestes 25 anos fomos capazes de construir uma capacidade técnica, um espírito de equipa e um sentido crítico suficientemente robustos para nos ajudar a superar os desafios, os obstáculos e as pressões que em cada momento aparecem ou se renovam.

Ao assinalarmos os nossos 25 anos, entendemos que uma boa forma de comemorarmos esta data, seria darmos a conhecer de forma mais estruturada a nossa própria história, que é ao mesmo tempo a história da luta por uma causa - o combate à pobreza e exclusão social. Para isso convidámos um conceituado historiador português, Gaspar Martins Pereira, a quem confiámos a missão de retratar os 25 anos de vida da EAPN Portugal e redigir este livro comemorativo.

Este livro é também uma homenagem e uma forma de agradecimento a todos aqueles que quotidianamente e com enorme perseverança contribuíram e contribuem para o sucesso desta organização. São centenas os colaboradores, os voluntários, os peritos, os cidadãos que estiveram implicados ao longo destes 25 anos nos esforços de combate à pobreza e à exclusão social. É impossível invocá-los a todos. Por isso mesmo apenas podemos agradecer sem exceções a todos o esforço, o apoio e o compromisso que demonstraram para que a EAPN Portugal seja hoje uma organização sólida e que continue a ser útil ao conjunto da sociedade, e, em particular, aos que vivem em situação de pobreza e em exclusão social.

Pe. Agostinho Cesário Jardim Moreira,
Presidente da Direção



INTRODUÇÃO

Os 25 anos de vida da Rede Europeia Anti-Pobreza em Portugal encerram uma história densa, repleta de desafios, esperanças, uma enorme tenacidade e muito trabalho, na busca de caminhos para enfrentar problemas complexos e multidimensionais que põem em causa a coesão das sociedades contemporâneas, onde os progressos técnicos e a capacidade de criação de riqueza contrastam com milhões de pessoas privadas das condições mínimas para viverem com dignidade.

A traço grosso, já que seria inviável enveredar pelo registo exaustivo das múltiplas actividades da rede em todas as suas frentes de intervenção, procuraremos compreender as suas principais fases de desenvolvimento, desde a fundação até à actualidade, tendo em atenção os contextos que influíram na luta contra a pobreza e a exclusão na Europa e em Portugal, as orientações seguidas pelas instâncias europeias e pelos governos no domínio das políticas sociais.

No primeiro capítulo, destacaremos as circunstâncias em que se constituiu a rede em Portugal, em 1991, as suas motivações, princípios, objectivos e modelos de intervenção, em íntima articulação com a criação da Rede Europeia Anti-Pobreza em Bruxelas, no ano anterior, em que participaram activamente delegados portugueses.

No capítulo seguinte, abordaremos a instalação da rede e os seus primeiros anos de actividade, na conjuntura turbulenta e com sinais contraditórios que marcou a Europa e o mundo, na primeira metade da década de noventa do século passado. Apesar das dificuldades e hesitações, esses primeiros tempos foram decisivos para definir o percurso posterior da rede, a sua identidade institucional e metodologias de acção, o relacionamento com a rede europeia e outras redes nacionais, em especial a espanhola, bem como o lançamento dos primeiros projectos.

Na viragem do milénio, entre 1995 e 2005, a gradual disseminação territorial da rede, com a implantação de núcleos distritais, gerou uma nova dinâmica institucional, que lhe permitiria acompanhar a «nova geração de políticas sociais», em Portugal e na Europa, culminando com a adopção da «Estratégia de Lisboa», em 2000, visando conciliar o crescimento económico com o emprego e a inclusão social. Como veremos no terceiro capítulo, tratou-se de uma fase de consolidação e de grande expansão da rede portuguesa, em que se multiplicaram as suas acções a nível local e se reforçou também a sua dimensão internacional. Do ponto de vista organizativo, as preocupações com a formação e a qualificação interna, a par da adopção de procedimentos de avaliação, da preparação e lançamento do primeiro Plano Estratégico (2004-2009) e do reforço dos instrumentos de informação e comunicação, contribuíram para garantir a coesão e o dinamismo de uma rede crescentemente descentralizada, mas partilhando princípios, objectivos e práticas comuns e, simultaneamente, o empenhamento da direcção e de uma pequena mas eficiente equipa técnica nacional.

Finalmente, na análise da última década, pretende-se compreender a evolução da rede numa conjuntura adversa, marcada, no plano europeu, pelo forte alargamento a Leste no final do período anterior, pela revisão da «Estratégia de Lisboa» em 2005, a que se seguiu a aprovação do Tratado de Lisboa em 2007, e, desde então, pela crise financeira internacional e pela crise das dívidas soberanas, que conduziram à adopção de medidas de austeridade e ao enfraquecimento das políticas sociais. O agravamento dos níveis de pobreza e de exclusão social em tempo de crise confirmaria, neste plano, o fracasso da estratégia europeia de desenvolvimento, apesar de a «Estratégia Europa 2020», lançada em 2010, apontar para «um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo», projectando diminuir em 20 milhões o número de europeus em situação de pobreza. Mas, a avaliar pelos resultados alcançados na primeira metade da década, esse objectivo parece ser cada vez mais inatingível e relegado para segundo plano das preocupações dos líderes europeus, obcecados com os cenários macroeconómicos. Paralelamente, a situação económica e social portuguesa degradou-se, com o país sujeito a um programa de assistência financeira internacional, entre 2011 e 2014, que impôs fortes medidas de austeridade, aumentando os níveis de pobreza, ao mesmo tempo que enfraqueceu diversas áreas do Estado social e recuou para políticas assistencialistas na abordagem dos fenómenos de pobreza. O forte crescimento da rede portuguesa, solidamente implantada em todo o território nacional, permitiu-lhe consolidar a sua estrutura organizativa e estimular múltiplas parcerias e redes, desenvolver novos e mais eficazes mecanismos de informação, reforçar a aposta na formação e na qualificação e, sobretudo, mobilizar instituições e cidadãos, em especial os que vivenciavam situações de pobreza e de exclusão, para uma participação activa no combate por políticas sociais mais inclusivas. Esta fase correspondeu também ao crescente reconhecimento nacional e europeu do trabalho desenvolvido pela rede portuguesa. Em 2010, foi distinguida com o Prémio «Direitos Humanos», atribuído pela Assembleia da República. Em 2012, o representante da EAPN-Portugal, Sérgio Aires, seria eleito para a presidência da Rede Europeia, cargo que continua a exercer, após ter sido eleito em 2015 para um segundo mandato.

A erradicação da pobreza e da exclusão social das sociedades contemporâneas exige um combate tenaz e persistente, um combate sem fim, que, na perspectiva da Rede Europeia Anti-Pobreza, se conjuga com a defesa dos direitos humanos e com a criação de condições para a inclusão social de todos os cidadãos. O que implica o reconhecimento da pobreza como um fenómeno estrutural e multidimensional, exigindo, por isso, intervenções transversais e integradas tanto dos poderes públicos como de toda a sociedade, incluindo os próprios pobres e excluídos.

Tendo optado por uma narrativa breve da evolução da EAPN-Portugal ao longo dos seus 25 anos de actividade, pareceu-nos útil incluir no final deste volume alguns documentos que considerámos fundamentais, tanto do ponto de vista da organização e estrutura institucional como da acção e das posições assumidas pela rede em diversos momentos da sua história. Nesse apêndice documental, reunimos ainda informação mais exaustiva sobre a actividade editorial da EAPN-Portugal, os projectos em que se envolveu como promotora ou como parceira e os seus corpos sociais entre 1991 e 2016.

As fontes de informação privilegiadas para a elaboração deste texto foram, essencialmente, as produzidas pela EAPN-Portugal, em particular os seus Relatórios anuais de actividades, mas também as centenas de artigos das suas publicações periódicas, mensagens e tomadas de posição sobre diversos assuntos, documentação interna de carácter normativo ou organizativo (Estatutos, Planos Estratégicos, etc.) e as numerosas monografias publicadas pela rede, em muitos casos como resultado de projectos, estudos, reflexões e propostas de intervenção, que reflectem a vasta actividade da rede. Particularmente útil para a análise da formação e da primeira década de actividade da rede portuguesa foi o livro de Jordi Estivill e Fernanda Rodrigues, *10 Anos da REAPN em Portugal*. Elaborado com o objectivo de avaliação ao trabalho desenvolvido pela Rede Europeia Anti-Pobreza – Portugal, os seus autores foram também activos participantes em diversos projectos da rede, a nível nacional, peninsular e europeu, e acompanharam por dentro e de perto a sua evolução.

Na elaboração deste livro, beneficiámos ainda da preciosa ajuda da Dr.^a Sandra Araújo, Directora Executiva da EAPN-Portugal, que nos cedeu todas as informações e documentação necessárias. Trabalhando há 22 anos na rede portuguesa, o seu conhecimento profundo da instituição permitiu-nos compreender diversos factos e processos menos acessíveis a um olhar externo.

Gaspar Martins Pereira
Porto, Julho de 2016

1

A FUNDAÇÃO DA REDE

A Rede Europeia Anti-Pobreza nasceu num tempo de profundas transformações políticas e económicas, que suscitaram novos desafios no espaço comunitário, onde a questão dos desequilíbrios sociais, da pobreza e das exclusões vinha a ganhar crescente visibilidade. Recentemente integrado na Comunidade Económica Europeia, Portugal enfrentava, além disso, outros problemas, que decorriam das vicissitudes da estruturação tardia de um Estado social, impulsionado pela revolução de 1974 e moldado pelo processo de transição democrática e pelas crises que afectaram o país na segunda metade dos anos setenta e inícios da década seguinte. Em qualquer dos casos, cremos que vale a pena começar esta história da Rede Europeia Anti-Pobreza em Portugal por uma breve contextualização das políticas sociais e do fenómeno da pobreza e da exclusão social no panorama europeu e nacional.

Desde a sua fundação, a história da Rede portuguesa, como se depreende da designação adoptada, esteve intimamente ligada às motivações, aos objectivos e aos modelos de intervenção que presidiram à formação da Rede europeia, que contou, de resto, com uma activa participação portuguesa. Nesta perspectiva, parece-nos pertinente dedicar alguma atenção à fundação da Rede Europeia Anti-Pobreza, em Bruxelas, em 1990, e ao papel aí desempenhado pela delegação portuguesa, antes da constituição formal da Rede no nosso país, em Dezembro do ano seguinte.

1.1. Os desafios de modernização social numa Europa em mudança

Nos anos oitenta do século XX, a Europa comunitária conheceu uma fase de grandes mudanças. A entrada para a CEE de três novos países do Sul (a Grécia, em 1981, e Portugal e Espanha, em 1986), com níveis de desenvolvimento económico bastante inferiores à média dos restantes países, veio estimular a aplicação de políticas de coesão, através de fundos estruturais, com o objectivo de aproximar as regiões mais pobres da média europeia. O alargamento das Comunidades Europeias reforçava, assim, a percepção de maiores desigualdades entre os seus membros.

Por outro lado, a Europa comunitária vinha a confrontar-se, desde o início da década anterior, com sinais preocupantes de estagnação do seu crescimento, ou mesmo de recessão. O choque petrolífero de 1973 e as suas réplicas vieram pôr fim à euforia económica das quase três décadas gloriosas de crescimento rápido do pós-guerra. A inflação e o aumento do desemprego abriram feridas sociais, com o alastrar da pobreza e de situações de exclusão, mesmo nos países mais desenvolvidos da Europa. O que antes se considerava um fenómeno marginal, que tenderia a desaparecer com o contínuo crescimento económico, tornava-se um problema estrutural, que não podia deixar de ser encarado pelos poderes da CEE. Chegava-se à conclusão que, para a construção europeia, já não bastavam medidas de desenvolvimento e de harmonização das economias dos Estados-membros, como ingenuamente tinham sonhado os países do «mercado comum», mas eram necessárias políticas sociais activas, antes deixadas totalmente à mercê das opções nacionais dos Estados-membros. De facto, desde o Tratado de Roma, as políticas sociais adoptadas pela CEE tinham-se limitado, praticamente, à requalificação e reinstalação de trabalhadores, com o apoio do Fundo Social Europeu, como salientou Jordi Estivill: «Os países da pátria europeia, convictos de que a criação de um grande mercado estabeleceria as bases da paz e do crescimento económico, acreditaram firmemente que tal crescimento comportaria uma melhoria quase

automática das condições de vida. Para eles, o edifício europeu devia construir-se sobre pilares económicos que permitiriam levantar as paredes do entendimento político. O resto poderia encontrar-se no sótão. O campo social, e ainda menos o cultural, não era contemplado nas suas agendas» (Estivill, 2001: 64).

Ora, se na época anterior, desde o fim da II Guerra Mundial, muitos países da Europa Ocidental, e em particular os que vieram a formar a CEE, tinham enveredado, sob governos sociais-democratas ou democratas-cristãos, mais ou menos pressionados por fortes estruturas sindicais comunistas e socialistas, por modelos de Welfare State, que tendiam a proteger os direitos dos trabalhadores, com os pressupostos de pleno emprego e de solidariedade entre gerações, a crise do início dos anos setenta veio revelar não só que o crescimento económico anterior e as políticas de redistribuição estavam longe de ser soluções para a erradicação da pobreza mas também que «novos pobres» emergiam do mundo do trabalho, com o desemprego, a inflação e fenómenos de exclusão, que atingiam os grupos mais vulneráveis (trabalhadores pouco qualificados, imigrantes e minorias étnicas, mulheres, terceira idade, etc.). A par de situações de pobreza absoluta ou de privação, com falta de recursos para satisfazer as necessidades básicas (de alimentação, habitação, saúde, educação, etc.), alargava-se a pobreza relativa dos que não conseguiam atingir um nível de vida mínimo, de acordo com os padrões das sociedades em que viviam, o que dificultava a sua integração social. Em certos casos, as situações de pobreza, absoluta ou relativa, aliavam-se a situações de exclusão social, abrangendo grupos mais ou menos extensos, quer devido às características de tais grupos (idosos, minorias étnicas, etc.) quer devido à reconfiguração rápida das comunidades, com quebras nos modelos tradicionais de solidariedades familiares e de vizinhança.

O desenvolvimento das funções sociais do Estado em boa parte dos países da Europa Ocidental, com a criação de mecanismos de protecção social e de redistribuição da riqueza, a par da intervenção do Estado em sectores estratégicos da economia (banca, transportes, energia, etc.), orientada por políticas de inspiração keynesiana, veio colocar problemas crescentes de sustentabilidade dessas funções. Desde o início da década de setenta, com a crise, os modelos neoliberais, defensores do Estado mínimo e do afastamento do Estado de todas as actividades económicas, afirmando as vantagens da livre iniciativa privada e da auto-regulação dos mercados, ganharam adeptos. É sintomática a atribuição do Prémio Nobel da Economia, em 1974, ao patriarca do neoliberalismo Friderich von Hayek, apesar de repartido com o economista sueco Gunnar Myrdal, que inspirara os modelos intervencionistas da social-democracia. Ou, logo a seguir, em 1976, a atribuição do mesmo prémio ao neoliberal americano Milton Friedman, que viria a influenciar as políticas económicas e sociais mais conservadoras dos governos de Margaret Thatcher, no Reino Unido, desde 1979, e de Ronald Reagan, nos EUA, desde 1981.

Ao nível da CEE, o impacto do choque petrolífero nas economias europeias e a acertada previsão das suas consequências sociais levaram o Conselho Europeu a adoptar, logo em Janeiro de 1974, um Programa de Acção Social. Paralelamente, o acentuar das

situações de pobreza e de marginalização no seio dos Estados-membros levou a Comissão Europeia a lançar, em meados da década de setenta, um primeiro programa anti-pobreza com duração quinquenal (1975-1980) e de carácter experimental, como se depreendia da sua designação («Primeiro Programa de Projectos-Piloto e Estudos-Piloto para Combater a Pobreza»). De acordo com a formulação desse Programa, «consideram-se pobres as pessoas que dispõem de rendimentos inferiores a metade dos rendimentos médios per capita do país em que vivem» (Estivill, 2001: 67). Assumindo como principais objectivos «promover a inovação, estimular o debate público, favorecer a estruturação de redes de agentes e desenvolver acções de informação associando reflexão e prática» (REAPN, 1998: 75), o Programa Pobreza I envolveu 21 projectos, cujos resultados levaram a Comissão a considerar que a CEE enfrentava a expansão de situações de pobreza e que esta tinha um carácter multidimensional (Estivill & Rodrigues, 2004: 32).

No entanto, as políticas sociais continuaram a ser secundarizadas pelas instituições comunitárias. Alguns Estados-membros mais fortes, como a Alemanha e a Inglaterra, opunham-se a processos de harmonização europeia no domínio social, bloqueando as iniciativas da Comissão. Após o fim do Programa Pobreza I, em 1980, foi necessário remover muitos obstáculos até ser aprovado, em finais de 1984, um novo programa, o Pobreza II, sob a designação de «Acção Comunitária Específica de Luta contra a Pobreza», que iria decorrer entre 1985 e 1988. Neste programa, associava-se já o conceito de pobreza ao de exclusão social, considerando-se pobres «as famílias e grupos de pessoas cujos recursos materiais, culturais e sociais são tão escassos que se vêem excluídos das formas de vida minimamente aceitáveis no Estado membro em que vivem» (Estivill, 2001: 67) e contemplando novas medidas. Entre os projectos seleccionados, incluíam-se projectos de intervenção em bairros urbanos desfavorecidos e em áreas rurais pobres, enquanto outros visavam desempregados de longa duração, jovens desempregados, idosos, famílias monoparentais, migrantes de segunda geração, refugiados, emigrantes regressados aos seus países de origem, grupos de sem-abrigo e de marginais (Crijns, 1987).

No relatório final, a Comissão assumia o papel de «estimular e coordenar as reflexões, as experiências e as práticas em matéria de luta contra a exclusão, pondo em comum os seus resultados e contribuindo assim para o desenvolvimento do debate e das políticas nesta matéria» e de «desenvolver iniciativas que visam ou contribuem para a luta contra a exclusão no quadro das políticas comunitárias». Além disso, consagrava os princípios de integração, subsidiariedade e parceria na organização das iniciativas comunitárias, defendia a cooperação com organizações não-governamentais e previa o apoio à formação de um fórum europeu que possibilitasse a essas organizações concertar e reforçar as suas posições e estimulasse o seu diálogo com as instituições comunitárias (Estivill & Rodrigues, 2004: 35). Esta orientação anunciava, como veremos a seguir, a formação da Rede Europeia Anti-Pobreza.

Entretanto, na segunda metade dos anos oitenta, diversos acontecimentos vieram criar condições para uma reconfiguração das políticas europeias. A integração de Portugal e de Espanha na CEE, em 1986, levaria as instituições europeias a uma maior atenção às desigualdades regionais. O Acto Único Europeu, que entraria em vigor no ano seguinte, acentuava a necessidade de políticas de coesão económica e social. Por outro lado, afirmava-se no seio da Comissão Europeia, desde 1985 presidida pelo socialista francês Jacques Delors, a urgência de articular o progresso económico com a coesão social, com a adopção de políticas sociais mais activas e coordenadas ao nível comunitário, que combinassem o papel dos Estados-membros com os princípios de solidariedade social, partenariado e participação. Considerava-se que a cidadania europeia era incompatível com a existência de cidadãos privados do acesso às condições mínimas para o seu exercício. Nesta perspectiva, iniciava-se a discussão sobre a introdução do rendimento mínimo, que iria suscitar uma resolução do Parlamento Europeu em 1988. E, em Dezembro de 1989, o Conselho Europeu adoptaria a Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores Europeus, consagrando os direitos de livre circulação dos trabalhadores, de acesso ao emprego e a remunerações justas, da melhoria das condições de trabalho e de vida, de protecção social, de liberdade de associação e de negociação colectiva, de acesso à formação profissional, de igualdade de remuneração entre homens e mulheres, de protecção das crianças, dos jovens, dos idosos e dos diminuídos, a par de direitos de participação dos trabalhadores, nomeadamente o direito de informação, consulta e participação nas decisões empresariais, bem como da participação dos trabalhadores no capital e resultados das empresas. Se a oposição do governo conservador britânico de Margaret Thatcher acabou por limitar os efeitos práticos da Carta dos Direitos Sociais, esta não deixaria de constituir um importante documento de orientação de políticas sociais.

Na perspectiva que aqui nos interessa, a Comissão Europeia demonstrava uma acrescida preocupação face aos problemas da pobreza e exclusão social. Ao contrário das hesitações que se tinham verificado na transição dos dois programas anteriores, o programa Pobreza III («Programa de Acção a Médio Prazo para a Integração Económica e Social dos Grupos Menos Favorecidos») sucederia imediatamente ao Pobreza II, logo em 1989. Assumindo os princípios de multidimensionalidade, participação e parceria, o arranque deste programa cruzava-se já com a organização da Rede Europeia Anti-Pobreza (Estivill & Rodrigues, 2004: 36).

Por essa altura, outros acontecimentos vieram revolucionar a história europeia e mundial. Desde meados da década, as políticas reformadoras («Perestroika») da União Soviética, lançadas por Mikhail Gorbachev, abriram caminho ao fim da era da Guerra Fria, precipitando o desmoronar do bloco económico-militar comunista Comecon/Pacto de Varsóvia no Leste da Europa, a queda do Muro de Berlim (1989) e a posterior reunificação alemã, com profundas consequências na evolução da Europa Comunitária e na nova ordem internacional.

1.2. O caso português: revolução, estado social e integração europeia

Na cena europeia, Portugal desempenhou, neste período, um papel singular. Com uma posição periférica face à Europa, manteve, até 1974, um regime político autoritário e um Império colonial, desajustados das tendências democráticas e descolonizadoras que orientaram a Europa Ocidental do pós-guerra. Apesar disso, desde os anos sessenta, os destinos de Portugal pareciam cada vez mais dependentes da evolução europeia, quer devido ao fluxo emigratório, que levou mais de um milhão de portugueses para vários países da Europa, quer pela dependência crescente da economia nacional face ao mercado comum europeu. O forte crescimento económico do país na década de sessenta, se beneficiava das condições favoráveis da economia europeia, ocorreu num contexto de desestruturação e de perda, com uma dispendiosa guerra colonial, a emigração e o despovoamento do interior, a litoralização e a concentração urbana nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Entre 1950 e 1974, o processo de crescimento económico e de industrialização terá conduzido, segundo alguns autores, ao reforço das desigualdades territoriais e sociais e da pobreza (SILVA, 1982: 1085). As propostas reformadoras e liberalizantes, que ganharam expressão no aparelho de Estado, sobretudo desde finais da década de sessenta, com a chamada «primavera marcelista», não conseguiram alterar o regime, preso em contradições insolúveis.

No plano das políticas sociais, as tímidas reformas que então se lançaram visaram, essencialmente, «reorganizar e racionalizar» o modelo corporativo e assistencialista de «previdência social» (Guibentif, 2000: 413), criado nos primeiros anos do Estado Novo (Patriarca, 1995). Em 1960, o Estado salazarista gastava cerca de 6% do PIB em despesas sociais, quase um terço do que despendia a Alemanha Federal (Carreira, 1996: 466). Num país pobre e ainda em grande parte rural, uma percentagem significativa da população estava arredada de direitos de protecção social elementares, dos serviços de saúde e de educação, no início da década seguinte (Carreira, 1996: 367). Não admira, por isso, que, em 1974, a revolução desencadeada pelo Movimento das Forças Armadas tenha assumido como programa o triplo D - democratização, descolonização e desenvolvimento económico e social. Em relação a este último D, o programa do MFA defendia novas políticas económicas e sociais que deveriam ser seguidas pelo Governo Provisório: «a) Uma nova política económica posta ao serviço do povo português, em particular das camadas de populações até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista; b) Uma nova política social

que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os portugueses».

Não interessa ao nosso propósito desenvolver o que foram as vicissitudes do processo revolucionário português e de transição para um modelo de democracia ocidental mas tão só destacar que a revolução de 1974 iniciou um processo de rápida modernização política, económica e social.

Ao contrário do que acontecera nos países da Europa, onde o Welfare State se implantara desde o pós-guerra, num período de forte crescimento económico, a implantação tardia de um verdadeiro Estado social em Portugal ocorreu num contexto de crise (Dornelas, 2013: 45-50; Loureiro, 2014: 106). No caso português, a crise de estagflação provocada pelo «choque petrolífero» de 1973 coincidiu com outros «choques» que abalaram as estruturas políticas, económicas e sociais. Por um lado, a Revolução de 25 de Abril de 1974 veio mudar o regime político e abrir um período de reorganização do aparelho do Estado e de forte agitação social e participação cívica. As vicissitudes do período revolucionário traduziram-se num reforço das funções do Estado tanto no domínio social como no domínio económico (em 1975, na sequência da tentativa de golpe de Estado contra-revolucionário de 11 de Março, seriam nacionalizados sectores estratégicos da economia, nomeadamente a banca, seguros, refinação de petróleo, transportes, siderurgia, energia eléctrica, cimentos, celulosas, tabacos, indústria vidreira, exploração mineira, adubos, indústrias químicas, estaleiros navais, etc.). Por outro lado e simultaneamente, o «choque» da descolonização provocaria efeitos importantes na economia e na sociedade portuguesas, que se confrontaram com o problema da rápida reintegração de cerca de 700 mil soldados e colonos de África regressados ao país, doravante reduzido à sua dimensão europeia (Lopes, 1996: 239-240). No mesmo período, Portugal conheceu uma travagem do fluxo emigratório para a Europa.

Foi, pois, num ambiente de crise do Estado e de agitação revolucionária que foram lançadas as bases do Estado Social português, estabelecendo a universalidade do direito à segurança social. Logo em 1974, foram instituídas algumas medidas importantes de política social, como o salário mínimo nacional e a pensão social e, no ano seguinte, seria criado o subsídio de desemprego. A Constituição de 1976 veio consagrar os princípios da democracia económica, social e cultural, assumindo, claramente, a responsabilidade do Estado em «criar as condições que permitam promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo, especialmente das classes trabalhadoras, e abolir a exploração e a opressão do homem pelo homem» (art.º 9.º). E, no capítulo relativo aos «Direitos e deveres sociais», estabelece que «todos têm direito à segurança social», competindo ao Estado «organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança social unificado e descentralizado, de acordo e com a participação das associações sindicais e outras organizações das classes trabalhadora», sem prejuízo da «existência de instituições privadas de solidariedade social não lucrativas», assumindo ainda que

«o sistema de segurança social protegerá os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho» (art.º 63.º). A Constituição de 1976 consagra, igualmente, o direito de todos os cidadãos «à protecção da saúde», através de «um serviço nacional de saúde universal, geral e gratuito» (art.º 64.º), «direito ao ensino e à igualdade de oportunidades na formação escolar» (art.º 74.º) e outros direitos sociais e culturais.

No período imediatamente posterior à aprovação da Constituição de 1976, os diversos governos constitucionais (formados, essencialmente, por socialistas, sociais-democratas e democratas-cristãos), se não rejeitaram o essencial do legado revolucionário em matéria de direitos sociais, procurando mesmo, em alguns casos, avançar na sua regulamentação e implementação efectiva, não deixaram de travar diversos aspectos que tinham caracterizado a fase mais activa da revolução (reforma agrária, democracia participativa, etc.) e as conquistas das camadas trabalhadoras e populares. Num contexto ainda de Guerra Fria, o processo português de transição para a democracia, além das vicissitudes e relações de forças internas próprias de um processo revolucionário, foi muito marcado por interferências externas e pela imposição «coerciva» de um padrão de «democracia» de tipo ocidental (Lima & Sá, 2005: 141-143), por contraposição com a influência soviética e a chamada «via portuguesa para o socialismo», defensora de uma maior extensão da democracia participativa. Tal imposição «coerciva» manifestou-se nas condições e contrapartidas em que diversos países e instituições internacionais financiaram determinadas forças políticas ou condicionaram o seu apoio financeiro ao Estado português e, sobretudo, já na fase constitucional, nas exigências dos vários programas de assistência do Fundo Monetário Internacional, a que o Estado português teve que recorrer em 1977-1979 e 1983-1985. A «arma» económica foi então usada, em grande escala, para condicionar a «democratização» portuguesa, no sentido de uma maior liberalização, coincidente com o modelo das democracias ocidentais.

Nesse processo, a criação do Estado social português foi, assim, triplamente condicionada pelo ímpeto revolucionário com que emergiu, pela situação de atraso em que o país se encontrava, que se traduziu na procura de aproximação face aos padrões europeus, e por imposições externas. Daí que, apesar dos avanços consideráveis das políticas sociais nos anos setenta e oitenta, os resultados ficassem aquém dos níveis de protecção social atingidos pelos países europeus. Após a aprovação da Constituição de 1976, o Estado português confrontou-se com uma grave crise financeira, que limitou o ritmo e o alcance da implantação das políticas sociais inscritas no texto constitucional e que justificou os pedidos de assistência ao Fundo Monetário Internacional que acima referimos. Os programas de ajustamento impostos pelo FMI tiveram fortes implicações económicas e sociais, nomeadamente «travagens no crescimento económico, quedas no consumo e no investimento, baixas dos salários reais, aumentos do desemprego e subida da inflação» (Lopes, 1996: 287). Em algumas zonas industriais, como em Setúbal e no Vale do Ave, o

desemprego operário gerou situações gritantes de miséria, ao mesmo tempo que se agravaram as condições de trabalho, a desvalorização dos salários (queda dos salários reais, salários em atraso, etc.) e a precariedade do emprego (difusão de contratos a prazo, trabalho clandestino, etc.) (AAVV, 2003: 33-34).

Se é verdade que este período, entre finais dos anos setenta e meados da década de oitenta, coincidiu com a implantação, regulamentação e alargamento da cobertura de sistemas nacionais de protecção social - destaque-se a criação do Serviço Nacional de Saúde, em 1979, pela Lei 56/79, de 15 de Setembro, ou a aprovação, em 1984, da Lei de Bases da Segurança Social, pela Lei 28/84, de 14 de Agosto -, não é menos verdade que se verificaram tendências opostas ao reforço do papel do Estado no domínio social, a pretexto da necessidade de restrição da despesa pública, mas também contra o que alguns governantes consideravam ser uma «herança revolucionária» a ultrapassar. (Costa et al., 1985)

Em contrapartida, desde meados da década de oitenta, com a integração na CEE, a que se seguiu um fluxo de apoios comunitários, e com uma conjuntura internacional favorável (baixa dos preços do petróleo e outras matérias-primas, redução das taxas de juro, desvalorização do dólar, etc.), Portugal conheceu uma fase de crescimento económico, que permitiu a consolidação de políticas sociais em diversos campos, visando uma maior convergência com os padrões europeus. Apesar disso, «a extensão da pobreza na sociedade portuguesa não se alterou significativamente e a insuficiência de recursos económicos continuou a atingir cerca de um quarto da população do Continente» (Ferreira, 2000: 260). A incidência da pobreza atingiu mesmo valores mais elevados em 1989-1990 (26,3% das famílias e 27,3% dos indivíduos) do que em 1980-1981 (24,1% e 26,5%, respectivamente) (Ferreira, 2000: 253). É que, se a conjuntura de crescimento económico possibilitou uma diminuição significativa do desemprego (a respectiva taxa passou de 8,5%, em 1985, para 4,1%, em 1991) (PORDATA, 2015) e aumentos salariais expressivos (com subidas anuais médias de 4,7%, entre 1985 e 1992) (Lopes, 1996: 314), foi acompanhada por políticas de liberalização económica, com a privatização de empresas nacionalizadas, medidas liberalizadoras do mercado de trabalho, através de uma nova legislação do trabalho, com maior precarização dos vínculos laborais (Lei da Cessação do Contrato de Trabalho e da Cessação e Caducidade do Contrato a Termo, de 1989; Lei do Despedimento por Inadaptação, de 1991; etc.).

Apesar dos avanços que se verificaram neste período, com um aumento da despesa do Estado com políticas sociais, Portugal manteve-se na cauda da Europa, a uma distância assinalável dos países mais desenvolvidos.

DESPESA PÚBLICA DOS PAÍSES DA CEE, COM
POLÍTICAS DE PROTECÇÃO SOCIAL, EM % DO PIB,
1980 E 1990

PAÍSES	1980	1990
Bélgica	23,5	24,9
Dinamarca	24,4	25,0
França	20,6	24,9
Alemanha	21,8	21,4
Grécia	10,3	16,5
Irlanda	16,0	17,2
Itália	18,0	21,4
Luxemburgo	20,3	19,1
Holanda	24,8	25,6
Portugal	9,6	12,4
Espanha	15,4	19,7
Reino Unido	16,3	16,3

Fonte: OCDE, 2014 (Social Expenditure Database, 1980-2014).

A entrada de Portugal na CEE veio permitir a participação portuguesa em diversos programas europeus, conduzindo também à adopção de novos princípios de intervenção, designadamente no domínio social. Desde 1986, foi possível integrar alguns projectos nacionais no II Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza (1984-1989)¹. Simultaneamente, dois portugueses passaram a assumir responsabilidades nesse programa europeu (Alfredo Bruto da Costa e Maria Joaquina Ruas Madeira).

Multiplicaram-se os estudos, as reflexões e os debates sobre a pobreza e a exclusão social em Portugal, bem como sobre as experiências no campo da luta contra a pobreza, estimulando também os contactos com organizações europeias do sector, em especial com a vizinha Espanha. Logo em Maio de 1986, realizou-se em Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian, um «Seminário Europeu sobre a Pobreza em Portugal», com os objectivos de: «proceder a uma avaliação aprofundada da natureza, causas, extensão e dinâmica da pobreza em Portugal; proporcionar a análise e o debate das ideias, métodos e experiências no domínio da luta contra a pobreza, numa perspectiva de criatividade e inovação; promover uma ampla difusão da informação relativa à pobreza em ordem à sensibilização da opinião

¹ Nomeadamente, os projectos «Dos jovens para os jovens: promover-se comunicando», Bairro do Viso, Ramalde, Porto; «Recriar a vida para além da sobrevivência», Bairro da Sé, Porto; «O direito à diferença: promoção social de uma comunidade cigana», Matosinhos; «De um Bairro Social ao encontro das raízes», Cristelo, Lousada; «Envelhecer rejuvenescendo a freguesia de Santo Ildefonso», Santo Ildefonso, Porto; «Prevenir a marginalidade de uma população em risco», Sé, Porto; «Sedentarização de uma população cigana», Campanhã, Porto; «Revitalização do Bairro de Ringe», Vila das Aves, Santo Tirso; «Bairro D. João Paulo II», Margaride, Lousada;

pública quanto às suas graves incidências humanas, económicas e sociais e quanto aos deveres de solidariedade dos cidadãos em geral; testemunhar o empenhamento dos portugueses em darem o seu contributo no esforço comunitário de luta contra a pobreza e a sua capacidade de aproveitarem, com rentabilidade social, os apoios financeiros da CEE para aquele fim» (cit. Estivill & Rodrigues, 2004: 39).

No plano da acção, dominava ainda uma concepção assistencialista da pobreza, destacando-se o trabalho de inúmeras instituições particulares de solidariedade social (IPSS), muitas delas ligadas à Igreja Católica. A importância destas instituições era reconhecida pela Constituição e justificou diversos diplomas de regulamentação, nomeadamente o Decreto-Lei 519-G2/79, de 29 de Dezembro, que aprovou o Estatuto das IPSS. Como se lê no respectivo preâmbulo: «a vasta rede de instituições que a actividade particular criou forma um valioso património moral e material que, ao longo dos séculos e ainda hoje, tem contribuído, como inegável constante social, para a melhoria das condições de vida do povo português». Poucos anos depois, o Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, viria alterar esse Estatuto, em função do «alargamento do conceito legal de instituição particular de solidariedade social», considerando que «a solidariedade social exerce-se não só no sector da segurança social mas também em domínios como os da saúde (actividade hospitalar e serviços médicos ambulatoriais), da educação, da habitação e de outros em que as necessidades sociais dos indivíduos e das famílias encontram apoio e resposta na generosidade e capacidade de intervenção próprias do voluntariado social organizado». No preâmbulo deste último decreto destaca-se ainda que «o facto de as instituições particulares de solidariedade social ultrapassarem já o número de 1.570 dá bem conta da sua irrecusável importância, da sua profunda inserção no corpo social do País e do papel fundamental que desempenham no apoio às famílias e às comunidades na resolução de variadas formas de carência social». Com formas de organização e objectivos muito diversos e funcionando, em boa parte, à escala local, as IPSS caracterizavam-se por uma grande dispersão, apesar dos esforços de articulação e coordenação nacionais quer sectoriais (por exemplo, em 1976, foi criada a União das Misericórdias Portuguesas; as Associações de Socorros Mútuos criaram, em 1975, um secretariado nacional, que viria a estar na origem, em 1979, da Federação Nacional das Associações de Socorros Mútuos, denominação que foi alterada para União das Mutualidades Portuguesas, em 1984) quer transversais. Neste caso, foi criada, em 1981, a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social (UIPSS), na sequência do II Congresso das IPSS, que reuniu no Porto, em Junho de 1980, representantes de cerca de 300 instituições.

Apesar dos progressos verificados, faltavam políticas sociais integradas de combate à pobreza. Neste sentido, a participação portuguesa nos programas europeus de luta contra a pobreza e a exclusão estimulou a criação de programas nacionais. No âmbito do III Programa de Luta contra a Pobreza (Pobreza III), iniciado em 1989, foram aprovados quatro projectos

«Viver com o mar: perspectivas de uma comunidade piscatória», Arcozelo, Vila Nova de Gaia; «Caxinas: da marginalidade à recidância», Caxinas, Vila do Conde; «Desenvolvimento comunitário de Alfange», Santarém (Estivill & Rodrigues, 2004: 41).

portugueses². Mas muitos outros, algumas dezenas, não foram contemplados, o que levaria o governo português a lançar, em 1990, o Programa Nacional de Combate à Pobreza, para integrar esses projectos, cuja coordenação foi confiada a dois comissários nomeados pelo governo, Irene Aleixo (Região Sul) e Manuel de Lemos (Região Norte) (AAVV, 2003: 45-68).

O desenvolvimento dos projectos do Programa Pobreza III em Portugal conduziu a «um salto qualitativo na implementação de políticas, medidas e instrumentos de luta contra a pobreza», ao nível dos conceitos e das intervenções. Além da importância conferida à dimensão local das intervenções, que se traduziu num maior conhecimento dos fenómenos de pobreza e exclusão, com impactos na definição das políticas sociais, o Programa Pobreza III consolidou, no discurso e da prática, a noção de «multidimensionalidade» da pobreza, exigindo a «multidimensionalidade das respostas de intervenção social», a noção de «parceria» ou «partenariado» entre instituições públicas e privadas na luta contra a pobreza e a noção de «participação» activa dos grupos desfavorecidos aos quais se dirigiam os projectos (Cruz, 2010: 46).

1.3. A fundação da Rede Europeia Anti-Pobreza

A Rede Europeia Anti-Pobreza nasceu numa conjuntura de profundas transformações, que abriram uma nova era e novos desafios na construção europeia e nas relações internacionais. As instituições da Europa Comunitária, sob o impulso da Comissão Europeia, presidida por Jacques Delors, revelavam um crescente empenhamento na adopção de princípios e políticas de coesão económica e social, que reforçassem o desenvolvimento do projecto de integração europeia. Neste sentido, entre outras acções, considerava-se necessário investir em políticas sociais activas, à escala da Comunidade Europeia, suficientemente eficazes para promoverem uma maior inclusão de grupos desfavorecidos ou marginalizados.

Em 1988, na fase final do Programa Pobreza II e em vésperas de lançamento de um novo programa, a Comissão Europeia decidiu organizar um Encontro de organizações não-governamentais de solidariedade social dos 12 países membros, com o objectivo de criar uma rede europeia, com capacidade para imprimir um novo impulso das acções de combate à pobreza e à exclusão social. A organização desse Encontro, apesar de contar com a colaboração da associação Economic and Social Community Action Programme, sediada em Bruxelas, deparou-se com algumas dificuldades, decorrentes da diversidade de estruturas nacionais e transnacionais

² Nomeadamente, os projectos «Zona Histórica da Sé e São Nicolau», Porto; «Mundo Rural em Transformação», Almeida; «Aldeias de Montanha Apostam no Desenvolvimento», Covilhã; «Trabalho com Crianças da Rua», Lisboa. (Estivill & Rodrigues, 2004: 47; AAVV, 2003).

que trabalhavam no sector social. A par de organizações que desenvolviam a sua acção à escala europeia, como a Emmaus, a Cáritas, a ATD Quart Monde e outras, havia uma grande disparidade organizativa das instituições nacionais. Se alguns países dispunham de estruturas federativas representativas, outros caracterizavam-se por uma grande dispersão e fragmentação das organizações de combate à pobreza e à exclusão. Os organizadores do Encontro acabaram por abandonar o critério da representatividade, optando por convidar pessoas com maior conhecimento e experiência no sector (Estivill & Rodrigues, 2004: 47-48).

O Encontro, realizado em Bruxelas em 22-24 de Junho de 1989, contou com cerca de uma centena de participantes dos diversos países da Comunidade Europeia³, que elegeram um «Comité de Ligação»⁴, para preparar a constituição da Rede Europeia Anti-Pobreza, o que passava por um conjunto de tarefas definidas nesse encontro, em especial: i) promover a criação de redes nacionais, regionais e locais; ii) preparar estatutos para a rede europeia; iii) organizar a Assembleia Constituinte da Rede Europeia Anti-Pobreza (Estivill & Rodrigues, 2004: 48).

A Assembleia Constituinte da Rede Europeia Anti-Pobreza (European Anti-Poverty Network - EAPN) realizou-se ano e meio depois, em 10-12 de Dezembro de 1990, o que pressupôs um vasto trabalho anterior tanto do «Comité de Ligação» como de personalidades e instituições nacionais que se envolveram, desde o início, na criação da Rede. A primeira parte da Assembleia Constituinte envolveu 259 participantes, distribuídos por diversos grupos de trabalho. A delegação portuguesa incluiu 12 pessoas, 5 das quais com direito de voto na reunião final (Padre Agostinho Cesário Jardim Moreira, Fernando Pedro Afonso Caldas, António Manuel Neves Pernão, Joaquim Dias da Costa e Mário Vítor dos Santos Gonçalves). Nessa reunião final da Assembleia Constituinte, os 88 delegados das 11 representações nacionais (a Alemanha não participou), a que se juntaram mais 22 representantes das organizações transnacionais, aprovaram: i) os princípios orientadores da constituição e desenvolvimento das redes de luta contra a pobreza; ii) as conclusões sobre os problemas e prioridades; iii) os estatutos da EAPN; iv) a nomeação dos 11 delegados nacionais (deixando-se vago o lugar do representante alemão) e 3 representantes de organizações transnacionais para o Comité Executivo⁵ (Estivill & Rodrigues, 2004: 56-57).

³ Os representantes portugueses foram Isabel Bouça, José António Vaz, Alexandra Ferreira Borrego, Américo Santos Pecos, Fernanda Rodrigues, Nuno Gonçalves e Lobélia Matos Gonçalves (Estivill & Rodrigues, 2004: 48).

⁴ Constituído por Cristina Calzolari (Itália), Micheline Gerondal (Bélgica), Bronagh Hinds (Irlanda), Jacques van der Biest (Bélgica), Hughes Feltesse (França), Jordi Estivill (Espanha), Nuno Gonçalves (Portugal) e Ray Philips (Grã-Bretanha) (Estivill & Rodrigues, 2004: 48).

⁵ O primeiro Comité Executivo da EAPN ficou assim constituído: Presidente – Quintin Oliver (Irlanda), Secretária – Maria Papantoniou (Grécia), Tesoureiro – Mary Collins (FEANTSA – Rede Europeia dos Sem-Abrigo), Ludo Horemans (Bélgica), Beathe Stig (Dinamarca), Ramón de Marcos (Espanha), Bruno Groués (França), Mel Cousins (Irlanda), Cristina Calzolari (Itália), Alain Wagner (Luxemburgo), Casper Kloos (Holanda), Eamon Monaghan (Rede de Desempregados), Jean Tonglet (ATD Quart Monde), António José Rebolho Lapa (Portugal).

Vale a pena destacar que a pobreza foi caracterizada como um «processo multidimensional, estrutural e relativo, o que implica[va] analisar as causas e os processos que a cria[va]m, estudar os percursos de reinserção, os de falta de poder e a natureza das discriminações». A EAPN assumiu como prioridades as seguintes funções: «aprofundar a análise do fenómeno e as suas causas, actuar como grupo de pressão apresentando reivindicações em termos de justiça e direitos, promover processos integrais e globais de luta contra a pobreza, analisar as consequências das políticas e suas aplicações, denunciando aquelas que engendram a exclusão, privilegiar a avaliação qualitativa, promover a solidariedade, ter em conta a prevenção da exclusão e, muito especialmente, os processos formativos, os do emprego, os da habitação e os do acesso aos direitos, estudar os fenómenos migratórios, ter visibilidade nos meios de comunicação, constituir-se como um interlocutor válido e reconhecido, centralizando e difundindo vertical e horizontalmente as informações, afirmando valores diferentes dos da sociedade mercantilista, implicando os actores socioeconómicos, tendo uma posição com respeito às políticas e programas europeus, promovendo o reconhecimento e o estatuto dos voluntários, valorizando o trabalho social e promovendo os contactos, intercâmbios e ligações a todos os níveis» (Estivill & Rodrigues, 2004: 56-57).

De acordo com o art. 3.º dos Estatutos da EAPN, que definia a totalidade das suas funções, o programa era bastante ambicioso, incluindo:

a) Funções de articulação e mediação:

- ▶ ajudar no desenvolvimento de redes locais, regionais, nacionais e transnacionais entre iniciativas voluntárias de luta contra a pobreza e a exclusão social;
- ▶ promover iniciativas de formação dirigidas aos que são activos na luta contra a pobreza;
- ▶ facilitar o acesso dos grupos de base aos programas e serviços propostos pelas instâncias europeias;
- ▶ animar fóruns, debates, discussões sobre as abordagens e as práticas;
- ▶ assegurar a mediação entre as iniciativas voluntárias e as autoridades administrativas e políticas europeias na implementação das políticas sociais e económicas.

b) Funções de difusão:

- ▶ estabelecer uma verdadeira “placa giratória” para a difusão de informações operativas que permitam:
- ▶ uma melhor recolha, aproveitamento e tratamento da informação necessária para a acção; estudos, investigações e estatísticas sobre todos os parâmetros que têm influência nas políticas, intervenções e acções;
- ▶ uma redistribuição da informação para os grupos voluntários de luta contra a pobreza e a exclusão através das suas redes;

- ▶ a organização de um intercâmbio sobre as experiências e as práticas de luta contra a pobreza e a exclusão social;
- ▶ a informação dos membros no que diz respeito às actividades em curso ou em preparação.

c) Funções de acompanhamento e de observação:

- ▶ vigiar a preparação e a aplicação de directivas, programas de acção ou de qualquer outra actividade que tenha um impacto sobre a integração económica e social dos grupos mais desfavorecidos;
- ▶ identificar as tendências e a evolução das políticas sociais e económicas realizadas à escala europeia e das práticas no terreno susceptíveis de ter um impacto nas formas de intervenção das iniciativas voluntárias de luta contra a pobreza;
- ▶ analisar as necessidades e procurar as respostas adequadas, ao mesmo tempo que a possibilidade de aplicar novas respostas;
- ▶ recolher e analisar os estudos e análises europeias e nacionais úteis para a luta contra a pobreza e a exclusão social.

d) Funções de proposição (policy making):

- ▶ analisar o impacto dos problemas actuais que afectam as pessoas e grupos em situação de pobreza e exclusão social e as iniciativas voluntárias; avaliar as suas respostas políticas e, tendo estas por base, elaborar perguntas dirigidas às autoridades públicas e aos grupos voluntários;
- ▶ analisar a legislação, as recomendações e os programas europeus, sugerindo novas propostas e emendas às medidas adoptadas ou existentes, e elaborando orientações mais pertinentes.

e) Funções de grupo de pressão (lobby):

- ▶ levar a cabo campanhas transnacionais;
- ▶ fazer pressão em favor de propostas e de medidas (directivas, regulamentos, resoluções, recomendações) das autoridades europeias;
- ▶ fazer pressão em cada Estado membro sobre a aplicação efectiva das medidas adoptadas pelas instâncias da Comunidade Europeia.

f) Funções de representação e concertação:

- ▶ representar as iniciativas voluntárias de luta contra a pobreza e a exclusão social junto do conjunto de instâncias, instituições, organismos, empresas, que têm responsabilidades ao nível europeu;
- ▶ concertar-se com as instâncias europeias em todas as medidas de política social e económica que tenham um impacto no campo da pobreza e da exclusão social». (Estivill & Rodrigues, 2004: 52-53).

1.4. A constituição da Rede Europeia Anti-Pobreza em Portugal

A formação da Rede Europeia Anti-Pobreza - Portugal acompanhou, desde o início, a da sua congénere europeia. Como referimos, no Encontro realizado em Bruxelas, em Junho de 1989, participou uma delegação portuguesa e o «Comité de Ligação» aí eleito para preparar a constituição da EAPN integrou Nuno Gonçalves, que desempenhou um papel importante na elaboração da proposta de estatutos.

Dada a configuração do sector social no nosso país, a União das IPSS assumiu uma função mobilizadora, que se revelou essencial na formação da Rede. Logo em 1989, a UIPSS iniciou a organização de um «Encontro aberto às instituições e grupos que trabalham no domínio social, com especial vocação dirigida ao trabalho com os pobres», que viria a realizar-se em 17-18 de Fevereiro de 1990, no Auditório do Montepio Geral, em Lisboa. Nesse Encontro, que contou com cerca de 200 participantes, em representação de instituições muito diversas, foram definidos os critérios de composição da delegação portuguesa que deveria participar na Assembleia Constituinte da EAPN, que iria realizar-se em Bruxelas, em Dezembro desse ano. Procurou-se conjugar diversos critérios, para garantir a maior representatividade possível. A par de quatro representantes das estruturas federativas nacionais, foram eleitos quatro representantes de diversas zonas do país e outros quatro de diferentes domínios de acção social. A delegação portuguesa à Assembleia Constituinte da EAPN ficou assim constituída: representantes de instituições nacionais: UIPSS (viria a indicar o Padre Agostinho Cesário Jardim Moreira); União das Misericórdias (Dr. Fernando Pedro Afonso Caldas); Cáritas (Dr. António Roque Antunes); União das Mutualidades (Dr. António Manuel Neves Pernão); representantes de diferentes áreas geográficas: Norte - Misericórdia de Chaves (Dr. Joaquim Dias da Costa); Centro - Abrigo de S. José, do Fundão (Dr. Manuel Antunes Correia); Ilhas - Misericórdia da Horta (Dr. Eduardo Caetano de Sousa); Sul - escolhido posteriormente (Dr. Mário Vítor dos Santos Gonçalves); representantes de áreas sociais (escolhidos posteriormente): Crianças e Jovens em risco (Padre Manuel Pereira Cristóvão); Terceira Idade (Dr. António José Rebolho Lapa); Deficientes (Dr.^a Maria de Lourdes Morgado Serafim Teixeira Bastos); Sem Abrigo (Padre Filipe Marques de Figueiredo)⁶. Portugal terá sido mesmo o primeiro país europeu a eleger a sua delegação à Assembleia Constituinte da EAPN (Estivill & Rodrigues, 2004: 49).

⁶ "Instituições alertam para a pobreza na CEE". O Dia, 19.02.1990; "«Os portugueses estão muito alheios à pobreza» — foi dito no encontro de instituições de solidariedade pobreza na CEE". O Primeiro de Janeiro, 20.02.1990; MOREIRA, Padre Jardim — "Portugueses em Bruxelas". Solidariedade, 09.1990. Cf. Documento 1.

Antes de participar na Assembleia de Bruxelas, esse grupo realizou uma reunião prévia no Porto, em que definiu que «as suas prioridades eram pôr em marcha uma comissão de estudos sobre as causas da pobreza e as estratégias de prevenção e constituir-se como um grupo de pressão para sensibilizar as autoridades públicas, tendo como objectivo atenuar a pobreza no país» (Estivill & Rodrigues, 2004: 55).

A participação portuguesa na assembleia fundadora da EAPN foi empenhada, apesar dos comentários e estereótipos que suscitou entre os participantes de outros países. Um dos delegados espanhóis, Jordi Estivill, que viria a ter uma forte ligação à rede portuguesa, descreve assim essa primeira impressão: «Na Assembleia da Fundação da Rede Europeia, na qual a maioria dos participantes não se conhecia, a delegação portuguesa surpreendeu. A sua imagem contrastava com outras delegações: eram homens sérios, de idades superiores ao resto dos participantes, vestidos muito formalmente, que quase não intervieram nas discussões colectivas, retraídos, e que, quando nos corredores explicavam a sua situação, esta parecia corresponder pouco com a que viviam outros países. O Grupo das Mulheres da EAPN via com maus olhos a composição masculina da Rede portuguesa, os delegados mais laicos não entendiam a presença eclesiástica da delegação e os delegados mais jovens, muitos dos quais se vestiam muito informalmente, perguntavam-se o que faziam ali aqueles senhores engravatados. A partir daqui surgiram estereótipos negativos cuja base era o quase total desconhecimento que o resto dos delegados tinha da realidade portuguesa e do seu movimento associativo. A REAPN, que estava na expectativa, tão pouco fez, naquele momento, grandes esforços para romper estes estereótipos. Mas nas actividades transnacionais iria empenhar-se a fundo para os combater» (Estivill & Rodrigues, 2004: 66).

Logo após a constituição da EAPN, a delegação portuguesa iniciou o processo de formalização da Rede no nosso país. Um ano depois, em 17 de Dezembro de 1991, decorreria a constituição formal da Rede Europeia Anti-Pobreza Nacional - Portugal (REAPN), com a escritura notarial dos Estatutos⁷, no cartório de Vila Nova de Gaia, assinada por doze sócios fundadores, precisamente os mesmos que tinham constituído a delegação portuguesa à Assembleia Constituinte da EAPN, em Bruxelas.

⁷ Publicados no Diário da República, III série, n.º 181, 07.08.1992. Cf. Documento 2.

FUNDADORES DA REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA - PORTUGAL

NOMES	INSTITUIÇÃO	RESIDÊNCIA	IDADE
Pe. Agostinho Cesário Jardim Moreira	União das IPSS	Porto	50
Dr. António José Rebolho Lapa	[Terceira Idade]	V.N.Gaia	56
Dr. Joaquim Dias da Costa	Misericórdia de Chaves	Chaves	39
Dr. Fernando Pedro Afonso Caldas	União das Misericórdias	Estoril	63
Dr. ^a Maria de Lourdes Morgado Serafim Teixeira Bastos	[Deficientes]	Paços de Ferreira	52
Padre Filipe Marques de Figueiredo	[Sem Abrigo]	Évora	65
Dr. António Manuel Neves Pernão	União das Mutualidades	Lisboa	64
Padre Manuel Pereira Cristóvão	Gaiato	Loures	46
Dr. António Roque Antunes	Cáritas Portuguesa	Lisboa	57
Dr. Manuel Antunes Correia	Abrigo de S. José	Fundão	57
Dr. Mário Vítor dos Santos Gonçalves	[Jardins de infância]	Cartaxo	38
Dr. Eduardo Caetano de Sousa	Misericórdia da Horta	Horta	51

Fonte: Estivill & Rodrigues, 2004: 49; MOREIRA, Padre Jardim — “Portugueses em Bruxelas”. Solidariedade, 09.1990. Cf. Documento 1.

Esses sócios fundadores constituíram os primeiros corpos sociais da REAPN, que incluíam, além da Assembleia-geral, da Direcção e do Conselho Fiscal, um Conselho Representativo. Apenas uma mulher (Dr.^a Maria de Lourdes Morgado Serafim Teixeira Bastos) integrava os corpos sociais, na qualidade de secretária da Mesa da Assembleia-geral, o que não significou uma menorização do seu papel, já que viria também a ser escolhida para exercer as funções de Delegada ao Comité Executivo da EAPN. A presidência da Direcção foi confiada ao Padre Agostinho Cesário Jardim Moreira, então secretário da União das IPSS, que desempenhou um papel-chave na constituição da REAPN-Portugal.

No processo de formalização da rede portuguesa, foi também importante o apoio da Direcção-geral de Acção Social. Desde logo, do ponto de vista organizativo e funcional, a REAPN surgia como associação e como IPSS. A designação adoptada traduzia a ligação umbilical à sua congénere europeia, a EAPN, cujos objectivos eram também decalcados nos da rede portuguesa, como se pode ler no artigo 3.º dos Estatutos da REAPN: «promover e aumentar a eficácia das acções de luta contra a pobreza e exclusão social; participar na definição de políticas sociais e na concepção de programas de acção; assegurar uma função de grupo de pressão a favor e com as pessoas e grupos em situação de pobreza e de exclusão social» (Estivill & Rodrigues, 2004: 77).

Por outro lado, o nascimento da REAPN e os seus primeiros passos decorreram em articulação com a União das IPSS, devido ao empenhamento do padre Jardim Moreira, Secretário nacional da UIPSS, coordenador do seu Departamento das Relações Internacionais e presidente da União distrital do Porto das IPSS. Além do

papel mobilizador inicial da UIPSS, essencial na formação da delegação portuguesa que participou na constituição da EAPN e, logo a seguir, na fundação da rede portuguesa, esta usufruiu, no início das suas actividades, das instalações da sede distrital e do Secretariado da UIPSS, na R. Carvalhido, n.º 187, no Porto, cedidas pelo padre Jardim Moreira, também presidente da REAPN. Como veremos, a autonomização da REAPN face à UIPSS tornar-se-á um dos primeiros e difíceis desafios que a Rede terá de enfrentar.

Outros importantes desafios, essenciais para a afirmação da REAPN, situavam-se na sua capacidade de se relacionar com outras instituições nacionais do sector social, bem como na articulação com a rede europeia e com redes de outros países, a começar pela da vizinha Espanha.

Quanto ao primeiro aspecto, a forma como fora criada a REAPN, integrando representantes das grandes estruturas federativas, de importantes instituições sectoriais e de organizações de diferentes zonas do país, era um bom começo para uma desejada implantação nacional e para uma abordagem plu-ridimensional das formas de pobreza e de exclusão.

Relativamente à participação portuguesa nas actividades da EAPN neste período, vale a pena destacar a colaboração prestada por António Lapa, como representante português no Comité Executivo, numa altura em que este teve de resolver importantes problemas (integração da delegação alemã, suporte financeiro, relações com a Comissão Europeia, etc.) (Estivill & Rodrigues, 2004: 66). Ainda antes da Assembleia-geral de 1991, decorreu uma importante reunião em Bruxelas, em 18 de Outubro de 1991, para definir o tipo de coordenação e de integração de redes transnacionais na EAPN. Na Assembleia-geral da EAPN, realizada em Bruxelas em 28-30 de Novembro de 1991, a delegação portuguesa foi constituída por Padre Agostinho Cesário Jardim Moreira (Porto), Fernando Pedro Afonso Caldas (Estoril), António Manuel Neves Pernão (Lisboa), Joaquim Dias da Costa (Chaves), Mário Vítor dos Santos Gonçalves (Cartaxo) e António José Rebolho Lapa (Gaia). Nessa assembleia, foram discutidas as questões relacionadas com a situação da Rede, as suas forças e fraquezas e as relações complexas com a Comissão Europeia. No plano de trabalho para 1992, referia-se: «esta relação é delicada porque esta é por um lado a fonte da maior parte das nossas finanças e o alvo das nossas pressões. O nosso êxito como organização dependerá do modo crucial como gerimos esta relação. Por exemplo, não devemos permitir que a Comissão censure o que dizemos. Por outro lado, não devemos recusar de uma forma ligeira discutir questões que lhe interessam. O mais difícil é saber até que ponto devemos tratar as questões que a Comissão sente que estão fora da sua competência e até que ponto devemos converter-nos numa espécie de instrumento administrativo da mesma» (Estivill & Rodrigues, 2004: 67). Foi também nesta Assembleia que se resolveu a integração na EAPN da Alemanha, que passou a ser representada pela Conferência Nacional Alemã.

No decurso desta Assembleia da EAPN, a delegação portuguesa reforçou as suas relações com outras redes nacionais, em especial dos países do Sul da Europa.

Na noite de 29 de Novembro, a convite da rede espanhola, participaria numa reunião com representantes das redes espanhola, italiana e grega, no Hotel Arcade. Nessa reunião, os representantes das redes presentes decidiram apresentar moções conjuntas na sessão plenária da EAPN do dia seguinte. Uma dessas moções, proposta pela rede espanhola, e que, como as demais, viria ser aprovada pela Assembleia da EAPN, traduziu-se na constituição do Grupo de Trabalho dos Países do Sul e Periféricos: «Será criado um grupo de trabalho dotado dos meios necessários que tenha em conta e analise as características específicas dos países do Sul e periféricos, assim como as formas de intervenção e de organização das iniciativas voluntárias contra a pobreza. Este grupo de trabalho estará aberto a todos os membros da Assembleia que queiram participar». Às redes proponentes (Espanha, Grécia, Itália e Portugal) juntar-se-ia a Irlanda (Estivill & Rodrigues, 2004: 68-69).

Por essa altura, nas vésperas da sua formalização, a rede portuguesa, tal como outras redes nacionais, atravessava uma fase de alguma indefinição. Como salientou Jordi Estivill, assumia um «carácter inequivocamente democrático» e situava-se «na acção social e mais em concreto numa vontade expressa, mas difusa, de erradicação da pobreza». Mas, acima de tudo, mantinha uma saudável atitude de abertura face às novas concepções de combate à pobreza e à exclusão: «Estas incertezas tinham a vantagem para a Rede Portuguesa de poder ser mais aberta e sensível aos conteúdos que se elaboravam em Portugal e na Europa nos fins da década de oitenta, do que outras instituições cujo passado estava muito mais presente». Desde as suas primeiras intervenções, a REAPN afastou-se da concepção tradicional de pobreza e das formas de intervenção assistencialistas e sectoriais, assumindo a pobreza e a exclusão como «estruturais, pluridimensionais, acumulativas e que para abordá-las há que fazê-lo a partir de actuações integradas, em parceria e partindo desde baixo». Numa fase em que se tornava essencial afirmar o seu espaço de intervenção, a partir de novos conceitos e práticas, a REAPN assumiu, claramente, os princípios de parceria, de participação, de acção integrada e de trabalho em rede, como salientam Jordi Estivill e Fernanda Rodrigues: «Construir um espaço e uma identidade significa não só marcar a diferença face aos outros, mas também definir os conteúdos ideológicos e práticos próprios. Em grande parte, é o que passo a passo fez a organização portuguesa, dando conteúdo aos conceitos de parceria, de participação, de acção integral e, sobretudo, ao trabalho em rede» (Estivill & Rodrigues, 2004: 188). Essa será, de resto, em grande medida, a atitude que caracterizará não só o nascimento mas também a acção da REAPN ao longo da sua história: «A REAPN moveu-se, precisamente, entre esta opção e a que leva até ao caminho institucional. Tensão histórica, tensão actual. A REAPN tem a necessidade de guiar-se por regras internas, cumprir protocolos e compromissos, criar um sistema estável de relações com o poder político, com os seus membros, com os núcleos, entre a direcção e os técnicos e ao mesmo tempo esta formalização não deve extinguir a capacidade de espontaneidade criadora, de experimentação, de inovação, num contexto que tende para a institucionalização vertical [...]. A Rede nasce com uma vocação horizontal e territorial que choca [...] com um âmbito institucional que se organiza com esta lógica [vertical]». (Estivill & Rodrigues, 2004: 189)

2

OS PRIMEIROS PASSOS (1991-1995)

Os primeiros anos de vida da Rede Europeia Anti-Pobreza - Portugal foram marcados por grandes desafios, num contexto de profundas mudanças planetárias, com impactos significativos a nível europeu e nacional. Após a sua constituição formal, em Dezembro de 1991, a rede portuguesa atravessou uma fase inicial de difícil afirmação e de algumas hesitações, como recordou o seu presidente, Padre Jardim Moreira: «Não foi fácil, com pessoas vindas de áreas tão diversificadas, criar uma equipa de trabalho de “consensos” e com objectivos definidos comuns. Foi preciso muita humildade, mas também muita persistência e, sobretudo, um grande esforço de flexibilidade, aprendizagem contínua e de permanente inovação» (in Estivill & Rodrigues, 2004: 6).

A partir de 1993, sediada em novas instalações e com o lançamento dos primeiros projectos, a REAPN aumentou, progressivamente, a sua capacidade de intervenção e de implantação, atingindo um novo patamar de desenvolvimento em 1995, que pode considerar-se um ano de viragem na história da rede.

2.1. Uma conjuntura turbulenta, com sinais contraditórios

Nos primeiros anos da década de noventa, vivia-se a euforia da globalização, após a derrocada do bloco comunista do Leste da Europa, que arrastou a mudanças geo-estratégicas e à recomposição das políticas comunitárias. O espaço da Comunidade Europeia, em que Portugal se enquadrava desde 1986, beneficiando de importantes ajudas com a transferência de fundos estruturais, entrou uma fase de redefinição, com a aceleração do processo de integração e com o alargamento (em 1990, após a queda do muro de Berlim e a reunificação alemã, o território da ex-RDA passou a fazer parte da CEE; em Janeiro de 1995, seriam integrados três novos países, Áustria, Finlândia e Suécia).

A assinatura do Tratado de Maastricht, em 7 de Fevereiro de 1992, e a constituição faseada de uma União Económica e Monetária, ao longo dessa década, em direcção à moeda única, impuseram «critérios de convergência nominal», nomeadamente através do controlo da inflação, das taxas de juro, do deficit orçamental e da dívida pública.

A concentração nos «critérios de convergência nominal» traduziu-se por uma subalternização das políticas sociais no seio da Comunidade Europeia, no final deste período. Ainda em 1991, a Comissão Europeia publicou recomendações sobre a «harmonização» de políticas de protecção social, considerando os objectivos de garantir um rendimento mínimo, o acesso aos cuidados de saúde, a integração social e económica e a assistência aos desempregados. Tendo em conta a proposta da Comissão, o Conselho das Comunidades Europeias aprovaria, em 24 de Junho de 1992, uma recomendação aos Estados-membros para reconhecerem «no âmbito de um dispositivo global e coerente de luta contra a exclusão social, o direito fundamental dos indivíduos a recursos e prestações suficientes para viver em conformidade com a dignidade humana»⁸. Porém, as políticas de «harmonização»

⁸ Recomendação do Conselho das Comunidades Europeias, de 24 de Junho de 1992, relativa a critérios comuns respeitantes a recursos e prestações suficientes nos sistemas de protecção social (92/441/CEE). Jornal Oficial das Comunidades Europeias,

social foram rapidamente ultrapassadas pelas políticas de «convergência nominal». De resto, já no decurso das negociações que conduziram à assinatura do Tratado da União Europeia, em Maastricht, as disposições sobre política social provocaram divergências, em particular do governo britânico, acabando por ser encontrada uma fórmula que desvinculava o Reino Unido das políticas sociais da UE, anexando ao Tratado um Acordo sobre a Política Social.

É certo que, neste período, a Comissão Europeia, sob a presidência de Jacques Delors, era favorável ao desenvolvimento de políticas sociais activas e de programas de combate à pobreza e à exclusão. Provam-no diversos documentos e recomendações da Comissão, destacando-se a comunicação Para uma Europa das solidariedades: intensificar a luta contra a exclusão social, promover a integração, de Dezembro de 1992, o Livro Verde sobre Política Social Europeia, de Novembro de 1993, e o Livro Branco sobre Política Social Europeia, apresentado em meados de 1994. Na continuidade dos documentos anteriores, o Livro Branco atribuiu a «prioridade máxima» ao emprego, considerando ser urgente «preparar, em estreita colaboração com os Estados-membros, um plano de acção específico para inverter a tendência do crescente desemprego», mas abordou também outros problemas sociais, como a necessidade de inclusão de todos os jovens «no sistema de ensino e de formação», a luta contra o analfabetismo e o abandono escolar, a aposta na formação contínua e «na criação de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para adultos», a adopção de medidas sobre trabalho a tempo parcial, permitindo conciliar a vida profissional e a vida familiar. Simultaneamente, pretendia-se melhorar os padrões de trabalho, nomeadamente ao nível da saúde e segurança no trabalho, apostar na criação de um «mercado de trabalho europeu, facilitando a circulação de trabalhadores e garantindo igualdade de tratamento, protecção dos trabalhadores migrantes e suas famílias, combater o racismo e a xenofobia, promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, manter e adaptar um modelo europeu do Estado providência, prosseguir acções visando a diminuição da pobreza e da exclusão social. As orientações do Livro Branco sobre Política Social Europeia seriam adoptadas pelo Programa de Acção Social 1995-1997.

Em contrapartida, a proposta da Comissão para lançar um novo programa de luta contra a pobreza e de promoção da solidariedade, para o período 1994-1999, dando continuidade ao programa Pobreza III, viria a ser rejeitada pelo Conselho Europeu. Entre 1995 e 1999, a Comissão Europeia, sob a presidência do luxemburguês Jacques Santer, abandonou os programas específicos de luta contra a pobreza, concentrando os seus esforços em outros objectivos (consolidação do mercado único e construção da União Económica e Monetária), norteados pelas preocupações da «convergência nominal». Como destacou Jordi Estivill, entrou-se num «período de seca da política social europeia» (Estivill & Rodrigues, 2004: 140).

n.º L 245/46, 26.08.1992. Portugal assumia, nesta altura, a presidência do Conselho, sendo representado pelo Ministro José da Silva Peneda.

No entanto, os problemas da pobreza e a exclusão social suscitavam crescentes preocupações tanto nas instâncias internacionais (OIT, ONU, etc.) como ao nível das políticas nacionais. Refira-se, por exemplo, a resolução aprovada, em 1992, pela Organização das Nações Unidas, instituindo o dia 17 de Outubro como o Dia Internacional para a Erradicação de Pobreza, ou a Conferência sobre o Desenvolvimento Social, realizada em Março de 1995, em Copenhaga, que reuniu 117 chefes de Estado que assumiram o compromisso de lançar medidas para erradicar a pobreza, «como um imperativo ético, social, político e económico».

Também em Portugal se verificaram, ao longo deste período, sinais contraditórios no plano das políticas sociais. A conjuntura expansionista dos «anos dourados» após a adesão à CEE, com crescimentos anuais do PIB da ordem dos 5%, taxas marginais de desemprego à volta de 4% e subidas dos salários reais, com uma melhoria generalizada do nível de vida e dos consumos, alterou-se a partir do início da década de noventa. Por essa altura, o governo liderado por Aníbal Cavaco Silva orientou-se para uma nova política macroeconómica, dando prioridade à convergência nominal face aos países da União Europeia e apostando na redução da inflação, na redução da dívida pública e na manutenção do valor elevado do escudo. Tal política, se permitiu uma baixa acentuada da inflação (de 13,7% em 1990 passou para 5,5% em 1994), devido à apreciação real do escudo e à travagem do consumo interno, e uma melhoria dos indicadores de convergência, gerou, em contrapartida, uma redução da actividade económica, agravada com a fase cíclica de depressão europeia do início dos anos noventa, traduzindo-se na baixa do crescimento do PIB para valores fracos ou mesmo negativos (-1% em 1993, face a 5,5% em 1989), no abrandamento da produção industrial, no aumento do desemprego (de 4,1% em 1991 para 7% em 1994) e na quebra dos salários reais (Lopes, 1996: 245; Franco, 1993: 259-268). Se é verdade que as ajudas comunitárias continuaram a financiar programas económicos e sociais importantes, desde obras públicas (vias de comunicação, hospitais, centros de saúde, escolas, equipamentos sociais, etc.) a acções de formação profissional e outros projectos, no sentido da «convergência real», por outro lado, o processo de «convergência nominal», implicando a redução das despesas públicas, veio travar algumas políticas sociais. Ao mesmo tempo, agravavam-se as situações de precariedade no trabalho, as desigualdades sociais e a incidência e intensidade da pobreza (AAVV, 2003: 72-73).

INDICADORES DE POBREZA E DESIGUALDADE EM
PORTUGAL, 1989-90 E 1994-95

INDICADORES	1989/90	1994/95
Incidência da pobreza (%)	16,8	17,7
Intensidade média da pobreza	0,22	0,25
Rácio entre o 1.º e o 10.º decil de rendimento	7,3	9,2
Índice de Gini	0,31	0,35

Fonte: AAVV, 2003: 73.

Apesar do aumento da despesa pública com políticas de protecção social, Portugal continuava muito distante da média europeia.

DESPESA PÚBLICA DOS PAÍSES DA CEE, COM
POLÍTICAS DE PROTECÇÃO SOCIAL, EM % DO PIB,
1990 E 1995

PAÍSES	1990	1995
Bélgica	24,9	25,6
Dinamarca	25,0	28,7
França	24,9	29,0
Alemanha	21,4	25,9
Grécia	16,5	17,4
Irlanda	17,2	17,9
Itália	21,4	21,7
Luxemburgo	19,1	20,8
Holanda	25,6	23,8
Portugal	12,4	16,2
Espanha	19,7	21,3
Reino Unido	16,3	19,2

Fonte: OCDE, 2014 (Social Expenditure Database, 1980-2014).

Ao nível dos programas de combate à pobreza, a inclusão de projectos nacionais no programa europeu Pobreza III (1989-1994) e o desenvolvimento do Plano Nacional de Luta Contra a Pobreza, lançado em 1990, permitiram não só reforçar a visibilidade do fenómeno como apoiar uma «nova geração de políticas sociais», que viriam a ser desenvolvidas pelo novo governo socialista de António Guterres, a partir de 1995.

2.2. A instalação da rede

Após a sua constituição formal, em Dezembro de 1991, a Rede Europeia Anti-Pobreza Nacional deparou-se com importantes desafios, que passavam pela criação de condições organizativas e técnicas para cumprir os seus objectivos, por afirmar a sua identidade e visibilidade, reforçar a sua implantação nacional e, simultaneamente, manter e desenvolver as relações com a rede europeia e outras redes nacionais.

As condições de partida eram, como vimos, favoráveis. O grupo inicial era experiente e representativo de diversos sectores da luta contra a pobreza, assegurando a articulação

com um bom leque de instituições nacionais e locais. A participação desse grupo na constituição da rede europeia e nas suas actividades, desde 1990, e as boas relações que se foram criando com outras redes nacionais, sobretudo dos países do Sul da Europa, garantiam uma boa integração europeia da rede portuguesa. Desde o início, a relação umbilical com a União das IPSS permitiu usufruir de condições logísticas na sede distrital do Porto dessa instituição. As condições de financiamento estavam minimamente asseguradas. A REAPN gozava do reconhecimento e do apoio do governo e das entidades públicas responsáveis pelas políticas sociais.

No entanto, algumas dessas vantagens eram mais aparentes do que reais. A relação estreita com a União distrital das IPSS do Porto suscitou, desde o início, a questão da identidade da Rede e da sua autonomização. A questão não era pacífica e manifestaram-se, então, posições divergentes. Havia quem considerasse que a Rede deveria continuar intimamente ligada à União das IPSS e constituir um instrumento para a sua maior internacionalização. Outros defendiam que as duas instituições, apesar das suas afinidades, prosseguiam objectivos distintos, havendo necessidade de clarificar a identidade da Rede.

Outra questão prendia-se com o funcionamento da Rede, se esta deveria manter apenas trabalho voluntário ou contratar pessoal técnico especializado, que garantisse uma maior eficácia das suas acções.

Logo em 1992, o processo de instalação da Rede e o desenvolvimento das suas actividades iriam resolver estas duas questões. Em Abril desse ano, a decisão de contratar, em regime de tempo parcial, uma técnica para apoiar a Direcção da Rede nas múltiplas tarefas que havia que desenvolver revelou-se a opção acertada. A técnica contratada, a socióloga recém-licenciada Ana Luzia Reis, viria a «assumir o árduo trabalho de criar as bases para a implementação da Rede».

Em breve, o espaço de que a Rede dispunha na sede distrital da UIPSS do Porto tornava-se exíguo, aconselhando a procurar um espaço mais amplo. Não se tratava de uma mera questão logística. Num artigo de fundo, publicado em Maio 1992, no n.º 0 do Boletim da REAPN, o Padre Jardim Moreira afirmava, claramente, a identidade da Rede face às instituições existentes, o seu afastamento «da acção caritativa tradicional» e o seu papel «como interligação, como informação e comunicação», «um mediador entre a população pobre e excluída e o poder constituído»: «A REAPN não é mais uma instituição para cuidar dos “problemazinhos” ou dos “excluídos”; ela não quer ficar em paliativos; ela quer ir mais longe: à raiz da pobreza... É que a pobreza não se resolve só, nem principalmente, com dar dinheiro aos carenciados; é preciso criar um instrumento que analise as causas geradoras das injustiças e das crescentes assimetrias sociais, de pobreza, é preciso denunciá-las aos responsáveis dos órgãos comunitários e também em cada país membro, não só junto da Opinião pública mas também junto do poder. Mais do que sermos apagadores de incêndios queremos que todas as instituições e até as pessoas individuais dêem as mãos, criem entre si uma

verdadeira Rede Local pelas múltiplas interligações, que se juntem e maximizem os seus recursos humanos, os seus bens e serviços. [...] Que nos tornemos um “lobby” junto do poder local, regional, nacional e comunitário, a fim de actuarmos mais como acção correctora do sistema e, de algum modo, eliminar as causas reprodutoras das desigualdades, dos excluídos, isto é, de pobreza. Ser um isolado é ser pobre. Ser ignorante é ser um excluído. Unidos e bem informados seremos uma força. E, por isso, o passo indispensável é inscrever-se na Associação e formarmos em Portugal uma forte e grande Rede Europeia Anti-Pobreza». (in Estivill & Rodrigues, 2004: 63)

Por essa altura, o facto de o presidente da Rede, Padre Jardim Moreira, ter deixado de exercer a função de Secretário da UIPSS terá também contribuído para uma solução que passasse por uma nova sede da Rede. Pouco depois, surgiu a oportunidade de compra, em condições vantajosas, de um amplo edifício devoluto, na rua de Costa Cabral. A intervenção do Ministro do Emprego e da Segurança Social, José Silva Peneda, revelou-se, então, providencial, garantindo os apoios financeiros necessários para a aquisição do imóvel. O Ministério disponibilizou metade da verba, sendo a outra metade assegurada pelo Comissariado Regional do Norte da Luta Contra a Pobreza, o que permitiu formalizar a compra em Novembro de 1992 (Estivill & Rodrigues, 2004: 60-61). Nessa altura, a REAPN já tinha cerca de 150 associados e dois técnicos.

Tratou-se de um momento-chave na história da rede, como considerou o Padre Jardim Moreira, «provavelmente o momento em que se tornou real e incontornável a existência da REAPN no panorama das instituições particulares de solidariedade social» (in Estivill & Rodrigues, 2004: 6). A mudança de sede obrigou à alteração dos Estatutos da Rede, em 1993, e representou uma clivagem com a UIPSS. Doravante, a Rede teria de gerir com bastante tacto as suas relações com a UIPSS, já que esta dispunha de grande representatividade nacional, agregando 3.200 IPSS e cerca de 70% da acção social em Portugal (Estivill & Rodrigues, 2004: 77-78).

Neste período, o financiamento da REAPN foi assegurado através de uma comparticipação da Rede europeia, de ajudas dos Comissariados de Luta Contra a Pobreza, de contribuições de projectos europeus e de organismos públicos portugueses, através de financiamento de projectos (IEFP, etc.) e actividades (IDS).

A instalação da REAPN em sede própria e o desenvolvimento das suas actividades obrigariam ao alargamento do quadro técnico e à criação de uma estrutura organizativa dos seus serviços, com a criação de gabinetes. Assim, em 1994, foi criado um Gabinete de Informação e um Gabinete de Estudos e Planeamento. Logo no ano seguinte, a estrutura dos serviços foi reorganizada, com a criação de um novo gabinete, para cobrir a área de Formação, passando o Gabinete de Estudos e Planeamento a designar-se Gabinete de Estudos e Projectos (Estivill & Rodrigues, 2004: 112).

Desde finais de 1994, a Direcção da REAPN equacionava a possibilidade de alargamento territorial, com a criação pólos em várias cidades do país⁹. Em Fevereiro de 1995, reafirmaria essa estratégia de desenvolvimento, apontando para a criação de pólos em Lisboa, Viana do Castelo, Guarda e Braga. Alguns meses depois, aprovou a criação do pólo de Lisboa e a dinamização do pólo do Porto. Tal estratégia, possibilitada pelo financiamento do Projecto SIFAT (Sistemas de Informação, Formação e Apoio Técnico), daria início a uma nova fase da vida da REAPN (Estivill & Rodrigues, 2004: 112)

2.3. Os primeiros anos de actividade

O início da actividade da REAPN, após a sua formalização em Dezembro de 1991, não foi fácil. Os seus responsáveis, residentes em diversas localidades do país e trabalhando em regime de voluntariado, tiveram de se envolver em múltiplas tarefas, tanto no país como no estrangeiro. Grande parte do trabalho recaiu, naturalmente, sobre o presidente da rede e os membros residentes na área do Porto, onde se localizava a sede. Logo em Janeiro de 1992, a REAPN acolheu a reunião do Comité Executivo da EAPN, no Porto. A visita, durante quatro dias, dos membros dos doze países representados no órgão directivo da rede europeia animou a rede portuguesa, dando-lhe uma grande visibilidade na imprensa¹⁰.

Desde Abril de 1992, com a contratação da técnica Ana Luzia Reis Aguiar a tempo parcial, o trabalho da rede ganhou dinamismo. Ainda nesse mês, foi publicado um primeiro desdobrável para divulgar a REAPN e, no mês seguinte, sairia o n.º 0 do Boletim da REAPN, dirigido por António José Lapa. Os dois artigos de fundo traduziam a identidade da REAPN, a sua inserção europeia e os seus objectivos nacionais. O artigo assinado pelo director dava notícia da Conferência realizada em Bruxelas, em Abril, sob o tema «Combater a Exclusão Social, Promover a Integração», convocada pelo Presidente da CE, Jacques Delors, no âmbito do Programa Pobreza III, em que estivera presente o Ministro do Emprego e da Segurança Social, José Silva Peneda. Outro artigo, a que já nos referimos, do Padre Jardim Moreira, explicitava os objectivos da REAPN (Estivill & Rodrigues, 2004: 63).

⁹ O Boletim Notícias da Rede, na sua edição de Outubro de 1994, referia-se já à possibilidade de se criarem pólos locais da REAPN (Estivill & Rodrigues, 2004: 138).

¹⁰ Veja-se, por exemplo: “Rede Antipobreza» reunida no Porto. Pobres na Europa são mais de 15%”. *Jornal de Notícias*, 20.01.1992; “Durante quatro dias na capital do Norte. Delegação da CEE estuda projectos antipobreza”. *O Comércio do Porto*, 18.01.1992; “Luta contra a Pobreza – reunião no Porto”. *O Primeiro de Janeiro*, 18.01.1992; MARTINS, Isabel — “Presentes representantes dos Doze. Rede antipobreza divulgou programa para 1992”. *O Comércio do Porto*, 19.01.1992; “Rede Europeia Antipobreza. Um combate que é prioritário”. *Jornal de Notícias*, 21.01.1992.

Nesse mês de Maio, a REAPN esteve presente no seminário «Construir a Europa da Solidariedade», organizado pela Presidência Portuguesa da UE, em colaboração com a Comissão Europeia, e realizado no Hotel Solverde, em Espinho, que reuniu mais de 200 participantes nacionais e estrangeiros, entre os quais responsáveis por projectos do programa Pobreza III, da EAPN e de outras instituições. Logo à entrada do hotel, um stand com quatro painéis dava a conhecer a EAPN e a REAPN. O programa desse seminário incluiu, ainda, uma visita ao projecto do Centro Histórico do Porto (a cujo Conselho Directivo pertencia o Padre Jardim Moreira, presidente da REAPN), financiado pelo programa Pobreza III (Estivill & Rodrigues, 2004: 70).

Desde Maio de 1992, multiplicaram-se os contactos e reuniões de responsáveis da Rede com dirigentes de diversas instituições nacionais, como a Associação Nacional de Deficientes, a Inspeção-geral do Trabalho, a Associação de Cabo-verdianos em Portugal, a Pastoral dos Ciganos e o Comissariado do Norte da Luta contra a Pobreza. Paralelamente, iniciaram-se contactos com centros de investigação de que resultaram protocolos de colaboração, que viriam a ser assinados no ano seguinte, nomeadamente com a Unidade de Investigação e Desenvolvimento de Portugal do III Programa Europeu de Luta contra a Pobreza¹¹, com o CESIS (Centro de Estudos para a Intervenção Social)¹² e com o CIES-ISCTE (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE)¹³ (Estivill & Rodrigues, 2004: 65).

Desde 1992, a REAPN envolveu-se ainda na preparação, candidatura e desenvolvimento de projectos europeus. O primeiro projecto, o Projecto Puzzle, voltado para a inserção social da etnia cigana, foi preparado ao longo desse ano em colaboração com a rede espanhola e sob a liderança da Asociación Secretariado General Gitano, de Madrid. Apresentado em Outubro de 1992 à Iniciativa Comunitária Horizon, esse projecto seria aprovado, iniciando-se a sua execução em Março de 1993. No caso da rede portuguesa, o Projecto Puzzle - «Centro de Atendimento para a Inserção Social, Profissional e Cultural da Etnia Cigana», desenvolvido entre 1993 e 1995, incluiu um importante programa de formação profissional, com duração de 12 meses, garantindo a certificação escolar aos níveis de 1.º e 2.º ciclos, bem como formação ao nível da animação sócio-recreativa e cultural, com uma fase de estágio de 6 meses, destinado a jovens de etnia cigana entre os 16 e os 25 anos. Compartilhado pela Obra Diocesana de Promoção Social do Porto, o projecto centrou-se no Bairro de S. João de Deus, no Porto, integrando também um estudo sociológico e acções de animação associativa, tendo-se adaptado um espaço próprio para os jovens do bairro. Porém, os resultados deste projecto

¹¹ Protocolo assinado em Janeiro de 1993.

¹² Protocolo assinado em Junho 1993, dando origem a uma investigação que viria a ser publicada em 1995, inaugurando os «Cadernos REAPN».

¹³ O protocolo com o CIES-ISCTE resultaria numa investigação sobre as ONGs portuguesas, cujos resultados foram publicados em 1995, no segundo volume da colecção «Cadernos REAPN».

ficaram aquém do esperado, talvez porque, segundo Estivill, «os objectivos eram muito ambiciosos e o partenariado não funcionou» (Estivill & Rodrigues, 2004: 155).

Entretanto, a instalação da sede da REAPN em edifício próprio, na rua de Costa Cabral, proporcionou condições logísticas para o desenvolvimento de outras actividades, nomeadamente a realização de acções de formação e encontros temáticos. Entre 2 e 4 de Julho de 1993, realizou-se no Auditório da REAPN o seminário «Partenariado e Participação: que futuro na luta contra a pobreza e a exclusão social?», com cerca de uma centena de participantes (Estivill & Rodrigues, 2004: 269, 297)¹⁴.

Os encontros temáticos, realizados no auditório da sede ou em outros locais, tornaram-se espaços privilegiados de apresentação das acções da rede e de informação e debate sobre as questões relacionadas com a luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal e na Europa. Em 1994, entre 15 e 17 de Abril, realizou-se no Hospital da Prelada, no Porto, o «VI Encontro Transnacional de Projectos Horizon sobre Ciganos e Nómadas», organizado pela REAPN, que contou com cerca de 100 participantes¹⁵. Em 18 de Outubro, em colaboração com o CESIS, a REAPN organizou, no auditório da sede, o seminário «A Percepção subjectiva da Pobreza pelos actores sócio-institucionais na cidade do Porto», em que foram apresentados os resultados do estudo que vinha sendo realizado pelas duas instituições¹⁶. No ano seguinte, em 21 de Junho, decorreria nas instalações do ISCTE, em Lisboa, com cerca de 200 participantes, o seminário «Livro Branco da Política Social Europeia», organizado pela REAPN e pelo ISCTE. Cerca de um mês depois, em 20 de Julho, a rede organizou no ISACE - Instituto Superior de Administração, Comunicação e Empresa, na Guarda, o seminário «Informar para Desenvolver», com cerca de 80 participantes. E, a 17 de Outubro, realizava-se no auditório da REAPN, no Porto, o seminário «A Europa da Solidariedade – Desafios para a Conferência Intergovernamental» (Estivill & Rodrigues, 2004: 269).

No final deste período, a visibilidade pública da Rede seria também ampliada com as suas publicações. Em 1995, foram publicados três números do boletim Notícias da Rede, com um novo formato, e foram lançados dois volumes da colecção «Cadernos REAPN», com os resultados das investigações decorrentes dos protocolos de colaboração com o CESIS e o CIES (Baptista, Perista & Reis, 1995; Capucha, 1995)¹⁷.

¹⁴ Veja-se também: “Luta contra a pobreza cresce em toda a Europa”. Jornal de Notícias, 04.07.1993.

¹⁵ FERRAZ, Paulo — “Programa Horizon apoia os ciganos portugueses. O ‘puzzle’ da integração na comunidade”. O Comércio do Porto, 16.04.1994.

¹⁶ SILVA, Paulo F. — “Situações de pobreza estão a agravar-se — conclui estudo apresentado em Seminário”. Jornal de Notícias, 19.10.1994.

¹⁷ Veja-se, também, SIMÕES, Bárbara — “Organizações não-governamentais de solidariedade social. Rede Antipobreza lança estudo nacional”. Público, 17.02.1995.

A REAPN estendia, simultaneamente, a sua rede de colaborações. Em 1994, assinou protocolos com o Centro Social e Paroquial da Madalena, com a ADENOR (Associação para o Desenvolvimento da Região Norte) e com a Quaternaire Portugal e, em 1995, com a Fundação Gomes Teixeira, da Universidade do Porto (Estivill & Rodrigues, 2004: 262).

Com uma implantação mais nortenha e urbana, reflectindo o facto de ter a sua sede no Porto, a REAPN procurou, desde o início, alargar a sua acção ao território nacional. Esse objectivo tornar-se-ia mais evidente a partir de 1995, a par do aumento de entrada de novos associados, colectivos e individuais, em simultâneo com o processo de criação de núcleos.

Não menos significativa era a disposição para colaborar, além-fronteiras, com outras entidades de países lusófonos. Em Maio de 1995, a REAPN foi reconhecida como Organização Não Governamental para o Desenvolvimento pelo Instituto da Cooperação Portuguesa, tendo iniciado um processo de colaboração com autoridades e instituições de Cabo Verde, que estavam, nessa altura, a elaborar um Plano Nacional de Luta Contra a Pobreza (Notícias da Rede, 1995, n.º 3). Essa colaboração articulava-se, de resto, com um novo projecto, desenvolvido pela REAPN entre 1994 e 1996, designado ANICA-NP – Animar e Integrar as Comunidades Africanas do Norte de Portugal, com financiamento do Governo Civil do Porto.

Ao nível interno, o Projecto GIIF (Gabinete de Informação, Investigação e Formação), financiado pela Iniciativa Comunitária Horizon, permitiu criar as bases de um gabinete que lançou a linha informativa da REAPN, das investigações e das acções de formação. Desenvolvido em 1994 e 1995, este projecto incluiu uma acção de formação sobre «Políticas sociais, modelos de intervenção e projectos», com duração de 60 horas, destinado a técnicos de IPSS's.

Sob muitos aspectos, 1995 foi um momento de viragem na história da rede portuguesa. O crescimento da actividade da rede e da sua visibilidade pública impeliu a um salto qualitativo na sua organização, o que implicava o reforço da equipa técnica e das condições para responder eficazmente a todas as solicitações. Como salientaram Jordi Estivill e Fernanda Rodrigues: «O ano de 1995 marca um ponto de inflexão, ao mesmo tempo crítico e de expansão. Aumenta muito o número de membros e portanto as necessidades e solicitações às quais a pequena equipa técnica central não consegue responder, altera-se o contexto institucional abrindo-se uma nova etapa daquilo que se chamará a nova geração de políticas sociais em Portugal, e a Rede tem dificuldades económicas, reflectidas num desequilíbrio financeiro» (Estivill & Rodrigues, 2004: 185). Os problemas financeiros, advindos da conclusão de alguns projectos nesse ano e do fim dos respectivos financiamentos, aconselhavam uma estratégia de contenção, o que significaria um retrocesso na actividade da rede, ou encontrar soluções que pudessem sustentar uma dinâmica de expansão. Foi esta a via seguida, proporcionada pela execução, desde finais de 1995, do projecto SIFAT

(Sistemas de Informação, Formação e Apoio Técnico), financiado pela Iniciativa Comunitária Horizon. O projecto permitiu criar e dinamizar Redes Locais de Desenvolvimento e de Solidariedade Social de combate à Pobreza e à Exclusão Social, através de «sistemas integrados» de recepção, tratamento e difusão de informação, contribuindo, como veremos, para constituir a estrutura polinuclear da REAPN (Estivill & Rodrigues, 2004: 277, 281).

2.4. As relações com a Rede Europeia e outras redes nacionais

A REAPN nascera com forte vocação europeia e com uma relação umbilical à EAPN, que ajudara a construir. Além da comunhão de objectivos e de modelos de intervenção, os laços criados no seio da rede europeia, em especial com os países do Sul, ajudaram a definir o posicionamento da rede nacional. Neste período, os delegados portugueses empenharam-se activamente nos contactos e nas actividades transnacionais. Não era fácil, já que «a distância e a complexidade do “labirinto” europeu» suscitavam problemas novos, bem diferentes dos que se colocavam à escala local ou nacional, como salientou Jordi Estivill: «O domínio de outras línguas, o conhecimento dos mecanismos internos das instâncias europeias, as peculiaridades práticas de pressão da rede europeia e a sua dinâmica interna, a compreensão do funcionamento das outras redes e, em geral, as estratégias europeias de luta contra a pobreza e exclusão social, reclamavam esforços consideráveis dos participantes portugueses nas actividades transnacionais» (Estivill & Rodrigues, 2004: 134-135).

A participação activa da representação portuguesa, constituída por membros dos corpos sociais da REAPN, nas Assembleias-gerais da rede europeia, que se realizavam anualmente, no mês de Novembro, em diferentes localidades (em 1992, em Atenas, na Grécia; em 1993, em Dublin, na Irlanda; em 1994, em Hertogenbosch, na Holanda; e, em 1995, em Potsdam, na Alemanha), permitia-lhe não só conhecer melhor o trabalho das diversas redes nacionais e as práticas de combate à pobreza e à exclusão social mas também as orientações, problemas e desafios lançados pelas políticas sociais da União Europeia. Por exemplo, a Assembleia de Dublin foi marcada pelas apreensões face aos impactos do Tratado de Maastricht e à prioridade atribuída às políticas de convergência. Por isso, a Declaração final dessa Assembleia, considerando o agravamento da pobreza, da exclusão social e das desigualdades, «denunciava um modelo de desenvolvimento centrado no emprego

assalariado e no descompromisso do Estado», comprometendo-se a EAPN «a redobrar os esforços para contribuir para a elaboração de um novo modelo centrado no ser humano, num novo modo de organização e distribuição do trabalho e dos recursos, na realização efectiva dos direitos humanos, na reafirmação do papel central dos serviços públicos, na luta contra qualquer tipo de discriminação e estigmatização, na implicação e participação dos próprios pobres e das associações de solidariedade» (Estivill & Rodrigues, 2004: 137-138). No mesmo sentido, em 1995, a atenção voltava-se para a Conferência Intergovernamental que iria preparar, no ano seguinte, a reforma dos Tratados europeus. Por outro lado, ainda em 1995, a EAPN deparava-se com o problema do seu alargamento, com a integração de representantes dos três novos países (Áustria, Finlândia e Suécia) que passaram a fazer parte da União Europeia (Estivill & Rodrigues, 2004: 140).

A participação portuguesa na EAPN passava também pela sua representação no seu Comité Executivo, que integrava um delegado de cada uma das redes nacionais. Em Novembro de 1992, essa função, que vinha sendo assegurada por António José Rebolho Lapa, passou a ser exercida por Maria de Lourdes Morgado Serafim Teixeira Bastos. A partir do ano seguinte e até 2000, a representação portuguesa no Comité Executivo da EAPN seria desempenhada por José Alberto Mendes Falcão dos Reis. Os delegados portugueses no órgão dirigente da EAPN asseguravam quer a articulação entre a rede nacional e a rede europeia quer tarefas transversais desenvolvidas pela EAPN. Por exemplo, em 1994, quando a EAPN decidiu iniciar acções de formação de dirigentes de associações de solidariedade social, à escala europeia, foi constituído um grupo de apoio com um membro de cada rede nacional, em articulação com o Comité Executivo da EAPN. José Alberto Reis acumulou as funções de representante português nesse grupo¹⁸ com as de responsável do Comité Executivo da EAPN pelo acompanhamento das acções de formação (Estivill & Rodrigues, 2004: 167-170).

Nas actividades transnacionais realizadas no seio da EAPN, merece destaque a participação portuguesa no «Grupo de Trabalho dos Países do Sul e Periféricos», constituído, como referimos, aquando da Assembleia-geral de Bruxelas, em Outubro de 1991, com representantes de Espanha, Portugal, Itália, Grécia e Irlanda. Desde a primeira reunião formal desse grupo, realizada em Barcelona, em 25-26 Junho de 1992, Ana Luzia Reis participou activamente nos respectivos trabalhos, que incidiram na «análise da evolução específica da pobreza e bem-estar dos países do Sul, a produção da pobreza e das medidas actuais, o papel do mundo associativo e que lições podiam tirar-se para a construção da Europa social». Entre 1992 e 1995, esse grupo tornou-se um importante espaço de debate e de intercâmbio de ideias e de estudos, promovendo encontros regulares dos seus membros (em Setembro de 1992 em Roma; em Novembro em Atenas, por ocasião da Assembleia-geral da

¹⁸ Em 1996, seria substituído por Sandra Araújo, que continuou a assegurar o papel importante da REAPN nas acções de intercâmbio formativo à escala europeia.

EAPN; em Março de 1993 no Porto¹⁹; em Julho em Dublin; em Outubro em Bilbao; em Novembro em Dublin, por ocasião da Assembleia-geral da EAPN; em Março de 1994 em Atenas; em Setembro em Nápoles; e, finalmente, em Fevereiro de 1995 em Barcelona). Esta última reunião do Grupo dos Países do Sul coincidiu com um Seminário final, em que participaram representantes de todas as redes e em que foi apresentado um relatório do trabalho desenvolvido pelo grupo, publicado em três línguas²⁰ (Estivill & Rodrigues, 2004: 71-72).

O «Grupo de Trabalho dos Países do Sul e Periféricos» revelou-se também crucial como espaço de contactos, intercâmbio e colaboração para a preparação de projectos europeus. Logo em Abril e Maio de 1992, membros da Rede portuguesa participaram em diversas reuniões no estrangeiro que visavam preparar candidaturas de projectos a apresentar nesse ano a programas de financiamento comunitário. Antenor Areal participou, nesses meses, em Milão e Madrid, em reuniões preparatórias de um projecto sobre imigração. Ana Luzia Reis colaborou no grupo de trabalho que preparou o Projecto Puzzle, sobre a integração social, profissional e cultural da comunidade cigana. Neste projecto, apresentado em Outubro de 1992 ao Programa Horizon e que viria a ser aprovado em Março de 1993, como vimos, a participação da REAPN articulou-se quer com outros parceiros nacionais (Secretariado Nacional da Pastoral dos Ciganos de Lisboa e Obra Diocesana para a Promoção Social do Porto) quer com outras redes estrangeiras (Estivill & Rodrigues, 2004: 70-71).

¹⁹ Aquando dessa reunião do «Grupo de Trabalho dos Países do Sul e Periféricos», a REAPN organizou um encontro aberto, em que foi apresentado o primeiro documento produzido pelo Grupo. Cf. Grupo de Trabalho dos Países do Sul — Pobreza e bem-estar social nos Países do Sul. Porto, Março de 1993.

²⁰ Southern Working Group — Poverty and Welfare in the Southern and Peripheral Countries. Bruxelas: EAPN, 1995.

3

CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DA REDE PORTUGUESA (1995-2005)

Ultrapassados os desafios com que se defrontou nos seus primeiros anos de actividade, nomeadamente a afirmação da sua identidade no vasto sector das instituições de solidariedade social, a resolução dos problemas práticos de instalação e de constituição de um corpo técnico de apoio, o relacionamento com outras instituições nacionais e europeias e o desenvolvimento das suas primeiras acções, nos campos da informação, investigação e formação, pode dizer-se que a Rede Europeia Anti-Pobreza - Portugal iniciou um percurso imparável de implantação territorial a nível nacional, ao mesmo tempo que reforçou a sua participação em projectos nacionais e internacionais, a promoção de múltiplas iniciativas de divulgação e de intervenção comunitária, destacando-se, ainda, como interlocutor institucional activo na formulação de políticas sociais.

Na década de viragem do milénio, entre 1995 e 2005, a REAPN tornou-se uma verdadeira rede nacional, implantando, progressivamente, núcleos distritais, o que favoreceu não só uma maior capacidade de desenvolvimento de parcerias, de conhecimento dos problemas e de intervenção local. Aumentou, também, neste período, a sua capacidade de articulação com outros grupos e redes estrangeiras, permitindo-lhe a participação em diversos projectos transnacionais, bem como a sua intervenção na Rede europeia, cuja Assembleia-geral se reuniu no Porto em 1998. A capacidade de acção da REAPN e a sua estrutura polinucleada exigiram, simultaneamente, um esforço contínuo de auto-avaliação e de reorganização interna.

Numa época de redefinição das políticas sociais europeias e nacionais, a REAPN participou activamente em muitos momentos e debates decisivos, como na introdução do Rendimento Mínimo Garantido, desde 1996, na estruturação da Rede Social, lançada em 1997, na dinamização do Mercado Social de Emprego, desde 1999, em iniciativas associadas à Cimeira de Lisboa, em 2000, ou nos debates e nas acções em torno dos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão, ao longo da primeira metade da década de 2000.

3.1. O contexto europeu e nacional: uma década de avanços e recuos

Nada disso foi fácil. Tanto ao nível europeu como em Portugal, a luta contra a pobreza e a exclusão social defrontou-se, neste período, com forças contraditórias, impelindo ora no sentido do aprofundamento das políticas sociais activas e sua articulação com as políticas de integração europeia ora no sentido de uma reformulação neoliberal dessas políticas.

Na segunda metade dos anos noventa, como já se referiu, a centragem das instituições europeias nos critérios de convergência que permitissem avançar na criação da União Económica e Monetária desvalorizou o desenvolvimento das políticas sociais comunitárias. Em diversos países, esse período corresponde mesmo a uma redução da parte dos rendimentos nacionais canalizada para a protecção social, em contraste com a recuperação no quinquénio seguinte.

DESPESA PÚBLICA DOS PAÍSES DA UE, COM
POLÍTICAS DE PROTECÇÃO SOCIAL, EM % DO PIB,
1995, 2000 E 2005

PAÍSES	1995	2000	2005
Bélgica	25,6	24,5	25,6
Dinamarca	28,7	26,0	27,3
França	29,0	28,4	29,6
Alemanha	25,9	26,2	27,0
Grécia	17,4	19,2	21,1
Irlanda	17,9	13,1	15,8
Itália	21,7	23,3	24,9
Luxemburgo	20,8	19,6	22,0
Holanda	23,8	19,8	21,8
Portugal	16,2	18,6	22,8
Espanha	21,3	20,0	20,9
Reino Unido	19,2	18,4	20,2
Áustria	26,1	26,1	26,8
Finlândia	29,7	23,3	25,0
Suécia	31,8	28,2	28,7

Fonte: OCDE, 2014 (*Social Expenditure Database, 1980-2014*).

Pode dizer-se que as resistências britânica e alemã à adopção de princípios e de políticas sociais comuns à União Europeia limitaram o alcance prático dos importantes documentos lançados pela Comissão Europeia, desde 1994, ainda sob a presidência de Delors. Em Novembro de 1996, na Assembleia-geral da Rede Europeia Anti-Pobreza, a declaração final destacava a ausência de progressos da União Europeia ao nível dos direitos, da cidadania e da exclusão, ao mesmo tempo que saudava o Relatório *Pour une Europe des Droits Civiques et Sociaux*, elaborado pelo Comité de Sábios, presidido por Maria de Lourdes Pintasilgo, que apontava que o «maior défice» da UE residia na fraca participação da sua sociedade civil, defendendo uma Europa baseada nos direitos cívicos e sociais (Estivill & Rodrigues, 2010: 141-142; Comité des Sages, 1996).

Embora a orientação seguida pela Comissão Europeia durante a presidência de Jacques Santer (1995-1999) pouco contribuisse para alterar essa tendência de recuo nas políticas sociais²¹, o novo clima político europeu, com a chegada ao poder de diversos governos de centro-esquerda²², veio alterar as relações de forças nas instituições comunitárias. Compreende-se, assim, uma viragem sensível ocorrida em 1997, bem patente na Cimeira do Luxemburgo (Novembro), que aprovou o Tratado de Amesterdão, que entraria em vigor em Maio de 1999, assumindo, entre outros aspectos, a necessidade de desenvolver a «cidadania europeia» e a cooperação entre os Estados-membros na luta contra a pobreza e a exclusão social (nomeadamente nos artigos 136 e 137), a discriminação e o racismo, bem como uma Estratégia Europeia de Emprego.

Mais clara e ambiciosa seria a Cimeira de Lisboa, durante a presidência portuguesa, no primeiro semestre de 2000²³. A Estratégia de Lisboa lançou o objectivo comum de transformar a UE, até 2010, na «economia mais competitiva e dinâmica do mundo, baseada na gestão do conhecimento e da inovação, capaz de um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e uma maior coesão social». O triângulo do desenvolvimento da Europa aí formulado num ambiente de grande entusiasmo, assente nos pilares do crescimento económico sustentável, emprego e coesão social, viria a traduzir-se em diversos mecanismos e programas nos anos seguintes, com o objectivo de operacionalizar essa orientação estratégica.

²¹ E o mesmo se passaria depois de Santer, após o curto interregno do espanhol Manuel Marín (Março-Setembro 1999), com o italiano Romano Prodi (1999-2004) e o português Durão Barroso (2004-2014). Como escreveu Tony Judt: «Com os sucessores de Delors [...] a Comissão continua tão activa como sempre, mas os seus esforços foram direccionados para a desregulamentação dos mercados» (Judt, 2006: 889).

²² Em França, em 1997, o governo presidido pelo socialista Lionel Jospin substituiu o conservador de Alain Juppé (1995-1997). Nesse mesmo ano, no Reino Unido, o Partido Trabalhista, liderado por Tony Blair, venceu as eleições, derrubando o governo conservador de John Major (1990-1997). Na Alemanha, em 1998, a longa governação democrata-cristã de Helmut Kohl (1982-1998) seria substituída pelo governo presidido pelo social-democrata Gerhard Schröder (1998-2005).

²³ Refira-se que, nesse mesmo ano, a «Declaração do Milénio das Nações Unidas», aprovada na Cimeira da ONU (Nova Iorque, 6-8 de Setembro de 2000), em que participaram governantes de 191 países, afirmaria também, entre os seus objectivos-chave, a erradicação da pobreza em todo o mundo.

Relativamente ao combate à pobreza e à exclusão social, determinava-se a criação de Planos Nacionais de Acção para a Inclusão (PNAI) pelos Estados-membros, que deveriam adaptar os objectivos comuns europeus às realidades específicas de cada país.

No final desse ano de 2000, na Cimeira de Nice, o Parlamento Europeu, o Conselho, e a Comissão proclamaram, conjuntamente, a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, como conjunto de «valores indivisíveis e universais da dignidade do ser humano, da liberdade, da igualdade e da solidariedade»²⁴. Nessa Cimeira, o Conselho Europeu, reafirmando os princípios de Lisboa, formulou uma Agenda Social, com um conjunto de objectivos comuns a considerar nos diversos PNAIs («participação no emprego e acesso de todos aos recursos, direitos, bens e serviços; prevenir o risco de exclusão; actuar em favor dos mais vulneráveis; mobilizar o conjunto de intervenientes»), a apresentar pelos Estados-membros até Junho de 2001 (Estivill & Aires, 2007: 38). Dando cumprimento a essa agenda, seriam lançados, em meados do ano seguinte, nos quinze países da UE os primeiros PNAIs (2001-2003), que dariam lugar, entre 2003 e 2005, à segunda geração de PNAIs, que, na sequência das determinações dos Conselhos de Laeken e Barcelona, assumiriam objectivos mais precisos²⁵.

No entanto, no plano das políticas sociais, o cumprimento da Estratégia de Lisboa esteve longe de corresponder às esperanças nela depositadas. Na viragem do milénio, as economias europeias enfrentavam uma conjuntura adversa, sob o impacto da globalização, que impelia à desregulamentação e liberalização dos mercados financeiros, à deslocalização de indústrias e à desvalorização do trabalho, em nome da competitividade, fazendo aumentar o desemprego de longa duração, as situações de precariedade laboral, de pobreza e de exclusão social. O desemprego atingia então valores alarmantes na União Europeia, em torno dos 11%, afectando cerca de 18 milhões de pessoas, das quais 5 milhões de jovens. Mais de 57 milhões de europeus viviam abaixo do limiar da pobreza, estimando-se em cerca de 3 milhões o número dos sem-abrigo. Em muitos países, agravava-se o declínio das zonas rurais e de zonas industriais abandonadas, a par da degradação de muitos centros históricos e subúrbios de grandes cidades, fazendo aumentar a marginalização e formas de exclusão social (Estivill & Aires, 2007: 93).

Paralelamente, a Europa confrontava-se com graves problemas de exclusão e discriminação de minorias étnicas, ao mesmo tempo que se expandiam atitudes xenófobas e de intolerância. O problema não era novo e já suscitara diversas orientações das instâncias europeias no sentido de o debelar. Em 1997, foram

²⁴ Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2000/C 364/01). Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 18.12.2000.

²⁵ Seguindo as determinações do Conselho Europeu de Laeken (Dezembro de 2001), que aprovou a adopção pelos Estados-membros de um sistema de 21 indicadores de diagnóstico e avaliação, e do Conselho de Barcelona (Março de 2002), defendendo a «adopção de objectivos precisos para reduzir a exclusão social, tendo em conta os indicadores aprovados em Laeken e o carácter multidimensional do fenómeno da exclusão».

promovidas várias acções no âmbito do «Ano Europeu contra o Racismo e a Xenofobia». No entanto, o perigo manteve-se e até alastrou²⁶, associando-se ainda à questão religiosa, exacerbada com os actos terroristas praticados por fundamentalistas islâmicos (o ataque às Twin Towers de Nova Iorque, em 11 de Setembro de 2001, provocou 2.753 mortes) e com as intervenções militares americanas, com o apoio de vários países europeus, no Afeganistão (2001) e no Iraque (2003).

Simultaneamente, agravaram-se as disparidades regionais no seio da Europa. Se, na segunda metade dos anos noventa, numa conjuntura económica de maior crescimento, os países do Sul pareciam estar a ter sucesso na aplicação das políticas de convergência, o que lhes permitiu integrar a «zona euro», o novo milénio viria pôr a nu fragilidades estruturais desses países e agravar as desigualdades Norte/Sul. De facto, a criação da moeda única não foi acompanhada de uma necessária harmonização das políticas económicas dos diferentes países da zona euro. Pelo inverso, a imposição rígida das regras do «pacto de estabilidade e crescimento», em especial a manutenção do *deficit* orçamental dos Estados-membros abaixo de 3% do PIB, obrigou as economias mais frágeis a cortes na despesa pública e a medidas de austeridade.

Apesar de todos os esforços, o processo de integração europeia parecia falhar os objectivos de maior coesão territorial e social. O alargamento da União Europeia, com a integração de dez novos países (Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa), em Maio de 2004, veio salientar ainda mais as diferenças e colocar problemas de organização interna, de funcionamento e de articulação de políticas. Ao mesmo tempo, acentuou-se a competição entre as nações europeias pela captação de capitais e investimentos e domínio de mercados, surgindo políticas de dumping social, de competição fiscal e de desregulação económica, em detrimento do espírito de cooperação e de coesão da União.

Nesta conjuntura, os sistemas de *Welfare State* dos diversos países europeus, se conseguiram amortecer, pelo menos parcialmente, os problemas sociais mais graves, com os programas de rendimento mínimo garantido e outros mecanismos de protecção social, impedindo milhões de europeus de caírem em situações de pobreza extrema, não escaparam a diversas pressões no sentido da sua reformulação. As dinâmicas demográficas das sociedades europeias, com a quebra da natalidade e uma maior esperança de vida, a par do número crescente de desempregados e da alteração do mercado de trabalho, com tendência para a flexibilização e precariedade, numa fase de maturidade dos sistemas de protecção social, que se tinham universalizado e diversificado as formas de apoio, traduziram-se em aumento da despesa pública nesses sistemas, gerando dificuldades da sua sustentabilidade financeira, que

²⁶ Actos de violência racista sucederam-se em países como a Alemanha e o Reino Unido, com grandes comunidades de imigrantes. Em França, cresceu a popularidade da extrema-direita, agregada na Frente Nacional, cujo líder, Jean-Marie Le Pen, conseguiu a proeza de ultrapassar o socialista Jospin na primeira volta das eleições presidenciais de 2002. Derrotado por Jacques Chirac, na segunda volta, obteve, no entanto, mais de 5 milhões de votos.

impeliam à sua reforma. Sucederam-se, em muitos países, reformulações mais ou menos profundas, incidindo na redução de prestações sociais, alteração dos sistemas de pensões, limitação do carácter universal e gratuito de alguns serviços públicos (de saúde, ensino, etc.) a estratos sociais insolventes, quando não a privatização de partes significativas do Estado social. Os governos de direita e de centro-direita adoptaram, quase por todo o lado, os princípios da ortodoxia neoliberal (dominantes em instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Mundial), confiando no mercado livre como solução para as dificuldades de crescimento numa economia globalizada e considerando os custos do Estado social incompatíveis com a competitividade e o desenvolvimento económico. Mesmo diversos governos de esquerda, como os de Tony Blair e Schröder, lançaram-se, então, numa «terceira via», procurando conciliar o Estado social com o que acreditavam ser as virtualidades do mercado livre (Judt, 2006: 889).

Os objectivos ambiciosos da Estratégia de Lisboa não se cumpriram. Nos primeiros anos do novo milénio, a Europa viu-se confrontada com uma forte retracção do seu crescimento económico (a taxa de crescimento do PIB na zona euro passou de 3,8, em 2000, para valores abaixo de 1%, em 2001 e 2002, e para 1,7%, em 2005), face às economias mais dinâmicas dos EUA e de alguns países asiáticos. Os progressos no campo do emprego foram, por isso, pouco significativos, mantendo-se elevadas taxas de desemprego (a média da taxa de desemprego na zona euro passou de 9,3, em 2000, para 9,0%, em 2005), com forte impacto do desemprego de longa duração (à volta de 4,1%). Na União Europeia alargada, os indicadores de pobreza eram alarmantes. Em 2005, o risco de pobreza atingia mais de 43% da população europeia, antes de quaisquer transferências sociais, descendo para os 16,4%, após as transferências sociais, mesmo assim um valor muito elevado. Os fracos progressos alcançados com a Estratégia de Lisboa suscitaram longos debates e impulsionaram a ideia de que a União deveria renovar a sua estratégia, centrando-se no crescimento e na competitividade da sua economia e no emprego. A Estratégia de Lisboa Renovada, aprovada pelo Conselho Europeu, na Primavera 2005, apesar de considerar a necessidade de políticas activas de inclusão, parece desvalorizar a dimensão da coesão social, um dos pilares da Estratégia de Lisboa de 2000. Como se lê num documento da Comissão Europeia: «A Comissão propõe recentrar a agenda de Lisboa em acções que fomentem o crescimento e o emprego de um modo plenamente coerente com o objectivo do desenvolvimento sustentável. As acções a realizar no âmbito dessa estratégia devem reforçar a capacidade da União para atingir e continuar a desenvolver os nossos objectivos ambientais e sociais. No entanto, o que importa agora é definir uma estratégia centrada nas áreas em que os resultados da Europa não são satisfatórios (por exemplo, estagnação do crescimento e criação insuficiente de postos de trabalho)» (Comissão Europeia, 2005a: 15). Pela mesma altura, a Comissão pronunciava-se sobre a Nova Agenda Social, adoptando como objectivos: «prosseguir uma abordagem europeia integrada que garanta uma interacção positiva das políticas económica, social e de emprego; promover a qualidade - do emprego, da política social e das relações

laborais -, o que, por seu turno, permite desenvolver o capital humano e social; modernizar os sistemas de protecção social, adaptando-os em resposta às actuais exigências das sociedades, com base na solidariedade e reforçando o seu papel de factor produtivo; ter em conta os “custos da ausência de política social”» (Comissão Europeia, 2005b: 18).

Como seria de esperar, a evolução da sociedade portuguesa e as políticas sociais adoptadas na década de viragem do milénio decorreram, em grande parte, das vicissitudes e orientações europeias. Porém, as características específicas da economia nacional e do modelo social, bem como as alterações políticas que se sucederam entre 1995 e 2005, merecem alguma atenção, para se perceber os problemas e desafios que se colocaram no campo da luta contra a pobreza e a exclusão social. Neste domínio, os avanços foram inquestionáveis, após o lançamento de uma «nova geração» de políticas sociais na segunda metade da década de noventa do século XX. O governo socialista, liderado por António Guterres, saído das eleições de 1995, iniciou uma notável política de convergência real face aos padrões europeus. Em ruptura com as políticas do anterior governo conservador de Cavaco Silva, o novo governo, embora se compromettesse com as políticas macroeconómicas para cumprimento do «pacto de estabilidade e crescimento», apostou na prioridade da educação e em políticas sociais que promovessem maior solidariedade, participação e diálogo social. Situado na cauda dos países da União Europeia, em 1995, no indicador da despesa pública com políticas de protecção social (16,2% do PIB), Portugal tornou-se um dos países com uma evolução mais positiva (passando para 18,6%, em 2000, e 22,8%, em 2005), conseguindo diminuir a taxa de risco de pobreza, em especial no período entre 1995 e 2000, em que também se reduziram os indicadores de desigualdade.

MEDIDAS DE POBREZA E DE DESIGUALDADE
EM PORTUGAL, 1995, 2000 E 2005

INDICADORES	1995	2000	2005
Taxa de risco de pobreza, antes de transferências sociais (%)	37,0	37,0	40,2
Taxa de risco de pobreza, após transferências sociais (%)	21,0	20,0	18,5
Desigualdade na distribuição do rendimento (S80/S20)	6,7	6,5	6,7
Índice de Gini (%)	36,0	37,0	37,7

Fonte: Fundação Francisco Manuel dos Santos — *PORDATA*, 2016.

Neste período, vivia-se no país uma fase de grande optimismo económico, com um crescimento do PIB²⁷ acima da média europeia, o que facilitou o cumprimento dos critérios de convergência e garantiu a entrada de Portugal na UEM em 1999. Ao longo da segunda metade dos anos noventa, verificou-se uma descida consistente

²⁷ Tendo atingido valores muito baixos nos últimos anos do governo de Cavaco Silva (-0,7 e 1,5, em 1993 e 1994), a taxa de crescimento do PIB subiu para 2,3, em 1995, situando-se depois, até 2000, sempre acima dos 3,5%, chegando a atingir 4,8%, em 1998 (Fundação Francisco Manuel dos Santos — *PORDATA*, 2015).

e considerável do *deficit* das contas públicas (passou de 5,2 % do PIB em 1995 para 3,2% em 2000) e da dívida pública (baixou de 58,3% do PIB em 1995 para 50,3% em 2000)²⁸. Simultaneamente, verificou-se uma melhoria sensível do mercado de trabalho, com uma descida da taxa de desemprego para valores bastante baixos (de 7,1%, em 1995, para 3,9%, em 2000) e uma valorização dos salários.

Esta conjuntura económica favorável permitiu ao governo socialista, de acordo com o programa com que vencera as eleições de 1995, empreender importantes avanços em todos os sectores com maior impacto social (educação, ciência, saúde, cultura, políticas sociais), lançando um vasto conjunto de medidas inovadoras nas diversas vertentes do sistema de protecção social.

Como instrumento de política social de combate à pobreza e à exclusão seria lançado, em 1996, o Rendimento Mínimo Garantido (mais tarde designado Rendimento Social de Inserção), compreendendo não só uma prestação pecuniária a pessoas sem rendimentos e excluídas mas também um programa de inserção²⁹.

Na sequência das resoluções da Cimeira Extraordinária sobre o Emprego do Luxemburgo, realizada em Novembro de 1997, foi lançado o Plano Nacional de Emprego (PNE), em Maio de 1998, com diversas medidas activas de promoção do emprego e de inserção no mercado de trabalho³⁰. Refira-se que, neste domínio, o governo português vinha já criando outros incentivos, nomeadamente o lançamento, em 1996, do Mercado Social de Emprego, entendido «como um conjunto diversificado de soluções para a integração ou reintegração socioprofissional de pessoas desempregadas com base em actividades dirigidas a necessidades sociais não satisfeitas pelo normal funcionamento do mercado»³¹. Ou, ainda, a criação do regime de incentivos às microempresas³², articulando-o com o anterior Programa das Iniciativas de Desenvolvimento Local (de Fevereiro de 1995) e a dinamização das iniciativas locais de emprego³³, entre outras medidas.

²⁸ Fundação Francisco Manuel dos Santos — PORDATA, 2015.

²⁹ Nesta altura, o RMG já tinha sido adoptado por 12 países da UE. Em Portugal, na sequência da recomendação do Conselho Europeu dos Assuntos Sociais da UE de 24 de Junho de 1992, presidido pelo ministro português Silva Peneda, a introdução do RMG tinha sido objecto de propostas apresentadas na Assembleia da República pelo PCP e pelo PS, em 1993 e em 1994, que foram rejeitadas pelo PSD e pelo CDS. Em Maio de 1996, por iniciativa do Ministro da Solidariedade, Ferro Rodrigues, o governo do PS apresentaria um novo projecto de lei para instituir o RMG. Pela mesma altura, o PCP voltou a apresentar uma proposta no mesmo sentido, mas foi a proposta governamental que obteve a aprovação da AR (Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho). A aplicação desta medida teve uma fase experimental, entre Julho de 1996 e Junho de 1997, passando depois a constituir um novo direito social de todas as pessoas e famílias abaixo do considerado «rendimento mínimo» (Decreto-Lei 196/97, de 31 de Julho). Refira-se ainda, a este propósito, a colaboração de membros da REAPN na avaliação da fase experimental do RMG.

³⁰ Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/98. *Diário da República*, I série-B, n.º 104, 06.05.1998, p. 2035-2054.

³¹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/96. *Diário da República*, I série-B, n.º 157, 09.07.1996, p. 1771.

³² Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/96. *Diário da República*, I série-B, n.º 216, 17.09.1996, p. 3223.

³³ Decreto-Lei n.º 189/96. *Diário da República*, I série-A, n.º 233, 08.10.1996, p. 3517-3520.

Mais complexo foi o processo de reforma do sistema de segurança social. O governo iniciou esse processo em várias frentes. Logo em Março de 1996, nomeou a Comissão do Livro Branco da Segurança Social, para estudar e propor as medidas de reforma mais adequadas para a sustentabilidade da Segurança Social, sem pôr em causa os princípios de equidade e solidariedade. Porém, a diversidade de posições no seio dessa Comissão dificultou o consenso, gerando propostas radicalmente diferentes, como se percebe no relatório final, publicado em 1998 (Comissão do Livro Branco da Segurança Social, 1998), e no relatório alternativo subscrito por alguns membros da Comissão e publicado pouco depois (Santos, *et al.*, 1998). A questão que gerou maior polémica dentro da Comissão foi a proposta de introdução de plafonamento no sistema de segurança social, o que, segundo os opositores, corresponderia ao enfraquecimento do sistema público (dado que os maiores contribuintes deixariam de descontar a partir do limite fixado), conduzindo à sua privatização parcial. Idênticas divisões de opinião surgiram no debate entre os parceiros sociais no seio da Concertação Social. Tais divergências permitiram ao governo assumir uma posição equidistante. Em 1998, apresentou a proposta de uma nova Lei de Bases da Segurança Social na Assembleia da República, que suscitou a apresentação de projectos dos outros partidos com assento parlamentar. Porém, a nova Lei de Bases da Segurança Social só viria a ser aprovada ao fim de longas negociações já na legislatura seguinte, em Julho de 2000³⁴, passando o sistema de solidariedade e segurança social a incluir três subsistemas: o subsistema de protecção social de cidadania (abrangendo as pensões do antigo regime não contributivo, o rendimento mínimo garantido e os complementos sociais dos regimes contributivos, bem como a acção social, para assegurar a garantia de direitos básicos), o subsistema universal de protecção à família (englobando todas as prestações familiares anteriormente incluídas nos regimes contributivo e não contributivo, bem como as prestações a dependentes) e o subsistema previdencial (integrando todos os anteriores regimes e prestações dos trabalhadores por conta de outrem e independentes).

Muitas outras medidas sociais deste período tiveram um impacto sensível, embora longe do desejável, na redução de índices de pobreza. Refira-se, por exemplo, as que, desde 1996, procuraram beneficiar os pensionistas com pensões de reforma mais degradadas e com carreiras contributivas mais longas.

Vale a pena destacar também o esforço realizado na territorialização e descentralização das políticas sociais, ao mesmo tempo que se procurou uma maior integração intersectorial e interinstitucional dessas políticas, com o envolvimento mais activo e articulado das instituições públicas e privadas de solidariedade social e das autarquias locais. Neste sentido, em Dezembro de 1996, o Ministério da Solidariedade e Segurança Social assinou um «Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social» com a Associação Nacional de Municípios, a Associação Nacional de Freguesias, a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, a União das Misericórdias Portuguesas e a União

³⁴ Lei n.º 17/2000, de 24 de Julho.

das Mutualidades³⁵. E, em finais de 1997, o governo lançou o programa Rede Social, visando mobilizar «o conjunto das diferentes formas de entreeajuda, bem como das entidades particulares sem fins lucrativos e dos organismos públicos que trabalham no domínio da acção social e articulem entre si e com o Governo a respectiva actuação, com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social e à promoção do desenvolvimento social». O objectivo era incentivar «os organismos do sector público (serviços desconcentrados e autarquias locais), instituições solidárias e outras entidades que trabalham na área da acção social a conjugarem os seus esforços para prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e exclusão e promover o desenvolvimento social local através de um trabalho em parceria»³⁶.

Portugal terá sido mesmo, segundo alguns autores, o país que, entre os Estados-Providência do Sul da Europa, revelou maior progresso e eficácia das políticas sociais (Ferrera, *et al.*, 2000: 53, 61-71; Ferreira, 2000: 222). As preocupações sociais do governo português traduziram-se, além disso, numa participação activa nas instâncias europeias, visando conciliar os objectivos do desenvolvimento económico sustentável e da coesão social. Nesta perspectiva, o sucesso da presidência portuguesa da UE, no primeiro semestre de 2000, decorreu da capacidade de incluir esses objectivos na Estratégia de Lisboa, a que já nos referimos. No entanto, os resultados da aplicação dessa estratégia, nos primeiros anos do novo século, ficaram muito aquém das expectativas. Como vimos, a conjuntura internacional e europeia tornou-se desfavorável, revelando as fragilidades da economia portuguesa no seio da zona euro.

A tendência de crescimento económico que se vivera até 2000 começou a dar sinais de desaceleração logo em 2001, situação que se agravaria nos anos seguintes, com uma significativa retracção do mercado interno, travagem do crescimento do PIB³⁷, aumento do deficit das contas públicas e da dívida³⁸, acima dos limites dos critérios de convergência do Pacto de Estabilidade e Crescimento, o que levaria a impor medidas fiscais mais gravosas para os contribuintes e consumidores³⁹. O mercado de trabalho sofreu os efeitos da conjuntura desfavorável, verificando-se um aumento significativo do desemprego (de 3,9% em 2000 saltou para 6,3% em 2003 e para 7,6 em 2005).

³⁵ PORTUGAL. Ministério da Solidariedade e Segurança Social — Pacto de cooperação para a solidariedade social. Lisboa: Ministério da Solidariedade e Segurança Social, 1996.

³⁶ Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97. Diário da República, I série-B, n.º 267, 18.11.1997, p. 6253-6255.

³⁷ A taxa de crescimento do PIB baixou de 3,8% em 2000 para 1,9 em 2001 e 0,8 em 2002. A situação agravou-se em 2003, com uma recessão (-0,9%), sendo a recuperação posterior bastante tímida, com taxas de crescimento de 1,8% e 0,8%, em 2004 e 2005, respectivamente. Fundação Francisco Manuel dos Santos — PORDATA, 2015.

³⁸ O deficit das contas públicas subiu de 3,2% do PIB em 2000 para 4,8% em 2001; em 2002, baixaria para 3,3%, mas voltaria a agravar-se nos anos seguintes, atingindo 6,2% em 2004 e 2005. Simultaneamente, a dívida pública, que baixara no período anterior, representando 50,3% do PIB em 2000, voltou a subir nos anos seguintes, atingindo 62% em 2004 e 67,4% em 2005. Fundação Francisco Manuel dos Santos — PORDATA, 2015.

³⁹ Por exemplo, a taxa máxima do IVA subiu de 17% para 19%, em 2002, e para 21%, em 2005.

Por outro lado, a perspectiva da transformação da «Europa dos 15» na «Europa dos 25», veio colocar novos desafios a países como Portugal, quer ao nível do acesso a fundos comunitários quer no plano da concorrência com economias de salários mais baixos, com a deslocalização de investimentos.

Neste ambiente económico instável, em que se agravaram os sinais depressivos, aumentou também a instabilidade política nacional. Ao governo socialista de António Guterres iria suceder, na sequência das eleições legislativas de Março de 2002, o governo de Durão Barroso, constituído por uma coligação pós-eleitoral da direita parlamentar (PSD e CDS-PP). Em Julho de 2004, Durão Barroso abandonou a chefia do governo para se candidatar ao cargo de presidente da Comissão Europeia, sendo substituído por Pedro Santana Lopes, cujo governo durou apenas oito meses. As eleições legislativas de Fevereiro de 2005 dariam uma confortável vitória ao Partido Socialista, que formou governo, liderado por José Sócrates.

Apesar da instabilidade económica e política, o forte impulso dado às políticas sociais no período anterior e as orientações europeias derivadas da Estratégia de Lisboa geraram um forte dinamismo dos projectos de luta contra a pobreza e a exclusão social. No entanto, os resultados ficaram aquém dos objectivos definidos. Neste sentido, o Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2001-2003, lançado pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade em Junho de 2001, cumprindo as resoluções da Cimeira de Lisboa de 2000, assumia a sua inserção na «nova geração de políticas sociais» que vinha sendo seguida pelo governo português desde 1995, visando «promover a inclusão de todos os residentes, garantindo o acesso aos recursos, aos direitos, aos bens e aos serviços, bem como promover a igualdade de oportunidades de participação social numa sociedade com melhor qualidade e maior coesão»⁴⁰. Mas, se é verdade que o PNAI veio reforçar a articulação de políticas e programas de promoção da coesão social, esteve longe de corresponder a todos os «grandes desafios» que assumiu: «erradicar a pobreza infantil até 2010»; «reduzir a taxa da pobreza, que era de 23% em 1995, para 17% até 2005, tornando-a igual à média europeia»; «reduzir em 50% a pobreza absoluta até 2005»; «lançar nos próximos dois anos 50 “Contratos de Desenvolvimento Social Urbano” com vista à criação de cidades inclusivas»; «lançar o Programa “Espaço Rural e Desenvolvimento Social”, integrando os diversos instrumentos e iniciativas de desenvolvimento local integrado de comunidades rurais»; «assegurar que todas as pessoas em situação de exclusão social serão individualmente abordadas pelos serviços locais de acção social, numa perspectiva de aproximação activa, com vista à assinatura no prazo de um ano, de um contrato de inserção social adequado à sua situação concreta e envolvendo, conforme os casos, medidas na área da educação e formação, emprego, habitação, saúde, protecção social, rendimento e acesso a serviços»; «reduzir para três meses o prazo referido anteriormente, no caso das crianças e jovens em risco, envolvendo sempre medidas específicas para o regresso à escola ou à formação inicial»; «lançar uma linha telefónica nacional de emergência, devidamente articulada com

⁴⁰ PORTUGAL. Ministério do Trabalho e da Solidariedade — *Plano Nacional de Acção para a Inclusão – Portugal, 2001-2003*, Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 2001, p. 7-8.

centros de emergência social distritais de funcionamento contínuo e ininterrupto, que assegurem o encaminhamento de qualquer cidadão em situação de emergência - nomeadamente pessoas sem-abrigo, pessoas vítimas de violência, crianças em risco - para serviços prestadores de cuidados primários e acolhimento»⁴¹.

Daí que alguns dos «grandes desafios» assumidos pelo segundo PNAI (2003-2005) fossem bastante mais moderados: por exemplo, o objectivo de reduzir o risco de pobreza para 17% até 2005 (no PNAI 2001-2003) passou para 19%; o de «erradicar a pobreza infantil até 2010» passou para «reduzir fortemente a pobreza infantil até 2010». Por outro lado, o novo PNAI integrava um conjunto de «desafios» contemplando a participação dos desempregados de longa duração em acções «de formação, reconversão, prática profissional ou outra medida de empregabilidade, com o objectivo de atingir a média dos três Estados-membros mais avançados», de participação da população adulta em acções de formação ao longo da vida, de aumentar os níveis de escolaridade entre os jovens, de «fazer convergir as pensões mínimas com valores indexados ao salário mínimo nacional, até 2006», de «criar e implementar um sistema de auditoria social às instituições de acolhimento de crianças em risco, pessoas com deficiência e idosos, tendo em vista qualificar o seu funcionamento», de reorganizar a rede de cuidados de saúde primários, para garantir médico de família a todos os cidadãos, de alargar substancialmente a rede de estruturas de acolhimento pré-escolar, de promover o desenvolvimento de Planos Locais para crianças e jovens em risco, de combater o abandono escolar precoce, de assegurar contratos de inserção social para pessoas em situação de exclusão social⁴².

Concebidos como instrumentos de orientação e de coordenação estratégica de programas e recursos para combater a exclusão social, os PNAI desempenharam um papel importante na articulação das políticas sociais e da acção das diversas instituições intervenientes nesse domínio, bem como na promoção de políticas activas de inclusão, estimulando as oportunidades de participação cívica e as parcerias entre instituições públicas e privadas (ou cooperativas) de solidariedade social.

Por outro lado, no final deste período, a par da degradação da conjuntura económica, assistia-se a uma travagem, senão retrocesso, das políticas sociais, tanto a nível europeu como nacional, defraudando as esperanças depositadas na Estratégia de Lisboa de 2000. Em jeito de balanço do ano de 2004, o presidente da REAPN, Padre Jardim Moreira, lamentava os «bloqueios» que estavam a verificar-se nas políticas de combate à pobreza e à exclusão: «O ano de 2004, devido a muitas circunstâncias, umas mais de conjuntura e outras mais de carácter estrutural, relevou-se um ano bastante difícil no

⁴¹ PORTUGAL. Ministério do Trabalho e da Solidariedade — *Plano Nacional de Acção para a Inclusão – Portugal, 2001-2003*, Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 2001, p. 10; para a avaliação do PNAI 2001-2003, veja-se: PORTUGAL. Ministério do Trabalho e da Solidariedade — *Plano Nacional de Acção para a Inclusão – Portugal, 2003-2005*, Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 2003, p. 8-30.

⁴² PORTUGAL. Ministério do Trabalho e da Solidariedade — *Plano Nacional de Acção para a Inclusão – Portugal, 2003-2005*, Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 2003, p. 34-35.

que ao combate à pobreza diz respeito. Já é hábito que, quando a conjuntura económica é má, o combate à pobreza deixe de ser uma prioridade e rapidamente desapareça das agendas políticas. Por vezes, e paradoxalmente, parece que o combate à pobreza é coisa de ricos! De facto, é impossível negar que em termos de políticas sociais assistimos a uma estagnação em alguns sectores e a um forte retrocesso noutros. Mesmo ao nível mais macro dos compromissos europeus, com destaque para o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) assistimos a um bloqueio. Tal bloqueio não é, infelizmente, apenas uma circunstância nacional já que a própria Estratégia Europeia de Combate à Exclusão saída da Cimeira de Lisboa em 2000 parece quase votada ao abandono e esquecimento, sendo cada vez mais as vozes que a atacam do que as que a defendem. Se o modelo social europeu vem já sendo posto em causa ao longo dos últimos anos, 2004 é um ano particularmente significativo no que concerne à implementação de medidas que ainda enfraquecem mais este modelo. Assistimos, no fundo, a uma União Europeia que parece querer recusar os seus valores fundadores propondo políticas que arriscam a nos conduzir para uma sociedade ainda mais vulnerável, desumanizada e injusta»⁴³.

3.2. Crescimento e afirmação nacional da REAPN

A REAPN participou activamente no acompanhamento e implantação da «nova geração de políticas sociais», na segunda metade dos anos noventa, nos debates em torno da formulação da «Estratégia de Lisboa», em 2000, e na posterior adopção e operacionalização dos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão. Pode dizer-se que, após a fase de nascimento e estruturação da REAPN na primeira metade da década de noventa, este período coincidiu com a sua fase de crescimento e de afirmação nacional, com uma gradual disseminação territorial em todos os distritos do continente e a participação activa na articulação institucional, formação, informação, investigação, mediação social e pressão política no domínio da luta contra a pobreza e a exclusão social. Multiplicaram-se as actividades da REAPN em todas essas áreas e alargou-se a colaboração com entidades públicas do sector, universidades, centros de investigação e instituições de solidariedade social, bem como a participação em plataformas, redes e observatórios, quer nacionais quer transnacionais. Esse dinamismo da Rede e a sua crescente implantação local reflectiram-se num aumento significativo de associados institucionais e na necessidade de adaptar a sua estrutura organizativa e o seu funcionamento, em simultâneo com o reforço dos recursos técnicos e humanos.

⁴³ MOREIRA, Padre Jardim — “2004: um ano difícil”. *Rediteia*. REAPN, n.º 34, Julho-Dezembro de 2004, p. 2.

3.2.1. A REAPN e a “nova geração de políticas sociais”

As novas políticas sociais lançadas pelo governo socialista saído das eleições de Outubro de 1995 suscitaram, como seria de esperar, uma intervenção activa da REAPN, que acompanhou atentamente a sua implantação e o seu impacto. Em 29 de Maio de 1996, aquando da aprovação pela Assembleia da República da proposta do governo para criar «o rendimento mínimo garantido, instituindo uma prestação do regime não contributivo da segurança social e um programa de inserção social»⁴⁴, como instrumento de política social de combate à pobreza e exclusão, a REAPN organizou, no auditório da sua sede no Porto, um seminário sobre o tema «O Rendimento Mínimo no Contexto das Políticas Sociais», com mais de uma centena de participantes, em que intervieram, entre outros, Joaquina Madeira, directora-geral da Acção Social, Padre Jardim Moreira, presidente da REAPN, Brás Pinto, membro da Comissão do Rendimento Mínimo Garantido, José Alberto Reis, delegado português ao Comité Executivo da EAPN, e Casimiro Marques Balsa, professor da Universidade Nova de Lisboa⁴⁵. O número de Outubro do boletim da REAPN publicaria diversos documentos sobre o tema, nomeadamente a Resposta ao *Questionário sobre Rendimento Mínimo Garantido*, elaborada pelo Gabinete Técnico da Comissão Nacional sobre Rendimento Mínimo Garantido, a lista de projectos-piloto aprovada pelo Ministério da Solidariedade e Segurança Social e uma notícia sobre o Seminário Europeu sobre o RMG, que se realizara em Lisboa⁴⁶. Em parceria com o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, a REAPN colaborou na avaliação da fase experimental do RMG⁴⁷, que decorreu entre Julho de 1996 e Junho de 1997, antes

⁴⁴ A proposta do governo foi aprovada pela Assembleia da República em 28 de Maio de 1996, dando origem à Lei n.º 19-A/96, publicada em 29 de Junho.

⁴⁵ “REAPN debate Rendimento Mínimo Garantido”. Notícias da Rede. REAPN, n.º 6, Julho de 1996, p. 6-7.

⁴⁶ Notícias da Rede. REAPN, n.º 7, Outubro de 1996, p. 6-7. Esse número do Notícias da Rede publicava também um artigo de opinião do Ministro da Solidariedade e Segurança Social, Eduardo Ferro Rodrigues, assumindo as prioridades do governo no lançamento de medidas activas de promoção da inserção social: «Em Portugal, a luta contra a pobreza faz-se através da política de criação de emprego, do funcionamento regular da acção social, dos projectos de luta contra a pobreza e, a partir de agora, também no âmbito do rendimento mínimo garantido, ainda em aplicação experimental» (p. 3).

⁴⁷ Através do projecto «RMG – Rendimento Mínimo Garantido: avaliação prospectiva de públicos e efeitos», desenvolvido em 1997, com financiamento do Ministério da Solidariedade e Segurança Social e da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Os resultados desse estudo viriam a ser publicados em: CAPUCHA, Luís (coord.); CASTRO, José Luís; GONÇALVES, Helena Seita; GUERREIRO, Maria das Dores; MELRO, Francisco; PEGADO, Elsa; REIS, Ana Luzia; SALEIRO, Sandra; SANTOS, Paulo — Rendimento Mínimo Garantido: avaliação da fase experimental. Lisboa: Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1998.

da medida se estender a todo o país. Continuará a acompanhar este instrumento de política social e a sua evolução. Em Fevereiro de 2002, no início do projecto «Activar a Participação», visando «dar voz aos excluídos e às suas formas associativas e com isso contribuir positivamente para a definição das políticas sociais de uma forma inclusiva e horizontal»⁴⁸, organizou em vários pontos do país (Ovar, Amares, Porto, Figueira da Foz, Portel e Lisboa) encontros regionais com beneficiários do Rendimento Mínimo, culminando num Encontro Nacional no Centro Social e Paroquial da Batalha, no final desse mês. Pouco depois, em Junho de 2002, António Bagão Félix, Ministro da Segurança Social e do Trabalho do novo governo chefiado por Durão Barroso, apresentou ao Parlamento uma proposta de lei de criação do Rendimento Social de Inserção, substituindo o anterior RMG, com o objectivo de «aprofundar o carácter social e familiar da prestação [...], conferindo-lhe mais eficácia, mais transparência e uma maior exigência e rigor na atribuição e fiscalização». Apesar das alterações introduzidas no sistema de atribuição da prestação (como a idade de acesso, que passou dos 18 para os 25 anos), motivando a oposição da esquerda parlamentar, mantiveram-se os principais objectivos da medida, conjugando o apoio pecuniário às pessoas em situação de pobreza extrema com políticas de inserção social⁴⁹.

Igualmente importante foi a colaboração activa da REAPN na implantação do Programa Rede Social, lançado pelo governo em Novembro de 1997, com vista à colaboração activa entre organismos do sector público e instituições de solidariedade social no combate à pobreza e à exclusão social e na promoção do desenvolvimento social local. O modelo de «partenariado social», que vinha sendo defendido e aplicado por entidades públicas e IPSS em diversas acções, correspondia, de resto, à filosofia de intervenção da REAPN e reforçava os seus esforços na implantação de núcleos locais. Como se pode ler no editorial do Notícias da Rede de Junho de 1997: «O partenariado é um instrumento muito útil, se for concretizado, para o combate a realidades multidimensionais que exigem respostas interligadas, através da cooperação interinstitucional do sector público e privado, da participação e co-responsabilização de agentes socioinstitucionais diversos. No campo da pobreza e exclusão social é evidente o esforço das entidades políticas responsáveis, quer em termos nacionais quer em termos europeus, para tornar o partenariado uma prática efectiva de trabalho. [...] Em Portugal, uma iniciativa deste género tem sido experimentada através do Rendimento Mínimo Garantido que institui uma nova forma de intervenção na área social, pois requer o envolvimento de uma multiplicidade de entidades, quer públicas quer privadas. Também em termos sectoriais, através do Programa de Luta contra a Pobreza, decorrente da experiência do III Programa Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social, Portugal tem procurado instituir a parceria como um princípio fundamental. [...] Apesar de nos encontrarmos ainda numa fase muito embrionária, consideramos que as

⁴⁸ REAPN — Relatório de Actividades 2002. Porto: REAPN, 2003, p. 3; “Activar a Participação”. Rediteia. REAPN, n.º 26, Janeiro-Março de 2002, p. 14-19.

⁴⁹ LOPES, Angelina Ferreira — “Rendimento Social de Inserção”. Rediteia. REAPN, n.º 27, Abril-Junho de 2002, p. 35.

iniciativas existentes permitem já retirar alguns ensinamentos, assim como avaliar o funcionamento deste modelo e as suas potencialidades, quer para o desenvolvimento local, quer para um novo *modus operandi* das instâncias governativas»⁵⁰.

De resto, grande parte da actividade da REAPN, com a crescente implantação de núcleos regionais, assentava, cada vez mais, na lógica do trabalho em rede, com múltiplas colaborações quer dos seus associados locais, de outras instituições de solidariedade social, de centros de investigação e universidades quer de autarquias e organismos públicos.

Esta articulação ganharia especial expressão, a partir de 2000, no quadro das políticas sociais decorrentes da «Estratégia de Lisboa», definida durante a Presidência Portuguesa da União Europeia no primeiro semestre desse ano. De resto, durante a Cimeira, a REAPN empenhou-se «em mobilizar todos os actores para participarem activamente no debate sobre o futuro da Europa», apoiando as propostas do governo português, nomeadamente no âmbito do Grupo de Trabalho «Fórum Social Europeu», para «introduzir o combate à exclusão como uma nova dimensão da acção da Comunidade em questões económicas e sociais», em paralelo com as dimensões do crescimento económico e do emprego (REAPN - *Relatório 2000*, 2001: 3). Em colaboração com a EAPN, e com o apoio do Instituto para o Desenvolvimento Social, organizou o Seminário Europeu «Mainstreaming Social Inclusion into all Policies to Promote Social Cohesion», que decorreu no Hotel Altis, em Lisboa, em 17-18 de Março⁵¹.

Já com seis núcleos distritais bem implantados (Lisboa, Porto, Braga, Coimbra, Aveiro e Évora) e com diversos projectos nacionais e transnacionais em desenvolvimento, a REAPN assumia então «o compromisso renovado e mais firme de promover o envolvimento e a participação da sociedade civil na definição, execução e avaliação da políticas sociais ao nível nacional, procurando desenvolver parcerias estratégicas no sentido de um cada vez mais concertado trabalho de rede com diferentes entidades» (REAPN - *Relatório 2000*, 2001: 3). Em Julho de 2000, celebraria um protocolo de colaboração com o Instituto de Emprego e Formação Profissional no âmbito da Economia Social, visando, numa primeira fase, a divulgação das medidas do Mercado Social de Emprego, a organização e dinamização de sessões temáticas e de formação e o apoio técnico à elaboração de candidaturas a esse programa⁵².

Em Outubro de 2001, a REAPN assinou um protocolo com o Instituto de Desenvolvimento Social (IDS), no âmbito do Programa de Implementação das Redes Sociais Locais, cabendo-lhe desenvolver acções de formação para dirigentes

⁵⁰ «Partenariado social: cada vez mais um instrumento de política social». Notícias da Rede. RE-APN, n.º 10, Junho de 1997, p. 1.

⁵¹ NATAL, Alfredo — «Redes Anti-Pobreza pressionam governos. Conselho Europeu Extraordinário é o primeiro palco para cumprir o objectivo do pleno emprego». *Jornal de Notícias*, 19.03.2000.

⁵² «REAPN celebra acordo de cooperação com o IIEP». Rediteia. REAPN, n.º 21, Novembro de 2000, p. 7.

e técnicos de ONGs em todo o território nacional, com o objectivo de fomentar e qualificar o trabalho em rede, partilhar experiências e divulgar boas práticas de intervenção social⁵³.

Simultaneamente, a Rede participou activamente na apresentação de propostas e na concretização do Plano Nacional de Acção para a Inclusão, lançado em meados desse ano, desenvolvendo acções de mobilização da sociedade civil para o combate à pobreza e à exclusão social⁵⁴. Para esse efeito, constituiu um grupo de trabalho, que envolveu todos os seus núcleos, elaborando um documento que viria a ser publicado em finais de Abril de 2001, em que defendia a articulação de quatro eixos de objectivos («promover a participação no emprego e o acesso de todos aos recursos, aos direitos, aos bens e serviços; prevenir os riscos de exclusão; actuar em favor dos mais vulneráveis; mobilizar o conjunto dos intervenientes») e apresentava 52 propostas concretas⁵⁵. Como destacou Jordi Estivill: «A maior parte dos compromissos apresentados pela Rede portuguesa para a primeira fase de elaboração foram executados e os meios de comunicação social fizeram eco das suas propostas. Publicamente a sua voz elevou-se potentemente, para não dizer unicamente, no seio da sociedade civil portuguesa. Não era a primeira vez que o fazia, mas era a primeira vez que aplicou uma metodologia activa e descentralizada de mobilização dos seus efectivos, para tomar uma posição clara, definida frente a um plano que, de alguma maneira, pode condicionar o futuro da luta contra a pobreza e a exclusão em Portugal e na Europa» (Estivill & Rodrigues, 2004: 179).

Em 2003, aquando da elaboração da segunda geração do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (2003-2005) e da avaliação do primeiro Plano, numa conjuntura política e económica mais adversa, a REAPN assumiria idêntico empenhamento, participando activamente em diversas acções de debate e de divulgação. Nos primeiros meses desse ano, o Grupo de Trabalho do Fórum de Política Social, promovido pela Rede, elaborou um documento subscrito por diversas instituições, em que defendia uma perspectiva integrada da estratégia nacional de inclusão social, com a operacionalização do Plano Nacional em planos de acção local/regional, com uma definição clara da participação das instituições da sociedade civil e da sua relação com os organismos governamentais e com a mobilização de todos os actores⁵⁶. A discussão em torno dos PNAI evidencia-se

⁵³ “Lançadas as bases do protocolo de cooperação entre a REAPN e o IDS. Jornadas de Formação e Reflexão para Dirigentes”. Rediteia. REAPN, n.º 25, Outubro-Novembro de 2001, p. 5; LOPES, Ana — “Jornadas de Formação e Reflexão para Dirigentes”. Rediteia. REAPN, n.º 26, Janeiro-Março de 2002, p. 8-9.

⁵⁴ ARAÚJO, Sandra — “Um olhar sobre a Rede...”. Rediteia. REAPN, n.º 27, Abril-Junho de 2002, p. 2-3.

⁵⁵ REAPN — Plano Nacional de Acção para a Inclusão: um desafio e uma oportunidade. Porto, Abril de 2001. Nas edições da revista da REAPN deste período, surgem-nos constantes reflexões sobre o PNAI. Veja-se, por exemplo: “Plano Nacional de Acção para a Inclusão”. Rediteia, n.º 23, Abril-Maio de 2001, p. 3-5; “17 de Outubro: Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza”. Rediteia, n.º 25, Outubro-Novembro de 2001, p. 13-16; RIBEIRO, Abel; GUERREIRO, Maria José — “Grupo de Trabalho PNAI em Évora”. Rediteia, n.º 27, Abril-Junho de 2002, p. 4-6; AMORIM, Isabel — “Encontro Regional de Reflexão e Debate sobre o PNAI”. Rediteia, n.º 27, Abril-Junho de 2002, p. 6-7; GUERREIRO, Maria José — “PNAI 2002”. Rediteia, n.º 29, Outubro-Dezembro de 2002, p. 15-16.

⁵⁶ O documento foi subscrito pela REAPN, CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social, CGTP-IN - Confederação Geral

em diversos números da revista Rediteia, reflectindo bem as preocupações da REAPN⁵⁷. Em Março e Abril de 2004, em colaboração com o Instituto da Solidariedade e da Segurança Social, a Rede promoveu um vasto ciclo de debates em todo o país (Évora, Santarém, Vila Verde, Porto, Lisboa, Viseu, Faro, Vila Real e Castelo Branco), visando divulgar o PNAI e promover um maior envolvimento e participação da sociedade civil na sua implantação⁵⁸. Em 2004, a REAPN participou activamente na formação do Fórum Não Governamental para a Inclusão Social, um grupo de trabalho intersectorial e interinstitucional, formado por diversas ONGs, visando garantir a participação da sociedade civil organizada na execução das políticas sociais definidas pelo PNAI, no seu acompanhamento e avaliação. No entanto, a instabilidade política e económica deste período não só dificultou a consolidação deste Fórum⁵⁹ como teve impactos negativos na execução do PNAI 2003-2005. O parecer elaborado pela REAPN em 2005 assumia, por isso, um tom bastante crítico: «As propostas da REAPN em Agosto de 2003, aquando da apresentação da 2.ª geração do PNAI foram bem-vindas e discutidas com a coordenação nacional em diferentes momentos. Foi neste enquadramento que a REAPN insistiu na necessidade de garantir uma maior participação, através da criação de um Fórum Não Governamental, de âmbito nacional. Infelizmente, e devido à instabilidade política, tornou-se muito difícil consolidar este Fórum até ao momento [...]». Apontava-se, ainda, o impacto negativo que diversas medidas políticas teriam provocado na implementação do PNAI: «O contexto económico e político, que está na origem de tais medidas, teve um impacto muito negativo na situação das pessoas que experienciam a pobreza. Uma crise económica, a subida da taxa de desemprego, alterações na legislação laboral (produzindo um clima de insegurança e instabilidade para os trabalhadores, sobretudo para os que têm baixas qualificações), alterações no rendimento mínimo, aumento dos impostos [...] produziram um impacto notório na vida daqueles que se encontram em situação de pobreza e exclusão social. [...] As alterações governamentais produziram também um efeito indirecto que se prende com a criação de “planos nacionais paralelos” para temas específicos (tais como a saúde, a violência contra as mulheres, a toxicodependência, etc.) não tendo em consideração o que foi expresso no PNAI 2003-2005, e tendo por vezes sido dada maior visibilidade a estes planos que ao PNAI (desvalorizando claramente a Estratégia de Lisboa, a Agenda

dos Trabalhadores Portugueses, UGT - União Geral dos Trabalhadores, FENACERCI - Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social, ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, IAC - Instituto de Apoio à Criança, Projecto Rua, Cáritas Portuguesa, União das Mutualidades Portuguesas, Delegação de Lisboa da Cruz Vermelha Portuguesa, INDE - Interooperação e Desenvolvimento, CERCICA - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Cascais e CASLAS - Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos. VEIGA, Fátima — “PNAI: um espaço de participação para a sociedade civil?”. Rediteia. REAPN, n.º 31, Abril-Junho de 2003, p. 3-4. Cf. Documento 5.

⁵⁷ Veja-se, por exemplo, o n.º 32, de Junho-Dezembro de 2003, que dedica ao PNAI o editorial e o dossier central, apresentando quer uma síntese das posições da Rede Europeia relativamente aos PNAI dos vários países (p. 21-32) quer uma análise mais circunstanciada do PNAI português (p. 32-38).

⁵⁸ ALBERGARIA, Ana Cláudia — “Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2003-2005: workshops”. Rediteia. REAPN, n.º 33, Janeiro-Junho de 2004, p. 7-9.

⁵⁹ O Fórum Não Governamental para a Inclusão Social só viria a constituir-se formalmente em 2006, integrando a REAPN o seu Secretariado Executivo.

Social Europeia e os compromissos assumidos a estes níveis). A instabilidade política e a crise económica constituíram uma combinação perfeita para justificar o abandono ou recuo ao nível da luta contra a pobreza e exclusão social que se havia iniciado em 1997, com a introdução em Portugal da chamada “nova geração de políticas sociais”. Tal situação confirma a triste e paradoxal teoria de que a luta contra a pobreza só é uma prioridade em sociedades ricas»⁶⁰.

3.2.2. A disseminação territorial

Desde a sua formação, como vimos, a REAPN procurou assumir uma representatividade nacional na luta contra a pobreza e a exclusão social, abrangendo representantes de instituições de solidariedade social de diversos sectores de intervenção e de diferentes zonas do país. Se esse objectivo foi conseguido (e até facilitado pela ligação inicial à União da IPSS), a autonomização da Rede e a sua afirmação nacional obrigavam a uma maior intervenção local, em articulação com as instituições de solidariedade social com trabalho no terreno. Nesse sentido, a REAPN iniciou, em 1995, um processo de criação de núcleos distritais. Nesse ano e no seguinte, estruturaram-se os núcleos de Lisboa e do Porto. Avançaria, depois, progressivamente, de acordo com as suas capacidades e também com o dinamismo de instituições aderentes, para outros distritos. Em dez anos, conseguiria alargar a sua implantação a todos os distritos do continente.

criação de núcleos distritais da REAPN

ANOS	NÚCLEOS
1995	Lisboa
1996	Porto
1997	Braga, Coimbra
1998	Aveiro, Évora
2002	Beja, Faro, Setúbal
2003	Castelo Branco, Guarda, Santarém
2005	Bragança, Leiria, Portalegre, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu

Fonte: REAPN — *Relatórios 1995-2005*.

A disseminação territorial da REAPN foi apoiada, na segunda metade da década de noventa, pelo Projecto SIFAT (Sistemas de Informação, Formação e Apoio Técnico), um projecto transnacional, em cooperação com instituições espanholas

⁶⁰ “PNAI 2003-2005. Relatório de actualização e parecer da REAPN”. Rediteia. REAPN, n.º 36, Julho-Dezembro de 2005, p. 17-20.

e italianas, financiado pelo eixo INTEGRA («Agentes de Desenvolvimento e Solidariedade Social») da Iniciativa Comunitária HORIZON. O objectivo geral era o de «experimentar modelos de implementação de redes locais de desenvolvimento e solidariedade social, através de sistemas integrados de recepção, tratamento e difusão da informação, assim como pela mobilização de dinâmicas integradas de parcerias locais e de formação/qualificação dos agentes de intervenção directa» (REAPN, 1996a: 11; Estivill & Rodrigues, 2004: 157). O desenvolvimento do projecto SIFAT nas seis regiões de intervenção prioritária (Porto, Lisboa, Aveiro, Coimbra, Braga e Évora), onde se criaram redes locais até 1998, foi acompanhado pela execução de diversas acções de sensibilização e de debate, com a realização de contactos e mobilização de instituições de solidariedade social, seminários, workshops e jornadas de reflexão, a par de acções de formação de agentes locais. Estas acções, com duração de 144 horas, destinadas a técnicos e dirigentes de ONGs locais, compreendiam três módulos - conhecer o meio e seus principais problemas; instrumentos e métodos de intervenção; concepção e organização de planos e acções - e visavam, precisamente, desenvolver as capacidades de intervenção local do núcleos da REAPN. Em 1997, ensaiava-se já a autonomização de actividades locais, com a realização de encontros simultâneos em Coimbra, Braga e Porto, a 17 de Outubro, assinalando o «Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza» (Estivill & Rodrigues, 2004: 158-159).

A estratégia de territorialização da REAPN coincidiu com a nova geração de políticas sociais, a que já fizemos referência, envolvendo a estruturação da Rede Social e a articulação de acções entre instituições do sector público e IPSS, numa lógica de partenariado. Nesse sentido, a REAPN assumiu diversos protocolos com entidades públicas, permitindo o reforço das suas acções, através dos seus núcleos distritais. A base polinucleada possibilitou também o aumento do número de projectos e, simultaneamente, o reforço da capacidade de intervenção dos núcleos. Por exemplo, em 1998, passaram a trabalhar no núcleo de Lisboa duas pessoas a meio-tempo, no âmbito do projecto «Modelar», incluído no SIFAT (Estivill & Rodrigues, 2004: 173).

Se a estratégia de disseminação territorial da REAPN privilegiou, inicialmente, os distritos onde a Rede dispunha de maior número de associados, não é menos verdade que a implantação de núcleos contribuiu para alargar as adesões nesses distritos.

O processo de criação de núcleos distritais não foi linear. Dependente, numa primeira fase, do apoio financeiro do projecto SIFAT, implicava também, necessariamente, o envolvimento activo de ONGs locais. Em certos casos, sucederam-se interrupções, ou mesmo recuos, na implantação de alguns núcleos. Por exemplo, o boletim Notícias da Rede, de 1995, descrevia, sob o título «Pólo da Rede na Guarda», a realização do Seminário «Informar para Desenvolver» realizado na Guarda, em 20 de Junho, considerando-o como «mais um passo para constituir um núcleo da REAPN naquela cidade», objectivo que estaria «em vias de concretização» (Notícias da Rede, nº 3: 2). Alguns anos mais tarde, a revista Rediteia, de Março

de 2000, numa notícia intitulada «O Novo Núcleo REAPN», referia-se ao seminário «A Terceira Idade face ao Terceiro Milénio», realizado em 21 de Janeiro desse ano na Covilhã, considerando que o mesmo «serviu de ponto de partida para o lançamento do Núcleo da Beira Interior» (Rediteia, n.º 19: 13). A edição de Fevereiro do ano seguinte da Rediteia noticiava a realização de uma acção de formação no Núcleo da Beira Interior, em 18 de Novembro de 2000 (Rediteia, n.º 21: 19). Por sua vez, o Relatório da REAPN de 2000 informava que se tinham dado «passos significativos no sentido do alargamento destes processos a novas áreas de intervenção, em concreto, à região da Beira Interior, Setúbal, Santarém, Faro e Açores», e que estavam em fase de implementação os Núcleos Regionais da Beira Interior (abrangendo os distritos de Castelo Branco e da Guarda) e de Setúbal. Mais adiante, informava-se, em relação ao Núcleo da Beira Interior: «Durante o ano 2000 foi lançada a estratégia de dinamização deste núcleo, tendo sido concretizadas várias acções de sensibilização e de informação e uma acção de formação de “Agentes de Desenvolvimento de Redes Locais”. Em todo o caso, no final do ano, ainda se encontrava a decorrer a acção de formação, não se consideraram reunidas as condições necessárias para a nomeação da coordenação/vice-coordenação do Núcleo». E esclarecia-se que, ao longo desse ano de 2000, a REAPN, na sequência de solicitações de diversas organizações locais, iniciara «um processo de sensibilização e de constituição de novos núcleos», realizando acções de informação/sensibilização nos Açores, em Faro e em Setúbal, a que deveriam seguir-se acções de formação que estavam já a ser organizadas. Tinham sido também feitos contactos com as regiões de Beja e de Santarém, onde deveriam realizar-se acções em 2001. No Relatório de 2001, afirmava-se que esse ano tinha «representado um forte avanço para a implementação de novos núcleos regionais nos Distritos de Beja, Castelo Branco, Faro, Guarda, Santarém e Setúbal». No caso do núcleo da Beira Interior (distritos da Guarda e de Castelo Branco), onde se tinham iniciado diversas acções nos anos de 2000 e 2001, o Relatório deste último ano identificava um conjunto de factores que obrigavam a redefinir a dinâmica desse núcleo. As características do tecido socioinstitucional local (a fraca dimensão da maior parte das associações, com valências tradicionais e com recursos humanos escassos; o isolamento institucional, dificultando o acesso à informação e às possibilidades de financiamentos nacionais e comunitários; a fraca tradição no trabalho em rede) e as dificuldades em conciliar os interesses dos dois distritos acabariam por aconselhar a criação de dois Núcleos diferenciados (um na Guarda e outro em Castelo Branco).

Por outro lado, nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, as várias tentativas de implantação da rede revelaram-se sempre infrutíferas, devido à dificuldade de encontrar os apoios necessários para viabilizar a instalação desses núcleos regionais.

Entretanto, tendo terminado o projecto SIFAT em finais de 2000, colocavam-se problemas de financiamento para garantir a actividade dos núcleos existentes e a criação de novos núcleos. Tais problemas seriam resolvidos, desde finais de 2001, através de acordos de cooperação com os Centros Distritais de Solidariedade e Segurança Social, que permitiram financiar o funcionamento dos núcleos.

Simultaneamente, os protocolos firmados, em Outubro de 2001, com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, no âmbito do Mercado Social de Emprego, e com o Instituto para o Desenvolvimento Social, no âmbito do Programa da Rede Social, dada a sua incidência local, em acções formativas e no trabalho em rede e em parceria, estimularam também a dinamização dos núcleos da REAPN. De facto, a partir de 2001, a dinâmica de criação de novos núcleos distritais ganhou um novo impulso. No início de 2002, a revista Rediteia apresentava como «Núcleos em consolidação e desenvolvimento» os da Beira Interior, Beja e Setúbal e como «Núcleos em fase de implementação» os da Guarda, Santarém e Faro (Rediteia, n.º 26: 6). Ao longo de 2002, grande parte do trabalho da Rede centrou-se na dinamização dos núcleos, como se lê no Relatório desse ano: «O grande destaque, e que mobilizou grande parte das energias e atenção da organização, prendeu-se com a consolidação dos Núcleos Distritais. Após uma fase de implementação de uma estratégia que começou em 1995 e de, no final do ano de 2001, através de acordos atípicos com os Centros Distritais de Solidariedade e Segurança Social, se terem assegurado formas de financiamento para o funcionamento de uma boa parte destas estruturas, parte do trabalho em 2002 foi dedicada à consolidação e reforço das mesmas, o que pressupôs novas formas de estar, quer em termos de recursos humanos, físicos e financeiros. Por outro lado, a estratégia de implantação territorial conheceu novos desenvolvimentos e a implementação de novos núcleos continuou a ser um forte desafio». Foram definitivamente instalados os núcleos de Beja, Faro e Setúbal. E, no ano seguinte, os de Castelo Branco, Guarda e Santarém. Em 2004, o processo de disseminação de núcleos da REAPN avançou para a cobertura de todo o território continental, que se concretizaria, ao longo de 2005, com a instalação dos pólos de Bragança, Leiria, Portalegre, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. A actividade dos núcleos ganhou maior dinamismo e consistência nos seus principais campos de intervenção (dinamização socioinstitucional local, informação, formação e investigação). A presença de núcleos da rede em todos os distritos do continente permitiu «conhecer o território, as instituições de solidariedade social, as realidades locais e a partir daí desenvolver novas dinâmicas de cooperação, obter um maior compromisso de todos os actores e encontrar as soluções/respostas mais adequadas na luta contra a pobreza e exclusão social». Simultaneamente, reforçava «a função de intermediação da REAPN entre o nível local e o nível europeu», possibilitando uma mais eficaz difusão da informação sobre as políticas europeias e nacionais e os instrumentos de intervenção, execução e avaliação de tais políticas e do seu impacto social, bem como uma maior qualificação das instituições locais e da sua capacidade de mobilização de todos os actores⁶¹.

Multiplicaram-se os seminários, workshops e outras acções locais. Em 2004, por exemplo, os diversos núcleos da REAPN organizaram 36 encontros, alguns deles em parceria com outras instituições, que mobilizaram, no conjunto, cerca de dois mil participantes.

⁶¹ ARAÚJO, Sandra — “A REAPN alarga a sua acção a novos distritos”. Rediteia. REAPN, n.º 35, Janeiro-Junho de 2005, p. 3-4.

EVENTOS ORGANIZADOS PELOS NÚCLEOS DA REAPN EM 2004

EVENTOS	LOCAL	DATA	N.º PART.
Workshop sobre o PNAI	Évora	10 Mar.	42
Workshop sobre o PNAI	Santarém	17 Mar.	56
Workshop sobre o PNAI	Vila Verde	24 Mar.	54
Workshop sobre o PNAI	Porto	25 Mar.	54
Seminário sobre a “Qualidade do Voluntariado”	Seia	27 Mar.	51
Workshop sobre o PNAI	Lisboa	31 Mar.	112
Workshop sobre o PNAI	Coimbra	2 Abril	183
Mini Fórum sobre Insucesso e Abandono Escolar	Águeda	2 Abr.	42
Workshop sobre o PNAI	Vila Real	20 Abr.	74
Workshop sobre Doença de Alzheimer	Beja	21 Abr.	144
Workshop sobre o PNAI	Castelo Branco	22 Abr.	90
Ciclo de Palestras “Empowerment”	Lisboa	27 Abr.	25
Seminário “Crianças e Jovens em Risco: Que problemáticas? Que Intervenção?”	Braga	6 Maio	160
Encontro Temático: “Promoção do Território: boas práticas no desenvolvimento local”	Fundão	21 Maio	35
Workshop “As Dificuldades das Instituições dos Concelhos de Almeida e Pinhel”	Pinhel	26 Maio	31
Workshop sobre Mediação Escolar	Coimbra	26 Maio	40
Mesa Redonda “ A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho”	Póvoa do Lanhoso	4 Jun.	32
Comemoração do IX Aniversário do Núcleo de Lisboa	Lisboa	22 Jun.	16
Workshop “Cidadania e Participação”	Setúbal	30 Jun.	40
Workshop com beneficiários de Empresas de Inserção	Évora	31 Jun.	12
Workshop com beneficiários de Empresas de Inserção	Cantanhede	16 Set.	13
Mini Fórum sobre Emprego e Inserção Profissional	Aveiro	22 Set.	30
Workshop com beneficiários de Empresas de Inserção	Setúbal	23 Set.	8
Ciclo Palestras com Habitat for Humanity	Lisboa	23 Set.	9
Seminário “Imigração: Novos Desafios”	Faro	24 Set.	56
Seminário “ Formação e Qualificação dos Quadros Superiores do 3ª Sector: Práticas e Disposições”	Évora	7 Out.	50
Encontro das Redes Sociais do Distrito de Beja	Beja	8 Out.	7
II Encontro temático dos PLCP “Metodologias de Intervenção no Desenvolvimento Local”	Castelo Branco	8 Out.	30
Jornadas sobre Políticas Sociais Activas: O caso das Redes Sociais”	Coimbra	12 Out.	98
Seminário: “ Família e Pobreza: uma Abordagem Integrada”	Guarda	14 Out.	55
Encontro Nacional de Associados	Porto	15/16 Out.	90
Comemoração do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza	Beja, Porto, Lisboa, Santarém, Setúbal	17 Out.	
Mini Fórum “Pobreza e Exclusão”	Aveiro	18 Out.	18
Fórum sobre Novas Dinâmicas de Habitação Social	Guimarães	18 Out.	35
Ciclo de Palestras “Uma Conversa com Edmundo Martinho”	Lisboa	18 Nov.	8
Fórum Desemprego e Pobreza: Como quebrar o Ciclo?	Figueira da Foz	24 Nov.	60
Sessão de Informação sobre o Telealarme	Faro	30 Nov.	20
Ação de Sensibilização sobre Envelhecimento Activo	Sabugal	6 Dez.	30
Seminário “ Inclusão Social: Reflectir sobre o Presente, Preparar o Futuro”	Évora	7 Dez.	50
Workshop sobre Violência Doméstica	Setúbal	9 Dez.	50

Grande parte dos núcleos publicava, nesta altura, boletins informativos, que serviam como instrumentos de divulgação de iniciativas e de projectos de luta contra a pobreza e a exclusão social, nas suas diversas vertentes.

BOLETINS DOS NÚCLEOS DA REAPN ATÉ 2004

NÚCLEO	NÚCLEO	INÍCIO PUBL.	N.ºs PUBL.	TIRA-GEM
Aveiro	<i>Baixo Vouga em Rede</i>	1999	17	200
Évora	<i>Cruzar Caminhos</i>	2000	15	150
Coimbra	<i>Notícias da Rede</i>	2002	10	175
Beja	<i>Planície em Rede</i>	2003	8	150
Faro	<i>Algarve em Rede</i>	2003	8	120
Lisboa	<i>Flash Lisboa</i>	2003	8	100
Braga	<i>Breves da Rede</i>	2004	3	200
Castelo Branco	<i>Beira Inclusa</i>	2004	4	200
Guarda	<i>Guarda (em) Rede</i>	2004	4	150
Porto	<i>Flash Porto</i>	2004	2	200
Santarém	<i>@gentes do Ribatejo</i>	2004	3	250
Setúbal	<i>Eco</i>	2004	3	250

O processo de constituição de núcleos distritais veio alterar, profundamente, o funcionamento da REAPN. O trabalho da direcção e dos técnicos, confinado, nos primeiros anos, na sede nacional, no Porto, além das ligações à rede europeia, teve de articular-se com o de um número crescente de núcleos espalhados pelo país. Era um desafio esperado e uma condição necessária quer para a implantação da Rede a nível nacional e para a sua maior aproximação aos problemas concretos da pobreza e da exclusão, nas suas diversas dimensões, quer para possibilitar ao núcleo central uma maior capacidade de intervenção a nível nacional e europeu, como referiu Fernanda Rodrigues: «Se, por um lado, a existência de Núcleos garantia uma relação de proximidade com os problemas, instituições e projectos locais, por outro lado, o seu desenvolvimento libertava o núcleo central para a atenção e resposta “à necessidade de um discurso nacional” ou de investimento nas “relações políticas a nível nacional e internacional”» (Estivill & Rodrigues, 2004: 80).

Compreende-se, assim, que, logo em 1996, a REAPN tenha consignado nos seus novos Estatutos, entre as competências da Direcção, a criação de pólos regionais e locais, reformulando também os seus objectivos: «1 - Estabelecer uma interligação (rede) entre as instituições, grupos e pessoas que trabalham no terreno na Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social. / 2 - Promover e aumentar a eficácia das acções de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social, fazendo

com que tenham expressão acções inovadoras neste campo, dando voz aos indivíduos, restituindo-lhes a capacidade de acção e de iniciativa e promovendo a sua participação no desenvolvimento daquelas acções. / 3 - Promover junto das pessoas ou grupos que se encontram em situação de pobreza, por um lado, e junto de grupos ou pessoas, profissionais, trabalhadores sociais e dirigentes de Instituições Particulares de Solidariedade Social, por outro, a integração social e a organização de serviços e outras actividades que visem principalmente o desenvolvimento cultural, moral e físico das pessoas que se encontram em situação de pobreza, com a participação destes, em ordem a reforçar o agir autónomo dessas pessoas, sejam idosos, deficientes, desempregados, famílias monoparentais, jovens em situação de risco, imigrados, minorias étnicas e culturais, crianças maltratadas, pessoas sem-abrigo ou outras. / 4 - Contribuir, mobilizando, se possível, outros sectores, para o desenvolvimento de serviços e formas de intervenção e de protecção social alternativas e de melhoria da qualidade de vida de tais pessoas ou grupos, prestando e dinamizando o necessário atendimento em centros especialmente construídos para esses fins, utilizando técnicas de acção social, apoio directo, de acordo com os meios materiais e técnicas próprias, encaminhamento com vista à resolução dos seus problemas, e formação em ordem à sua integração social e inserção socioprofissional» (REAPN - Estatutos, 1996)⁶².

O desenvolvimento da actividade dos núcleos distritais da REAPN suscitou, ao longo deste período, um contínuo debate sobre o respectivo funcionamento e as formas de articulação entre os serviços técnicos centrais e os diversos núcleos. Nesse sentido, foi criado em 2000, um regulamento de funcionamento dos Núcleos da REAPN, como instrumento de orientação geral.

Em 2002, já numa fase avançada de constituição de núcleos regionais, a REAPN introduziu nos seus Estatutos uma nova secção, intitulada «Núcleos regionais e pólos locais»: «1. Tanto quanto possível, será constituído um Núcleo em cada Distrito, o qual agregará todos os Associados da Rede nele sediados. / 2. Quando se justifique, poderá haver mais de um Núcleo no mesmo Distrito. / 3. Os Núcleos serão dirigidos por um Coordenador e um Vice-Coordenador. / 4. Compete à Direcção, ouvidos os Associados do Núcleo, nomear e exonerar o Co-ordenador e o Vice-Coordenador. / 5. Por deliberação da Direcção, poderá ser atribuído a cada Núcleo um fundo de maneiio destinado ao pagamento das despesas correntes de funcionamento do mesmo. / 6. Para efeitos do acima exposto, a Rede abrirá, na localidade da sede do Núcleo, uma conta bancária, podendo esta, sem prejuízo do disposto no artigo 18.º, ser também movimentada pela assinatura conjunta do respectivo Coordenador e Vice-Coordenador, nos precisos termos, limites e condições previamente fixados pela Direcção».

⁶² Cf. Documento 3.

Em 2005, o crescimento da REAPN e a sua implantação territorial em todo o território nacional (no Continente), multiplicando as acções e os parceiros e interlocutores, suscitava novos problemas de organização e de articulação institucional. O princípio de «descentralização participada» exigia, simultaneamente, a identificação com objectivos comuns partilhados e um esforço de coordenação. Neste sentido, com base na «necessidade de garantia pelo respeito pelos princípios de trabalho em rede (valores e objectivos partilhados, participação, parceria, funcionamento horizontal, descentralização e dinamismo)», foram lançados, ainda nesse ano, os Núcleos Regionais da REAPN (Norte, Centro e Sul), como «fóruns de reflexão das estratégias de desenvolvimento da Rede ao nível de cada região do país, e instrumentos de dinamização, acompanhamento e avaliação do processo de desconcentração ao nível regional, incumbidos de executar, ao nível das respectivas áreas geográficas de actuação, as orientações do Plano Estratégico, tendo em vista o desenvolvimento regional integrado»⁶³.

3.2.3. Uma nova dinâmica institucional

O alargamento da Rede

A criação de núcleos distritais coincidiu com o aumento significativo do número de associados da REAPN, que passou de 209 para 494, entre 1995 e 2005. Simultaneamente, verificou-se um processo de maior representatividade territorial. Assim, embora o Porto e Lisboa continuassem a concentrar uma parte substancial dos associados da REAPN, o alargamento da Rede foi ainda mais significativo nos outros distritos do continente.

⁶³ ARAÚJO, Sandra — “2005 em retrospectiva”. Rediteia. REAPN, n.º 36, Julho-Dezembro de 2005, p. 9.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS ASSOCIADOS DA
REAPN, EM 1995, 2000 E 2005

DISTRITO/REGIÃO	1995	2000	2005
Porto	54	97	106
Lisboa	50	61	69
Coimbra	12	36	37
Aveiro	11	33	44
Açores	10	16	14
Vila Real	9	11	11
Santarém	9	10	31
Évora	8	17	27
Braga	7	18	24
Guarda	6	9	19
Bragança	6	6	7
Castelo Branco	5	12	22
Viseu	5	6	7
Setúbal	4	15	22
Viana do Castelo	4	5	6
Faro	3	4	14
Portalegre	3	2	2
Leiria	2	7	7
Beja	1	3	24
Madeira	0	1	1
Total	209	369	494

Fonte: REAPN — *Relatórios de Actividades*

A multiplicação e diversificação das actividades da Rede

O alargamento e a territorialização da Rede traduziram-se num crescente dinamismo e numa maior visibilidade das suas acções. Multiplicaram-se e diversificaram-se as actividades, temas e formas de intervenção nos campos privilegiados pela REAPN, em especial, a investigação, a formação e a informação.

Ao longo deste período, realizaram-se dezenas de projectos nacionais e transnacionais, a maior parte deles em parceria com outras instituições, dando origem a importantes estudos, que aprofundaram o conhecimento sobre os fenómenos da pobreza e da exclusão social, desenvolveram metodologias de intervenção e propostas de novas medidas de política social. Tais projectos abarcaram temáticas tão diversificadas como as minorias étnicas (em especial as comunidades ciganas), o Rendimento Mínimo Garantido, as ONGs e o trabalho de mediação social, a violência contra as

mulheres, formas de prevenir e de lutar contra a discriminação e o racismo, formação de grupos excluídos, saúde pública, toxicod dependência, prostituição e exploração sexual feminina, formas de pobreza extrema, sem-abrigo, idosos, formação para a diversidade cultural, envolvimento e participação cívica de grupos excluídos, redes sociais locais, desenvolvimento local, consultoria social, estratégias de inserção de jovens e crianças em risco, etc.⁶⁴.

Simultaneamente, intensificaram-se as acções de formação. Além da formação contínua de base dos Núcleos, da responsabilidade do Gabinete de Desenvolvimento da REAPN, visando reforçar as competências dos agentes de desenvolvimento locais e o intercâmbio de experiências em temáticas específicas, realizaram-se muitas outras acções de formação no âmbito dos acordos de cooperação com os Centros Distritais de Solidariedade e Segurança Social e outras entidades. Em 2004, por exemplo, decorreram 41 acções, num total de 858 horas de formação, com 756 formandos, correspondendo a um volume total de 648.648 horas de formação, incidindo sobre diversas temáticas (trabalho em rede; planeamento estratégico; avaliação da intervenção social; terceiro sector e fontes de financiamento; intervenção social com população idosa; resolução de conflitos; mediação familiar; higiene, segurança e saúde no trabalho; intervenção com jovens e crianças em risco; análise de dados em SPSS; etc.) (Relatório, 2004).

Uma parte significativa do trabalho da Rede continuou a ser desenvolvida nas áreas da documentação, informação e comunicação, visando reunir e divulgar informação relevante no domínio social. Neste período, verificou-se um salto quantitativo e qualitativo desta actividade da Rede. O Centro de Documentação e Informação da REAPN procedeu, entre 2001 e 2004, à organização, catalogação, classificação, indexação e informatização de todo o seu material bibliográfico, o que permitiu torná-lo acessível à consulta pública. Simultaneamente, desenvolveu os conteúdos da sua página da internet, com informação quer institucional quer sobre as temáticas da pobreza e exclusão social.

Neste período, aumentou, substancialmente, a actividade editorial da REAPN. As publicações periódicas, que até 1995 se contavam pelos dedos, limitando-se ao pequeno boletim Notícias da Rede, ganharam novos títulos e, sobretudo, maior dimensão e frequência. Desde 1996, o Flash Rede, que substituiria o Notícias da Rede, editou, até 2005, 85 números. Em 1997, seria lançada uma revista, a Rediteia, com um maior desenvolvimento da informação, de que se publicariam 36 números até 2005. Como já referimos, também diversos núcleos distritais da REAPN passaram a publicar os seus próprios boletins informativos, no conjunto cerca de uma centena até 2005. E, no âmbito temático, a REAPN, em colaboração com o Grupo Interinstitucional sobre as Comunidades Ciganas – Sina, editou, desde 2002, a revista Ciganos.pt.

⁶⁴ Cf. Documento 9.

Em 1995, iniciou-se a publicação dos «Cadernos REAPN», uma colecção vocacionada para a edição de estudos sobre diversas temáticas relacionadas com a pobreza e a exclusão social. Até 2005, foram editados nove volumes. Uma outra série de monografias seria publicada, entre 2003 e 2005, na colecção «RedAcção», de que saíram quatro volumes, relacionados com intervenções da REAPN. Publicaram-se ainda outros nove livros, a maior parte deles resultantes de projectos transnacionais em que a Rede portuguesa participou⁶⁵.

A multiplicidade de publicações da REAPN, incluindo, além das já referidas, os cartazes de divulgação de eventos ou os desdobráveis institucionais dos diversos núcleos, suscitou, desde 2002, um esforço de renovação e uniformização da imagem gráfica, que incluiu a alteração e adaptação do logótipo da Rede. Em 2005, seria mesmo elaborado um «plano de comunicação», com um «manual corporativo», que visava uniformizar a imagem de todos os materiais produzidos pela Rede e pelos seus 18 núcleos distritais.

No âmbito dos múltiplos projectos, estudos e campanhas em que a REAPN se envolveu, ao longo deste período, multiplicaram-se também as iniciativas de sensibilização e mobilização cívica, assumindo formas diversas, desde workshops, seminários e encontros temáticos locais até conferências nacionais ou transnacionais, de maior impacto mediático. Mesmo num registo breve, seria fastidioso elencar todas essas acções, frequentemente replicadas em diversos núcleos, a propósito de temas como o Rendimento Mínimo Garantido, o Mercado Social de Emprego, os Planos Nacionais de Acção para a Inclusão, o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza e outros. Mas vale a pena destacar alguns desses acontecimentos pelo impacto público que alcançaram e pelo significado que tiveram como momentos marcantes da história da REAPN.

Nesta perspectiva, pode considerar-se que o primeiro desses momentos-chave ocorreu com a realização do Seminário «Pobreza, Solidariedade e Exclusão», em 17 de Outubro de 1996, no Auditório Professor Veiga Simão, na Exponor, em Matosinhos. Organizado para comemorar, simultaneamente, o Dia e o Ano Internacional para a Erradicação da Pobreza, mobilizou cerca de 500 participantes. Os discursos de abertura, do Secretário de Estado da Inserção Social, Rui Cunha, e do presidente da REAPN, Padre Jardim Moreira, revelaram grande sintonia de posições face à estratégia de luta contra a pobreza, nomeadamente quanto à caracterização da pobreza como fenómeno multidimensional, exigindo «um modelo integrado de intervenção», «coordenada transversal e verticalmente», e implicando a participação activa dos excluídos. Paralelamente ao seminário, decorreu ainda uma exposição com cerca de meia centena de *stands* de diversas instituições e projectos de luta contra a pobreza de todo o país⁶⁶.

⁶⁵ Cf. Documento 8.

⁶⁶ VAZ, Marta - "REAPN atenta à realidade do país". Notícias da Rede. REAPN, n.º 8, Dezembro de 1996, p. 3.

Outro momento importante foi a realização da Assembleia-geral da European Anti-Poverty Network, entre 26 e 28 de Novembro de 1998, na Casa Diocesana de Vilar, no Porto. Sob o tema «Building a Socially Inclusive Europe - Democracy, Citizenship and Combating Exclusion», a Assembleia reuniu centenas de pessoas, entre as quais os representantes das redes nacionais dos quinze países membros da União Europeia. Como habitualmente, incluiu sessões plenárias e sessões de grupos de trabalho (sobre o desenvolvimento local e as parcerias, racismo e pobreza, fundos estruturais e emprego). Houve ainda reuniões de grupos de trabalho da EAPN (Grupo de Trabalho das Mulheres) e encontros informais entre diversas ONGs europeias presentes, bem como visitas a projectos locais de luta contra a pobreza, no Centro Histórico do Porto e no Vale de Campanhã. Nos dias em que decorreu a Assembleia, realizaram-se, em simultâneo, também na Casa Diocesana de Vilar, as «Jornadas de Luta Contra a Pobreza», sob o tema «Desenvolvimento Social e Económico na Europa», que incluíram uma Exposição de Projectos Nacionais de Luta Contra a Pobreza», a Exposição de Pintura «Pessoa e Desenvolvimento: a Arte Contra a Pobreza»⁶⁷ e o seminário «Fundos Estruturais, Desenvolvimento e Direitos Sociais», em que participaram membros da EAPN e da REAPN, representantes de diversas instituições de solidariedade social, sindicalistas, estudiosos, políticos locais e nacionais e responsáveis por programas de luta contra a pobreza⁶⁸.

A Assembleia-geral da EAPN no Porto foi um sucesso, revelando a capacidade organizativa e de mobilização da rede portuguesa e contribuindo para a sua afirmação tanto no plano nacional como no seio da rede europeia. A sessão de abertura da Assembleia foi presidida pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, que defendeu a necessidade de criação de «malhas consistentes prevenção social» para evitar «os efeitos e manifestações mais ostensivas de precarização social». No seu discurso, Jorge Sampaio considerou ser prioritário actuar ao nível da questão do emprego e que «a luta contra a nova e a velha pobreza exige que se questionem as políticas económicas que adiam permanentemente o combate contra desigualdades e discriminações gritantes na distribuição do rendimento», sendo necessário, para que tal combate tenha eficácia, «políticas de educação e de formação que assumam e dignifiquem a diversidade cultural e social dos destinatários, garantindo ao mesmo

⁶⁷ A exposição, realizada na Alfândega do Porto, reuniu cerca de cem obras cedidas por diversos artistas plásticos, revertendo o valor dos trabalhos vendidos para a AMI - Assistência Médica Internacional. "Exposição de Artes Plásticas". Rediteia. REAPN, n.º 13, Dezembro de 1998, p. 7.

⁶⁸ Participaram nestas Jornadas: Paulo Pedroso, Secretário de Estado do Emprego e Formação; Fernando Gomes, Presidente da Câmara Municipal do Porto; Carlos Barral, Governador Civil do Porto; Feliciano Oliveira Ramos, Comissário Regional do Norte da Luta Contra a Pobreza; Padre Jardim Moreira, presidente da REAPN; João Ferreira de Almeida, presidente do ISCTE; Edmundo Martinho, presidente do Instituto para o Desenvolvimento Social; Luís Braga da Cruz, presidente da CCRN; Niall Crowley e José Manuel Fresno, membros da Task Force da EAPN sobre Fundos Estruturais; Joaquina Madeira, directora-geral de Acção Social; Vasco Cal, delegado da CGTP-IN ao Comité Económico e Social; Gertrudes Jorge, presidente do Mercado Social de Emprego; Manuel Domingos Cunha da Silva, representante da União das IPSS; Maldonado Gonelha, presidente da União das Mutualidades; Luís Costa, representando da CGTP-IN; Júlio Fernandes, representante da UGT; Cristina Louro, gestora da Intervenção Operacional Integrar; José Manuel Henriques, professor do ISCTE; Maria Helena Monteiro, em representação do Ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território; Elza Chambell, Comissária Regional do Sul da Luta Contra a Pobreza; Martins Alves, presidente do Centro Regional de Segurança Regional do Norte. Cf. Rediteia. REAPN, n.º 12, Novembro de 1998, p. 3-4.

tempo a formação para a cidadania e a efectiva qualificação para o trabalho»⁶⁹. Outros discursos proferidos nessa sessão de abertura, nomeadamente os do Presidente da EAPN, Fintan Farrell, e do Secretário de Estado da Inserção Social, Rui Cunha, apontaram no mesmo sentido. O primeiro destacou o agravamento das situações de pobreza na Europa e a urgência de um combate persistente contra a exclusão: «por detrás das estatísticas está a realidade das pessoas excluídas do direito à habitação, do mercado de trabalho e dos acessos aos serviços básicos sociais e de saúde»⁷⁰. O segundo referiu-se aos diversos programas de inserção social, salientando a necessidade de complementaridade das acções entre o sector público e as instituições de solidariedade social, incluindo «os próprios grupos sociais abrangidos», para «potenciar a eficácia e a eficiência de esforços e de meios, através de uma integração de objectivos e de práticas»⁷¹. Segundo Jordi Estivill, a realização da Assembleia-geral da EAPN no Porto traduziu-se no reforço da imagem da Rede portuguesa quer no conjunto da Rede europeia quer a nível nacional: «Uma modificação clara e positiva da imagem da Rede portuguesa para o conjunto da Rede europeia e para as outras Redes nacionais. A sede, que outras redes não têm, as publicações, a revista, a presença física de profissionais de ambos os sexos e jovens, a sua capacidade de fazer participar outras associações materializada na exposição, etc., destruíram antigos estereótipos. A sua capacidade organizativa, a sua recente e crescente implantação territorial, os seus grupos de trabalho e projectos mostravam uma dinâmica concreta inigualável; que muitos membros da Rede portuguesa puderam também falar, relacionar-se e contrastar com membros de outras Redes e assim estar mais motivados a participar nas actividades da Rede europeia. Isto traduziu-se num melhor conhecimento de outras realidades e numa maior presença nos grupos de trabalho e sessões da Rede Europeia; que muitos delegados das Redes europeias que nunca tinham estado em Portugal tiveram uma impressão vivida deste país e da sua realidade associativa; uma maior legitimidade da Rede portuguesa e dos seus dirigentes em relação às autoridades nacionais e locais em termos da sua coesão interna nas suas relações com outras instituições públicas e privadas; uma incidência da opinião pública local e nacional através dos meios de comunicação social; e a constatação de que o objectivo de aproximação e intermediação entre Portugal e a UE na luta contra a pobreza e a exclusão, que já se vinha desenvolvendo, era possível e realizável e se podiam encontrar valores acrescentados para ambas as partes» (Estivill & Rodrigues, 2004: 150)⁷².

⁶⁹ “PR na abertura da Assembleia Geral da EAPN. Sampaio defende trabalho em rede”. *Rediteia*. REAPN, n.º 13, Dezembro de 1998, p. 3.

⁷⁰ *Idem*, *ibidem*.

⁷¹ *Idem*, *ibidem*.

⁷² Cf. também Documento 4.

Outro momento alto da actividade da REAPN decorreu no primeiro semestre de 2000, durante a presidência portuguesa da União Europeia. Desde finais de 1999, a Rede portuguesa desdobrou-se em contactos quer a nível europeu quer a nível nacional, no sentido de apoiar a determinação do governo português em reforçar a dimensão social da União Europeia. Na Assembleia-geral da EAPN, realizada em Helsínquia, na Finlândia, em Novembro de 1999, a delegação da REAPN assumiu, no grupo de trabalho sobre política social, a importância de aproveitar a realização do Conselho Europeu Extraordinário a realizar em Março do ano seguinte em Lisboa para afirmar as posições da EAPN (Estivill & Rodrigues, 2004: 150-151). A agenda da Cimeira de Lisboa, sob o tema «Emprego, Reformas Económicas e Coesão Social - para uma Europa da Inovação e do Conhecimento», abria caminho, segundo a EAPN, «para se chegar a uma estratégia europeia de coesão social que procure uma coerência entre as políticas económicas e sociais». Para aprofundar esse debate, e propondo a integração («mainstreaming») da inclusão social em todas as políticas da União Europeia, a EAPN, em estreita colaboração com a Rede portuguesa, organizou, na semana anterior à Cimeira, a Conferência Europeia «Mainstreaming Social Inclusion into all Policies to Promote Social Cohesion», a que já fizemos referência. A conferência reuniu alguns especialistas europeus e nacionais, bem como responsáveis políticos. Na sessão de abertura, participaram o presidente da REAPN, Padre Jardim Moreira, o Secretário de Estado da Inserção Social, Rui Cunha, em representação do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, e o presidente da EAPN, Fintan Farrel. Nas diversas sessões, especialistas de diversos países (Portugal, França, Bélgica, Irlanda, Reino Unido, Finlândia) abordaram a importância das políticas integradas para promover a coesão social. Na sessão final («Conclusões: fazer da luta contra a pobreza e a exclusão social uma prioridade para a União Europeia») entrevistaram um representante da EAPN, Proinsas de Rossa (membro do Comité para o Emprego e os Assuntos Sociais da Irlanda, ex-ministro dos Assuntos Sociais da Irlanda) e Maria João Rodrigues (consultora do Primeiro Ministro)⁷³. A conferência demonstrou a capacidade de mobilização da REAPN para, em pouco tempo, estabelecer pontes, a nível nacional e europeu, entre diversos actores, desde governantes e responsáveis de organismos públicos a académicos e instituições de solidariedade social, assumindo activamente os princípios de partenariado, de diálogo e colaboração entre a sociedade civil e os decisores políticos. Também o Grupo de Trabalho do «II Fórum Europeu de Política Social», promovido pela REAPN e constituído por diversas ONGs, instituições públicas do sector social, centrais sindicais (CGTP-IN e UGT) e Confederação da Indústria Portuguesa, centrou a sua atenção, ao longo de 2000, no debate em torno das novas orientações da política social europeia. Por essa altura, divulgou o documento «Manifesto para uma Europa Inclusiva», com um conjunto de propostas nos campos da pobreza e exclusão social, protecção social e emprego.

⁷³ «Em busca da Europa Social!». Rediteia. REAPN, n.º 19, Março de 2000, p. 15.

O reforço da estrutura institucional

Estes momentos de maior visibilidade pública da actividade da REAPN traduziam a sua crescente capacidade de mobilização local e nacional, de relacionamento com organismos públicos do sector social e de articulação com a EAPN e com as redes de outros países europeus. Mas isso só era possível com o intenso trabalho quotidiano da pequena mas eficaz equipa técnica, com o empenhamento dos membros dos corpos directivos e com a participação dos associados e dos núcleos distritais, que, como vimos, assumiam crescente dinamismo na vida da Rede. Menos visíveis, mas não menos importantes, os trabalhos de retaguarda em acções de formação, investigação ou informação, as reuniões dos Grupos de Trabalho temáticos, o envolvimento em *task forces* ou em redes europeias, bem como a participação em observatórios e plataformas, exigiam um esforço gigantesco do pequeno grupo de dirigentes e dos serviços técnicos da REAPN.

A continuidade de grande parte dos membros dos corpos sociais, ao longo deste período, pode considerar-se um trunfo institucional, pela experiência adquirida e maior facilidade de enquadramento de novos elementos. Assim, deve realçar-se o papel-chave assumido pelo presidente da Direcção, Padre Jardim Moreira (que já exercia essas funções desde a fundação da Rede e continuaria a exercê-las até ao presente). Mas a larga maioria dos membros dos corpos sociais exerceu dois ou mais mandatos⁷⁴. E sete mantiveram-se em todos os cinco mandatos que abrangeram este período, contribuindo, certamente, para conferir uma maior estabilidade aos órgãos sociais da REAPN.

Como seria de esperar, neste período, face à expansão territorial da rede e à multiplicação das suas actividades, os serviços e a equipa técnica conheceram significativas alterações. Assim, como vimos, em 1995, a reestruturação dos serviços conduziu à criação de um Gabinete de Formação, a par dos já existentes Gabinetes de Informação e de Estudos e Planeamento. Três anos depois, uma nova reorganização da estrutura dos serviços, acrescentaria um Gabinete de Apoio a Associados e transformaria o Gabinete de Informação em Gabinete de Documentação e Informação e o Gabinete de Estudos e Planeamento em Gabinete de Desenvolvimento e Debate, mantendo o Gabinete de Formação (Estivill & Rodrigues, 2004: 112). Em Novembro desse ano de 1998, com a saída de Ana Luzia Reis (a primeira colaboradora da REAPN, desde 1992, que assegurava a coordenação técnica) para trabalhar no recémcriado Instituto de Desenvolvimento Social, em Lisboa, obrigaria a nova reorganização da equipa técnica. Nessa altura, face à vastidão de actividades da REAPN, os recursos humanos eram escassos, limitando-se a Fátima Veiga (Avaliação), Sandra Araújo (Formação), Sérgio Aires (Projectos, Investigação e Transnacionalidade) e Armandina Heleno (Informação). Após a saída de Ana Luzia Reis, entraria para a equipa técnica Rui Marques. No núcleo

⁷⁴ Das 38 pessoas que integraram os corpos sociais neste período, 25 exerceram dois ou mais mandatos. Cf. Documento 14.

de Lisboa, passariam a trabalhar duas pessoas a meio-tempo, no âmbito do projecto «Modelar» (Estivill & Rodrigues, 2004: 173). Em 2000, a equipa técnica nacional, coordenada por Sérgio Aires e Sandra Araújo, tinha duplicado, mas era ainda bastante reduzida⁷⁵, tendo em conta o grande crescimento de actividades da REAPN. Nessa altura, cada um dos seis núcleos distritais em funcionamento (Aveiro, Braga, Coimbra, Évora, Lisboa e Porto) tinha um técnico responsável pelo respectivo secretariado (REAPN - Relatório 2000). Em 2004, a equipa técnica nacional, cuja coordenação continuava a ser assegurada por Sérgio Aires e Sandra Araújo, era constituída por treze colaboradores, incluindo uma adjunta da Direcção (Palmira Macedo), duas técnicas do Gabinete de Informação e Documentação (Armandina Heleno e Angelina Lopes), três no Gabinete de Desenvolvimento (Ana Lopes, Rui Lopes e Júlio Paiva) e seis no Gabinete de Investigação e Projectos (Fátima Veiga, Isabel Alves, Paula Cruz, Elizabeth Santos, Maria José Vicente e Cláudia Albergaria). Os doze núcleos distritais então existentes empregavam outros tantos técnicos, um por núcleo (REAPN - Relatório 2004).

Os Grupos de Trabalho temáticos

A par do trabalho desenvolvido pela direcção, pelos serviços técnicos e pelos núcleos distritais, deve ainda referir-se a actividade dos Grupos de Trabalho temáticos. À imagem dos grupos de trabalho («task forces») criados no seio da EAPN em torno de problemáticas específicas, a REAPN promoveu, desde 1996, a constituição de diversos grupos interinstitucionais, visando mobilizar outras entidades para um trabalho conjunto de reflexão e debate sobre determinados temas nacionais e europeus, acompanhamento de projectos e de programas de políticas sociais, produção de documentos com orientações estratégicas ou posições públicas, realização de acções de sensibilização e divulgação. O primeiro Grupo de Trabalho criado pela REAPN surgiu em Abril de 1997, na sequência da colaboração no projecto transnacional sobre a problemática da prevenção e tratamento da toxicod dependência nas comunidades ciganas. Com a designação de SINA - Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre a Etnia Cigana, incluiu, além da REAPN, diversas instituições⁷⁶ e técnicos e especialistas interessados no tema, articulando-se também com a Rede Europeia Sastipen (Saúde e Comunidade Cigana), integrada pela REAPN. Entre muitas outras acções, o Grupo SINA colaboraria, logo em 1998, com a REAPN na organização das «II Jornadas de

⁷⁵ Além de Sérgio Aires e de Sandra Araújo, incluía: Armandina Heleno, Rui Marques (até Maio) e Angelina Lopes (desde Setembro), no Centro Documentação/Informação; Fátima Veiga, Sandra Simão (até Julho) e Rui Lopes (desde Setembro), no Gabinete de Desenvolvimento; e Isabel Alves e Carlos Barbosa, no Gabinete de Estudos/Projectos/Grupos de Trabalho (REAPN - Relatório 2000).

⁷⁶ Nomeadamente, a Obra Diocesana de Promoção Social do Porto, União Romani Portuguesa, Centro Regional de Segurança Social do Norte, Instituto de Reinserção Social do Porto, CAT de Cedofeita, Estabelecimento Prisional de Custóias, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Obra Nacional para a Pastoral dos Ciganos, CAT de Coimbra, Cruz Vermelha de Braga, Administração Regional de Saúde do Porto, Direcção Regional Norte do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicod dependência, Associação para a Promoção de Saúde – Norte Vida, Associação Juvenil Olho Vivo – Núcleo Regional de Braga, Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso. “REAPN promove grupo de trabalho sobre a problemática da prevenção e tratamento da toxicod dependência na etnia cigana”. Notícias da Rede. REAPN, n.º 10, Junho de 1997, p. 11; “SINA – Grupo de Trabalho sobre Etnia Cigana”. Rediteia. REAPN, n.º 11, Setembro de 1998, p. 9.

Reflexão «Associativismo e Mediações nas Comunidades Ciganas», que reuniu, em 24-25 de Setembro, cerca de 200 participantes no Salão Nobre da Câmara Municipal de Matosinhos⁷⁷, e apoiaria o projecto «Formar para Actuar com a Comunidade Cigana», desenvolvido em 1998-1999, com financiamento da Comissão Europeia. Este Grupo manter-se-ia activo durante todo o período aqui analisado.

Em 1998, a REAPN promoveu três novos Grupos de Trabalho, um sobre os «Fundos Estruturais», outro de acompanhamento do «II Fórum Social Europeu» e outro sobre a temática «Mulheres, Violência e Pobreza». O «Grupo de Trabalho sobre os Fundos Estruturais» foi criado em Maio de 1998, tendo elaborado pareceres e recomendações sobre as propostas de regulamento da Comissão Europeia relativas aos fundos comunitários e sobre a nova Iniciativa Comunitária EQUAL⁷⁸. Em Novembro de 1998, aquando da Assembleia-geral da EAPN no Porto, colaborou activamente na organização do Seminário «Fundos estruturais, Desenvolvimento e Direitos Sociais», integrado nas «Jornadas de Luta Contra a Pobreza», organizadas pela REAPN. Em 2000, organizou acções de informação sobre o III Quadro Comunitário de Apoio, sendo depois descontinuado, já que a Direcção da REAPN «optou por dar prioridade a outras temáticas fazendo antes um uso transversal deste tema em relação às restantes abordagens temáticas que foram desenvolvidas» (REAPN - *Relatório 2001*).

O «Grupo de Trabalho Mulheres, Violência e Pobreza», lançado também em 1998 e tendo realizado, nesse ano, algumas acções públicas de sensibilização, teria escassa actividade a partir de 1999. Ainda em 2001, a Direcção equacionava a reactivação deste grupo, com base numa candidatura a um projecto europeu, mas tal não se veio a concretizar⁷⁹.

Já o «Grupo de Trabalho sobre o II Fórum Social Europeu», depois denominado «Grupo de Trabalho Fórum de Política Social», criado em Julho de 1998, prosseguiria a sua actividade até Março de 2004, altura em que se considerou que, com a criação do «Fórum Não Governamental para a Inclusão Social», de que a REAPN era uma das principais instituições promotoras, não fazia sentido manter este Grupo de Trabalho (REAPN - *Relatório 2004*). Como já referimos, este grupo era constituído por diversas ONGs, instituições públicas, as duas centrais sindicais (CGTP e UGT) e a Confederação da Indústria Portuguesa. Entre 1998 e 2004, este grupo desenvolveu diversas actividades relacionadas com o seu objectivo principal de acompanhar as orientações da política social nacional e europeia, colaborando

⁷⁷ AIRES, Sérgio — «Debate em Matosinhos. Associativismo e mediações nas comunidades ciganas». *Rediteia*. REAPN, n.º 12, Novembro de 1998, p. 8-9.

⁷⁸ VEIGA, Fátima — «REAPN continua empenhada na discussão da Agenda 2000». *Rediteia*. REAPN, n.º 14, Fevereiro de 1999, p. 8.

⁷⁹ «Em relação ao Grupo de Trabalho “Mulheres, Violência e Pobreza”, a REAPN procurou durante 2001 encontrar o momento certo para relançar esta actividade. Uma das formas de procurar dinamizar este grupo foi a elaboração de uma candidatura ao Programa Europeu DAPHNE na expectativa que a aprovação do projecto crie as condições (leia-se acções concretas e financiadas) para reactivar o Grupo» (REAPN - *Relatório 2001*).

também na organização de vários encontros de discussão e de sensibilização pública (nomeadamente sobre a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, sobre o Plano Nacional de Acção para a Inclusão, sobre o Futuro da Europa, etc.).

No início de 1999, previa-se ainda a criação de outros «grupos de trabalho/discussão temáticos sobre assuntos de interesse nacional e europeu, nomeadamente ao nível da Educação, Ambiente, Toxicod dependência, Justiça e Sem-Abrigo»⁸⁰. No entanto, chegar-se-ia à conclusão de que tal estratégia sectorial comportava o risco de fragmentar a abordagem transversal e pluridimensional defendida pela Rede, como se refere no Relatório de 2000: «A estratégia adoptada no decurso do ano de 1999 no sentido da mobilização de diferentes actores em torno de problemáticas específicas, tendo em vista a dinamização de grupos temáticos com o objectivo de aprofundar matérias de interesse nacional e europeu e de produzir alguma reflexão em termos teóricos que permitisse esboçar estratégias/linhas de acção concretas em relação aos temas em debate, revelou-se de difícil operacionalização, tendo dado claramente a indicação da necessidade de uma leitura/abordagem transversal das diferentes problemáticas. Ao invés de uma lógica sectorial, procurou-se imprimir uma lógica de horizontalidade e transversalidade. Assim, claramente a opção a privilegiar seria a de, por um lado, integrar nos grupos de trabalho já existentes problemáticas ou grupos até então ausentes e, por outro lado, criar um espaço de transversalidade (grupo) capaz de integrar as diferentes problemáticas e actores tendo exclusivamente como pano de fundo comum único a problemática da pobreza e da exclusão social» (REAPN - *Relatório 2000*).

Nessa perspectiva, em 2000, manter-se-iam apenas os grupos de trabalho SINA e do II Fórum Europeu de Política Social. Por outro lado, desde 2000, a adopção da Estratégia de Lisboa, que, como vimos, iria ter expressão no domínio da coesão social no lançamento dos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão, em meados do ano seguinte, fez com que a REAPN privilegiasse o acompanhamento desse novo plano de acção. Nesse sentido, formaria, logo em Janeiro de 2001, o «Grupo de Trabalho de Seguimento do Plano Nacional de Acção para a Inclusão», integrando o conjunto dos Núcleos Regionais, que se manteria muito activo ao longo de todo o período aqui analisado. E, em 2003, seria criado o novo «Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Economia Social», no âmbito do trabalho desenvolvido pelo Projecto de Cooperação entre a REAPN e o IEF, reunindo «pessoas e instituições que trabalham no domínio da Economia Social, para reflectir sobre questões teóricas que se colocam nessa área, no Terceiro Sector e no Mercado Social de Emprego» (REAPN - *Relatório 2003*).

⁸⁰ "Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal". Rediteia. REAPN, n.º 14, Fevereiro de 1999, p. 9.

A avaliação do trabalho da REAPN

A preocupação com a qualidade do trabalho desenvolvido e o seu impacto social face aos objectivos pretendidos levou a REAPN a adoptar uma cultura de avaliação. Em 2000, iniciou um processo de avaliação, incluindo uma componente interna (da estrutura organizacional e das estratégias e filosofia de actuação) e uma componente externa (ao nível do terreno e dos Núcleos Regionais), cuja coordenação foi confiada a Jordi Estivill, que associou Fernanda Rodrigues para esse trabalho. Essa avaliação externa, realizada entre 2000 e 2002, acabou por constituir um importante repositório do trabalho da REAPN na sua primeira década de existência, com um balanço muito positivo: «De poucos membros, a Rede passou a ter 370, entre organizações e membros individuais; tem sede própria no Porto e adquiriu outra em Lisboa; de uma técnica a meio tempo, tem agora mais de 15, alguns dos quais trabalham nos núcleos locais, para além dos serviços administrativos. Antes apenas se intervinha no Porto e arredores, agora está em todo o país e, para além do núcleo central, tem 6 bastante consolidados (Porto, Lisboa, Aveiro, Coimbra, Braga, Évora), 3 mais em fase de arranque (Beja, Setúbal, Beira Interior) e outros 3 em criação (Guarda, Santarém, Faro). No início, tinha um pé na Rede Europeia, agora é membro activo de três e na primeira (EAPN) faz parte do seu Bureau (órgão decisor). De apenas estar presente num grupo transnacional, passou a dirigir actualmente cinco projectos, dos quais um se integra na Iniciativa Comunitária EQUAL, colaborando noutra EQUAL e em seis outros de carácter transnacional. Publicou 26 números da sua revista e sete livros da sua colecção, para além de um sem número de flash rede. O seu orçamento passou de apenas 10.000 contos no início para mais de 150.000 no ano passado (2000). Mas, para além destes números, destes indicadores quantitativos do crescimento da Rede Portuguesa, é importante assinalar que hoje nada põe em questão a existência da Rede, que se converteu, progressivamente, paulatinamente, num dos actores mais reconhecidos e com uma presença indiscutível na luta contra a pobreza e a exclusão em Portugal» (Estivill & Rodrigues, 2004: 186-187). A avaliação viria a ser publicada em 2004, nos «Cadernos REAPN», sob o título 10 Anos da REAPN em Portugal, cuja apresentação pública decorreria em Dezembro desse ano, na Fundação Cupertino de Miranda, no Porto.

A adopção de um Plano Estratégico plurianual

No processo de avaliação da REAPN, ainda em 2001, concluiu-se pela utilidade de elaborar um Plano Estratégico plurianual, opção que acabaria por influenciar, de certa forma, a decisão que viria a ser adoptada, em Novembro desse ano, na Assembleia-geral da EAPN, realizada em Bruxelas. Tal decisão decorreu do «facto de a organização enfrentar novos desafios (alargamento da União Europeia) e de estar perante um novo cenário no âmbito das políticas de combate à pobreza na União Europeia (Estratégia Europeia de Combate à Pobreza e consequente definição de Planos Nacionais de Acção para a Inclusão)». A adopção de um Plano Estratégico

pela EAPN, que começou a ser elaborado no início de 2002, sendo aplicado a partir de 2003, implicava que cada rede nacional procedesse à elaboração de um plano estratégico nacional. No caso da REAPN, a decisão de elaborar o Plano Estratégico passou a constar dos objectivos da Direcção desde 2001 e terá começado mesmo a ser preparado em 2002, segundo se lê no Relatório desse ano: «foi especialmente relevante o início da elaboração de um plano estratégico - que verá a sua consolidação em 2003 - e que, para além de procurar responder aos desafios impostos pela avaliação levada a cabo em 2001, deverá ainda ser capaz de responder à progressiva expansão da organização e suas actividades, na busca de uma maior coerência, articulação e eficácia» (REAPN - *Relatório 2002*). Porém, tal tarefa, confiada ao Conselho Nacional⁸¹ (órgão criado em 2001, integrando representantes de todos os Núcleos Regionais da REAPN), sob proposta e com a coordenação da Direcção, acabou por ser afectada por outras prioridades, nomeadamente, o acompanhamento e debate do PNAI e a implantação e consolidação dos núcleos regionais. Por outro lado, tendo-se definido uma metodologia participativa, de forma a «envolver o maior número de actores, sobretudo ao nível regional e local», na elaboração do Plano Estratégico, houve que multiplicar as sessões de trabalho, só se concluindo todo o processo em Outubro de 2004. O «Plano Estratégico 2004-2009» passaria, a partir de então, a servir de documento orientador quer para a actividade da Rede quer para a respectiva avaliação. Começando por definir a missão, a visão, os critérios de trabalho da REAPN, o Plano assumia seis grandes objectivos estratégicos de médio prazo, agrupados em dois eixos principais. O eixo 1, «Consolidar a Rede e a suas relações - estratégia de desenvolvimento e sustentabilidade da Rede», comportava os objectivos de: i) «consolidar a Rede em termos territoriais»; ii) «consolidar a Rede como interlocutor nacional e regional em diferentes níveis»; iii) «consolidar a Rede no seu espaço externo (nacional e internacional)». O eixo 2, «Acções desenvolvidas tendo em vista a consolidação do combate à pobreza como uma prioridade nacional no sentido de concretizar uma verdadeira inclusão social», incluía os objectivos: iv) «acompanhamento das políticas nacionais tendo como elemento central a estratégia europeia de Lisboa e o Plano Nacional de Acção para a Inclusão»; v) «promover a participação dos próprios excluídos e a mobilização de todos os actores relevantes»; vi) «promoção de acções inovadoras, no âmbito da qualidade, da investigação e do conhecimento». Em função destes objectivos, elencava-se o conjunto de acções a desenvolver. Finalmente, o Plano indicava os instrumentos e critérios para a sua própria avaliação⁸². A elaboração do Programa de Acção anual da REAPN passaria a basear-se nas orientações do Plano Estratégico.

⁸¹ Órgão consultivo da REAPN, criado em 2001, constituído por dois representantes de cada núcleo distrital, com os objectivos de «analisar as práticas em curso, avaliar o desempenho da organização, discutir e articular formas de actuação no terreno, procurando finalmente planificar estrategicamente as acções, prioridades e políticas prioritárias para a organização em geral e para as estruturas regionais em particular» (REAPN — Relatório 2001).

⁸² REAPN — Plano Estratégico. Porto: REAPN, Outubro de 2004. Cf. Documento 6.

A entrada em vigor do Plano Estratégico, em 2005, conduziu à introdução de novos mecanismos de funcionamento, nomeadamente a elaboração de um plano operacional para cada Núcleo Distrital, a adopção de um Regulamento Interno e a elaboração e aplicação de um plano de avaliação interna nacional, incluindo «uma avaliação e balanço de execução semestral e de um relatório anual de avaliação da execução global das acções» (REAPN - *Relatório 2005*). Numa fase em que se completava a disseminação territorial da REAPN, com dezoito núcleos distritais, e em que se multiplicavam as actividades de investigação, formação e informação, o objectivo principal era o de garantir a coesão da Rede e a adopção de boas práticas por todos os actores e organismos envolvidos.

O I Encontro Nacional

Com o objectivo de promover o reforço da rede e uma reflexão interna sobre os grandes desafios que se colocavam no contexto nacional e europeu, iniciou-se em 2004 a realização do Encontro Nacional de Associados. Nesse ano, a pretexto da Comemoração do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, a 17 de Outubro, o I Encontro, subordinado ao tema «Erradicar a Pobreza e a Exclusão Social: um desafio de todos com todos e para todos?», reuniu cerca de 100 participantes, no Hotel Tuela, no Porto, nos dias 15 e 16 de Outubro⁸³. No primeiro dia, foram apresentados e discutidos os resultados de uma sondagem de opinião sobre as representações dos cidadãos portugueses em relação à pobreza e à exclusão social, realizada pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa em colaboração com a REAPN. As intervenções iniciais, além da do presidente da REAPN, Padre Jardim Moreira, foram confiadas a investigadores das questões da pobreza e da opinião pública (Américo Mendes, da Universidade Católica do Porto, Marcos Olímpio, da Universidade de Évora, e Juan Mozicaffredo, do ISCTE), bem como a pessoas com experiências de pobreza (José Luís Antunes e Maria do Céu Encarnação), convidadas para comentarem a sondagem e animarem o debate, moderado pela jornalista do jornal Público, Mariana Oliveira. No segundo dia, reservado para uma «reflexão interna dos associados», foram apresentados os resultados da avaliação externa da REAPN (por Fernanda Rodrigues), a evolução da Rede entre 2002 e 2004 (por Sérgio Aires e Sandra Araújo, da Coordenação Técnica Nacional), destacando a importância do Plano Estratégico como instrumento operativo para construir «um território comum» numa rede marcada por grande «complexidade e diversidade»⁸⁴.

⁸³ A realização do Encontro não impediu a realização, através dos Núcleos Distritais, de um vasto e diversificado programa de iniciativas em todo o país (Aveiro, Famalicão, Porto, Coimbra, Santarém, Castelo Branco, Lisboa, Palmela, Pinhal Novo, Évora, Alvito, Beja e Olhão), entre 12 e 18 de Outubro, para assinalar o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, procurando sensibilizar a opinião pública para o problema da pobreza e exclusão social (REAPN - Relatório 2004).

⁸⁴ ARAÚJO, Sandra — “I Encontro Nacional da REAPN”. Rediteia. REAPN, n.º 34, Julho-Dezembro de 2004, p. 11-13.

3.3. As relações com a Rede Europeia e o reforço da dimensão internacional da REAPN

3.3.1. O reforço da participação na Rede Europeia

A par da sua crescente afirmação nacional, a REAPN assumiu, ao longo deste período, uma participação activa no seio da Rede europeia, não apenas nas assembleias anuais mas também, e cada vez mais, nas diversas «task forces» temáticas, ao mesmo tempo que estreitou relações com as redes de outros países, no desenvolvimento de projectos de parceria, na participação em acções de formação, seminários e fóruns europeus e na formação de outras plataformas de intervenção transnacionais. Se até 1995 a presença portuguesa pouco se fez notar nos grupos de trabalho da EAPN, à excepção do Grupo dos Países do Sul (1992-1995), a partir de então tornar-se-ia cada vez mais assídua e activa (Estivill & Rodrigues, 2004: 171-172). Nos boletins da REAPN (*Notícias da Rede e Rediteia*), é visível essa crescente integração, multiplicando-se os artigos sobre a EAPN, os seus grupos de trabalho e redes temáticas (minorias étnicas, racismo, etc.) e as políticas sociais europeias.

Já na Assembleia-geral de Postdam (Alemanha), em Novembro de 1995, o programa de formação da EAPN foi apresentado por José Alberto Reis, da Rede portuguesa. Nessa altura, representantes da REAPN participavam na task force de política social (Luís Capucha) e no grupo de trabalho sobre o reforço das redes (Ana Luzia Reis e Sérgio Aires). No ano seguinte, Sérgio Aires participaria também no grupo de trabalho sobre o racismo (Estivill & Rodrigues, 2004: 140-142).

Em 1998, a REAPN participaria também na Assembleia Constituinte da Rede Europeia Contra o Racismo, que decorreu em Bruxelas, em 8-10 de Outubro⁸⁵. Já antes, em Março de 1996, se fizera representar (por Ana Luzia Reis, José Alberto Reis e Luís Capucha) no Fórum Europeu sobre a Política Social, em Bruxelas, onde foi discutido o Relatório para uma Europa dos Direitos Cívicos e Sociais, elaborado pelo «Comité de Sábios», presidido por Maria de Lurdes Pintasilgo⁸⁶. E voltaria a marcar presença no II Fórum Europeu sobre a Política Social, em Bruxelas, em 24-26 de Junho de 1998, organizado pela Comissão Europeia, em colaboração com a Plataforma das Organizações Não-Governamentais Europeias (integrada pela EAPN) e com a Confederação Europeia dos Sindicatos. Neste segundo Fórum, a REAPN esteve representada pelo Padre Jardim Moreira, José Alberto Reis e Regina Tralhão. Ainda durante esse Fórum, representantes de diversas organizações portuguesas presentes confiaram à REAPN a missão de constituir um Grupo de Trabalho em Portugal para acompanhar as orientações da política social europeia. Cerca de um mês depois, esse objectivo seria cumprido com a realização de uma reunião de várias instituições no ISCTE, em Lisboa⁸⁷.

Voltando à participação nas task forces da EAPN, a Rede portuguesa participaria já, por essa altura, nos diversos grupos de trabalho, como se depreende de uma notícia publicada na Rediteia, no início de 1999: «A EAPN, de acordo com o Plano de Actividades para 1999, dinamizará durante este ano grupos de trabalho (Task Forces) que trabalharão as seguintes temáticas: Fundos Estruturais; Protecção Social; Inclusão Social das Famílias Monoparentais; Exclusão Social: dimensão do alargamento aos Países de Leste; do Estado Providência ao Direito ao Trabalho; Racismo e Pobreza; Dimensão de Género na Pobreza. Para além de participar em todas as referidas *Task Forces*, a REAPN tem também representação no grupo de trabalho específico sobre Desenvolvimento e Reforço da Rede Europeia Anti-Pobreza e no Grupo de Preparação da Conferência de Helsínquia (evento que decorrerá por ocasião da Assembleia Geral 1999 da EAPN, em Novembro próximo)»⁸⁸.

A realização da Assembleia-geral da EAPN no Porto, em Novembro de 1998, e a actividade desenvolvida durante a Cimeira Europeia de Lisboa, em 2000, terão contribuído, como já referimos, para reforçar a imagem e a posição da REAPN no seio da Rede europeia. Além de participar, a partir de então, nos vários grupos

⁸⁵ AIRES, Sérgio — “Rede Europeia Contra o Racismo”. Rediteia. REAPN, n.º 12, Novembro de 1998, p. 10. No âmbito do trabalho nesta rede europeia, a REAPN participaria também na formação da RAR (Rede Anti-Racista) portuguesa, integrando o respectivo Comité Executivo.

⁸⁶ REIS, Ana Luzia; REIS, José Alberto; CAPUCHA, Luís — “Forum européen sur la politique sociale”. Notícias da Rede. REAPN, n.º 5, Abril de 1996, p. 1 e 8.

⁸⁷ “II Fórum Europeu da Política Social 1998. Grupo de Trabalho”. Rediteia. REAPN, n.º 11, Setembro de 1998, p. 15.

⁸⁸ “Task Forces EAPN para 1999”. Rediteia. REAPN, n.º 14, Fevereiro de 1999, p. 3.

de trabalho europeus, a Rede portuguesa ganharia ainda maior protagonismo ao ser eleita, na Assembleia-geral da EAPN, em Barcelona, em Novembro de 2000, para integrar a Direcção da EAPN no mandato de 2001-2003⁸⁹. O representante português no Comité Executivo, Sérgio Aires, passaria a exercer também as funções de Secretário no Bureau da EAPN (Estivill & Rodrigues, 2004: 152). Como se pode ler no Relatório de 2001: «Ao nível Europeu 2001 é também um ano particularmente interessante. Pela primeira vez a Rede Portuguesa assume um papel de Direcção (Bureau) ao nível da Rede Europeia Anti-Pobreza enquanto tal. Esta posição, para além de significar um claro sinal de avaliação positiva do papel da Rede Portuguesa no bom funcionamento da Rede Europeia, coloca-nos, numa posição de alta responsabilidade e protagonismo ao nível da definição e orientação da Organização em termos europeus» (REAPN - *Relatório 2001*).

Desde 2001, a Rede europeia centrou grande parte do seu trabalho, tal como as redes nacionais, no acompanhamento da Estratégia de Lisboa e, em particular, no desenvolvimento dos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão, tendo criado um novo grupo de trabalho sobre a Inclusão Social, em cujas actividades a REAPN participou, tal como nas dos restantes grupos (Anti-Discriminação, integrando os dois grupos anteriores sobre Racismo e Pobreza e Dimensão de Género na Pobreza, Emprego, Fundos Estruturais, Alargamento da União Europeia a novos países, Agentes de Desenvolvimento⁹⁰). Em 2004, seria confiada à REAPN a responsabilidade de organizar, no Porto, uma das reuniões da *task force* sobre Emprego, que coincidiu com o Seminário Europeu «The European Employment Strategy: a tool or a threat for social cohesion?», que decorreu nos dias 29 e 30 de Abril (REAPN - *Relatório 2004*).

A Rede portuguesa continuaria também a colaborar activamente na área de formação da EAPN. Em 2002, uma das acções de formação europeia, sob o tema da planificação estratégica das ONGs, teria lugar no Porto, nos dias 13 a 16 de Outubro, com organização logística da REAPN (REAPN - *Relatório 2002*).

Além disso, a Rede portuguesa continuou a participar em outras redes e plataformas europeias, nomeadamente na «Rede Europeia Saúde e Comunidade Cigana – SASTIPEN», na «Rede Europeia Anti-Racista» e na «Rede Europeia de Ciganos e Nómadas». No entanto, a partir de 2001, face à vastidão e complexidade do trabalho interno, com a multiplicação da actividade dos núcleos, e também com os novos desafios colocados com a implantação do PNAI, a Direcção da REAPN optou por diminuir a sua participação nestas redes: «pela necessidade de uma grande concentração e esforço ao nível interno, o ano de 2001 representou um relativo afastamento em relação a estas organizações. Assim, por opção,

⁸⁹ Renovaria depois o mandato até 2006.

⁹⁰ Este grupo foi coordenado pela REAPN, tendo passado a designa-se, em 2003, Grupo para o Desenvolvimento da Rede» (REAPN - *Relatório 2003*).

a REAPN decidiu durante o ano de 2001 apenas manter o contacto com estas organizações e participar nas actividades mais relevantes e onde a sua presença fosse imprescindível» (REAPN - *Relatório 2001*). Desde 2002, a Rede portuguesa passou a integrar a Comissão de acompanhamento (Comité de Peritos), em Portugal, do Programa STEP - Estratégias e Técnicas de Luta Contra a Exclusão Social, lançado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como instrumento para aumentar a extensão da protecção social aos excluídos e apoiar estratégias integradas de inclusão social. No final de 2003, a REAPN tornar-se-ia uma das organizações responsáveis pelo processo de experimentação do Centro Informático de Aprendizagem e de Recursos para a Inclusão Social (CIARIS), nomeadamente das aplicações a utilizar por ONGs com intervenção no combate à pobreza e exclusão social. No ano seguinte, colaboraria na divulgação desse instrumento, quer em Portugal quer junto da Rede europeia, que integrou o CIARIS na formação proporcionada aos seus Agentes de Desenvolvimento. Na sequência dessa colaboração, a REAPN reforçaria a sua posição no Programa STEP, sendo convidada a integrar a Comissão de Seguimento do Estudo sobre o Impacto da Economia Informal na Redução da Pobreza e da Exclusão Social nos PALOP. E, em 2005, a REAPN iniciaria a execução de um projecto transnacional («Multiplicar-Strategies, Tools and Actors»), financiado pela Comissão Europeia, com o objectivo de difundir a plataforma informática CIARIS entre organizações de diversos países (Portugal, Itália, Espanha, Hungria, Irlanda, Grécia e Roménia), no contexto dos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão e da Estratégia Europeia para a Inclusão Social (REAPN - *Relatórios 2002-2005*).

Ao nível europeu, deve ainda destacar-se a colaboração activa da REAPN na mobilização da representação portuguesa nos Encontros Europeus das Pessoas em Situação de Pobreza, organizados desde 2001 pelas sucessivas Presidências da União Europeia, no âmbito dos Planos Nacionais para a Inclusão, e dinamizados pela EAPN. No I Encontro, realizado em Bruxelas, em 1-2 de Dezembro desse ano, sob o lema «Nós também participamos na Europa», estiveram presentes seis portugueses⁹¹. Desde então, esses encontros realizaram-se anualmente, contando sempre com diversos participantes portugueses, apoiados pela REAPN⁹².

⁹¹ “Conferência dos Pobres”. Rediteia. REAPN, n.º 26, Janeiro-Março de 2002, p. 13.

⁹² Na revista da REAPN podem ler-se notícias circunstanciadas desses Encontros: MARTINHO, Fernando — “II Encontro Europeu das Pessoas em Situação de Pobreza”. Rediteia. REAPN, n.º 31, Abril-Junho de 2003, p. 18-19; PAIVA, Júlio — “III Encontro Europeu das Pessoas em Situação de Pobreza”. Rediteia. REAPN, n.º 33, Janeiro-Junho de 2004, p. 12-14; GONÇALVES, Bruno — “IV Encontro Europeu das Pessoas em Situação de Pobreza”. Rediteia. REAPN, n.º 35, Janeiro-Junho de 2005, p. 44-46.

3.3.2. A cooperação com os PALOPs

Ao longo deste período, a REAPN desenvolveu também diversas acções de cooperação com instituições de países lusófonos de África, em especial Cabo Verde e Moçambique. Tendo sido reconhecida, em Maio de 1995, como Organização Não Governamental para o Desenvolvimento pelo Instituto da Cooperação Portuguesa, a REAPN associou-se à Plataforma das ONGs para o Desenvolvimento. Desde 2003, assumiria uma participação mais activa nessa Plataforma, passando a exercer funções na sua nova Direcção, num momento «marcado por algumas alterações que vieram a influenciar a redefinição, a clarificação e consolidação do papel da Plataforma e constituíram desafios novos ao nível da necessidade de novas estratégias, de uma intervenção mais virada para o exterior e para a sua afirmação política, de reforço da sua representatividade, de melhorar o seu desempenho e eficácia» (REAPN -*Relatório 2003*: 36). Além das funções directivas, a REAPN colaborou activamente em diversas iniciativas da Plataforma, nomeadamente na animação de alguns grupos de trabalho e em várias acções de formação. Em 2004, assumiu ainda o papel de representante da Plataforma portuguesa das ONGDs junto da Confederação Europeia de ONGs de Ajuda e Desenvolvimento (CONCORD), participando em diversas reuniões e seminários europeus (REAPN - *Relatório 2004*).

Ainda em 1995, a REAPN iniciou contactos com autoridades e instituições de Cabo Verde e de Moçambique, para preparar acções de cooperação nesses países (Notícias da Rede, 1995, n.º 3). Uma primeira missão da REAPN deslocou-se a Cabo Verde, contactando com autoridades e instituições envolvidas na elaboração de um Plano Nacional de Luta Contra a Pobreza (Estivill & Rodrigues, 2004: 164). Em finais de 1997, uma delegação da REAPN participou no «Fórum das Organizações Não Governamentais da Comunidade de Países de Língua Portuguesa», que se realizou na cidade da Praia e cujo objectivo principal era promover a cooperação e o intercâmbio de experiências entre ONGs da CPLP. Na sequência desse encontro, a REAPN foi convidada a colaborar na criação de uma Rede de Luta contra a Pobreza na CPLP. Por essa altura, o Governo da República de Cabo Verde, através da Secretaria de Estado para a Luta Contra a Pobreza, assinou um protocolo com a REAPN, visando a cooperação da Rede portuguesa nas políticas cabo-verdianas de combate à pobreza, em Cabo Verde. No âmbito desse protocolo, técnicos da REAPN realizaram duas missões específicas, em 1999 e no início de 2000, de acompanhamento das acções preparatórias para a criação do Observatório Nacional da Pobreza e da Célula de Mobilização Social. Uma outra missão prevista para o último trimestre de 2000 não chegaria a concretizar-se, devido a «alterações de ordem política» em Cabo Verde (REAPN - *Relatório 2004*)⁹³, que terá gerado dificuldades de colaboração entre as instituições envolvidas (Estivill & Rodrigues, 2004: 164-165). Em 2001 e 2002,

⁹³ Cf. também “Cooperação com a República de Cabo Verde”. Rediteia, n.º 21. REAPN, Novembro de 2000, p. 8.

apesar das diligências realizadas pela Rede portuguesa, não foi possível retomar os trabalhos previstos para a execução do protocolo, como se referia no Relatório de 2002: «Foram vários os contactos estabelecidos com o Governo da República de Cabo Verde, tendo mesmo sido agendada uma missão para o mês de Julho de 2002. No entanto, e por vicissitudes várias por parte da entidade coordenadora da estratégia cabo-verdiana de combate à pobreza, não foi possível retomar os trabalhos iniciados no ano 2000 e que se consubstanciavam na formação de dirigentes de ONGs locais (implementação de uma célula de mobilização da sociedade civil), na construção e dinamização de um sistema de informação e intercâmbio de experiências e boas práticas no seio do Programa Nacional de Combate à Pobreza, e, finalmente, na colaboração ao nível da criação de indicadores e implementação de um sistema de avaliação». O protocolo seria reactivado no ano seguinte, na sequência de contactos de representantes da REAPN com o governo de Cabo Verde, durante o «1.º Atelier de Intercâmbio de Experiências», promovido pelo STEP Portugal, na Ilha do Sal, em 24-29 de Setembro de 2003 (REAPN -Relatório 2003), mas as acções previstas para 2004 não se concretizariam por falta de colaboração das entidades cabo-verdianas: «Na realidade, e devido ao facto de terem ocorrido mudanças governamentais na República de Cabo Verde, todos os compromissos assumidos durante o ano de 2003, e que se mostravam positivos para o ano de 2004, não se viriam a concretizar. Assim, a cooperação que era esperada ao nível governamental acabou por não registar qualquer avanço, sendo ainda difícil preconizar o que se poderá vir a passar no futuro. [...] Ao nível da cooperação agendada com a Plataforma de ONGs Cabo-verdianas, esta sofreu igualmente alguns abalos. Mudanças de liderança ao nível da Plataforma fizeram com que os contactos estabelecidos e os compromissos assumidos não tivessem qualquer tipo de concretização» (REAPN - *Relatório 2004*).

Também os esforços de cooperação com Moçambique foram pouco frutuoso. Na sequência do já referido «Fórum das ONGs da CPLP», na cidade da Praia, em 1997, e do apelo que aí foi lançado à REAPN para dinamizar uma rede de ONGs dos Países de Língua Oficial Portuguesa, foram realizados diversos contactos, nomeadamente com instituições de Moçambique. Com o apoio do Governo português, uma delegação da REAPN deslocou-se a esse país, tendo participado em 26 reuniões com entidades governamentais e ONGs, entre 18 e 29 de Outubro de 1999. O balanço dessa missão foi muito positivo e a sua continuidade foi preparada com a criação de um Grupo de Trabalho provisório, constituído pelo Fórum de ONGs de Maputo, LINK - Fórum de ONGs nacionais e pelo Fórum Mulher, visando a formação de uma Rede Moçambicana de Luta Contra a Pobreza (REAPN - *Relatório 2000*)⁹⁴. Porém, logo nos primeiros meses de 2000, as catástrofes naturais que se abateram sobre Moçambique (cheias e ciclones que destruíram cidades inteiras e paralisaram as actividades económicas,

⁹⁴ Cf. também MV — “REAPN faz balanço. Missão a Moçambique foi bem sucedida”. Rediteia, n.º 18. REAPN, Dezembro de 1999 / Janeiro de 2000, p. 6-7.

fazendo alastrar as situações de fome e de epidemias) fizeram adiar a continuação desse projecto. Nessa altura, a REAPN lançou em Portugal uma campanha de solidariedade para com o povo moçambicano, angariando fundos destinados às vítimas das cheias, que enviou às ONGs desse país, com as quais continuaria a manter contactos pontuais, nomeadamente com o Fórum LINK e com a Associação Criança, Família e Desenvolvimento, de Maputo⁹⁵.

A cooperação com os PALOP, que a REAPN assumia então como um objectivo estratégico, seria depois subalternizada. No Plano Estratégico 2004-2009, o objectivo de «consolidar a Rede no seu espaço externo (nacional e internacional)» ainda incluiu, entre as orientações estratégicas, «continuar a estender a acção da rede para além do espaço europeu, sobretudo ao nível dos PALOP», contemplando uma acção específica de «dinamização de uma Rede de Luta Contra a Pobreza no espaço lusófono». Porém, não se concretizaram quaisquer iniciativas nesse domínio.

⁹⁵ MARQUES, Rui Guerra — “REAPN apoia ONG moçambicanas”. Rediteia, n.º 19. REAPN, Março de 2000, p. 14; REAPN — Relatórios de Actividades 2000-2001.

4

NOVOS DESAFIOS DA LUTA CONTRA A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL (2005-2015)

Na última década, a REAPN, solidamente implantada em todo o território nacional, com um vasto capital de experiência nas diversas frentes de combate à pobreza e à exclusão social, bem relacionada com as suas congéneres europeias e com crescente representatividade e reconhecimento institucional, reforçou a sua capacidade de intervenção e multiplicou as suas actividades de formação, investigação e divulgação, assumindo uma voz activa, construtiva e crítica, relativamente aos vários domínios das políticas sociais.

Num período marcado por grandes desafios, resultantes quer de uma redefinição das orientações das instâncias europeias quer do impacto das crises financeiras, a partir de 2008, que se traduziram no agravamento dos índices de pobreza e de exclusão e em pressões neoliberais no sentido da desregulamentação dos mercados, da flexibilização dos direitos laborais e do enfraquecimento do Estado social, a acção da REAPN, tal como de outras ONGs nacionais e europeias envolvidas no mesmo combate, tornou-se mais necessária e premente tanto na denúncia do modelo de desenvolvimento económico gerador de maiores desigualdades e do aumento do número de pobres e excluídos como na elaboração de propostas visando a erradicação da pobreza e da exclusão.

Nesta perspectiva, pode dizer-se que a REAPN assumiu um papel-chave a todos os níveis, local, regional, nacional e europeu, batendo-se por políticas sociais mais inclusivas, pela qualificação das organizações do terceiro sector, pelo desenvolvimento de parcerias capazes de reforçar a colaboração institucional e as acções no terreno,

pela qualidade da informação e pela participação activa dos destinatários das políticas sociais na discussão dessas políticas e na sua alteração ou concretização.

Aumentou também a participação da REAPN em projectos locais, nacionais e transnacionais, bem como em plataformas, redes, fóruns e grupos de trabalho nacionais e europeus.

O reconhecimento do trabalho realizado, tanto em Portugal como na Europa, tem-se manifestado nos vários planos de intervenção, garantindo uma maior visibilidade das suas acções. Em 2010, no Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social, a EAPN - Portugal foi distinguida com o Prémio «Direitos Humanos», atribuído pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, da Assembleia da República⁹⁶. E, em 2012, o representante da rede portuguesa, Sérgio Aires, seria eleito para presidir à Rede Europeia na Assembleia-geral da EAPN, realizada na Noruega, em que participaram redes de 29 países⁹⁷. Em Julho de 2015, a Assembleia-geral da EAPN em Bilbao, Espanha, reelegeu Sérgio Aires para um novo mandato de três anos à frente da Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN Portugal - *Relatório 2015*: 74).

⁹⁶ "EAPN Portugal - Rede Europeia Anti-Pobreza recebe Prémio «Direitos Humanos 2010»". Focus Social, n.º 0. Porto: EAPN Portugal, Dezembro de 2010, p. 59-61.

⁹⁷ "Vitória serena e muito convicta. Portugal preside à EAPN". Focus Social, n.º 1. Porto: EAPN Portugal, Maio de 2012, p. 109-110.

4.1. O fracasso da estratégia europeia de desenvolvimento e o agravamento dos níveis de pobreza e de exclusão social em tempo de crise

Em 2005, conjugava-se já um conjunto de factores que prenunciava o fracasso da estratégia europeia de desenvolvimento e a dificuldade de harmonização de políticas sociais, ao mesmo tempo que o processo alargamento, que transformara a Europa dos 15 na Europa dos 25, em 2004, e em breve dos 27, com a entrada da Bulgária e da Roménia, em Janeiro de 2007, colocava novos problemas de integração e de funcionamento e revelava maiores disparidades económicas e sociais nessa União Europeia alargada.

Para fazer face ao alargamento, vinha sendo preparada, desde o início do milénio, uma reforma da organização e do funcionamento da União Europeia, através de um texto constitucional, que foi aprovado pelo Conselho da Europa em 2004, mas cuja entrada em vigor ficou dependente da ratificação pelos Estados-membros. No ano seguinte, a vitória dos opositores ao projecto de Constituição Europeia nos referendos nacionais em França e na Holanda, no final de Maio e início de Junho, levaria o Conselho Europeu a adiar o processo de ratificação e, depois, a abandoná-lo, optando por uma solução mais expedita e impositiva, através do Tratado de Lisboa, assinado em Dezembro de 2007, que entraria em vigor em 2009.

Simultaneamente, como já referimos no capítulo anterior, a estratégia europeia de desenvolvimento lançada em 2005 («Estratégia de Lisboa renovada»), centrando-se no crescimento económico e no emprego, veio subalternizar os objectivos de coesão social. Os Planos Nacionais de Reforma, que deveriam ser apresentados pelos Estados-membros, esbateram a importância dos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão, que passaram a ser designados por Relatórios Nacionais de Estratégia para a Inclusão Social e Protecção Social. Para muitos autores e organizações envolvidas no combate à pobreza e à exclusão social, tratava-se, em muitos aspectos, de uma regressão face à Estratégia de Lisboa, lançada em 2000, que procurara o equilíbrio

entre o crescimento económico e a coesão social. Como escreveram Jordi Estivill e Sérgio Aires: «A luta contra a pobreza começa a ganhar uma nova invisibilidade» (Estivill & Aires, 2007: 39). Nas instâncias europeias, vulgarizava-se a velha ideia de que o crescimento económico e a «inclusão activa» pelo emprego acabariam por eliminar a pobreza, ao mesmo tempo que, em nome da competitividade das economias nacionais no mercado global, se procurava restringir as políticas de protecção e bem-estar social e enfraquecer as formas tradicionais de regulação (HESPANHA *et al.*, 2007: 37).

A degradação da conjuntura económica mundial e europeia, sob o impacto de crises sucessivas, viria, entretanto, agravar as situações de pobreza e de exclusão social na Europa. Desde o início de 2007, a crise do «sub-prime» no sistema financeiro americano, contaminando o mercado financeiro e as actividades económicas a nível internacional, teve efeitos muito negativos na confiança dos investidores, nas transacções bolsistas, nos rendimentos das famílias e nos consumos. Nos dois anos seguintes, a crise financeira e económica atingiu uma dimensão global, afectando muitos países europeus, com o aumento das taxas de juro do crédito bancário, provocado pela subida acentuada dos spreads, e uma maior restrição das condições de financiamento do sector privado, com consequente travagem dos investimentos e retracção da actividade económica, falências de empresas, aumento do desemprego e contracção do mercado.

Numa primeira fase, as orientações da União Europeia para responder à crise procuraram estimular a economia e o emprego com medidas de investimento público. Os resultados revelaram, porém, uma Europa desigual, com dificuldades crescentes dos países do Sul em conter o deficit das finanças públicas e originando uma crise aguda das dívidas soberanas de países como a Grécia e Portugal, que tiveram de recorrer a programas de assistência financeira internacional, com a contrapartida de lançarem medidas de redução da despesa do Estado e reformas de ajustamento, que implicaram redução ou travagem de investimentos públicos, mais despedimentos, cortes em salários e em pensões de reformas, redução ou eliminação de diversas subvenções sociais, privatização de empresas públicas, aumento de impostos, etc. Os programas de apoio financeiro da *troika* (Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Central Europeu) à Irlanda, Grécia e Portugal impuseram medidas drásticas de austeridade, que recaíram sobretudo sobre as camadas trabalhadoras e os pensionistas, acabando não só por agravar a «espiral recessiva», com uma crescente contracção do mercado interno e consequentes dificuldades de muitas pequenas e médias empresas incapazes de se projectarem nos mercados externos, acarretando falências e mais desemprego, como por aumentar as desigualdades e as situações de pobreza e exclusão. Paralelamente, o Pacto de Estabilidade e Crescimento da União Europeia impôs aos Estados-membros idênticas medidas de austeridade, ao mesmo tempo que submeteu as políticas económicas e sociais nacionais à supervisão das instâncias europeias, retirando margem de liberdade aos governos e parlamentos de cada país.

Em 2010, a União Europeia, visando uma maior articulação entre os Estados-membros, no sentido de gerar novas condições de desenvolvimento, lançaria a «Estratégia Europa 2020», «para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo». Entre os seus objectivos, no campo da inclusão, projectava diminuir em 20 milhões o número de pessoas em situação de pobreza, criando, para esse efeito, a Plataforma Europeia contra a Pobreza e a Exclusão Social. Além deste objectivo de combate à pobreza, a «Estratégia Europa 2020» apontava metas claras para outros quatro objectivos principais: no emprego, pretendia-se elevar para 75% a taxa de emprego de homens e mulheres entre os 20 e os 64 anos; visava-se aumentar para 3% do PIB o investimento público e privado na investigação e desenvolvimento nos países da UE; no domínio da energia e das alterações climáticas, as metas eram a redução em 20% de gases com efeito de estufa relativamente aos níveis de 1990, o aumento para 20% do peso das energias renováveis no consumo energético e o aumento de 20% da eficiência energética; na educação, pretendia-se reduzir a taxa de abandono escolar precoce para menos de 10% e aumentar para mais de 40% a percentagem da população da faixa etária de 30-34 anos com ensino superior⁹⁸. No entanto, esses objectivos têm vindo a ser subordinados, em muitos casos, às determinações de política macroeconómica. Pelo seu impacto na orientação das políticas económicas e sociais dos países europeus, em especial os da zona euro, deve destacar-se a obsessão com o cumprimento rígido das regras e metas do Pacto de Estabilidade e Crescimento, sem ter em conta a profunda desigualdade das economias da zona euro nem as suas implicações sociais. Nesta perspectiva, a margem de manobra das políticas nacionais ficou ainda mais limitada com a assinatura do Tratado Orçamental («Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governança na União Económica e Monetária») pelos doze países da zona euro, em Março de 2012, que entraria em vigor em 2013. Embora, logo no artigo 1.º, se assumisse que o Tratado visava «reforçar o pilar económico da união económica e monetária, adoptando um conjunto de regras destinadas a promover a disciplina orçamental mediante um pacto orçamental, a reforçar a coordenação das suas políticas económicas e a melhorar a governação da área do euro», e que o reforço desse «pilar económico» se destinava a apoiar «a realização dos objectivos da União Europeia em matéria de crescimento sustentável, emprego, competitividade e coesão social», desprezou-se, totalmente, as suas implicações nas políticas sociais. Pelo inverso, neste domínio, afirmou-se a predominância do pensamento conservador neoliberal, impondo, quer a nível europeu quer a nível nacional, medidas regressivas do Estado social. Ao mesmo tempo, os mecanismos europeus de controlo económico (Semestre Europeu, «Euro Plus Pact», novo Pacto de Estabilidade, etc.) têm vindo a diminuir a soberania dos diversos Estados, condicionando o exercício democrático das funções dos parlamentos nacionais, em particular no domínio orçamental, com consequências em todas as áreas políticas.

⁹⁸ Comissão Europeia - Europa 2020 - Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Bruxelas: Comissão Europeia, 2010.

O fracasso dessa estratégia europeia é, hoje, evidente. A redução do deficit dos países da zona euro, que passou, em média, de 6,1% para 2,6% do PIB, entre 2010 e 2014, não promoveu o esperado crescimento económico, ao mesmo tempo que as opções de política económica e social que foram tomadas agravaram a situação social, aumentando a extensão e a intensidade da pobreza. Com crescentes hesitações e divisões relativamente ao processo de construção europeia, sobretudo nos planos da convergência, da solidariedade e da coesão social e territorial, a União perdeu o sentido original de comunidade, emergindo no seu seio perigosas atitudes de antagonismo, intolerância e, mesmo, de racismo e xenofobia, que se começam a manifestar, aqui e ali, como tem acontecido com a posição de diversos países face ao drama dos refugiados do Médio Oriente.

Não é de estranhar, por isso, que os índices de pobreza não tenham sofrido qualquer diminuição, antes pelo contrário, revelando, neste domínio, o fracasso total da estratégia europeia de desenvolvimento. Entre 2009 e 2013, mais 7,5 milhões de europeus engrossaram o grupo de pessoas em situação de pobreza extrema, ao mesmo tempo que continuaram a aumentar as grandes fortunas e as desigualdades sociais. O fracasso da aplicação da estratégia de redução da pobreza não pode dissociar-se da falta de articulação entre as políticas económicas e sociais da União Europeia e da subalternização das políticas sociais face aos objectivos macroeconómicos, crescentemente orientados pela ideologia neoliberal, defensora da redução dos direitos sociais, da desregulação dos mercados e do enfraquecimento de políticas redistributivas, fomentando o círculo vicioso da pobreza, em que desemprego, emprego precário e salários baixos se combinam com a redução das medidas de protecção e de inclusão social. Além disso, a deriva neoliberal tem vindo a conjugar-se, em diversos países, com a desresponsabilização do Estado perante a questão da pobreza, fomentando o retorno a posições assistencialistas, assentes na caridade, pública ou privada, como meio não de erradicar a pobreza e de proteger e incluir socialmente os cidadãos desfavorecidos ou privados dos meios necessários para uma vida digna, mas apenas de minimizar as situações de pobreza extrema.

Paralelamente, no auge da crise, vários Estados tiveram de aplicar recursos públicos para «salvar» as perdas de instituições financeiras privadas, com o objectivo de evitar os riscos de uma «crise sistémica» da banca, o que fez agravar as dívidas soberanas de alguns países. Em contrapartida, as políticas públicas tenderam a limitar os gastos sociais, numa época de recessão em que mais eram necessários, ao mesmo tempo que, a pretexto do aumento da competitividade, lançaram reformas da legislação laboral, enfraquecendo os direitos dos trabalhadores e a negociação colectiva e aumentando a precariedade e a degradação das condições de trabalho. A «flexibilização» do mercado de trabalho traduziu-se em mais desemprego, na desvalorização de salários e em maior insegurança dos trabalhadores.

Além disso, em vários países, as reformas introduzidas nos sistemas fiscais tenderam a agravar mais os impostos sobre o trabalho e o consumo do que sobre o capital. A par de fugas de capitais para paraísos fiscais e de dumping fiscal, incluindo em países da União Europeia, como revelou o escândalo de «Luxleaks», as reformas introduzidas tornaram a fiscalidade mais regressiva. Por outro lado, a tendência para o desinvestimento ou até para a privatização total ou parcial de serviços públicos tem vindo a enfraquecer o sector público, em proveito de interesses económicos privados. O desinvestimento de diversos governos no sector público, em áreas essenciais, como a saúde e a educação, mas também nos transportes públicos, na energia e outras áreas, foi acompanhada por contratos de parceria com o sector privado, que desviaram recursos financeiros e humanos para este sector.

Não podem desprezar-se outros factores que têm vindo a influir nas políticas sociais, nomeadamente as dinâmicas demográficas, com crescentes índices de envelhecimento das sociedades europeias, resultantes quer de uma maior esperança de vida quer de um decréscimo da natalidade. Existem, naturalmente, diferenças regionais no seio da União Europeia⁹⁹, mas a tendência é generalizada, traduzindo-se no aumento de despesas dos sistemas de protecção social (sobretudo ao nível das pensões de reforma, mas também dos serviços de saúde e outros). Tal situação tem implicado alterações em diversos sistemas de segurança social, para garantir a sua sustentabilidade futura.

⁹⁹ Por exemplo, a Suécia, devido a políticas natalistas, conseguiu elevar a taxa de natalidade, entre 2005 e 2014, de 11,2‰ para 11,9‰; a Irlanda mantém taxas mais altas que a maioria dos países europeus, situando-se, nos mesmos anos, entre 14,8‰ e 14,6‰. O caso português é mais dramático, tendo baixado de 10,4‰ para 7,9‰, afastando-se dos valores médios da UE28 (10,4‰ e 10,1‰). No caso da esperança de vida à nascença, a média europeia passou dos 78,5 para os 80,3 anos, entre 2005 e 2014, aproximando-se Portugal desses valores, com 78,2 e 80,2 anos, no mesmo intervalo (Fundação Francisco Manuel dos Santos - *PORDATA*, 2016).

DESPESA PÚBLICA DOS PAÍSES DA UE, COM
POLÍTICAS DE PROTECÇÃO SOCIAL, EM % DO PIB,
2005, 2010 E 2013

PAÍSES	2005	2010	2013
Bélgica	26,8	29,4	30,2
Dinamarca	29,5	33,6	33,6 ^b
França	30,6	32,7	33,7 ^a
Alemanha	28,9	29,8	29,0 ^a
Grécia	24,1 ^a	28,6 ^a	31,6 ^{ab}
Irlanda	16,5	27,6	30,5 ^{ab}
Itália	25,3	28,9	29,8 ^a
Luxemburgo	22,1	22,9	23,8
Holanda	26,2	29,9	30,9 ^{ab}
Portugal	23,8	25,8	27,6
Espanha	20,1	24,7 ^a	25,7 ^a
Reino Unido	24,8	28,8	28,1 ^a
Áustria	27,9	29,6	29,8
Finlândia	25,6	29,2	31,1
Suécia	19,5	28,6	30,0 ^a
Chipre	16,7	20,1	22,3
Eslováquia	16,2	18,3	18,4 ^a
Eslovénia	22,6	24,4	25,0 ^a
Estónia	12,5	17,6	14,8
Hungria	21,5	22,7	20,9
Letónia	12,1	18,1	14,4 ^a
Lituânia	13,2	18,9	15,3 ^a
Malta	17,1	18,7	18,4
Polónia	20,0	19,6	17,7 ^{ab}
República Checa	17,6	19,4	19,8 ^b
Bulgária	14,6	17,3	17,6
Roménia	13,4	17,3	15,4 ^b
Croácia	-	20,8	21,7

Fonte: Fundação Francisco Manuel dos Santos - *PORDATA*, 2016.
[a projecção; b dados de 2012]

4.2. A evolução das políticas sociais em Portugal: da «terceira geração» das políticas sociais ao recuo para o «assistencialismo»

No caso português, no período anterior à crise, o governo socialista liderado por José Sócrates lançou importantes medidas de combate à pobreza e à exclusão social. Logo em 2005, além de diversos programas na área do emprego, apresentou a Iniciativa Novas Oportunidades, no âmbito do Plano Nacional de Emprego e do Plano Tecnológico, visando garantir condições para aumentar a qualificação, até 2010, de mais de 650 mil jovens com baixos níveis de escolaridade, através do seu envolvimento em cursos técnicos e profissionalizantes de nível secundário. Além disso, com o objectivo de aumentar a qualificação dos trabalhadores portugueses, pretendia-se garantir, no mesmo período, a elevação dos níveis de qualificação de base de um milhão de activos adultos que tinham ingressado no mercado de trabalho sem completarem a sua formação escolar¹⁰⁰. Ainda nesse ano de 2005, em Dezembro, o governo criou o Complemento Solidário para Idosos, uma prestação complementar para os idosos com baixos recursos.

Simultaneamente, a avaliação do Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2003-2005, no âmbito da revisão da Estratégia de Lisboa, e a preparação de um novo Plano (2006-2008) suscitaram o lançamento de uma «terceira geração de políticas sociais», visando combater o desemprego e as desigualdades sociais. Por esta altura, para apoiar a concepção e concretização do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI), e em articulação com outros programas nacionais¹⁰¹, o Governo lançou também diversas medidas para revitalizar e reforçar a Rede Social, que, como referimos no capítulo anterior, fora criada em 1997, visando estimular

¹⁰⁰ Os Centros Novas Oportunidades foram abertos em 2007, tendo recebido até 2010 cerca de um milhão de inscritos e atribuído mais de 400 mil certificações. Desde 2011, com o governo do PSD/PP, o programa seria praticamente desmantelado. Os Centros Novas Oportunidades foram encerrados em Março de 2013, sendo substituídos por Centros para a Qualificação e Ensino Profissional. Já em 2016, o actual governo socialista anunciou a criação de um programa idêntico à Iniciativa Novas Oportunidades.

¹⁰¹ Nomeadamente, o Plano Nacional para a Acção, Crescimento e Emprego (PNACE), o Plano Nacional de Emprego (PNE), o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o Plano Tecnológico (PT), o Plano Nacional de Saúde (PNS), o Plano para a Acção e Integração para Pessoas com Deficiência e Incapacidades (PAIPDI), o Plano Nacional para a Igualdade (PNI), o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica (PNCVD) e a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

a «gestão local participada» e a cooperação do sector público com instituições privadas, para a erradicação da pobreza e da exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social ao nível local. Assim, em Junho de 2006, decretou nova regulamentação da Rede Social, criando as Plataformas Supraconcelhias, de âmbito territorial correspondente às NUT III, com as competências de: «a) Debater estratégias para a concretização do PNAI naquele território; b) Garantir a harmonização e articulação das iniciativas desenvolvidas pelas diferentes parcerias de âmbito concelhio, que actuam no plano social; c) Promover reuniões temáticas sectoriais para aprofundar o conhecimento e análise dos problemas sociais do território, tendo em conta a dimensão de género; d) Analisar e promover a resolução ou o encaminhamento para o nível nacional dos problemas que lhe forem apresentados pelos diferentes CLAS [Conselhos Locais de Acção Social] da plataforma, concretizando o princípio da subsidiariedade; e) Promover a circulação de informação pertinente pelas entidades que compõem os CLAS da plataforma»¹⁰². Ainda no plano da inclusão e do desenvolvimento social local, seriam criados, em Abril de 2007, os Contratos Locais de Desenvolvimento Social, visando promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multisectorial e integrada, através de acções a executar em parceria com municípios e associações do terceiro sector, para combater a pobreza persistente e a exclusão social em zonas deprimidas¹⁰³.

A nível europeu, como vimos, a partir de 2006, com a adopção da «Estratégia de Lisboa Renovada», os Planos Nacionais de Acção para a Inclusão passaram a ser designados por Relatórios Nacionais de Estratégia para a Inclusão Social e Protecção Social. Segundo a REAPN, apesar de apontarem para objectivos consensuais¹⁰⁴, tratava-se de um retrocesso em relação aos princípios e objectivos dos anteriores PNAI: «Consideramos que, na generalidade, são objectivos vagos e como não conferem um carácter de obrigatoriedade na sua concretização, por parte dos Estados-membros, tal como acontece com os Planos Nacionais de Emprego e com os novos Planos Nacionais de Reforma, tememos, mais uma vez, por um fraco empenhamento político no seu desenho e na sua concretização e a consequente avaliação»¹⁰⁵.

¹⁰² Decreto-Lei n.º 115, de 14 Junho de 2006.

¹⁰³ Portaria n.º 396/2007, de 2 de Abril.

¹⁰⁴ Nomeadamente: «o acesso universal aos recursos, direitos e serviços necessários à participação na sociedade, prevenindo e combatendo a exclusão e lutando contra todas as formas de discriminação a ela conducentes; a inclusão social activa de todos os cidadãos, promovendo a participação no mercado de trabalho e combatendo a pobreza e a exclusão; que as políticas de inclusão social são bem coordenadas e contam com o envolvimento de todos os níveis do Governo e agentes pertinentes (incluindo as pessoas que vivem na pobreza), que são eficientes e integradas em todas as políticas públicas relevantes». «A posição da REAPN: preparação dos Relatórios de Protecção e Inclusão Social!». Rediteia, n.º 37. Porto: REAPN, Janeiro a Junho de 2006, p. 55-58.

¹⁰⁵ Idem, *ibidem*, p. 55.

As vicissitudes da «Estratégia de Lisboa», com a aprovação da «Estratégia de Lisboa Renovada», em 2005, tinham conduzido, entretanto, a uma subalternização do pilar da inclusão social face aos pilares da criação de emprego e do crescimento económico. Diversas instituições ligadas à luta contra a pobreza e a exclusão social, entre as quais a REAPN, procuravam, por esta altura, influenciar as instâncias europeias a reforçarem as metas da Estratégia da Inclusão Social. Esperava-se que a Presidência Portuguesa da UE, no segundo semestre de 2007, constituísse uma oportunidade para uma redefinição da estratégia europeia, regressando ao espírito de «Lisboa 2000», com um maior equilíbrio entre as directrizes de crescimento económico e de inclusão social. No entanto, apesar dos esforços do governo para incluir a estratégia social europeia na agenda da Presidência Portuguesa da UE, esta acabaria por ser dominada pela assinatura do Tratado de Lisboa, visando ultrapassar o impasse constitucional da UE gerado pela reprovação, em 2005, nos referendos holandês e francês, do projecto da Constituição Europeia. Como escreveu Sofia Branco: «Por muito que se possa questionar o teor do tratado e as suas implicações para o futuro dos cidadãos europeus - que são muitas e ainda muito desconhecidas pelo cidadão comum -, por muito que se possa dizer que o novo tratado é a anterior Constituição camuflada, oculta sob outro nome para evitar que os cidadãos europeus tivessem que se pronunciar, temendo a generalização do voto dos franceses e dos holandeses, que surpreendeu e bloqueou a União política, o facto é que a UE estava refém de um impasse constitucional que se revelaria grave se não fosse ultrapassado»¹⁰⁶. Certamente, houve alguns progressos sociais, já que o Tratado Constitucional de Lisboa incluiu: «o carácter vinculativo da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia; a introdução de cláusulas horizontais relativamente aos objectivos sociais, à igualdade de sexos, à não discriminação e aos serviços de interesse geral; a inclusão de um artigo sobre a democracia participativa, conferindo uma base legal ao envolvimento das associações representativas e da sociedade civil»¹⁰⁷. Mas o enfoque no Tratado Constitucional limitou as conquistas que se previa alcançar no pilar social. Num momento em que as lideranças europeias estavam obcecadas com a normalização política, o debate social acabou por ser subalternizado.

Entretanto, em finais de 2006, a Assembleia da República aprovou a lei que reformulou as bases do sistema de Segurança Social, em vigor desde Janeiro de 2007 (Lei 4/2007), visando garantir a sua sustentabilidade a longo prazo. Considerando as alterações demográficas da população portuguesa (aumento da esperança de vida, envelhecimento e queda da natalidade), o novo modelo alargou o tempo de trabalho e a idade de acesso às pensões de reforma.

Em Março de 2007, o governo lançou, através da Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção, a Estratégia para uma Inclusão Activa. Tal estratégia decorreu

¹⁰⁶ BRANCO, Sofia — “O país que deu o nome ao tratado, Balanço da Presidência Portuguesa da UE”. Rediteia, n.º 40. Porto: REAPN, Julho-Dezembro de 2007, p. 26.

¹⁰⁷ FARRELL, Fintan — “A Presidência Portuguesa: reflexões”. Rediteia, n.º 40. Porto: REAPN, Julho-Dezembro de 2007, p. 29-31.

das orientações da Comissão Europeia, que publicara, a 8 de Fevereiro de 2006, o documento *Acção a nível Europeu para a promoção da inclusão activa de pessoas que se encontram afastadas do mercado de trabalho*, visando assegurar que o rendimento mínimo não desincentivasse a inserção no mercado de trabalho para todos os beneficiários dessa medida que pudessem ser envolvidos em processos de inclusão activa. Se, desde o início, a prestação do Rendimento Mínimo Garantido implicava um programa de inserção social, a verdade é que este programa fora, em geral, descurado. Em Portugal, a Estratégia para a Inclusão Activa previa: como dimensão de «intervenção prioritária», o caso em que o RSI abrangesse crianças e jovens; como dimensão de «intervenção de mediação», a integração profissional; e, como «intervenção participação», a qualificação das famílias. As principais metas a atingir eram que, até 2008, 90% das famílias beneficiárias de RSI estivessem incluídas num programa de inserção e que, até 2009, 80.000 beneficiários estivessem envolvidos em programas de inserção profissional¹⁰⁸.

Ainda em 2007, «Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos», deve destacar-se o vasto conjunto de medidas integradas no Plano Nacional para a Integração de Imigrantes, com o objectivo de promover uma maior inclusão nos domínios do trabalho, habitação, saúde e educação, de combater situações e atitudes de racismo e discriminação e garantir a igualdade de género e condições de cidadania.

Apesar dos esforços desenvolvidos pelo governo, através dos vários programas de política social, os resultados ficaram aquém das expectativas. De resto, a partir de 2008, o combate à pobreza passou a enfrentar um contexto muito desfavorável. A crise económica e financeira internacional teve um impacto profundo em Portugal, com o aumento da dívida pública e privada e do *deficit* das finanças do Estado face à retracção do PIB¹⁰⁹, fazendo emergir novas e dramáticas situações de pobreza, como apontava o Presidente da REAPN, Padre Jardim Moreira, no *Relatório de 2009*: «foi um ano difícil, marcado pela pior crise financeira, económica, social e política que a Europa já enfrentou, desde a década de 30. A situação dos pobres agudizou-se na maioria dos países europeus e a conjuntura político-económica internacional deu origem ao aparecimento de “novos pobres”, aqueles que tinham emprego e que o perderam e que não imaginamos sequer, se algum dia, o voltarão a recuperar. O problema do desemprego atirou muita gente para uma situação de risco de pobreza e, no caso de Portugal, temos ainda outro factor de agravamento da situação, que é o do desemprego de longa ou de muito longa duração e o problema do emprego precário que vem atingindo cada vez mais trabalhadores. Por outro lado, vemos as grandes instituições internacionais “obcecadas” com o crescimento

¹⁰⁸ REAPN — “Rendimento Social de Inserção: 10 anos depois da implementação da medida”. Em *Análise*, n.º 14. Porto: REAPN - Gabinete de Investigação e Projectos, Agosto de 2007, p. 6.

¹⁰⁹ A conjuntura económica nacional foi bastante positiva em 2007, com um crescimento do PIB de 2,5%, mas degradou-se nos anos seguintes, baixando para 0,2 em 2008 e para -3 em 2009. O deficit das contas públicas, que em 2007 se ficou pelos 3% do PIB, subiu para 3,8 em 2008 e 9,8 em 2009. A dívida pública, que representou 68,4% do PIB em 2007, subiu para 83,6% em 2009. (Fundação Francisco Manuel dos Santos — PORDATA, 2016).

económico, com o reequilíbrio orçamental, com a redução dos custos salariais e o controle das pensões. O que esta realidade revela é que, apesar dos esforços realizados em matéria da luta contra a pobreza e a exclusão, se bem que meritórios e indispensáveis, estes ficaram muito aquém do necessário e não atingiram as causas estruturais da pobreza. As políticas e as acções de redução da pobreza têm procurado atenuar os seus efeitos mas não atingir as suas causas estruturais».

Entretanto, em Junho de 2010, Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, o Conselho da Europa aprovou a nova «Estratégia Europa 2020», que sucedeu à «Estratégia de Lisboa». Em Portugal, no âmbito da «Estratégia 2020», o Programa Nacional de Reformas, aprovado pelo governo em Março de 2011, previa retirar 200 mil pessoas da situação de pobreza nessa década¹¹⁰, objectivo que a REAPN considerava «pouco ambicioso»: «Esta meta não é ambiciosa e não nos pode satisfazer já que a única meta admissível é a da erradicação da pobreza. No entanto, dado o contexto de crise económica, social e financeira em que vivemos, importa assumir compromissos sérios que permitam por um lado, atingir pelo menos esta meta, e por outro lado, travar o crescimento dos chamados “novos pobres”» (EAPN Portugal -*Relatório 2011*: 14).

No entanto, a evolução da situação política, económica e social condicionaria a aplicação da «Estratégia 2020», nos seus primeiros anos de execução, em Portugal, que viveu momentos de grande perturbação entre 2010 e 2011, acabando por ter de recorrer a um programa de resgate internacional. Em Março de 2010, o governo socialista liderado por José Sócrates adoptou o Programa de Estabilidade e Crescimento, para travar o sobre-endividamento do Estado e reduzir o deficit das contas do Estado, o que implicou cortes orçamentais na despesa pública. Passados dois meses, o primeiro-ministro apresentaria um novo PEC, negociado com o novo líder do principal partido da Oposição, com mais cortes no Orçamento do Estado e um aumento do IVA. Novas medidas de austeridade seriam introduzidas pelo PEC III, em Setembro, ainda antes da aprovação do Orçamento de Estado para 2011. Perante a pressão dos mercados internacionais e das agências de *rating*, que gerou dificuldades de financiamento do Estado português e a escalada dos juros da dívida, a situação tornou-se desesperada nos primeiros meses de 2011, obrigando o primeiro-ministro a negociar soluções com a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, que se predispuseram a apoiar Portugal, com a contrapartida da imposição de novas medidas de austeridade e de controlo orçamental. No entanto, tais medidas, expressas no PEC IV, viriam a ser rejeitadas por todos os partidos de Oposição na Assembleia da República, em Março de 2011, arrastando à demissão do governo e à convocação de eleições legislativas para o início de Junho desse ano. Entretanto, a situação da dívida soberana portuguesa, com os juros a atingirem valores insustentáveis, e a recusa da banca portuguesa de qualquer financiamento ao Estado obrigaram o governo demissionário a solicitar, nos primeiros dias de Abril,

¹¹⁰ Portugal 2020. Programa Nacional de Reformas, Março de 2011.

assistência financeira externa. O programa de resgate, negociado pelos principais partidos (PS, PSD e PP) com a *troika* (Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Central Europeu), obrigou à imposição de drásticas medidas de austeridade, já sob o novo governo conservador de coligação PSD/PP formado após as eleições de Junho e liderado por Pedro Passos Coelho, com cortes na despesa pública, redução salarial e aumento da carga fiscal, gerando efeitos perversos de maior retracção da actividade económica, forte aumento do desemprego, diminuição dos rendimentos das famílias e contracção do mercado, agravando a «espiral recessiva».

Em Outubro desse ano, na sua *Mensagem* para assinalar o Dia Internacional para a Erradicação de Pobreza, o presidente da REAPN, Padre Jardim Moreira, deplorava a «situação excepcional e de emergência» provocada pela crise económico-financeira e pelas medidas de austeridade tomadas pelo governo: «As políticas de austeridade e a magnitude do esforço e dos sacrifícios que estão a ser exigidos aos portugueses para superar a crise despontam sinais preocupantes de que a situação se poderá agravar nos próximos meses». Ao mesmo tempo, denunciava a «falta de coragem política para enfrentar os mais poderosos e lutar pela justiça, pela dignidade humana e contra a pobreza»: «Valeria a pena perguntar: Onde estão os responsáveis por semelhante situação e que continuam a esconder-se por detrás da justificação “crise económica internacional”? E os dois milhões de pobres que já existiam antes desta crise? E a crescente e gritante desigualdade entre ricos e pobres? E a falta de coragem política para enfrentar os mais poderosos e lutar pela justiça, pela dignidade humana e contra a pobreza?». Por outro lado, considerava que as «medidas assistencialistas que, embora actualmente e tristemente indispensáveis, pouco ou nada poderão fazer para alterar este fenómeno». E defendia ser necessária «uma nova governação» e a participação colectiva, de forma a «pôr cada vez mais a tónica na questão da solidariedade social e proporcionar e incentivar uma mais activa e eficaz participação da sociedade civil nas suas mais diversas formas de organização», invertendo «as tendências individualistas modernas e a indisposição para a participação activa dos cidadãos». Nesse sentido, lançava um repto aos portugueses: «temos que ser mais exigentes quanto à necessidade de uma mudança profunda da acção política e ter consciência de que a justiça social requer serviços básicos, empregos remunerados decentemente e garantias para os mais pobres, vulneráveis e marginalizados». E recordava as palavras do Secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon - «a igualdade de oportunidades, a solidariedade e o respeito pelos direitos humanos é essencial para alavancar o potencial produtivo das nações e povos» -, para salientar que a necessidade de uma alternativa de «resposta efectiva à crise», assente na Economia Social e Solidária: «A Economia Social não é só solidariedade; é Economia. Responde a necessidades sociais favorecendo a Economia formal e o seu funcionamento e a sua capacidade competitiva mas pode também produzir produtos e serviços economicamente úteis e capazes de criar mais e melhores empregos, sobretudo empregos para franjas da população que se encontram mais afastadas do mercado de emprego tradicional e que, de alguma forma, poderá até estar em extinção. A

Economia Social está em posição de liderar uma nova Economia. Uma Economia mais humana. Uma economia de proximidade e solidária. No fundo, uma mais forte participação da Economia Social favorece novas e melhores formas de governação em que se produza um maior equilíbrio entre Estado, Mercado e Terceiro Sector, fomentando a forte cooperação entre os três sectores desde a concepção até à implementação e avaliação das políticas».

Nos anos seguintes, sob pressão ou a pretexto do programa de assistência financeira da *troika*, as medidas de austeridade agravaram a situação social no país, com a redução de salários e pensões de reforma, a subida brusca do desemprego¹¹¹ e da precariedade laboral e o maior aumento de impostos sobre os rendimentos do trabalho e sobre o consumo, traduzindo-se na redução da progressividade do sistema fiscal. O elevado desemprego fez aumentar a emigração, sobretudo de jovens qualificados, que não encontraram emprego no país. Entre 2011 e 2014, emigrou quase meio milhão de portugueses. Por outro lado, a par do empobrecimento e da degradação das condições de vida de um número crescente de famílias portuguesas, verificou-se a extinção ou o retrocesso de programas de apoio social e o abandono de uma estratégia nacional de combate à pobreza, como denunciou, repetidamente, a EAPN Portugal. No seu Relatório de 2014, condenava, uma vez mais, esse aspecto, que considerava ser um grave recuo no «ideário da cidadania social»: «O forte agravamento do desemprego, a contenção e os cortes efectuados nos rendimentos do trabalho e nas pensões, o retrocesso generalizado das transferências sociais e a contenção e tributação dos rendimentos salariais e pensões traduziram-se num acentuar das situações de pobreza pré-existentes, mas também na criação de novas bolsas de pobreza ao afectarem sectores da população até então relativamente imunes ao fenómeno. Por outro lado, a abordagem dos problemas de pobreza e exclusão social em Portugal está a ser fortemente marcada por uma ideologia ligada à caridade e à emergência social, num recuo inesperado depois de várias décadas de intervenção marcada pelo ideário da cidadania social, reconhecida constitucionalmente a partir de 1976. Na verdade, não existe actualmente uma estratégia de combate à pobreza e exclusão social, mas sim um conjunto de medidas avulsas que visam aliviar os problemas mais prementes e imediatos que afectam um número cada vez maior de famílias». E, na sua Mensagem divulgada em Outubro desse ano, por ocasião do «Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza», intitulada «A pobreza mata!», ia mais longe, denunciando o modelo de desenvolvimento económico e a subalternização das políticas de coesão social, geradores de maiores desigualdades: «Hoje não se pode reivindicar uma estratégia de luta contra a pobreza sem alterar as políticas estruturais; implica apostar em medidas de carácter transversal. É importante ter em conta a dimensão económica da pobreza e a política económica nacional deve ter essa preocupação. / A definição de uma Estratégia de Luta Contra a Pobreza implica alterações profundas nas prioridades estabelecidas em termos do que se entende por desenvolvimento

¹¹¹ Segundo os dados oficiais (INE), a taxa de desemprego subiu de 10,8%, em 2010, para 16,2%, em 2013, baixando, depois, até aos 12,4%, em 2015 (Fundação Francisco Manuel dos Santos — PORDATA, 2016).

económico. A austeridade e os sucessivos cortes nos programas sociais que dela têm resultado baseiam-se no argumento de que só pode haver políticas sociais se e quando houver crescimento económico, ignorando por completo os efeitos positivos do bem-estar social sobre a economia, historicamente comprovados pela afluência económica dos países que têm políticas sociais mais generosas. / Fazer crer que, pela via do crescimento económico, se resolvem os restantes problemas da sociedade é uma mistificação grosseira em sociedades como a portuguesa em que existe uma tão desigual repartição dos rendimentos e em que apenas alguns beneficiam do acréscimo de riqueza gerado por tantos. Sabe-se que não é assim, pelos números do desemprego, pelos dados do sobre-endividamento, da emigração, da pobreza e privação material. Daí a necessidade imperiosa de alterar a forma de conduzir as políticas públicas, recentrando as prioridades nos indivíduos e não nos mercados financeiros»¹¹².

MEDIDAS DE POBREZA E DE DESIGUALDADE EM PORTUGAL,
2005, 2010 E 2014

INDICADORES	2005	2010	2014
Taxa de risco de pobreza, antes de transferências sociais (%)	40,2	42,5	47,8
Taxa de risco de pobreza, após transferências sociais (%)	18,5	18,0	19,5
Desigualdade na distribuição do rendimento (S80/S20)	6,7	5,7	6,0
Índice de Gini (%)	37,7	34,2	34,0

Fonte: Fundação Francisco Manuel dos Santos — *PORDATA*, 2016.

Apesar de revelarem o agravar da taxa de risco de pobreza e das desigualdades no período de crise, estes números são, como todos os indicadores, bastante discutíveis. Antes de mais, porque omitem o efeito do abaixamento da linha de pobreza relativa, decorrente da descida geral do rendimento médio dos portugueses, como se refere num documento recente, em que a EAPN Portugal e outras entidades partilham um compromisso para uma Estratégia Nacional de Erradicação da Pobreza: «Os indicadores estatísticos mais recentes, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), indicam, além do mais, que entre 2009 e 2013 a linha de pobreza relativa diminuiu, passando de 434 €/mês para 411 €/mês. De acordo com os mesmos dados, a taxa de pobreza em Portugal passou de 17,9% em 2009 para 19,5% em 2013. Este aumento da incidência da pobreza, apesar de significativo, não reflete o agravamento da pobreza tal como é percebido pelas organizações que se confrontam no terreno com a realidade da pobreza e da precariedade social. Utilizando uma linha de pobreza alternativa, também apresentada pelo INE, que parte do valor de 2009 e atualiza-o para 2013 através do Índice de Preços nos Consumidor, a

¹¹² Cf. Documento 10.

incidência da pobreza regista um agravamento de 8 pontos percentuais, subindo de 17,9% para 25,9% entre aqueles anos. Este valor traduz de forma mais realista a degradação efectiva das condições de vida das famílias de mais fracos recursos no decorrer da presente crise»¹¹³. No mesmo sentido, o estudo coordenado por Farinha Rodrigues, recentemente publicado, veio pôr a nus a desigualdades do impacto da crise e das medidas de austeridade impostas pelo plano de ajustamento. Se, em termos reais, entre 2009 e 2014, o rendimento das famílias portuguesas baixou 12,2%, os 10% mais pobres perderam 25% do seu rendimento, enquanto os 10% mais ricos perderam apenas 13%, situando-se as perdas dos restantes grupos entre os 10% e os 16%, acentuando-se, profundamente, as desigualdades na distribuição dos rendimentos e aumentando, de forma significativa, a incidência e a intensidade da pobreza. Além disso, o estudo assinala o particular agravamento da pobreza infantil e juvenil, ultrapassando os 25%, e da perda de rendimentos das famílias mais jovens (29%), a par do acentuar da desigualdade de género, com as mulheres a sofrerem maiores quebras de rendimento e maior incidência da pobreza do que os homens e, como seria de esperar, um forte aumento de incidência da pobreza entre os desempregados e das famílias monoparentais. Destaca-se, ainda, a grande contracção dos rendimentos do trabalho, em especial dos rendimentos salariais mais baixos, e penalizando mais as mulheres, os jovens e as situações de precariedade laboral. Na conjuntura de crise, a situação dos mais pobres foi agravada com cortes nas despesas sociais do Estado, como salienta o estudo que temos vindo a referir: «A diminuição da eficácia das prestações sociais excluindo pensões no decorrer do processo de ajustamento está inequivocamente associada à contenção das transferências sociais, em particular, das vocacionadas para o combate à pobreza e à exclusão social. / De acordo com o INE, entre 2009 e 2013, as prestações sociais tiveram um crescimento nominal de cerca de 3%, mas esse aumento esconde uma evolução muito diferenciada das várias componentes: aumento de 16% nas pensões de velhice, possivelmente explicado pelos montantes das novas pensões, apesar dos cortes introduzidos; mais de 32% no subsídio de desemprego, devido ao aumento deste durante a crise, mas afectado pelas alterações nos montantes e regras de atribuição que penalizaram os respectivos beneficiários; uma redução de 14% nas prestações destinadas às famílias/crianças; uma quebra de 31% nas prestações destinadas ao combate à pobreza e à exclusão social» (Rodrigues, Figueiras & Junqueira, 2016: 123).

O agravamento dos indicadores de pobreza e de desigualdade em Portugal suscitou crescentes preocupações no seio da Rede, que procurou reforçar a sua função de *lobby* em favor das políticas sociais. Não se tratou de uma voz isolada, já que outras ONGs assumiram idênticas posições, por vezes partilhadas em documentos conjuntos. Mas o papel da EAPN - Portugal, solidamente implantada em todo o território nacional e articulada com a rede europeia, tornou-se cada vez mais importante e reconhecido.

¹¹³ Compromisso para uma Estratégia Nacional de Erradicação da Pobreza, 06.03.2015. Cf. Documento 11.

4.3. Expansão territorial e reforço organizativo da REDE

Em 2005, como referimos no capítulo anterior, completou-se o processo de territorialização da REAPN, com a criação de novos núcleos nos distritos de Bragança, Leiria, Portalegre, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. À excepção das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, a Rede passou a estar implantada em todos os distritos, o que lhe permitiu reforçar a sua capacidade de conhecimento e de intervenção a nível local. Além disso, em diversos núcleos, nomeadamente Porto, Lisboa, Coimbra, Braga, Aveiro, Évora, Viseu e Viana do Castelo, a rede adquiriu sedes próprias ¹¹⁴, alargando o seu património imobiliário.

Através dos seus núcleos distritais, a REAPN aumentou a sua participação em várias Redes Sociais Locais e nas plataformas supramunicipais no âmbito da Rede Social¹¹⁵, desenvolvendo parcerias com diversas entidades públicas e privadas.

A dinamização de actividades dos núcleos promoveu uma maior participação dos associados em cada distrito, aumentando, simultaneamente, a visibilidade da Rede e a sua capacidade de atracção de novos associados. Entre 2005 e 2010, o número de associados da REAPN mais do que duplicou, passando de 494 para 1.148. Apesar de abrandar nos anos seguintes, o crescimento até 2015 é significativo, atingindo, no último ano, 1.441 associados.

¹¹⁴ Núcleo do Porto: Rua das Taipas, 83-2º; Núcleo de Lisboa: Avenida de Berna, 11-2º; Núcleo de Coimbra: Estrada de Coselhas Quinta da Conchada, Lt 19/ 20, 1º Dto; Núcleo de Braga: Rua Ana Teixeira da Silva, 34-1º Esq. - Real; Núcleo de Aveiro: Est. Nova do Canal, 111-R/C Dto - Vera Cruz; Núcleo de Évora: Rua Frei José Maria Évora, 25 - Urb. Vila Lusitano; Núcleo de Vi-seu: Rua Dr. César Anjo, Lote 2, R/ch F; Núcleo de Viana do Castelo: Rua Salvato Feijó - Torre Active Center, 1º Andar - Loja AA.

¹¹⁵ Em 2007, a REAPN participava já em 24 Plataformas Supramunicipais da Rede Social (REAPN — Relatório 2007: 16).

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS ASSOCIADOS
DA REAPN, EM 2005, 2010 E 2015

DISTRITO/REGIÃO	2005	2010	2015
Porto	106	154	144
Lisboa	69	114	171
Coimbra	37	57	80
Aveiro	44	78	87
Açores	14	14	14
Vila Real	11	47	76
Santarém	31	75	96
Évora	27	55	62
Braga	24	52	67
Guarda	19	64	75
Bragança	7	56	65
Castelo Branco	22	50	75
Viseu	7	47	53
Setúbal	22	48	66
Viana do Castelo	6	17	23
Faro	14	50	46
Portalegre	2	21	42
Leiria	7	89	122
Beja	24	59	75
Madeira	1	1	2
Total	494	1.148	1.441

Fonte: REAPN - Relatórios 2005-2015.

Outro aspecto interessante foi a alteração na distribuição geográfica da Rede. Se, em 2005, o distrito do Porto, com 106 associados, se mantinha como o maior núcleo, seguido por Lisboa, com 69 associados, a situação inverteu-se, gradualmente, na década seguinte, atingindo Lisboa os 171 associados em 2015, ao passo que o Porto se ficou pelos 144 associados. Uma consequência não menos importante do alargamento da Rede foi um maior equilíbrio da distribuição regional dos seus associados. Em conjunto, o Porto e Lisboa, que em 2005 concentravam mais de 35% dos associados, passaram a contar com menos de 22% em 2015. Além disso, nos distritos em que a Rede tinha uma mais fraca implantação em 2005, como Bragança, Viseu, Viana do Castelo, Portalegre e Leiria (entre 2 e 7 associados, no conjunto 29 associados, menos de 6% do total), o crescimento foi mais significativo na década seguinte (em 2015, os mesmos distritos tinham entre 23 e 122 associados, somando 305 associados, mais de 21% do total).

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL¹¹⁶ DOS ASSOCIADOS
DA REAPN, EM 2005, 2010 E 2015

REGIÃO	2005	2010	2015
Norte	198	404	462
Centro	123	382	501
Sul	158	347	462
Ilhas	15	15	16
Total	494	1.148	1.441

Fonte: REAPN - Relatórios 2005-2015.

Outra mudança significativa ocorreu no peso das diferentes categorias de associados. Entre 2004 e 2015, o aumento considerável dos associados colectivos (de 333 para 711) foi largamente ultrapassado pelo dos associados individuais (de 137 para 730). Se, em 2004, os associados colectivos representavam cerca de 71% do total, o seu peso baixaria para pouco mais de 49% em 2015.

DISTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS DA REAPN
POR CATEGORIAS, EM 2004, 2010 E 2015

TIPO DE ASSOCIADO	2004	2010	2015
Colectivos	198	404	462
Individuais	123	382	501
Total	494	1.148	1.441

Fonte: REAPN - Relatórios 2004-2015.

A expansão territorial provocou mudanças significativas na estrutura e no funcionamento da REAPN. Como referimos no capítulo anterior, tornava-se necessário reforçar uma adequada articulação entre a sede e os núcleos, que, sem pôr em causa o princípio de «descentralização participada», garantisse «uma homogeneidade de procedimentos, instrumentos e metodologias de trabalho», bem como «uma imagem institucional consistente», em consonância com a missão e os objectivos da rede. Os Núcleos Regionais (Norte, Centro e Sul), criados em finais de 2005 e implantados no ano seguinte, procuraram facilitar a articulação entre a Direcção Nacional e os Núcleos Distritais, bem como promover a coordenação entre os diversos planos distritais. Nesse sentido, avançou-se, em 2007, para a elaboração de Planos de Desenvolvimento Regional, como instrumentos de orientação estratégica ao nível de cada região (REAPN - *Relatório 2007*: 53).

¹¹⁶ Seguimos aqui a distribuição adoptada pela REAPN, na organização dos seus Núcleos Regionais. A Região Norte inclui os distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Vila Real e Viana do Castelo; a Região Centro, os distritos de Coimbra, Castelo Branco, Guarda, Leiria, Santarém e Viseu; e a Região Sul integra os distritos de Beja, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre e Setúbal (REAPN — Relatório 2006: 10-11).

Além disso, promoveu-se a aplicação de um plano de avaliação institucional, tendo em conta o Plano Estratégico¹¹⁷, os planos operacionais e as dinâmicas socioinstitucionais dos vários Núcleos. Procurou-se, ainda, fomentar a realização de acções nacionais e regionais, envolvendo a participação de diversos núcleos, como os Fóruns inter-núcleos e os Encontros Nacionais da REAPN¹¹⁸. Desde 2006, no âmbito do projecto «Acreditar», financiado pela Iniciativa Comunitária EQUAL, a REAPN empenhou-se numa aposta continuada no processo de qualificação interna, tendo criado, nesse ano, um Conselho da Qualidade, para elaborar um manual de procedimentos e de trabalho em rede (REAPN - Relatório 2006: 16)¹¹⁹.

Já em 2005, tinha sido elaborado um Plano de Comunicação, para uniformizar a imagem de todos os materiais da instituição (REAPN - *Relatório 2005*: 10). No segundo semestre de 2008, seria lançado um novo Plano de Comunicação (REAPN - *Relatório 2008*: 14). Desde Dezembro de 2009, a REAPN passou a utilizar intensamente novas ferramentas informáticas, em especial com a publicação do *Flash Rede - e-news* e com a criação do *blog* informativo *Flash Rede - Blog*, bem como de páginas do *Facebook*. Em finais de 2010, seria lançada uma alteração mais profunda na imagem da REAPN, que incluiu a própria designação, que passou a EAPN Portugal, e o seu logótipo. Tanto no seio da organização como na sua relação com o exterior, tornou-se importante a aposta contínua na actualização e eficácia das estratégias de comunicação.

A implantação dos Núcleos Regionais, a par dos objectivos de reforçar o intercâmbio de experiências e de informações entre os núcleos distritais e de uniformizar e requalificar a imagem institucional, traduziu-se, logo em 2006, na publicação de boletins informativos regionais, em substituição dos anteriores boletins dos diversos núcleos distritais. Nasceram, assim, o *nRede* (Núcleo Regional do Norte), *Vozes do Centro* (Núcleo Regional do Centro) e *Diálogos* (Núcleo Regional do Sul). Em 2010, decidiu-se lançar um novo projecto editorial, com a publicação da *Focus Social* -

¹¹⁷ Desde 2004, como referimos, os Planos Estratégicos passaram a constituir o instrumento-base de orientação da actividade da REAPN e de avaliação interna. Depois do Plano de 2004-2009, seriam elaborados, sucessivamente, os de 2009-2011, 2012-2015 (cf. Documento 7) e 2016-2018.

¹¹⁸ Os Encontros Nacionais de Associados da REAPN visavam constituir espaços de interconhecimento de instituições associadas muito diversas, reforçar o seu sentimento de pertença à Rede e promover a partilha de experiências e orientações na luta contra a pobreza e a exclusão social. Após a realização do I Encontro, em 2004, o II Encontro Nacional de Associados, apesar de previsto desde 2005, foi sucessivamente adiado, acabando por só se efectivar em 11-12 de Março de 2011. Desde então, os Encontros de Associados tornaram-se mais frequentes, realizando-se os III e IV Encontros Nacionais em 2013 e 2014. Em 2012 e 2015, optou-se pela realização de Encontros Regionais de Associados (em 2012, decorreram no Porto, Coimbra e Lisboa; e, em 2015, em Bragança, Viseu e Lisboa).

¹¹⁹ Porém, essa acção só seria parcialmente realizada, com a elaboração de um manual de procedimentos relativo à área de formação. Outras prioridades obrigaram a suspender o trabalho do Conselho da Qualidade, que viria a ser reactivado em 2011, com o objectivo de dar continuidade ao processo de qualificação interna. Constituído pelo Presidente e Secretário da Direcção, pela Directora Executiva, pelo consultor externo, por um representante de cada departamento, um representante dos Núcleos Distritais e um representante da Coordenação dos Núcleos Distritais, o Conselho da Qualidade procedeu ao levantamento dos aspectos críticos da organização e elaborou, em 2013, um documento de síntese, identificando os principais problemas organizativos e avançando com algumas propostas estratégicas para a sua resolução (REAPN — Relatório 2013: 44).

Revista de Política Social, que levou a extinguir os boletins informativos regionais¹²⁰.

Não menos importante na dinâmica do trabalho da REAPN foi a maior capacidade de integração e enquadramento de voluntários e de estagiários, sobretudo da área de Sociologia, pelas equipas dos núcleos distritais, no âmbito de protocolos com diversas Universidades e Institutos Politécnicos.

Ao contrário do que seria de esperar, a equipa técnica nacional não foi alargada. Houve um aumento do número de técnicos dos núcleos, mas apenas decorrente da implantação dos novos núcleos. Se, em 2004, como referimos, a REAPN dispunha de 25 técnicos contratados (13 afectos à equipa técnica nacional e 12 aos núcleos distritais então existentes, um por núcleo), em 2015, a equipa técnica nacional contava apenas com 12 colaboradores, enquanto os 18 núcleos distritais somavam 20 técnicos. Além desses, quatro outros colaboradores estavam contratados a termo, para o desenvolvimento de diversos projectos (EAPN Portugal - *Relatório 2015*). A capacidade de execução da pequena equipa técnica nacional não pode dissociar-se do capital de experiência da maior parte desses colaboradores¹²¹. Não se alterou também, significativamente, a estrutura dos serviços centrais da REAPN. Em 2011, a Coordenação Técnica Nacional passou a Direcção Executiva, continuando a ser assegurada por Sandra Araújo¹²², e autonomizou-se o Gabinete de Comunicação e Relações Institucionais. Mantiveram-se os anteriores Gabinetes, que, em 2012, passaram a designar-se por Departamentos. Em 2015, além da Direcção Executiva, a equipa técnica nacional distribuía-se pelos departamentos de Informação e Documentação (Armandina Heleno), Investigação e Projectos (Fátima Veiga, Isabel Alves, Paula Cruz, Elizabeth Santos e Cláudia Albergaria), Desenvolvimento e Formação (Ana Lopes, Júlio Paiva e Maria José Vicente), Comunicação e Relações Institucionais (Marta Vaz) e Administrativo-Financeiro (Arlindo Cardoso e Ana Magalhães) (EAPN Portugal - *Relatório 2015*).

Para além da equipa técnica nacional e dos técnicos dos núcleos distritais, a estrutura organizativa da EAPN Portugal conta com várias dezenas de dirigentes que exercem as suas funções em regime de voluntariado, quer ao nível dos órgãos sociais nacionais (Assembleia-geral, Direcção e Conselho Fiscal) quer ao nível da coordenação dos núcleos distritais (um coordenador e um/dois vice-coordenadores

¹²⁰ Nessa altura, equacionou-se extinguir também a revista Rediteia (REAPN — Relatório de Actividades 2010: 18). Porém, após a publicação do n.º 0 da Focus Social — Revista de Política Social, em Dezembro de 2010, a Rediteia ressurgiu em 2011 como revista temática (o n.º 44 foi dedicado ao «Rendimento Mínimo e Inclusão Activa»), com um novo formato e subtitulada Revista de Política Social, continuando a publicar-se, com periodicidade anual, até ao presente. Por sua vez, a revista Focus Social passaria a subtintular-se Revista de Economia Social, retomando a sua publicação em Maio de 2012 (n.º 1), com uma periodicidade semestral.

¹²¹ Dos 12 colaboradores actuais da equipa técnica nacional, 8 já aqui trabalhavam em 2004.

¹²² Sandra Araújo começou a trabalhar na REAPN em 1994. Entre 1998 e 2006, partilhou a Coordenação Técnica Nacional com Sérgio Aires. Desde 2006, com a passagem de Sérgio Aires a consultor, Sandra Araújo continuou a exercer funções de coordenadora/directora executiva da REAPN.

em cada núcleo). Na última década, a maioria dos membros dos corpos sociais exerceu dois ou mais mandatos¹²³. E sete (incluindo os presidentes da Mesa da Assembleia-geral, da Direcção e do Conselho Fiscal) não só se mantiveram em todos os seis mandatos, entre 2005 e 2016, como tinham já exercido anteriormente dois ou mais mandatos, contribuindo com a sua experiência para reforçar a estabilidade aos órgãos sociais da Rede.

4.4. Reforçar e qualificar as organizações do Terceiro Sector

Neste período, com o crescimento da rede e a sua implantação territorial em todos os distritos do país, colocavam-se crescentes desafios de qualificação, quer a nível interno, para dar resposta a contínuas solicitações nos mais diversos campos de intervenção, quer ao nível das instituições associadas, com grande diversidade de experiências e muitas delas com fragilidades organizativas, de gestão ou de competências para cumprir com eficácia os seus objectivos sociais. É verdade que, desde o início, a REAPN assumiu, transversalmente, a importância da qualificação nas suas actividades de informação, de formação e de investigação, na promoção do trabalho em rede e no desenvolvimento dos diversos projectos. No Plano Estratégico para 2004-2009, a REAPN sublinhava a necessidade de promover uma «cultura da qualidade nas ONGs». E, entre 2004 e 2006, o projecto «Acreditar - Agência de Consultoria Social» - desenvolvido em parceria com o Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada da Universidade Católica Portuguesa (Centro Regional do Porto) e com a União Distrital das Instituições de Solidariedade Social do Porto, assumia como objectivos gerais: qualificar as organizações do Terceiro Sector através da criação de uma Agência de Consultoria Social e de uma Norma de Certificação; diversificar os serviços/produtos das organizações do Terceiro Sector; desenvolver práticas inovadoras de gestão das organizações do Terceiro Sector; promover a criação ou consolidação de estruturas, plataformas ou redes de articulação e representação das organizações do Terceiro Sector¹²⁴. No âmbito do projecto «Acreditar», a REAPN celebrou protocolos com as 12 entidades

¹²³ Das 19 pessoas que integraram os corpos sociais (efectivos) neste período, 13 exerceram dois ou mais mandatos. Dos 6 dirigentes que assumiram apenas um mandato entre 2005 e 2016, 5 tinham já exercido funções em anteriores órgãos sociais. Cf. Documento 14.

¹²⁴ A experiência deste projecto deu origem à publicação colectiva: AZEVEDO, Carlos; FRANCO, Raquel Campos; AIRES, Sérgio; SILVA, Sofia Nogueira da (coord.) — Linhas de Orientação para a Qualificação Organizacional de Organizações Sociais Sem Fins Lucrativos. Col. «RedAcção», 7. Porto: REAPN, 2008.

beneficiárias das actividades de formação/qualificação¹²⁵.

Em 2006, a criação do Modelo de Avaliação da Qualidade das Respostas Sociais, na sequência da assinatura, em Março de 2003, do Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da Qualidade e Segurança das Respostas Sociais entre o Ministério da Segurança Social e do Trabalho, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social, a União das Misericórdias Portuguesas e a União das Mutualidades Portuguesas, do Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da Qualidade e da Segurança das Respostas Sociais, veio impor às organizações de solidariedade social a necessidade de desenvolverem processos de qualificação.

Nesse contexto, a experiência anterior da REAPN em processos de formação/qualificação, a par da consciência das fragilidades de muitas organizações sociais sem fins lucrativos, num momento em que se verificava a emergência da crise económica, exigindo respostas sociais mais eficazes aos problemas de pobreza contexto, justificava a opção por privilegiar este campo de intervenção, com o desenvolvimento de diversos projectos, a partir de 2008. No Relatório desse ano, considerava-se essa opção como «inevitável»: «Se estas organizações desempenham um papel importante e insubstituível na satisfação de necessidades humanas e sociais, é igualmente verdade que existem fragilidades dentro destas organizações que diminuem a eficácia das suas respostas. A insuficiência de recursos (financeiros e humanos), a existência de carências ao nível de competências técnicas, a resistência à abertura de canais que fomentem efectivamente a participação dos utilizadores, a ausência de uma cultura de trabalho em rede, a dependência face ao financiamento público e a dificuldade em aceder a fontes alternativas de financiamento são algumas das fragilidades destas organizações. Num contexto em que se sabe pouco, em que existem poucos recursos, e onde é permanentemente necessário enfrentar novos desafios, a qualificação parece ser inevitável. [...] Com a noção de que para contribuir para a erradicação da pobreza e exclusão social é essencial uma intervenção que vá no sentido de um Terceiro Sector mais qualificado e coeso, a REAPN teve, ao longo destes 15 anos de intervenção, uma preocupação constante com a capacitação das organizações e dos seus profissionais. A concretização da nossa missão implica garantir que as organizações possuam as necessárias competências, conhecimentos, estruturas e recursos, ou seja, implica intervir ao nível da capacitação e qualificação destas organizações. [...] É essencial o enraizamento de uma óptica de satisfação das necessidades quer dos utilizadores destas organizações, quer dos colaboradores, assim como de outras partes interessadas. Mas é igualmente importante que estes processos de qualificação não se centrem meramente ao nível da melhoria organizacional (ao nível dos

¹²⁵ Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Vila Nova de Gaia, ASAS – Associação de Solidariedade de Santo Tirso, CLAP – Centro Local de Animação e Promoção Rural (Vila Chã do Marão, Amarante), Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Vitória (Porto), Fundação Padre Luís (Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia), Médicos do Mundo – Delegação do Norte, CEV – Associação Criança e Vida (Porto), Centro Social de Ermesinde, Centro Social da Foz do Douro (Porto), Centro Social de Soutelo (Rio Tinto), Centro Social e Paroquial de Macieira (Lousada) (AZEVEDO, et al., 2008).

procedimentos, das conformidades e da gestão), não reflectindo sobre a intervenção feita e não questionando a Qualidade das respostas e dos serviços. A Qualidade das ONGs deve ser sempre percebida como instrumental para melhorar a eficácia na prossecução da missão destas organizações, e nomeadamente aumentar a eficácia e a sustentabilidade das respostas aos problemas de pobreza e exclusão social» (REAPN - *Relatório 2008*: 14-15).

Em 2008 e 2009, a REAPN desenvolveu dois grandes projectos, cobrindo grande parte do território nacional, visando apoiar processos de qualificação de organizações sociais, no sentido de melhorar a sua eficácia da intervenção e a promoção de respostas sociais mais inovadoras e adequadas para o combate à pobreza e exclusão social. O Projecto «QUAL_IS - Qualificar a Intervenção Social» abrangeu 84 entidades de Economia Social das regiões Norte, Centro e Alentejo e o Projecto «QualIPSS» apoiou a qualificação de cinco entidades de acção social do distrito de Faro. Quase em simultâneo, decorreu o Projecto «SIQ - Sistemas de Informação com Qualidade», desenvolvido em parceria com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, centrou-se na melhoria dos sistemas de informação e comunicação, como factor de qualificação das duas dezenas de instituições abrangidas. No conjunto, esses projectos apoiaram 109 organizações sociais, mobilizando um enorme esforço dos serviços técnicos da REAPN.

Em 2010 e 2011, o projecto «Qual_IS» teria sequência no «Qual_IS II», que envolveu 51 organizações das regiões Norte, Centro e Alentejo, visando aumentar a eficácia da sua intervenção e a promoção de respostas sociais mais adequadas ao combate à pobreza e à exclusão social. O projecto assegurou 204 acções de formação técnica e específica a 2.800 formandos, nas áreas da qualidade, da gestão e da intervenção social, além de 2.040 horas de consultoria e de acompanhamento no desenvolvimento de processos de qualificação, que incluíram as áreas de Diagnóstico Organizacional, Planeamento Estratégico e Plano de Melhoria (REAPN - *Relatório 2011*: 35). Como se refere no Relatório de 2011, o projecto QUALIS constituiu «uma ação pioneira e experimental que pretendeu, de alguma forma, “revolucionar”, as práticas de intervenção social, no sentido de motivar os interventores sociais - dirigentes, técnicos e voluntários - para o nascimento de uma cultura da participação nas organizações» (*Ibidem*: 39).

Ainda no domínio da qualificação de instituições sociais, mas centrando-se na promoção de estratégias de sustentabilidade, procurando estimular o trabalho em rede, a inovação das intervenções sociais e a identificação de novas oportunidades, a REAPN desenvolveu, entre Abril de 2013 e Julho de 2014, o projecto «PRIO - Promover Redes, Inovação e Oportunidades», que abrangeu 51 organizações nas regiões Norte, Centro e Alentejo.

O trabalho realizado pela REAPN nos projectos de qualificação de entidades de economia social (QUALIS e PRIO) viria a ser objecto de reflexão num número especial da revista Rediteia, publicado em 2014, que contou com a cola-boração de diversos técnicos e consultores envolvidos nesses projectos ¹²⁶.

4.5. «Dar voz aos excluídos»

Promover a participação dos cidadãos pobres e excluídos, reforçar a sua capacidade organizativa e de integração e criar condições para fazer ouvir a sua perspectiva sobre as questões da pobreza e da exclusão, bem como sobre as políticas sociais que os implicavam, foram objectivos prosseguidos pela REAPN desde os primeiros tempos da sua actividade. A partir de meados da década de noventa do século XX, com a «nova geração de políticas sociais», deram-se passos significativos nesse domínio. Diversos projectos desenvolvidos ou liderados pela REAPN, como «Activar a Participação» (2002-2006)¹²⁷ e «Envolver + ... Incluir Todos» (2003-2004), assumiram esse objectivo primordial, visando desenvolver metodologias e práticas de participação e de expressão das pessoas em situação e/ou risco de pobreza e exclusão social e estimular a formação e o desenvolvimento de organizações que integrassem cidadãos desfavorecidos, promovendo a sua capacidade de participação nos processos de decisão. Entre os seus objectivos centrais, o Plano Estratégico para 2004-2009 apontava: «Promover a participação dos próprios excluídos e a mobilização de todos os actores relevantes». Era essa, de resto, como referimos no capítulo anterior, a orientação da União Europeia, com a organização dos Encontros Europeus de Pessoas em Situação de Pobreza e Exclusão Social, em colaboração com a EAPN. Entre 2005 e 2015, decorreram em Bruxelas encontros anuais, sempre com a presença de uma delegação portuguesa, apoiada pela REAPN.

O processo de territorialização, com a implantação de núcleos em todos os distritos, reforçou a capacidade da Rede portuguesa não só para mobilizar, apoiar e acompanhar os representantes nacionais a esses encontros europeus mas ainda para desenvolver encontros regionais e nacionais com idênticos objectivos e para

¹²⁶ Rediteia. Revista de Política Social, n.º 47: «Qualificação e Sustentabilidade nas Organizações de Economia Social». Porto: EAPN Portugal, 2014.

¹²⁷ O êxito deste projecto levaria a EAPN Portugal a desenvolver, em 2010-2012, em parceria com o Instituto de Segurança Social, o projecto «Activar a Participação II», com os objectivos gerais de: avaliar e monitorizar o impacto das medidas incluídas no PNAI 2008-2010 em agregados familiares que se encontram em situação de pobreza, as estratégias que desenvolvem para fazer face às dificuldades quotidianas e a avaliação que fazem das medidas de política social existentes; promover a participação activa das pessoas em situação de pobreza e exclusão social, de forma sistemática e contínua, nos 18 distritos do território continental, através da consolidação e acompanhamento de Conselhos Locais de Cidadãos (EAPN Portugal - Relatórios 2010-2012).

desenvolver novos projectos e mecanismos de integração de pessoas em situação de pobreza e exclusão. Em 2006, foram realizados fóruns com a participação de pessoas em situação de pobreza nos distritos de Aveiro, Braga, Coimbra, Évora e Porto (REAPN - Relatório 2006: 24). No ano seguinte, aproveitando a celebração do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, em 17 de Outubro, a REAPN promoveu Fóruns Regionais com Pessoas em Situação de Pobreza, no Porto, em Coimbra e em Évora, com um conjunto de 83 participantes¹²⁸, tendo-se criado grupos de trabalho sobre a temática da participação nos distritos do Porto, Braga, Coimbra e Évora, envolvendo no total 32 instituições (REAPN - Relatório 2007: 39-40). Em 2008, a REAPN criou o Grupo de Trabalho Activar a Participação e voltou a organizar três Fóruns Regionais com Pessoas em Situação de Pobreza, que decorreram, em 10 de Outubro, em Guimarães, Viseu e Beja¹²⁹. No segundo semestre de 2009, em articulação com os Núcleos Distritais, seria dado um salto decisivo, com a criação do Conselho Consultivo Nacional, formado por pessoas em situação de pobreza e/ou exclusão social dos 18 distritos do Continente. Os objectivos, segundo o Relatório desse ano, eram: «dar oportunidade a um grupo de cidadãos, de Norte a Sul do nosso país, não só de se fazerem ouvir e de participarem activamente, com a REAPN e com a sociedade em geral, na luta contra a pobreza e a exclusão social mas também de actuarem connosco, ao nível da monitorização e avaliação do que se vai fazendo a nível nacional nesta área, através dos meios fundamentais como a informação, investigação, e planeamento participado de acções que concorram para esse grande objectivo» (REAPN - Relatório 2009: 28)¹³⁰. Logo nesse ano, o Conselho envolveu-se na organização do I Fórum Nacional de Pessoas em Situação de Pobreza, realizado no Centro de Férias do INATEL, na Foz do Arelho, em Outubro, no âmbito das Comemorações do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza. Com a participação de 66 pessoas que vivenciavam diversas situações/problemas de pobreza e exclusão (toxicod dependência, alcoolismo, desemprego, carências habitacionais, reformas baixas, beneficiários de Rendimento Social de Inserção, problemas de saúde e/ou incapacidade, etc.) e com a presença de representantes de instituições da sociedade civil e de entidades públicas com responsabilidades em diversas áreas (Governos Cívicos, Centros Distritais de Segurança Social, Centros de Emprego, Sub-Regiões de Saúde), o Fórum demonstrou a capacidade da REAPN de mobilizar e de «dar voz aos excluídos». Apesar da experiência anterior na realização de encontros deste tipo a nível regional e local, a REAPN lançava-se, pela primeira vez, na organização de um encontro nacional, em colaboração com o recém-criado Conselho Consultivo Nacional (REAPN - Relatório 2009: 40-41).

¹²⁸ “Dinâmicas da participação das pessoas em situação de pobreza: experiência nacional e europeia”. Redacção, n.º 6. Porto: REAPN, 2007, p. 15-26.

¹²⁹ “A participação como condição para a inserção social”. Rediteia, n.º 42. Porto: REAPN, Julho-Dezembro de 2008, p. 9-10.

¹³⁰ Cf. também ALBERGARIA, Ana Cláudia — “Uma rede mais forte...”. Rediteia, n.º 43. Porto: REAPN, Janeiro-Junho de 2009, p. 61-62.

Simultaneamente, para assegurar a representatividade do Conselho Nacional e reforçar a capacidade de participação, a REAPN decidiu desenvolver estruturas locais de cidadãos pobres ou excluídos, como se anunciava no Relatório de 2009: «Estes grupos locais serão uma forma organizada e efectiva de dar continuidade a actividades participativas e de auscultação que temos vindo a desenvolver com essas pessoas, nos últimos anos, e constituirão uma plataforma de base e sustentação do próprio Conselho Consultivo Nacional. Esta forma de organização permite ir fazendo o levantamento de preocupações, necessidades, ideias e sugestões de melhoria no âmbito da acção de luta contra a pobreza, através da auscultação de quem sente “na pele” os problemas, para que, através do seu representante no Conselho Consultivo Nacional (e que fará também parte do grupo de trabalho local), façam chegar a sua voz a um nível mais abrangente» (REAPN - *Relatório 2009*: 28-29). No ano seguinte, tanto as estruturas nacionais como os núcleos distritais da REAPN empenharam-se na formação de Conselhos Locais em todos os distritos. Para isso, foi importante o desenvolvimento, em parceria com o Instituto de Segurança Social, do projecto «Activar a Participação II» (2010-2012), com os objectivos não só de avaliar e monitorizar o impacto das medidas incluídas no PNAI 2008-2010 em agregados familiares que vivenciavam situações de pobreza mas também de promover a participação activa das pessoas em situação de pobreza e exclusão social, de forma sistemática e contínua, através da consolidação e acompanhamento dos Conselhos Locais, em articulação com o Conselho Consultivo Nacional.

Apesar das dificuldades inerentes à natureza do processo de participação, a aposta da EAPN Portugal na activação e acompanhamento do Conselho Consultivo Nacional e dos Conselhos Consultivos Locais (que passaram a designar-se, a partir de 2014, Conselho Nacional de Cidadãos e Conselhos Locais de Cidadãos) ganhou centralidade no seio da Rede, transformando-se numa das prioridades quer da equipa técnica nacional quer dos Núcleos Regionais e influenciando muitas iniciativas em todas as suas áreas de intervenção. Na área da formação, desenvolveram-se diversos cursos e workshops relacionados com a dinâmica da participação. O tema foi objecto de várias publicações¹³¹, bem como de artigos e notícias nas revistas da Rede. E alguns dos projectos nacionais e transnacionais da EAPN Portugal incluíram a participação entre os seus objectivos.

Desde a sua primeira edição, em 2009, o Fórum Nacional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social tem vindo a realizar-se anualmente, em Outubro, no âmbito do programa de comemorações do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza. Em 2010, o II Fórum decorreu na Assembleia da

¹³¹ Entre outras: FRANCO REBOLLAR, Pepa; GUILLÓ GIRARD, Clara (coord.) — Guia metodológico sobre a participação das pessoas em situação de pobreza e exclusão social. Tradução: Maria José Vicente, Júlio Paiva e Armandina Heleno. Col. «RedAcção», 9. Porto: EAPN Portugal, 2011; MARTINEZ TEM, Luz; TUTS, Martina; POZO, Jonatan — Guia para a promoção da participação social dos jovens ciganos. Tradução: Maria José Vicente e Armandina Heleno. Porto: EAPN Portugal, 2011; OLIVEIRA, Catarina; ARAIAS, Patrícia; LADEIRO, Sandra — Ser + Cidadão. Grandes transformações acontecem de dentro para fora. Guia Prático de Empoderamento e Capacitação. Vila Real: EAPN Portugal / Núcleo Distrital de Vila Real, 2014.

República, em 6-7 de Outubro. Na Sessão Plenária, a EAPN Portugal apresentou uma declaração política sobre a luta contra a pobreza em Portugal, cuja preparação envolveu a colaboração de diversos cidadãos pobres e excluídos (EAPN Portugal - *Relatório 2010*: 4, 53-54). No ano seguinte, já num contexto político diferente, com o país sob o «programa de resgate» da troika e com o agravamento da crise financeira, económica e social, o III Fórum decorreu no Porto (Hotel Tuela), no dia 17 de Outubro, sob o tema «Uma outra resposta à crise é possível e urgente», que se desdobrou em quatro subtemas (emprego/desemprego; prestações sociais; habitação; voluntariado na luta contra a pobreza), anteriormente debatidos no seio dos Conselhos Consultivos Locais (EAPN Portugal - *Relatório 2011*: 55-56). O IV Fórum, realizado em Aveiro (Hotel Imperial), nos dias 16 e 17 de Outubro de 2012, beneficiou, igualmente, do debate prévio nos Conselhos Locais sobre as problemáticas seleccionadas (o trabalho e a vida; o trabalho e os direitos/deveres; o trabalho e a protecção social; o trabalho, a formação e o empreendedorismo) (EAPN Portugal - *Relatório 2012*: 53). O Fórum seguinte realizou-se nas instalações do INATEL na Costa da Caparica, nos dias 14 e 15 de Outubro de 2013, e seguiu uma metodologia idêntica ao do anterior, distribuindo-se os participantes por quatro grupos de trabalho sobre temáticas que haviam já sido objecto de reflexão nos Conselhos Locais (como é que o contexto de crise influencia a vossa vida no dia-a-dia?; qual o orçamento de referência para uma vida digna?; que recursos podemos mobilizar para garantir o bem-estar comum?; que estratégias devemos implementar para mobilizar os cidadãos para o combate à pobreza?) (EAPN Portugal - *Relatório 2013*: 50). O VI Fórum, que decorreu no Vimeiro, em 14 e 15 de Outubro de 2014, beneficiou não só, como os anteriores, da preparação nos Conselhos Locais, mas também da realização de Fóruns Regionais, que começaram a organizar-se, a partir de então, com regularidade anual¹³². Nesse VI Fórum, as temáticas abordadas pelos diversos grupos de trabalho foram a pobreza infantil, a riqueza e a desigualdade, a participação e o emprego/desemprego (EAPN Portugal - *Relatório 2014*: 65). Finalmente, em 2015, o VII Fórum Nacional de Pessoas em Situação de Pobreza decorreu na Figueira da Foz, em 13 e 14 de Outubro, reunindo diversas iniciativas (EAPN Portugal - *Relatório 2015*: 53).

Em 2015, realizaram-se ainda as I Jornadas Ibéricas sobre Participação, na Guarda, com o envolvimento activo de membros do Conselho Nacional de Cidadãos e das redes portuguesa e espanhola, que propiciaram a partilha de experiências e a reflexão sobre diferentes formas de «participação, envolvimento e emancipação das pessoas em situação de vulnerabilidade social». Neste encontro, foi apresentada uma declaração conjunta da EAPN Portugal e da EAPN Espanha sobre a importância da participação (EAPN Portugal - *Relatório 2015*: 56).

¹³² Em 2014, realizaram-se encontros regionais dos Conselhos Locais de Cidadãos em Campo Maior (19-20 de Junho), Peso da Régua (1-2 de Julho) e Leiria (8-9 de Setembro). EAPN Portugal — Relatório de Actividades 2014, p. 63. Em 2015, os encontros regionais decorreram em Albufeira (27-28 de Abril), Pateira – Aveiro (15-16 de Junho) e Guarda (7-8 de Setembro) (EAPN Portugal — Relatório 2015: 51).

Considerada desde há muito um dos pilares da metodologia do trabalho da Rede, a participação ganhou crescente centralidade na organização interna, com a formação dos Conselhos de Cidadãos, implicando também a construção de novos instrumentos de apoio. Destaque-se a elaboração do Manual de Acolhimento dos Conselhos Locais de Cidadãos, resultante de um processo participativo iniciado em 2014, que contou com a colaboração de membros do Conselho Nacional de Cidadãos, visando divulgar os objectivos e procedimentos dos Conselhos de Cidadãos¹³³. Foi criada também uma subpágina do *site* da EAPN Portugal sobre o tema da Participação Social dos Cidadãos. Em 2015, os novos Estatutos da EAPN Portugal, acrescentaram uma nova categoria de associados, os «associados por inerência», com o objectivo de incluir, sem pagamento de quota, as pessoas participantes nos Conselhos Locais de Cidadãos, no âmbito dos Núcleos Distritais.

Como referia o Presidente da EAPN Portugal, Padre Jardim Moreira, no Relatório de 2014: «Lutar contra a pobreza implica o reconhecimento e a participação das pessoas em situação de pobreza na busca de respostas adequadas, respeitando a sua dignidade, os seus interesses e as suas aspirações, ouvindo-as e esclarecendo-as sobre o que se propõe, num trabalho conjunto e personalizado que contribua para o aumento da sua autoestima e o reforço da sua capacidade de construção de um projeto de vida. / Assinalamos o importante trabalho que tem sido desenvolvido com as pessoas que se encontram em situação de pobreza e exclusão social quer no âmbito do Conselho Nacional de Cidadãos que integra um representante de cada um dos distritos do país quer no âmbito dos Conselhos Locais de Cidadãos dinamizados por cada um dos Núcleos Distritais. Apesar das fragilidades detectadas em algumas áreas, e que necessitam da nossa reflexão, é possível verificar enormes progressos no domínio da capacitação e do *empowerment* individual e colectivo das pessoas que participam de forma mais regular e continuada nas actividades da organização» (EAPN Portugal - *Relatório 2014*: 3).

¹³³ EAPN Portugal — Dê a sua voz. Junte-se a nós. Manual de acolhimento dos conselhos de cidadãos/ãs (Nacional e Locais). S.l.: EAPN Portugal, 2015.

4.6. O combate da REAPN por políticas sociais mais inclusivas

Ao longo deste período, a implantação da REAPN em todo o território nacional e a sua articulação com a rede europeia permitiram-lhe exercer um papel cada vez mais interventivo no acompanhamento das políticas sociais.

Logo em 2005, quando se procedeu à avaliação do Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2003-2005, no âmbito da revisão da Estratégia de Lisboa, e à preparação de um novo Plano (2006-2008), a REAPN participou activamente, congratulando-se com a adopção pelo novo governo de uma «terceira geração de políticas sociais», visando combater o desemprego e as desigualdades sociais, em contraste com a desvalorização do PNAI no período anterior. No seu parecer, embora considerasse que continuava a faltar «uma estratégia clara e global de enquadramento do PNAI», com o envolvimento e participação transversal de todos os níveis de poder político e de toda a sociedade, em especial dos que viviam em situação de pobreza, uma definição rigorosa de metas a alcançar e escassez de recursos, o parecer da REAPN assinalava uma evolução positiva: «Da análise da actualização do PNAI constata-se uma forte vontade política deste Governo de colocar em marcha uma 3.^a geração de políticas sociais que representem um novo impulso no reforço da protecção social. Esta 3.^a geração de políticas sociais apresenta importantes princípios-chave, tais como: promover a diferenciação positiva nas prestações face às diversas situações de risco; diferenciar as respostas de acordo com as condições particulares dos seus destinatários e as circunstâncias próprias dos territórios, no respeito pela equidade na distribuição dos recursos; contratualizar as soluções, assegurando que todos os intervenientes, cidadãos, famílias, instituições públicas e privadas, são mobilizados e assumem compromissos nas intervenções de que sejam parte; desenvolver as capacidades das pessoas, das famílias, dos grupos, dos territórios»¹³⁴.

Também a revitalização do programa da Rede Social e a criação, em 2006, das Plataformas Supraconcelhias, para estimular a «gestão local participada» e a preparação e execução dos PNAI, mereceram a colaboração empenhada da REAPN. Além da sua participação, através dos núcleos distritais, em diversos Conselhos Locais de Acção Social, a REAPN passou a privilegiar a intervenção nas Plataformas Supraconcelhias, procurando contribuir para a articulação

¹³⁴ “PNAI 2003-2005. Relatório de actualização e parecer da REAPN”. Rediteia, n.º 36. Porto: RE-APN, Julho-Dezembro de 2005, p. 17-20. Sobre o PNAI 2006-2008, veja-se também VEIGA, Fátima — “PNAI 2006-2008: reacção da REAPN”. Rediteia, n.º 38. Porto: REAPN, Julho-Dezembro de 2006, p. 50-52.

entre as perspectivas locais e europeias, como se lê num documento de Fevereiro de 2007: «importa que a REAPN se afirme nesta plataforma como uma organização não-governamental de âmbito europeu que, dominando os dossiers europeus ao nível social (PNAI, Planos Nacionais de Reforma, Método Aberto de Coordenação, Estratégia de Lisboa Renovada, QREN, etc.) e simultaneamente tendo uma contextualização territorializada nos distritos, poderá aliar o “melhor dos dois mundos”. Isto é, por um lado conhece a fundo e pode dar um contributo válido ao nível mais macro/estrutural e, por outro lado, conhece de perto os problemas sociais do distrito, as expectativas das instituições particulares de solidariedade social associadas. Esta dupla vertente de intervenção da REAPN deverá ser explorada nestas reuniões e deverá ser a mais-valia da REAPN nesta plataforma; a REAPN terá que se afirmar pela sua multidimensionalidade e pela capacidade de enquadrar os problemas sociais locais numa dimensão mais vasta, mais macro»¹³⁵. Logo em 2006, a REAPN foi convidada a integrar diversas plataformas supramunicipais da Rede Social e, no ano seguinte, participava já na maioria das plataformas que se tinham criado (REAPN - *Relatórios 2006-2007*)¹³⁶.

Como já referimos no capítulo anterior, a REAPN envolveu-se, por esta altura, na fundação do Fórum Não Governamental para a Inclusão Social (FNGIS), formado por diversas ONGs, com o objectivo de assegurar a participação da sociedade civil organizada no acompanhamento e avaliação das políticas sociais definidas pelo PNAI. Neste Fórum, formalmente constituído em 2006, a REAPN desempenhou um importante papel de dinamização, integrando o seu Secretariado Executivo. Além de participar nas reuniões da Comissão Interministerial de preparação do PNAI 2006-2008, o FNGIS enviaria ao Governo, no início de Agosto de 2006, o documento «Começar de novo», com o conjunto das suas propostas, coincidentes com as posições da REAPN (REAPN - *Relatório 2006: 21-22*)¹³⁷.

¹³⁵ “Programa das Redes Sociais Locais e a articulação com a REAPN”. Em Análise, nº 12. Porto: REAPN, Fevereiro de 2007, p. 10.

¹³⁶ Em 2007, através dos seus Núcleos Distritais, a REAPN participou nos Conselhos Locais das Redes Sociais de Aveiro, Murtosa, Estarreja, Anadia, Braga, Bragança, Porto, Santa Marta de Penaguião, Coimbra, Guarda, Leiria, Alvaiázere, Santarém, Idanha-a-Nova; Penamacor, Fun-dão, Castelo Branco, Beja, Alvão, Évora, Estremoz, Redondo, Vendas Novas, Alcácer do Sal, Seixal e Setúbal, Lisboa, Portalegre, Faro, Loulé e S. Brás de Alportel, e foi convidada a integrar as plataformas supramunicipais de Entre Douro e Vouga, Baixo Vouga, Baixo Alentejo e Litoral Alentejano, Ave, Cávado, Alto Trás-os-Montes, Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte, Algarve, Oeste, Grande Lisboa, Alto Alentejo, Grande Porto, Tâmega, Lezíria, Médio Tejo e Dão-Lafões. Nos anos seguintes, a REAPN estendeu a sua participação a outras plataformas supramunicipais, como as do Minho Lima, Beira Interior Norte, Pinhal Litoral, Península de Setúbal, Serra da Estrela e Cova da Beira.

¹³⁷ O Fórum Não Governamental para a Inclusão Social (FNGIS) participou activamente na preparação e acompanhamento dos PNAI 2006-2008 e 2008-2010. Em Julho de 2009, o FNGIS transformou-se em associação, continuando a REAPN a assumir um papel activo nessa plataforma, integrando a sua Comissão Instaladora, o seu Secretariado Executivo e vários Grupos de Trabalho. Em 2009, o FNGIS integrou a Comissão Nacional de Acompanhamento do Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2010 (REAPN - *Relatório 2009: 26*).

Entretanto, numa perspectiva mais alargada, a aprovação da «Estratégia de Lisboa Renovada», em 2005, animou a REAPN, por proposta de Sérgio Aires e Jordi Estivill, a empenhar-se no projecto de reunir um conjunto de peritos nacionais e europeus das questões da pobreza e exclusão social, com o objectivo de reflectir sobre uma estratégia europeia de inclusão social, que pudesse influenciar a Presidência Portuguesa da UE, no segundo semestre de 2007, no sentido de reforçar as metas da Estratégia da Inclusão Social na agenda europeia. Esta iniciativa, designada, simbolicamente, De Lisboa a Lisboa - regresso ao futuro, culminou num encontro europeu, em Março de 2007, cujas conclusões foram entregues ao governo português, com o objectivo de reinscrever a inclusão social como um pilar essencial do desenvolvimento europeu¹³⁸. Se tal objectivo acabou não ser alcançado, devido à priorização do ordenamento político da UE, que conduziu à assinatura do Tratado de Lisboa, a REAPN, tal como as redes congéneres europeias, continuaria a exercer o seu papel de pressão no sentido de reforçar as políticas sociais de combate à pobreza e à exclusão.

Assinalando-se em 2007 o «Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos», o governo lançou o Plano Nacional para a Integração de Imigrantes. A REAPN, que, desde a sua fundação, se empenhara no combate a todas as formas de exclusão, participando em diversas redes e plataformas contra o racismo e a discriminação e em defesa dos direitos dos imigrantes e das minorias étnicas, como a Rede Europeia Anti-Racismo, criaria, nesse ano, um Grupo de Trabalho sobre Imigração, por considerar que «as questões relacionadas com a imigração estão directamente relacionadas com a pobreza e exclusão social». Em Outubro, em parceria com a Plataforma Portuguesa das ONGDs, que também integrava, organizou um workshop sobre «Migrações e Desenvolvimento» (REAPN - *Relatório 2007*: 39-40). E, ainda nesse ano, produziu um número de *Em Análise* dedicado a essa temática¹³⁹.

Em 2008, aquando da avaliação do PNAI 2006-2008 e da preparação do novo e último PNAI 2008-2010, a REAPN assumiu uma posição crítica, apontando a fraca articulação com outros programas sociais e a fraca coordenação interinstitucional, as metas pouco ambiciosas e a ausência de uma estratégia de inclusão activa¹⁴⁰, ao mesmo tempo que continuou a empenhar-se na formulação de propostas, acompanhamento e avaliação dos PNAI, quer através

¹³⁸ Cf. «De Lisboa a Lisboa». Rediteia, n.º 38. Porto: REAPN, Julho-Dezembro de 2006, p. 62-63; ESTIVILL, Jordi; AIRES, Sérgio — «De Lisboa 2000 a Lisboa 2007: regresso ao futuro». Rediteia, n.º 39. Porto: REAPN, Janeiro-Junho de 2007, p. 62-64; ESTIVILL, Jordi; AIRES, Sérgio — *De Lisboa 2000 a Lisboa 2007: regresso ao futuro*. Porto: REAPN, 2007.

¹³⁹ REAPN — «Imigração». *Em Análise*, n.º 13. Porto: REAPN - Gabinete de Investigação e Projectos, Abril de 2007. Nos anos seguintes, a REAPN continuaria a acompanhar as questões relacionadas com a imigração em Portugal e na Europa (dados estatísticos, políticas migratórias, relatórios europeus sobre a integração de imigrantes, etc.), chegando a criar um Grupo de Trabalho específico e a elaborar, em 2009-2010, um documento sobre a situação dos imigrantes em Portugal.

¹⁴⁰ REAPN — Plano Nacional de Ação para a Inclusão 2008-2011. Reacção da Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. REAPN: Porto, Novembro 2008.

do Fórum Não Governamental para a Inclusão Social (FNGIS), que, desde 2006, participava com o estatuto de observador na Comissão Interministerial de Acompanhamento do PNAI, quer através das Redes Sociais¹⁴¹. Mas, em relação a estas, a REAPN lamentava o seu escasso envolvimento no processo de monitorização: «a grande esperança depositada no Programa das Redes Sociais no processo de monitorização do PNAI 2006-2008 não foi concretizada na maior parte dos casos por falta de documentação estratégica de referência, por falta de harmonização de procedimentos entre as diferentes Redes Sociais, por falta de recursos humanos especializados e também por falta de espírito de trabalho em rede»¹⁴². Por essa altura, a REAPN ainda tentou, em articulação com os seus núcleos distritais, uma maior dinamização das Redes Sociais, tendo elaborado, para esse efeito, um documento de reflexão com propostas de intervenção estratégica nessas estruturas (REAPN - *Relatório 2008*: 62). Porém, como veremos mais adiante, a evolução do programa da Rede Social esteve longe de corresponder às expectativas nele depositadas.

Por outro lado, ganharam expressão e continuidade outras acções da REAPN, apoiadas em parcerias e protocolos com entidades públicas ou privadas. A assinatura, em Outubro de 2006, de um protocolo com a Misericórdia de Lisboa permitiu a criação do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, que reuniria outros apoios (Montepio, Fundação Calouste Gulbenkian, etc.) e mobilizaria diversos interlocutores (Juntas de Freguesia, Câmara, instituições de solidariedade social, Universidades e centros de investigação, etc.) nos anos seguintes. Em 2008, o Observatório estava já consolidado, assumindo a organização do Seminário Internacional «Construindo um Observatório de Luta contra a Pobreza em Lisboa» (26 de Fevereiro). A REAPN continuaria a assegurar a dinamização deste Observatório até ao presente, realizando um conjunto numeroso de acções de recolha de informação, investigação, formação e divulgação.

Neste período, multiplicaram-se outras parcerias e acções de colaboração, com ONGs, entidades públicas (como o IEFP e o ISS) e Universidades, Politécnicos e centros de investigação¹⁴³, no âmbito de estudos e projectos, de campanhas de sensibilização, de acompanhamento e avaliação de políticas sociais, de formação e qualificação.

¹⁴¹ Nesta altura, a REAPN participava em 25 Plataformas Supraconcelhias.

¹⁴² "PNAI 2008-2011: propostas da REAPN". Rediteia, n.º 41. Porto: REAPN, Janeiro-Junho de 2008, p. 70.

¹⁴³ Entre 2005 e 2015, a Rede estabeleceu protocolos com a Escola Superior de Gestão - Instituto Politécnico de Santarém, Universidade do Minho, Universidade Católica Portuguesa (centro Regional das Beiras), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ISCTE - Instituto Superior de Ciências Empresariais e Turismo (Porto), CES - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (Lisboa), Universidade do Algarve, Instituto Politécnico de Beja, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Universidade da Beira Interior, Instituto Politécnico de Portalegre, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, DINÂMIA/CET-IUL - Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território (ISCTE-IUL).

Desde 2008, sob o impacto da crise económica e financeira internacional e com o agravar de novas situações de pobreza, a REAPN assumiu posições fortemente críticas face à orientação das políticas europeias. Na sua Mensagem divulgada em 17 de Outubro de 2009, na comemoração do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, apontava o dedo às políticas económicas promovidas pela União Europeia, responsabilizando-as pelo aumento da pobreza e da exclusão social: «O actual modelo económico e financeiro, apoiado pela Estratégia Europeia de Lisboa, agudizou a situação dos pobres, dando prioridade ao “crescimento e emprego”, a qualquer preço. Em grande medida, a União Europeia deu prioridade à liberalização e à defesa dos mercados não regulados, em vez de investir em estratégias que promovam a equidade, a justiça social, a redução da pobreza e das desigualdades na União Europeia e no mundo. / A Declaração do Ano 2010 como Ano Europeu do Combate à Pobreza constitui para nós uma esperança e uma oportunidade para alertar a Europa e o mundo para a injustiça social que significa a pobreza e a exclusão social e para (re)definir caminhos que nos levem à erradicação destes flagelos».

No contexto da crise económica e dos seus efeitos sobre os grupos sociais mais vulneráveis, a REAPN multiplicou as suas acções, procurando mobilizar a sociedade e influenciar o poder político para os problemas da pobreza e da exclusão. Entre 2008 e 2011, mereceram particular atenção da Rede, em articulação com as suas congéneres europeias, dois temas que se interligavam: o direito de todos os cidadãos a um «rendimento mínimo adequado» e a «inclusão activa». Nenhum desses temas era novo nem para os membros da REAPN, que sempre os acompanharam de perto, nem nos meandros europeus, mas ganharam maior acuidade neste período. Como vimos, desde o início de 2006, na sequência das orientações da Comissão Europeia para a «inclusão activa», esses temas suscitaram diversas iniciativas. Em resposta à Consulta da Comissão Europeia, a EAPN tinha produzido, logo em Abril de 2006, o documento Assegurar um Rendimento Decente e uma Vida melhor para Todos, lançando um debate e campanhas em torno do «Rendimento Mínimo Adequado», em que a Rede portuguesa iria participar activamente¹⁴⁴. Segundo a REAPN, a Estratégia para a Inclusão Activa, lançada pelo governo português em Março de 2007, vinha aplicar a «filosofia de base do RMG» e «concretizar o primado da inclusão, mobilizando todos os actores»: «Trata-se de recolocar o RSI no contexto das medidas de política social activa. Fazer da medida um processo e não exclusivamente uma prestação pecuniária é algo fundamental para dar credibilidade ao RSI e para garantir que este se transforme num direito capaz de sustentar e apoiar os processos de erradicação da pobreza das famílias e dos indivíduos. O reforço das parcerias e o papel das Redes Sociais

¹⁴⁴ A REAPN traduziu e divulgou, em diversos suportes, as posições da Rede europeia face ao rendimento mínimo e à inclusão activa. Veja-se, por exemplo: “Garantir um rendimento mínimo e uma vida melhor para todos”. Rediteia, n.º 37. Porto: REAPN, Janeiro-Junho de 2006, p. 59-61.

Locais podem contribuir para o sucesso de tais medidas»¹⁴⁵. Mas as acções com maior impacto decorreriam a partir de Dezembro de 2007. Acompanhando as campanhas lançadas pela EAPN a nível europeu¹⁴⁶, a Rede portuguesa desenvolveu grandes campanhas nacionais, com a parceria de organizações e plataformas locais, sobre o «direito a um rendimento mínimo adequado para todos», socorrendo-se de diversos materiais de divulgação (cartazes e outdoors, desdobráveis, press releases, publicações, etc.), subscrições e debates (REAPN - *Relatórios 2008-2009*). A par das campanhas a favor do «rendimento mínimo adequado» e, por vezes, em articulação com elas, a REAPN lançou, desde então, muitas outras iniciativas em torno da «inclusão activa». Destaque-se diversos artigos ou publicações específicas sobre esses temas¹⁴⁷, seminários, workshops e conferências¹⁴⁸. Como veremos, as acções da REAPN em torno do «rendimento mínimo adequado» e da «inclusão activa» prosseguiriam nos anos seguintes, tanto mais que as medidas de austeridade lançadas pelo governo, desde 2011, no quadro do programa de assistência financeira externa, assumiram um impacto negativo neste domínio.

Desde 2011, ano em que se iniciou a execução da nova «Estratégia Europa 2020», que veio substituir a «Estratégia de Lisboa», apontando para um «crescimento inteligente, sustentável e inclusivo», a REAPN procurou acompanhar a sua implementação, dedicando particular aos seguintes pontos: «o trabalho de seguimento nas áreas temáticas: inclusão activa, pobreza infantil, sem abrigo, inclusão dos ciganos e migração; o potencial de um novo financiamento concedido para a experimentação social e a inovação social, entre as quais o apoio à economia social, e para a inclusão social através dos Fundos Estruturais; o potencial de uma participação importante e mais significativa das ONGs e das pessoas em situação de pobreza cuja tarefa é de envolver todos os actores na avaliação conjunta dos progressos para atingir o objetivo quantificado em matéria de pobreza» (EAPN Portugal - *Relatório 2011*: 14). Nesse sentido, a REAPN preocupou-se em divulgar a «Estratégia 2020», produzindo diversos

¹⁴⁵ REAPN — “Rendimento Social de Inserção: 10 anos depois da implementação da medida”. Em *Análise*, n.º 14. Porto: REAPN - Gabinete de Investigação e Projectos, Agosto de 2007, p. 6.

¹⁴⁶ “Rendimento Mínimo Adequado. Campanha de sensibilização”. *Rediteia*, n.º 40. Porto: REAPN, Julho-Dezembro de 2007, p. 46-47; HELENO, Armandina - “Todos têm direito a uma vida digna”. *Rediteia*, n.º 43. Porto: REAPN, Janeiro-Junho de 2009, p. 24-25.

¹⁴⁷ VEIGA, Fátima - “RSI e as políticas da Activação Social”. *Rediteia*, n.º 40. Porto: REAPN, Julho-Dezembro de 2007, p. 59-61; PAIVA, Júlio - “Inclusão activa. Uma estratégia integrada”. *Rediteia*, n.º 41. Porto: REAPN, Janeiro-Junho de 2008, p. 63-65; PAIVA, Júlio - “Inclusão activa.

¹⁴⁸ Por exemplo, em 2009, a REAPN organizou o Seminário Internacional «Inclusão Social e Emprego», que decorreu em 23-24 de Novembro, na Fundação Cupertino de Miranda, no Porto, bem como 15 sessões relacionadas com estas temáticas em Viana Castelo, Guarda, Porto, Viseu, Leiria, Vagos, Guimarães, Amares, Vila Verde, Bragança, Santarém, Oliveira de Frades e Nelas. Em 2010, organizou, com a assessoria científica do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e o apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional e do Instituto da Segurança Social, as importantes Jornadas de Trabalho «Inclusão Social, Emprego e Desenvolvimento», realizadas no Hotel Tuela, no Porto, em 12-15 de Outubro.

documentos específicos¹⁴⁹ e realizando sessões de esclarecimento aos seus associados¹⁵⁰.

Por outro lado, desde 2011, para fazer face ao agravamento das situações de pobreza extrema, o governo, ao mesmo tempo que lançou cortes na despesa pública na protecção e inclusão social, optou por políticas assistencialistas (como o Programa de Emergência Social, lançado em 2011, e o Programa de Emergência Alimentar, em que se destacaram as Cantinas Sociais), criticadas pela REAPN em diversos momentos. Por exemplo, na apresentação do Relatório de 2013, o Padre Jardim Moreira escrevia: «Cremos que o modelo em vigor nas últimas décadas baseado na afirmação dos direitos, numa perspectiva de inclusão social, merece defesa intransigente num tempo em que vigoram políticas de austeridade agressiva e se privilegia o apelo à caridade e à emergência social, substituindo a solidariedade social pelo assistencialismo, defendendo uma desresponsabilização do Estado» (EAPN Portugal - *Relatório 2013*: 6). Esta posição não era contraditória com o empenhamento da REAPN no apoio a famílias mais carenciadas em situação de emergência. Desde Março de 2010, a REAPN manteve «Grupos de Apoio a Famílias», que apoiaram mais de uma centena de famílias, nomeadamente no acesso a determinados bens e serviços, como alimentação, saúde e habitação (EAPN Portugal - *Relatório 2013*: 66).

Sob o Programa de Assistência Financeira internacional, desde Maio de 2011, as metas a que o governo português se tinha comprometido no Programa Nacional de Reformas, no âmbito da «Estratégia Europa 2020», foram relegadas para segundo plano, face à prioridade da redução do *deficit* público, com a imposição de severas medidas de austeridade. Para a EAPN Portugal, como se referia no seu Relatório de 2012 e em outros documentos, o agravamento do drama da pobreza em diversos países europeus, incluindo Portugal, revelava sinais do fracasso da estratégia que estava a ser seguida: «2012 marcou o segundo ano de execução da Estratégia 2020, num contexto de crise. Em vez de se registarem progressos ao nível da meta de redução da pobreza, a União Europeia enfrenta um aumento de 2 milhões de pessoas em situação de pobreza, com Estados-membros ainda a falharem na definição de metas suficientemente ambiciosas para atingir o objectivo europeu. A União Europeia enfrenta igualmente uma crise política, económica e social e alguns dos Estados-membros, particularmente aqueles que se encontram sob intervenção da *Troika*, como é o caso de Portugal, enfrentam sérios desafios no sentido de cumprir o compromisso de um crescimento inteligente, sustentável, inclusivo, defendido pela Estratégia 2020» (EAPN Portugal - *Relatório 2012*: 13).

¹⁴⁹ Veja-se, por exemplo, «Estratégia 2020 – o futuro da Europa». Em Análise, nº 21. Porto: EAPN Portugal, Dezembro de 2011.

¹⁵⁰ Em 2011, realizaram-se sessões de esclarecimento aos associados sobre a «Estratégia 2020» nos núcleos de Lisboa, Coimbra e Vila Real.

Defendendo as virtualidades da «Estratégia Europa 2020», a EAPN Portugal acompanhou, nos últimos anos, a evolução das metas definidas a nível nacional e europeu, elaborou diversos pareceres, integrou várias comissões e realizou encontros e debates sobre essa temática. Apesar de Portugal estar dispensado de cumprir o «Semestre Europeu» e de apresentar às instâncias europeias os documentos de avaliação das metas nacionais da «Estratégia 2020», no período do programa de resgate, entre Maio de 2011 e Maio de 2014, o governo enviou à Comissão Europeia relatórios de avaliação dessas metas em Maio de 2013 e em Abril de 2014. Para a EAPN Portugal, tais documentos, longe de traduzirem a realidade existente, apresentavam «dados muito genéricos assentes numa análise de grande optimismo que não parece ser congruente com as notícias e relatórios que foram sendo publicados durante este período», deixando a «impressão de que Portugal tem cumprido todas as metas estabelecidas na Estratégia 2020». Pelo inverso, a EAPN Portugal considerava que esses relatórios davam uma imagem «distorcida» da pobreza e da exclusão social no país e que outros documentos oficiais e fontes nacionais reflectiam «um país com sérios riscos no cumprimento das metas da Estratégia 2020 e a necessitar de assumir novos compromissos que visem uma maior coesão social»¹⁵¹.

No final do programa de resgate financeiro internacional, o Governo apresentou, a 17 de Maio de 2014, o seu Programa de Reformas, no documento Caminho para o crescimento: uma estratégia de reforma de médio prazo para Portugal. Segundo a EAPN, tratava-se de um documento limitado e que omitia as questões relacionadas com a pobreza: «Este documento apresenta o programa de reformas actualmente em curso em prol do crescimento sustentável, assim como os seus compromissos tendo em vista a solidez das finanças públicas. As linhas gerais do programa de reformas para os próximos anos assentam em três pilares: fomentar a competitividade, promover o capital humano e o emprego e racionalizar o sector público. É importante referir que o referido documento não contém nenhuma referência às questões da pobreza e das medidas que possam ser desenvolvidas a este nível»¹⁵². No ano seguinte, na sua apreciação do Programa Nacional de Reformas, apresentado pelo governo em Maio, a EAPN Portugal mantinha o mesmo tom crítico sublinhando as lacunas desse programa, a começar pela diluição das questões da pobreza nas «Políticas Sociais e de Emprego», centradas «essencialmente na necessidade de assegurar uma cobertura adequada da assistência social e, simultaneamente, assegurar a activação efectiva dos beneficiários de prestações sociais». Segundo a EAPN Portugal, o programa revelava «fraco conhecimento acerca da real situação da pobreza e da exclusão social no país, especialmente, tendo em consideração os efeitos da recente crise económica», «falta de informação

¹⁵¹ EAPN Portugal - Estratégia Europa 2020. Ponto de Situação das Metas em Portugal. Reação da EAPN Portugal, Maio de 2013, p. 1; EAPN Portugal - Estratégia Europa 2020. Ponto de Situação das Metas em Portugal, Abril 2014. Reação da EAPN Portugal, Agosto de 2014, p. 1.

¹⁵² EAPN Portugal - "Semestre Europeu 2014. Recomendação do Conselho ao Programa Nacional de Reformas e ao Programa de Estabilidade para 2014, Portugal". Em análise, nº 24. Porto: EAPN Portugal, Junho de 2014, p. 1.

relativamente à situação específica de determinados grupos, mais vulneráveis à situação da pobreza, como as crianças» e, sobretudo, a ausência de uma Estratégia Nacional de combate à pobreza e à exclusão social, limitando-se o PNR a apresentar medidas sectoriais, como o Programa de Emergência Social, cujo impacto na redução da pobreza nunca fora objecto de avaliação, ou outras medidas sobre as quais existia pouca informação, como as Redes Locais de Intervenção Social e a Estratégia Nacional para a Inclusão dos Sem-abrigo¹⁵³. No caso das Redes Locais de Intervenção Social, criadas pelo governo em 2013¹⁵⁴, e concebidas como «modelo de organização, de uma intervenção articulada e integrada, de entidades públicas ou privadas com responsabilidade no desenvolvimento da ação social», nada se sabia sobre a sua articulação com outras redes existentes em todo o território nacional, nomeadamente as Redes Sociais. O facto de o PNR salientar como uma prioridade «a promoção de uma economia social e solidária com particular enfoque nos protocolos de cooperação estabelecidos entre o Estado e o sector não-governamental», de acordo com a Lei de Economia Social aprovada em 2013¹⁵⁵, suscitava também muitas dúvidas à EAPN Portugal, que considerava ser necessário proceder a uma avaliação dos acordos de parceria firmados, no sentido de se evitar que pudessem conduzir a «uma progressiva privatização dos serviços de protecção social»¹⁵⁶.

No período entre 2011 e 2015, além de se bater pelos objectivos da Estratégia 2020, a EAPN Portugal intensificou os seus esforços no desenvolvimento de acções orientadas para a defesa de políticas sociais com maior impacto na redução da pobreza e da exclusão social, tanto na dimensão nacional como na dimensão europeia, como o «Rendimento Mínimo Adequado» e a «Inclusão Activa». Destaquem-se algumas das actividades mais marcantes levadas a cabo pela EAPN Portugal sobre estas temáticas, que, como referimos, já faziam parte da agenda da Rede em anos anteriores, mas que ganharam redobrada importância neste período de crise social. Logo em 2011, a reactivação da Rediteia, sob novo formato, foi aproveitada para a edição de um número inteiramente a essa temática¹⁵⁷. Ainda nesse ano, a EAPN Portugal associou-se como parceira ao projecto «Rendimento Adequado em Portugal», promovido pela UECE - Unidade de Estudos para a Complexidade e Economia, em colaboração com outros centros de investigação,

¹⁵³ EAPN Portugal - "As questões da Pobreza no Programa Nacional de Reformas 2015". Em análise, nº 28. Porto: EAPN Portugal, Julho de 2015, p. 4.

¹⁵⁴ Despacho n.º 12.154/2013, de 24 de Setembro, do Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social.

¹⁵⁵ Lei n.º 30/2013, de 8 de Maio.

¹⁵⁶ EAPN Portugal - "As questões da Pobreza no Programa Nacional de Reformas 2015". Em análise, nº 28. Porto: EAPN Portugal, Julho de 2015, p. 5-6.

¹⁵⁷ "Rendimento Mínimo e Inclusão Activa". Rediteia – Revista de Política Social, n.º 44. Porto: EAPN Portugal, 2011. O tema continuaria presente nas publicações da EAPN nos anos seguintes. Veja-se, por exemplo: PAIVA, Júlio; PINTO, Líliliana - "Um Rendimento e Inserção adequados para todos". Focus Social, nº 4. Porto: EAPN Portugal, Dezembro de 2013, p. 30-31.

com financiamento da Fundação Ciência e Tecnologia. Esse projecto tinha como principal objectivo desenvolver uma metodologia de cálculo de um limiar de pobreza adaptado à realidade portuguesa, para estimar o valor dos recursos considerados suficientes para satisfazer um nível de vida digno («rendimento adequado»). Ao nível europeu, a Rede portuguesa continuou a participar activamente nas campanhas da EAPN que visavam «Garantir um Rendimento Adequado para Todos!» no conjunto dos países da União Europeia. Como se lê no Relatório de 2012, relativamente a esta campanha: «A crescente estigmatização dos beneficiários da protecção social, rotulados de preguiçosos e o questionamento constante das prestações sociais, consideradas como uma ajuda passiva, só poderá piorar a situação dos milhões de pessoas que vivem na União Europeia confrontadas com a pobreza, forçando-as a enfrentar todos os dias escolhas insuportáveis. Em Portugal, 18% da população encontra-se em risco de pobreza, sendo as crianças e os idosos os grupos mais afectados, com taxas de 21% e 26%, respectivamente. No contexto do crescente tumulto financeiro e insegurança económica, há cada vez mais famílias a recorrer à assistência social como a única esperança para assegurar os mínimos recursos para sobreviver. Para além destas, existem ainda aquelas famílias que, por viverem uma pobreza envergonhada, consequência de uma pobreza recente, não se dirigem aos serviços disponíveis e vivem isolada e degradantemente a sua pobreza. A garantia de sistemas de Rendimento Mínimo Adequado é um dos elementos-chave para mudar esta realidade, para repor uma distribuição equitativa da riqueza e construir alicerces sólidos para uma verdadeira cidadania, assente numa forte participação e numa sociedade responsável onde todos tenham lugar e possam fazer valer os seus direitos e cumprir, de igual modo, os seus deveres. Em suma, onde todos tenham acesso a uma vida digna. Este apelo expressa a nossa preocupação face à erosão dos sistemas de protecção social na Europa. Manifestamos o nosso apoio à recomendação da Comissão Europeia de 2008 sobre “a inclusão ativa das pessoas excluídas do mercado de trabalho” de “reconhecer o direito fundamental de cada pessoa aos recursos e prestações sociais suficientes para viver em conformidade com a dignidade humana”» (EAPN Portugal - *Relatório 2012*: 74). Entre outras acções, a EAPN Portugal organizou o Seminário Internacional «Rendimento Social de Inserção: uma garantia de cidadania?», que decorreu na Fundação Engenheiro de Almeida, no Porto, em 27-28 de Novembro de 2013, com a participação de 428 pessoas. Em 2013 e 2014, participou num projecto europeu «EMIN - European Minimum Income Network», promovido pela EAPN e integrado pelas diversas redes nacionais e outras organizações europeias, com o objectivo geral de definir e consensualizar estratégias para a criação progressiva de regimes de rendimento mínimo adequado e acessível nos Estados-Membros da União Europeia, de acordo com a Recomendação sobre a Inclusão Activa da Comissão Europeia (2008) e a Estratégia Europa 2020, no contexto da Plataforma Europeia contra a Pobreza. No âmbito desse projecto, realizou-se, em 25 de Setembro de 2014, no Teatro Rivoli, no Porto, uma Conferência Nacional «Rendimento Mínimo Adequado: construção de consensos»¹⁵⁸.

¹⁵⁸ “Rendimento Mínimo Adequado: construção de consensos”. Focus Social, nº 6. Porto: EAPN Portugal, Dezembro de 2014, p. 27-30.

Face ao agravamento das condições sociais, em resultado da crise, a EAPN Portugal multiplicou as suas intervenções, tanto a nível local como a nível nacional e europeu, procurando fazê-lo, sempre que possível, em parceria com outras instituições congéneres, além de participar activamente em diversas plataformas, fóruns e grupos de trabalho e de prestar a sua colaboração em várias Comissões e Conselhos¹⁵⁹. Neste período, continuou a integrar diversas Plataformas Supraconcelhias da Rede Social, a Plataforma das ONGDs, o Fórum Não-governamental para a Inclusão Social (FNGIS) e Grupos de Trabalho sobre o Envelhecimento Activo, a Pobreza Infantil e as Comunidades Ciganas.

Em finais de 2013, a situação de inactividade em que se encontrava o Fórum Não-governamental para a Inclusão Social (FNGIS), cujo papel fora importante no acompanhamento dos PNAI até 2011, levou a EAPN Portugal a empenhar-se, juntamente com outras entidades, na sua reactivação, como plataforma interinstitucional de interlocução com o Estado, no âmbito do desenvolvimento das políticas sociais. No ano seguinte, a realização do *workshop* «Estratégias Políticas no domínio da Inclusão Social», em Fevereiro, e a publicitação de posições sobre as políticas de inclusão social¹⁶⁰ marcaram uma nova fase de vida do FNGIS¹⁶¹. Em 2015, o FNGIS lançou o projecto «Europa 2020: mais participação, melhor governação», com a colaboração da EAPN Europa, da EAPN Portugal e da EAPN Bulgária, com o objectivo de promover uma melhor governação da «Europa 2020» através da capacitação e participação da sociedade civil, realizando dois debates no Porto e em Lisboa, em Junho e Outubro, e um seminário transnacional em Lisboa, em Dezembro. Foi ainda produzido o vídeo «Europa 2020: mais participação, melhor governação: a Voz dos Cidadãos».

Também em articulação com a «Estratégia Europa 2020», no âmbito do Programa «Portugal 2020», lançado em 2014, a EAPN Portugal envolveu-se em diversas parcerias, relacionadas, nomeadamente, com as Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial, dinamizadas pelas Comunidades Intermunicipais, e as Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária, que visavam promover

¹⁵⁹ Tendo participado, desde 2009, na construção da Estratégia Nacional de Apoio aos Sem-Abrigo 2009-2015 (ENASA), a EAPN Portugal integrou o Grupo Interministerial de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia Nacional para as Pessoas Sem-abrigo (GIMAE); fez parte, também, da Comissão Nacional para a Promoção do Voluntariado, da Comissão Técnica de Normalização das Respostas Sociais, constituída por iniciativa do IPQ – Instituto Português da Qualidade, bem como do Conselho Consultivo das ONG na Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

¹⁶⁰ Através de dois press releases: Pobreza e Democracia são incompatíveis - FNGIS questiona Governo sobre o diálogo civil e o lugar da Inclusão Social nas prioridades nacionais, 30.03.2014; Posição do Fórum Não-governamental para a Inclusão Social face ao POISE (Programa Operacional Inclusão Social e Emprego), 16.07.2014.

¹⁶¹ Em finais de 2014, compunham o FNGIS 11 organizações: Associação Dianova Portugal - Intervenção em Toxicodependências e Desenvolvimento Social, Associação para o Planeamento da Família (APF), Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade de Informação (APDSI), ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, Cáritas Portuguesa, EAPN Portugal - Rede Europeia Anti-Pobreza, Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social (FENACERCI), Federação Portuguesa de Centros de Formação Profissional e Emprego de Pessoas com Deficiência (FORMEM), Instituto de Apoio à Criança (IAC), Saúde em Português - Associação de Profissionais de Cuidados de Saúde dos Países de Língua Portuguesa (EAPN Portugal — Relatório 2014: 105).

a concertação estratégica e operacional, em territórios social e economicamente carenciados, apostando no empreendedorismo e na criação de postos de trabalho. Participou na apresentação de 22 candidaturas à pré-qualificação de parcerias no âmbito do Desenvolvimento Local de Base Comunitária, 18 das quais foram aprovadas já em 2015, destinando-se a promover respostas para «os elevados níveis de desemprego e índices de pobreza, através da dinamização económica local, da revitalização dos mercados locais e da sua articulação com territórios mais amplos e, em geral, da diversificação das economias locais, do estímulo à inovação social e à busca de novas respostas a problemas de pobreza e de exclusão social em territórios desfavorecidos em contexto urbano e em territórios rurais ou costeiros economicamente fragilizados ou de baixa densidade populacional» (EAPN Portugal - *Relatório 2015: 9-10*)¹⁶².

Por outro lado, a maioria das Plataformas Supraconcelhias da Rede Social, em que a EAPN continuou a participar ¹⁶³, defrontava-se com problemas de funcionamento, como se refere no Relatório de 2015: «Desde o surgimento destas Plataformas que a EAPN investiu na representação e na influência dos assuntos tratados nas agendas. Este investimento resultou - em muitos casos - na capacidade de *lobby* ao nível local e regional e no reconhecimento desse trabalho por parte de outros parceiros. No entanto, tem-se vindo a verificar uma perda de importância política e estratégica destas estruturas ao nível local. Tendencialmente e gradualmente, os centros de decisão que antes eram Plataformas, têm-se vindo a transformar noutras estruturas - tais como as CIME's - o que implica a adaptação a essas novas estruturas, que por sua vez são mais “fechadas” e politizadas e, da nossa parte, vão igualmente implicando esse esforço de adaptação. De uma forma geral, essa perda de importância verifica-se em quase todas as Plataformas Supraconcelhias, sendo que muito poucas se mantêm activas e com actividades no próprio terreno. Da nossa parte apenas as do Ave e Cávado e as da Península de Setúbal e Alentejo Litoral apresentam algum trabalho e vontade de investir em projectos e acções. No restante, [...] a sua actividade é inócua ou praticamente nula. Assim o demonstram as agendas, que se apresentam bastante politizadas e o pouco interesse no desenvolvimento de actividades» (EAPN Portugal - *Relatório 2015: 49*).

Ao nível europeu, os últimos anos foram marcados ainda pelo agravamento do drama dos refugiados, provenientes sobretudo do Médio Oriente, mas também de África. A violência das guerras civis na Síria e no Iraque tem feito crescer o número de pessoas em fuga desesperada, que procuram na Europa condições para recomeçar as suas vidas. Os meios utilizados para cruzar o Mediterrâneo e aportar às costas do Sul da Europa (normalmente, embarcações frágeis e superlotadas)

¹⁶² A EAPN Portugal integrou parcerias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária em 15 distritos (Aveiro, Porto, Portalegre, Viana do Castelo, Porto, Vila Real, Braga, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Lisboa, Beja, Évora, Faro e Setúbal).

¹⁶³ Em 2015 integrou 25 plataformas, cobrindo a quase totalidade do território continental.

têm provocado frequentes naufrágios e a morte de milhares de migrantes¹⁶⁴. Confrontada com a maior vaga migratória desde o final da II Guerra Mundial, a União Europeia tem-se revelado incapaz de construir uma resposta solidária ao drama dos refugiados, ao mesmo tempo que, em diversos países, recrudesceram as atitudes xenófobas. Como reflectia o Relatório da EAPN Portugal de 2015: «A crise humanitária que vivemos com os refugiados, a incerteza na tomada de decisão por parte dos líderes europeus face a este fenómeno, as manifestações xenófobas a que vamos assistindo um pouco por toda a Europa, levam-nos a temer por um futuro de forte instabilidade e desesperança» (EAPN Portugal - *Relatório 2015*: 7). Por seu turno, várias ONGs europeias redobram os seus esforços tanto ao nível do intercâmbio de informações e propostas para o acolhimento digno como de sensibilização das instâncias políticas e da sociedade para o drama humanitário dos refugiados. Em 2012 e 2013, a EAPN Portugal integrou o projecto europeu «TORRE - Transnational Observatory for Refugees». Entre outras acções, foi elaborado um documento sobre a reinstalação em Portugal¹⁶⁵. Em Setembro de 2015, com outras ONGs, a EAPN Portugal fundou a Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR), tendo por objectivo sensibilizar a sociedade portuguesa e colaborar no acolhimento e apoio aos refugiados no nosso país. Nesse ano, entre as iniciativas que marcaram as comemorações do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, a 17 de Outubro, foi apresentado o filme *Le Havre*, sobre a crise dos refugiados, no MICAR - Mostra Internacional de Cinema Anti-Racista, que decorreu no Teatro Rivoli, no Porto. Entre Outubro e Dezembro, realizou o Curso de E-Learning «Acolhimento e Integração dos Refugiados em Portugal».

Em 2013, face ao agravamento das condições sociais, em resultado da crise e das políticas de austeridade, a EAPN procurou, a par de outras iniciativas, mobilizar um grupo de peritos e de organizações de solidariedade social para a definição de uma estratégia nacional de combate à pobreza e à exclusão. Nesse sentido, desenvolveu os esforços que vinha mantendo, desde 2011, de aproximação aos partidos políticos e aos respectivos grupos parlamentares, no sentido de os envolver na estratégia de combate à pobreza. Em 2014, aproveitando o período da campanha eleitoral para o Parlamento Europeu, o grupo de trabalho procurou implicar os candidatos dos diversos partidos políticos num compromisso com a defesa de uma Europa Social. O Seminário «O Papel da Luta Contra a Pobreza no Futuro da Europa», que decorreu na Sala do Senado da Assembleia da República, em 16 de Abril, contou com a presença de candidatos dos diversos partidos e com cerca de 100 participantes. Para assinalar o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, em 17 de Outubro desse ano, elaborou a mensagem «A Pobreza Mata», que teve uma ampla divulgação em diversos órgãos de comunicação social, e o «Manifesto para a pobreza e a exclusão social – marcos de uma estratégia inadiável», que seria

¹⁶⁴ Ficou tristemente célebre o naufrágio de uma embarcação de migrantes africanos, em 3 de Outubro de 2013, junto à costa da ilha italiana de Lampedusa, provocando 360 mortos.

¹⁶⁵ «Os refugiados em Portugal e o Programa Nacional de Reinstalação». Em *Análise*, n.º 23, Setembro de 2013.

lançado em Março de 2015. No último ano, no âmbito desse grupo de trabalho, a EAPN Portugal multiplicou os seus esforços para colocar na agenda política uma estratégia nacional de combate à pobreza e à exclusão. Realizou várias reuniões com representantes dos partidos, organizou um seminário sobre o tema, que decorreu na Sala do Senado da Assembleia da República, em 18 de Maio, com a participação de representantes dos grupos parlamentares, e publicou a versão final do Manifesto «Compromisso para uma Estratégia Nacional de Erradicação da Pobreza» numa edição especial da revista Rediteia¹⁶⁶, que seria apresentada no Palácio da Bolsa, no Porto, em 16 de Setembro, por Alfredo Bruto da Costa, Sobrinho Simões e Frei Fernando Ventura.

4.7. Uma forte dimensão europeia

Na última década, a EAPN Portugal reforçou a sua integração na rede europeia. A relação íntima que a rede portuguesa mantinha com a europeia, tal como com outras redes nacionais, em especial a espanhola, remontava, como vimos em capítulos anteriores, ao período da formação, fortalecendo-se continuamente através da participação nas actividades da EAPN Europa. Mas, no período que agora analisamos, essa relação tornou-se mais forte do que nunca, a ponto de a rede portuguesa assumir, em 2010, a alteração estatutária da sua designação de «REAPN» («Rede Europeia Anti-Pobreza Nacional») para «EAPN Portugal», reflectindo, mais claramente, não só a sua filiação mas também um crescente protagonismo na rede europeia. E, desde 2011, a EAPN Portugal mantém um «Grupo de Trabalho de Acompanhamento dos Assuntos Europeus», cujo papel tem sido o de divulgar o trabalho desenvolvido a nível europeu, não só no âmbito da EAPN mas também com organizações parceiras de outros países ou transnacionais (Eurochild, Unicef, OIT, Age Platform, Feantsa, etc.), de preparar documentos e tomadas de posição sobre questões europeias e de reforçar as parcerias e a capacidade de intervenção supranacional da rede portuguesa.

¹⁶⁶ “Erradicar a Pobreza: Compromisso para uma Estratégia Nacional”. Rediteia. Revista de Política Social, n.º 48. Porto EAPN Portugal, 2015. Além da publicação do «Manifesto», esse número da Rediteia apresenta três capítulos de análise sobre a pobreza e a exclusão social em Portugal e na Europa («Resenha histórica das políticas de luta contra a pobreza na Europa e em Portugal», «Pobreza, Exclusão Social em Portugal» e «Roteiro para a definição de uma Estratégia Nacional de Erradicação da Pobreza»), bem como alguns importantes anexos («Indicadores de pobreza e exclusão social em Portugal e na Europa», «Fundamentação da necessidade de um Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza», «Cronologia dos principais factos/acções na luta contra a pobreza» e «Actividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho da ENLCP»). Com uma 1.ª edição de 300 exemplares e uma 2.ª edição de 3.500 exemplares, teve uma ampla divulgação, por ocasião das comemorações do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, a 17 de Outubro, sendo enviado a numerosas entidades públicas e privadas (partidos políticos, autarquias, Presidente da República, ONGs, órgãos de comunicação social, etc.).

Nos últimos anos, a colaboração activa de representantes da rede portuguesa alargou-se a todos os órgãos de governação da EAPN. Além da participação nas Assembleias-gerais anuais, no Bureau e no Comité Executivo, a EAPN Portugal passou a estar representada ao mais alto nível na Rede Europeia, desde 2012, quando Sérgio Aires foi eleito para a sua presidência, vindo a ser reeleito em 2015 para um novo mandato de três anos. A par do prestígio, experiência e competências pessoais de Sérgio Aires, terá pesado também na sua eleição o reconhecimento do trabalho desenvolvido pela rede portuguesa, tanto a nível nacional como no plano europeu. Aliás, no ano anterior, a EAPN Portugal tinha organizado, com grande sucesso, a XXII Assembleia-geral da EAPN Europa, sob o lema «A Europa necessita de um novo coração / Europe needs a new heart», que decorreu em Lisboa, entre 16 e 18 de Junho, com a presença de 150 delegados de 30 redes nacionais¹⁶⁷ e de 11 organizações europeias (Eurochild, Age Platform, Feantsa, etc.).

Intensificou-se também a participação activa de representantes da rede portuguesa nas *task forces* e grupos de trabalho da EAPN, nas suas campanhas e projectos, ao mesmo tempo que partilhava desse canal de comunicação e informação sobre as políticas sociais da UE e beneficiava da sua rede de contactos. Neste período, destaque-se a participação portuguesa nas *task forces* e grupos de trabalho sobre Inclusão Social, Emprego, Fundos Estruturais, Desenvolvimento da Rede, Discriminação, Globalização, Participação, Formação e Capacitação, Impacto da Troika na Pobreza e Exclusão Social e Migrações.

Além disso, a maior parte das actividades organizadas pela EAPN contava com a participação empenhada de representantes portugueses, como acontecia, anualmente, com os Encontros Europeus de Pessoas em Situação de Pobreza ou Exclusão Social, a que já fizemos referência, mas também com muitos outros seminários e conferências.

A rede portuguesa participou, igualmente, em diversas campanhas europeias lançadas pela EAPN. A mais importante terá sido a que, desde 2006, assumiu a urgência de «Garantir um Rendimento Adequado para Todos», nos diversos países da União Europeia, mas outras campanhas foram desenvolvidas neste período, como as que se iniciaram em 2012, sobre o «Direito à Água», que promoveu uma petição europeia contra a liberalização dos serviços de abastecimento de água e pela garantia de acesso de todos os cidadãos aos serviços de água e de saneamento, ou a campanha «Dinheiro da UE para Reduzir a Pobreza JÁ!», visando o reforço dos financiamentos europeus para se atingir o objectivo de redução de 20 milhões de pobres, inscrito na «Estratégia Europa 2020».

¹⁶⁷ A adesão das redes da Sérvia, Macedónia e Islândia à EAPN foi confirmada nesta Assembleia-geral (EAPN Portugal - Relatório 2011: 63); EAPN - Assembleia Geral da EAPN 2011 – Declaração Final: «A Europa precisa de um novo coração». Lisboa, Junho de 2011.

Não menos importante foi a contínua participação da rede portuguesa nas diversas acções desenvolvidas pela EAPN no sentido de influenciar o reforço das políticas europeias de inclusão social. Além de outras iniciativas, deve destacar-se a organização pela REAPN do Encontro Europeu «De Lisboa a Lisboa», em Março de 2007, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia. Mas poder-se-ia elencar um vasto conjunto de pareceres, posições e decisões da EAPN sobre diversos aspectos das políticas sociais europeias, em que a rede portuguesa deu a sua colaboração activa. Por outro lado, muitos desses documentos foram traduzidos para português e divulgados pela EAPN Portugal, não só entre os seus associados mas também entre todos os interessados, através das suas publicações e da sua página na *internet*.

A dimensão europeia da EAPN Portugal manifestou-se ainda na participação em diversos projectos europeus. Dos cerca de 70 projectos desenvolvidos neste período, 19 foram transnacionais. Um destes projectos, «EMIN - European Minimum Income Network» (2013-2014), foi promovido pela rede europeia e teve a participação de todas as redes nacionais, incluindo a portuguesa. Um outro projecto, «Europa 2020 – Mais Participação, Melhor Governança» (2015), a que já fizemos referência, foi promovido pelo Fórum Não Governamental para a Inclusão Social, em colaboração com a EAPN Europa e a EAPN Portugal, contando ainda com a parceria da EAPN Bulgária. Entre 2005 e 2015, a rede portuguesa assumiu a liderança de três projectos europeus, que tiveram a parceria de redes de outros países¹⁶⁸. Por outro lado, a EAPN Portugal participou como parceira em muitos outros projectos europeus promovidos por outras instituições nacionais ou estrangeiras, a maior parte dos quais organizados no seio da vasta rede de contactos institucionais proporcionados pela EAPN e pelas suas diversas redes nacionais¹⁶⁹.

Em alguns casos, a EAPN Portugal criou sólidos laços de cooperação com outras instituições estrangeiras, como aconteceu com a Fundación Secretariado General Gitano, de Espanha, multiplicando-se as parcerias em projectos e outras iniciativas, tanto transnacionais como nacionais¹⁷⁰, relacionadas com as comunidades ciganas.

¹⁶⁸ Projectos «Multiplicar – Strategies, Tools and Actors» (2005-2006), «Bridges for Inclusion» (2007-2009) e «Participar +» (2009-2010).

¹⁶⁹ Projectos «Reduction of Health Inequalities in the Roma Community» (2005-2006), «SEID -Strategic European Inventory on Drugs» (2007-2010), «MATES – Mainstreaming Intergenerational Solidarity» (2008-2009), «Dangerous Liaisons – the connection between prostitution and drug abuse» (2010-2012), «Trans-Care» (2011), «PEPA – Programme pour l’Education et la Formation Tout au Long de la Vie» (2011-2013), «Violence in Transit» (2011-2013), «IN PATH – Intelligent Pathways for better Inclusion» (2011-2013), «TORRE – Transnational Observatory for Refugee’s Resettlement in Europe» (2012-2013), «DRIVERS – Determinants to Reduce health Inequity Via Early childhood, Realising fair employment, and Social protection - For Health Equity» (2012-2014), «Net-Kard - Cooperation and Networking between Key Actors against Roma Discrimination» (2012-2014), «The Third Sector against Pushed Begging» (2013-2015), «COGNOS - Virtual intergenerational learning community for adult education» (2014-2016), «RE-InVEST Rebuilding an inclusive, value-based Europe of solidarity and trust through social investments» (2015-2019).

¹⁷⁰ A Fundación Secretariado General Gitano colaborou, por exemplo, nos seguintes projectos nacionais promovidos pela EAPN

De resto, os contactos privilegiados com a EAPN Espanha e algumas das suas redes territoriais, em especial as da Andaluzia, da Estremadura, de Castela e Leão e da Galiza, traduziram-se também em diversas formas de colaboração. A consolidação dos núcleos distritais da rede portuguesa permitiu reforçar essas relações e lançar iniciativas conjuntas, como as Jornadas Transfronteiriças e as Jornadas Ibéricas, envolvendo os núcleos distritais de Bragança, Vila Real, Guarda e Viseu e a rede de Castela e Leão.

A intensa actividade da EAPN Portugal no plano europeu tem-se realizado sobretudo no seio da vasta rede de contactos e parcerias proporcionadas pela EAPN e pelas várias redes nacionais que a integram. Mas vale a pena referir a participação da rede portuguesa em outras redes europeias, como a Rede Europeia Anti-Racismo ou, mas recentemente, desde 2011, a rede *Alliances to Fight Poverty*, promovida pela organização sindical belga ACW, com o objectivo de unir esforços de diversas instituições e investigadores para reflectir sobre o modelo socioeconómico europeu e propor medidas de política social e de combate à pobreza. No âmbito desta rede, entre outras acções, a EAPN Portugal organizou, em colaboração com o ACW, um Seminário Europeu em Lisboa, em Maio de 2013, sob o tema «For an equal and social Europe», com cerca de 100 participantes (EAPN Portugal - *Relatório 2013*: 78).

O reforço da dimensão europeia da EAPN Portugal, a par do intenso trabalho desenvolvido a nível nacional e local, limitou o desenvolvimento de um dos objectivos lançados no período anterior, visando alargar a sua acção a outros países lusófonos. Neste domínio, o Plano Estratégico para 2004-2009 previa, entre as acções a lançar, a «dinamização de uma Rede de Luta Contra a Pobreza no espaço lusófono». No entanto, não houve condições para se avançar nesse sentido, abandonando-se, pelo menos temporariamente, esse objectivo. O que não quer dizer que as questões de cooperação e desenvolvimento global, em especial no espaço lusófono, estivessem totalmente ausentes das preocupações e do trabalho da EAPN Portugal, que manteve uma participação activa na Plataforma Portuguesa das ONGDs, integrando a sua Direcção até ao início de 2009 (funções que voltou a exercer desde 2014) e o grupo de Educação para o Desenvolvimento, representando a Plataforma portuguesa junto da Confederação Europeia das ONGD de Emergência e Desenvolvimento (CONCORD). No âmbito da Plataforma das ONGDs, a EAPN Portugal colaborou em diversas iniciativas, como na organização de um atelier sobre Cooperação para o Desenvolvimento com os Países Lusófonos, em 2005, na organização da Conferência «Que futuro comum para a Europa e para África?», que se realizou na Fundação Calouste Gulbenkian, em Março de 2014, tendo ainda dinamizado um workshop sobre «Desigualdade, Pobreza e Injustiça Social», bem como em várias acções associadas ao «Ano Europeu do Desenvolvimento», em 2015.

Portugal: «Janus» (2010-2011), «Janus II» (2011-2012), «ROMI» (2011-2013) e «Janus III» (2013-2014). Estes projectos contaram ainda com a parceria da Fundación Consorcio de Entidades para la Acción Integral con Migrantes, também de Espanha.

5

UM COMBATE SEM FIM

A experiência acumulada de 25 anos de combate em múltiplas frentes contra a pobreza e a exclusão social, a sua capacidade de intervenção nos níveis local, regional, nacional e europeu, em especial nas áreas da investigação, formação e informação, mas também na sua função de rede federadora de solidariedades e de acção cívica, visando influenciar as políticas sociais em defesa de uma sociedade menos desigual e mais inclusiva, fazem hoje da EAPN Portugal uma instituição ímpar entre as organizações mais representativas do terceiro sector.

O caminho percorrido desde 1991 até hoje não foi tranquilo. Houve que vencer inúmeros obstáculos, desilusões e constrangimentos conjunturais, com a tenacidade quotidiana de quem acredita que a pobreza e a exclusão social são inaceitáveis nas sociedades democráticas contemporâneas e que a privação material constitui um atentado aos direitos humanos. Tal como a rede europeia em que se integra e para cuja fundação contribuiu, em 1990, ainda antes de se constituir formalmente, a rede portuguesa nasceu sob os auspícios de uma Europa com maior coesão territorial e social, com que sonhava Jacques Delors. Mas também num tempo de incerteza e de redefinição da integração europeia e dos equilíbrios mundiais, que sucedeu ao desmoronar do bloco soviético do Leste europeu e abriu caminho à globalização da economia mundial e ao regresso a devaneios neoliberais, à desregulação dos mercados e à preponderância dos interesses financeiros sobre a harmonização social. Neste caminho, o combate da EAPN Portugal, tal como da EAPN Europa, tem sido feito quase sempre em contraciclo, o que o torna ainda mais importante como força de resistência à destruição dos mecanismos da Europa social e à proposta de diversas medidas em sentido contrário.

Apesar de todas as declarações e propostas internacionais e europeias sobre a erradicação da pobreza, a última das quais assumida pela «Estratégia Europeia 2020» de retirar 20 milhões de pessoas da situação de pobreza, a orientação dos organismos europeus, sobretudo após a crise de 2008, tem sido a de ceder à influência dos mercados financeiros, impondo o enfraquecimento do Estado social, com programas de austeridade, com impactos negativos não só na evolução da pobreza e da exclusão social mas também no reacender de atitudes nacionalistas e de ódios étnicos e xenófobos.

Após pouco mais de uma década em que, entre meados dos anos noventa do século XX e os primeiros anos do novo milénio, as instituições europeias pareceram orientar-se no sentido da construção de uma Europa social mais coesa, advogando uma nova geração de políticas sociais e, depois, em 2000, adoptando a «Estratégia de Lisboa», com vista a um crescimento inclusivo e sustentável, a desorientação das políticas económicas e sociais da UE revelou-se desastrosa. Primeiro, nas opções seguidas na «Estratégia de Lisboa Renovada». Depois, nas respostas à crise de 2008, com uma cedência aos interesses financeiros, que acabaria por cavar mais fundo as desigualdades territoriais e sociais na Europa. Neste contexto adverso, o trabalho da EAPN Portugal, tal como das suas congéneres europeias, tornou-se um «combate de Sísifo», como advertia Jordi Estivill, ainda em 2006¹⁷¹. A situação agravou-se depois da crise, e ainda mais com a especulação dos mercados financeiros em torno das dívidas soberanas de Estados europeus economicamente mais frágeis, como a Grécia, Irlanda ou Portugal. Como denunciaria a EAPN, na Declaração Final da sua XXII Assembleia-geral, realizada em Lisboa, em Junho de 2011, em que defendia a necessidade de «colocar o desenvolvimento sustentável e a solidariedade no coração das prioridades da União Europeia e os direitos humanos no centro dos seus esforços para combater a pobreza e a exclusão social», as orientações das políticas económicas e sociais da União Europeia e dos seus Estados-membros iam no sentido inverso: «A Assembleia-geral da EAPN decorre num momento de agitação crescente devido à falha dos governos dos Estados-membros da União Europeia (UE) em adoptarem medidas de solidariedade que protejam as pessoas em vez dos mercados, como resposta à actual crise. Os delegados advertiram que a Europa não terá o apoio dos seus cidadãos, se esta enfraquecer os alicerces dos “Estados Previdência”. A EAPN vê que, por toda a UE, os planos de “resgate” e de crédito contribuem para que, ainda, mais pessoas caiam em situação de pobreza extrema, ameaçando a coesão social e reforçando a influência dos mercados financeiros e das agências de especulação, em particular, nos países que estão sujeitos a cumprir os acordos de resgate financeiro com o FMI/UE e em que as condições de empréstimo têm taxas de juro punitivas. A resposta à crise é dirigida por programas de austeridade com um impacto desproporcionado nos grupos mais vulneráveis da sociedade. Ao reforçar programas de austeridade insustentáveis, a UE e os Estados-membros recusaram-se, continuamente, a impor disciplina económica ou responsabilidade financeira aos sistemas de troca especulativos que causaram a crise, tanto a nível internacional como na UE. Por outro lado, parece que o Banco Central Europeu tem vindo a colocar o interesse dos Bancos acima do bem-estar dos cidadãos europeus. Com estas abordagens, a Europa nunca será bem sucedida na redução das taxas de pobreza e a sua resposta para a crise arruína as perspectivas a curto e a longo prazo para garantir sociedades mais justas e igualitárias. Neste contexto, não é de admirar, apesar de muito preocupante, que o apoio ao projecto de integração europeia está no seu ponto mais crítico»¹⁷².

¹⁷¹ ESTIVILL, Jordi — “Sísifo na Europa: de novo, a pobreza...”. Rediteia, n.º 38. Porto: REAPN, Julho-Dezembro de 2006, p. 5-6.

¹⁷² EAPN - Assembleia Geral da EAPN 2011 – Declaração Final: «A Europa precisa de um novo coração». Lisboa, Junho de 2011.

Ao fim de 25 anos de luta contra a pobreza e a exclusão social, em Portugal e na Europa, os resultados alcançados, se nos limitarmos aos indicadores estatísticos desses fenómenos, estão longe de ser animadores, exigindo, por isso, «um trabalho de continuidade». Certamente, tais indicadores apontariam para uma situação ainda mais grave, sem o trabalho das instituições de solidariedade social que se têm empenhado nesse combate. Apesar dos avanços e recuos, provocados por múltiplos factores conjunturais, o caminho percorrido pela EAPN Portugal permitiu acumular vitórias significativas, nas suas áreas privilegiadas de intervenção, nomeadamente a investigação, a formação e a informação, mas também ao nível das metodologias de trabalho em rede e parceria, na mobilização para a participação cívica, com destaque para os excluídos, ou ainda na sua função de lobby junto dos protagonistas políticos e dos poderes públicos para a adopção de políticas sociais mais eficazes na luta contra a pobreza e a exclusão. Como escreveu o presidente da EAPN Portugal, Padre jardim Moreira, na sua introdução ao Relatório de 2011, o que está em causa é um longo «trabalho de continuidade» para «restituir a dignidade às pessoas que se encontram nessa situação de violação dos mais básicos direitos humanos»: «Ao fim de 20 anos, e embora muitas vitórias tenhamos acumulado (com destaque para a capacitação das pessoas em situação de pobreza para poderem, na primeira pessoa, contribuir para a solução dos seus problemas), parece claro que o que temos pela frente - particularmente tendo presente o atual contexto - é um trabalho de continuidade. Não se trata de fazer mais do mesmo. Trata-se de prosseguir numa estrada que, embora tortuosa, acreditamos ser a única que nos conduz ao nosso principal objetivo: a erradicação da pobreza não como algo abstrato mas como forma muito concreta de restituir a dignidade às pessoas que se encontram nessa situação de violação dos mais básicos direitos humanos. Sinceramente e pessoalmente tenho que admitir que não esperava assistir em 2011 a um tão gigantesco desafio no que ao combate à pobreza e exclusão social diz respeito. Na minha opinião aquilo a que estamos a assistir é precisamente ao final de um ciclo. Um ciclo onde as desigualdades se aprofundaram, onde a democracia foi posta em causa e onde os cidadãos, à escala global, se encontram numa situação de vulnerabilidade quase sem precedentes. É por isso mesmo que acredito veementemente que estamos perante o alvor de um novo paradigma» (EAPN Portugal - *Relatório 2011*: 5-6). Um combate sem fim...

FONTES E
BIBLIOGRAFIA

FONTES

Fontes de arquivo:

REAPN / EAPN - Portugal - *Relatórios de actividades, 1996-2015*.

REAPN / EAPN - Portugal - *Estatutos, 1991, 1992, 1994, 1996, 2002, 2010 e 2015*.

REAPN / EAPN - Portugal - Planos Estratégicos, 2004-2009, 2009-2011 e 2012-2015.

REAPN / EAPN - Portugal - Mensagens no Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, 17 de Outubro, 2004-2015.

Publicações periódicas:

Notícias da Rede. Porto: REAPN, 1992-1997.

Flash Rede. Porto: REAPN / EAPN Portugal, 1996-2016. [desde 2009, assumiu o formato de duas publicações electrónicas: *Flash Rede – Blog* e *Flash Rede – e-news*, concentradas, a partir de 2011, no blog informativo Flash Rede. Disponível on-line em: <http://flashrede.blogspot.pt/>]

eNews EAPN Portugal [92 newsletters até 31.05.2016]

Em Análise, n.ºs 1-29. Porto: REAPN / EAPN Portugal, 2006-2015.

Rediteia, n.ºs 1-48. Porto: REAPN / EAPN Portugal, 1998-2015. [substituiu o *Notícias da Rede*, iniciado em 1991; desde 2011, n.º 44, transformou-se numa publicação anual e temática, adoptando o subtítulo de Revista de Política Social]

Focus Social. Revista de Política Social, n.º 0. Porto: EAPN Portugal, Dezembro de 2010; *Focus Social*. Revista de Economia Social, n.ºs 1-7. Porto: EAPN Portugal, Maio de 2012-Junho 2015.

Vozes do Centro, n.ºs 1-7. Porto: Núcleo Regional do Centro da REAPN, 2006-2009.

InRede, n.ºs 1-7. Porto: Núcleo Regional do Norte da REAPN, 2006-2009.

Diálogos, n.ºs 1-7. Porto: Núcleo Regional do Sul da REAPN, 2006-2009.

Observar. Pobreza. Lisboa. *Revista do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa*, n.º 1. Porto: REAPN, Dezembro 2009.

Fontes on-line:

OCDE — *OECD Social Expenditure database*. Disponível on-line em: www.oecd.org/els/social/expenditure/.

Fundação Francisco Manuel dos Santos - *PORDATA, Base de Dados de Portugal Contemporâneo*. Disponível on-line em: <http://www.pordata.pt/>

EAPN – Portugal - *EAPN - Portugal. Rede Europeia Anti-Pobreza*. Site institucional. Disponível on-line em: www.eapn.pt.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV - *A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal*. Experiências do programa nacional de luta contra a pobreza. Genebra: OIT, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza, 2003.
- AGUILAR IDÁÑEZ, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel - *Diagnóstico Social: conceitos e metodologias*. Tradução: Isabel Marques. Col. «Cadernos REAPN», 12. Porto: REAPN Portugal, 2007.
- AIRES, Sérgio (coord.) - in *Extremis: fenómenos, actores e práticas nos domínios da pobreza e da exclusão social*. Col. «Cadernos REAPN», 9. Porto: REAPN Portugal, 2005.
- AIRES, Sérgio; HELENO, Armandina (coord.) - *Activar a participação: um processo em construção*. Col. «RedAcção», 2. Porto: REAPN, 2004.
- ALBERGARIA, Ana Cláudia; SANTARÉM, Cátia; CAIO, Tiago - *Bem-me-quer; Mal-me-quer. O impacto das representações sociais na luta contra a pobreza em Portugal*. Col. «Cadernos EAPN», 19. Porto: EAPN Portugal, 2014.
- AZEVEDO, Carlos; FRANCO, Raquel Campos; AIRES, Sérgio; SILVA, Sofia Nogueira da (coord.) - *Linhas de Orientação para a Qualificação Organizacional de Organizações Sociais Sem Fins Lucrativos*. Col. «RedAcção», 7. Porto: REAPN, 2008.
- BAPTISTA, Isabel; PERISTA, Heloísa; REIS, Ana Luzia - *A Pobreza no Porto: Representações Sociais e Práticas Institucionais*. Col. «Cadernos REAPN», 1. Porto: REAPN, 1995.
- BARRETO, António - “Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995”. *Análise Social*, vol. xxx (134), 1995 (5.º), p. 841-855.
- CAETANO, José; GALEGO, Aurora; COSTA, Sofia - “Portugal e o Alargamento da União Euro-peia: alguns Impactos Sócio-económicos”. *Análise Social*, vol. XI, n.º 175, 2005, p. 255-278.
- CAPUCHA, Luís (coord.) - *Rendimento Mínimo Garantido: avaliação da fase experimental*. Lisboa: DEPP (MTS), 1998.
- CAPUCHA, Luís (ed.) - *ONGs de Solidariedade Social: Práticas e Disposições*. Col. «Cadernos REAPN», 2. Porto: REAPN, 1995.
- CARDOSO, Ana - “A Coordenação nas Políticas Sociais Activas. O Caso do Rendimento Mínimo Garantido em Portugal”. *Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º 4, Jun. 2002, p. 83-98.
- CARREIRA, Henrique Medina - “As Políticas Sociais em Portugal”. In BARRETO, António (org.) - *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1996, p. 365-498.
- CASTRO, Alexandra (coord.) - *A cidade incerta. Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa*. Col. «Cadernos EAPN», 17. Porto: EAPN Portugal, 2012.
- CASTRO, José; MARQUES, Ana Sofia - *Modelar - Modelos de formação e inserção sócio-profissional de pessoas desfavorecidas: dimensões e tipologias*. Col. «Cadernos REAPN», 7. Porto: REAPN Portugal, 2000.

- Comissão do Livro Branco da Segurança Social - *Livro Branco da Segurança Social - Versão Final*. Lisboa: Instituto Nacional de Administração/Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, 1998.
- Comissão Europeia - *Agenda Social 2005-2010 — Uma Europa social na economia global — Empregos e oportunidades para todos*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2005b.
- Comissão Europeia - *Crescimento e Emprego - Um novo começo para a Estratégia de Lisboa*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2005a.
- Comissão Europeia - *Europa 2020 - Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*. Bruxelas: Comissão Europeia, 2010
- Comité des Sages - *Pour une Europe des Droits Civiques et Sociaux*. Luxemburgo, 1996.
- COSTA, Alfredo Bruto da; SALGUEIRO, João; CARDOSO, Ana; HENRIQUES, José Manuel; MOREIRA, P.e Jardim; FERREIRA, Fátima Campos (moderadora) - *Uma conversa sobre a pobreza: conceitos, políticas e ações em Portugal*. Col. «RedAcção», 1. Porto: REAPN, 2003.
- COSTA, Sónia (coord.); SANTOS, Marta; GUERRA, Isabel - *Evolução na Continuidade Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa – Fase II*. Col. «Cadernos EAPN», 20. Lisboa: EAPN Portugal, 2015.
- CRIJNS, Leo - “Les programmes européens de lutte contre la pauvreté”. *Revue Quart Monde*, n.º124, 1987.
- CRISTÓVÃO, Artur; GONÇALVES, Hermínia; OLIVEIRA, Catarina (org.) - *Estratégias colectivas e territorializadas de luta contra a pobreza e exclusão social*. Vila Real: REAPN / Núcleo Distrital de Vila Real, 2010.
- CRUZ, Paula Cristina Carvalho - *Lutar contra a pobreza e a exclusão social*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010.
- DANIEL, Christine; PALIER, Bruno (ed.) - *La protection sociale en Europe: le temps des réformes*. Paris: La Documentation Française, 2001.
- Departamento de Estudos Económicos do Banco de Portugal - *A Economia Portuguesa no Contexto da Integração Económica, Financeira e Monetária*. Lisboa: Banco de Portugal, 2009.
- DORNELAS, António - “Portugal: a construção do Estado-Providência em contexto desfavorável”. In SILVA, Filipe Carreira da (org.) - *Os Portugueses e o Estado-Providência: uma perspectiva comparada*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2013, p. 45-83.
- EAPN – Grupo de Trabalho sobre a Inclusão Social - *Pobreza e Desigualdade na União Europeia*. Explicativo EAPN #1. Tradução: Armandina Heleno. Porto: EAPN Portugal/IEFP, 2014.
- EAPN - Grupo de Trabalho sobre a Inclusão Social - *Rendimento Mínimo na UE*. Explicativo EAPN #2. Tradução: Armandina Heleno. Porto: EAPN Portugal/IEFP, 2014.
- EAPN - Grupo de Trabalho sobre a Inclusão Social - *Pobreza, Desigualdade e Polarização Social na União Europeia*. Explicativo EAPN #3. Tradução: Daniel Reifferscheid e Armandina Heleno. Porto: EAPN Portugal/IEFP, [2014].
- EAPN - *Poverty and Inequality in The EU*. EAPN Explainer, n.º 6, 2014.

- EAPN - *Racismo & pobreza na Europa*. Bruxelas: European Anti-Poverty Network, 1997.
- EAPN Portugal - *Dê a sua voz. Junte-se a nós. Manual de acolhimento dos conselhos de cidadãos/ãs (Nacional e Locais)*. S.l.: EAPN Portugal, 2015.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta - *A Welfare State for the 21st Century. Ageing societies, knowledge-based economies, and the sustainability of European welfare states. Report to the Portuguese presidency of the European Union, prepared for the Lisbon Summit*. Lisboa, Março 2000.
- ESTANQUE, Elísio - “O Estado social em causa: instituições, políticas sociais e movimentos sócio-laborais no contexto europeu”. In SILVA, Filipe Carreira da (org.) - *Os Portugueses e o Estado-Providência: uma perspectiva comparada*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2013, p. 225-263.
- ESTIVILL, Jordi - “Las políticas sociales de la Unión Europea en los albores del nuevo milenio”. *Revista del Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales*, n.º 32, 2001, p. 63-98.
- ESTIVILL, Jordi (org.); HIERNAUX, Jean-Pierre; GEDDES, Michael - *O Partenariado Social na Europa: uma estratégia participativa para a inserção*. Tradução: António Moreira. Col. «Cadernos REAPN», 3. Porto: REAPN Portugal, 1997.
- ESTIVILL, Jordi; AIRES, Sérgio - *De Lisboa 2000 a Lisboa 2007: regresso ao futuro*. Porto: REAPN, 2007.
- ESTIVILL, Jordi; CALEIRAS, Jorge - *Bridges for inclusion: A Articulação das Estratégias de Emprego e Inclusão Social*. Col. «Cadernos REAPN», 14. Porto: REAPN Portugal, 2008.
- ESTIVILL, Jordi; RODRIGUES, Fernanda - *10 Anos da REAPN em Portugal*. Col. «Cadernos REAPN», 8. Porto: REAPN Portugal, 2004.
- FERREIRA, Hélder; GONÇALVES, Nuno; AFONSO, Óscar - *Sobre(vidas). A economia informal e a inclusão social de públicos desfavorecidos*. Col. «Cadernos EAPN», 18. Porto: EAPN Portugal, 2014.
- FERREIRA, Maria Leonor Bastos de Vasconcelos - *A pobreza em Portugal na década de oitenta*. Lisboa: Conselho Económico e Social, 2000.
- FERREIRA, Sílvia - “O terceiro sector e o Estado-Providência em Portugal”. In SILVA, Filipe Carreira da (org.) - *Os Portugueses e o Estado-Providência: uma perspectiva comparada*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2013, p. 161-196.
- FERREIRA, Sílvia Maria Dias - *O papel das organizações do terceiro sector na reforma das políticas públicas de protecção social. Uma abordagem teórico-histórica*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2000.
- FERRERA, Maurizio - “A reconstrução do Estado social na Europa meridional”. *Análise Social*, vol. XXXIV (151-152), 1999 (2.º-3.º), p. 457-475.
- FERRERA, Maurizio; HEMERIJCK, Anton; RHODES, Martin - *The Future of Social Europe: Recasting Work and Welfare in the New Economy*. Oeiras: Celta, 2000.
- FRANCO, A. L. de Sousa - *A economia*. In REIS, António (org.) - *Portugal: 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 259-268
- GUIBENTIF, Pierre - “Segurança Social”. In BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coord.) - *Dicionário de História de Portugal*. Suplemento. Vol. 9. Porto: Figueirinhas, 2000, p. 411-413.

- HESPANHA, Pedro (coord.); CALEIRAS, Jorge; PESSOA, Sandra; PACHECO, Vanda - *É o (des)emprego fonte de pobreza? O impacto do desemprego e do mau emprego na pobreza e exclusão social no distrito de Coimbra*. Col. «Cadernos REAPN», 11. Coimbra: REAPN Portugal, 2007.
- Instituto para o Desenvolvimento Social - *Políticas e instrumentos de combate à pobreza na União Europeia: a garantia de um rendimento mínimo*. Lisboa: IDS, 2001.
- JUDT, Tony - *Pós-Guerra. História da Europa desde 1945*. Lisboa: Edições 70, 2006.
- LASCOUX, Jean-Louis - *A Prática da Mediação: um método alternativo de resolução de conflitos*. Tradução: Ângela Maria Lopes. Col. «Cadernos REAPN», 15. Porto: REAPN Portugal, 2009.
- LIMA, Bernardo Pires de; SÁ, Tiago Moreira de - "As teorias da transição para a democracia e o caso português". *Relações Internacionais*, nº 7, Set. 2005, p. 127-143
- LOBO, Marina Costa - "Portugal na Europa, 1960-1996 – uma leitura política da convergência económica". In BARRETO, António (org.) - *A situação social em Portugal, 1960-1999*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2000, p. 611-643
- LOPES, José da Silva - "A economia portuguesa desde 1960". In BARRETO, António (org.) - *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1996
- LOUREIRO, José Carlos - "Estado Social em Portugal: Reforma(s) ou Revolução?". In MENDES, Fernando Ribeiro; CABRAL, Nazaré da Costa (org.) - *Por onde vai o Estado Social em Portugal*. Porto: Vida Económica, 2014, p. 97-134.
- LOURENÇO, Maria dos Prazeres - *Pobreza e Exclusão Social e Políticas Sociais em Portugal. Uma Análise de Políticas Sociais na Relação com a Pobreza*. Lisboa: Direcção Geral da Segurança Social, 2005.
- LUVUMBA, Felícia Marta - *Minorias étnicas dos PALOP residentes no Grande Porto*. Estudo de caracterização sociográfica. Col. «Cadernos REAPN», 4. Porto: REAPN Portugal, 1997.
- MAGONE, José - "The Europeanization of Portugal (1986-2006). A Critical View". *Nação e Defesa*. 3.ª Série, Outono-Inverno 2006, n.º 115, p. 9-28.
- MIRANDA, Jorge - "Democracia e Inclusão Social". In MENDES, Fernando Ribeiro; CABRAL, Nazaré da Costa (org.) - *Por onde vai o Estado Social em Portugal*. Porto: Vida Económica, 2014, p. 135-168.
- PAIVA, Júlio - *Pobreza, Exclusão, Desemprego e Empresas de Inserção em Portugal: a perspectiva dos promotores e dos beneficiários*. Col. «Cadernos REAPN», 10. Porto: REAPN Portugal, 2006.
- PAIVA, Júlio; PINTO, Liliana; MONTEIRO, Alcides; AUGUSTO, Nuno — *Empregabilidade na Economia Social: o papel das políticas ativas de emprego*. Col. «Cadernos EAPN», 21. Porto: EAPN Portugal, 2015.
- PATRIARCA, Fátima - *A questão social no Salazarismo: 1930-1947*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995.
- PAÚL, Constança; CRUZ, Paula - *Envelhecimento activo: mudar o presente para ganhar o futuro*. Col. «RedAcção», 8. Porto: REAPN, 2009.
- PESTIEAU, Pierre - *The Welfare State in the European Union: Economic and Social Perspectives*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

- PIERSON, Christopher; CASTLES, Francis G. - *The Welfare State Reader*. 2.^a ed. Cambridge: Polity Press, 2006.
- PINTO, Maria de Fátima - *A Cigarra e a Formiga: contributos para a reflexão sobre o entrosamento da minoria étnica cigana na sociedade portuguesa*. Col. «Cadernos REAPN», 5. Porto: REAPN Portugal, 2000.
- PORTUGAL. Ministério da Solidariedade e Segurança Social - *Pacto de cooperação para a solidariedade social*. Lisboa: Ministério da Solidariedade e Segurança Social, 1996
- PORTUGAL. Ministério do Trabalho e da Solidariedade - *Plano Nacional de Acção para a Inclusão - Portugal, 2001-2003*, Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 2001.
- Quatenaire Portugal - *Nas margens do Tâmega - mercado de trabalho, pobreza e exclusão: interações e intervenções*. Col. «Cadernos REAPN», 13. Porto: REAPN Portugal, 2008.
- RANSOM, Janice (coord.) - *Combater a exclusão social: identificar papéis e potencialidades do poder local*. Novos desafios e oportunidades. Tradução e adaptação: Armandina Heleno. Col. «Cadernos REAPN», 6. Porto: REAPN Portugal, 2000.
- RASMUSSEN, Poul Nyrup; DELORS, Jacques - *The New Social Europe. Bruxelas: Party of European Socialists*, 2007.
- REAPN - *Lutar Contra a Pobreza e a Exclusão na Europa. Guia de Acção e Descrição das Políticas Sociais*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- REAPN - *Dinâmicas da participação das pessoas em situação de pobreza: experiência nacional e europeia*. Col. «RedAcção», 6. Porto: REAPN, 2007.
- RETO, Luís; CAMPOS, Manuel Canaveira; NAMORADO, Rui; AMARO, Rogério Roque; MELO, Alberto; PEREIRA, Hélder (moderador) - *Economia Social e o Terceiro Sector em Portugal: delimitação, estudos e projectos*. Col. «RedAcção», 3. Porto: REAPN, 2004.
- RODRIGUES, Carlos Farinha (coord.); FIGUEIRAS, Rita; JUNQUEIRA, Vítor - *Desigualdade Económica em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012.
- RODRIGUES, Carlos Farinha (coord.); FIGUEIRAS, Rita; JUNQUEIRA, Vítor - *Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: As consequências sociais do programa de ajustamento*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016
- RODRIGUES, Eduardo Ferro - *“Integração e Exclusão Social: Portugal e as duas Europas da Europa”*. In *Portugal na Transição do Milénio*. Lisboa: Fim de Século, 1998, p. 290-287.
- RODRIGUES, Eduardo Vítor, et al. - *“A pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal”*. Sociologia, p. 63-101.
- RODRIGUES, Maria João (ed.) - *Europe, Globalization and the Lisbon Agenda*. Cheltenham: Edward Elgar, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; BENTO, Maria; GONELHA, Maldonado; COSTA, Alfredo Bruto da - *Uma Visão Solidária da Reforma da Segurança Social*. Lisboa/Coimbra: União das Mutualidades Portuguesas/Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1998.

- SANTOS, Elizabeth; ESTIVILL, Jordi; AIRES, Sérgio - *Primeiro Relatório do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa*. Lisboa: Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa / REAPN (Núcleo Distrital de Lisboa), 2007.
- SANTOS, Elizabeth; VEIGA, Fátima; CRUZ, Paula; LOPES, Mónica; FERREIRA, Sílvia - *O impacto social e institucional da crise económica e financeira nas organizações do Terceiro Setor*. Col. «Cadernos EAPN», 22. Porto: EAPN Portugal, 2015.
- SILVA, Filipe Carreira da - “O modelo português de Estado-Providência: análise e perspectiva”. In SILVA, Filipe Carreira da (org.) - *Os Portugueses e o Estado-Providência: uma perspectiva comparada*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2013, p. 23-42.
- SILVA, Manuel Carvalho da - “Um olhar sobre a evolução da Europa Social”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 32, 2000, p. 55-92.
- SILVA, Manuela - “Crescimento económico e pobreza em Portugal (1950-74)”. *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982-3.º-4.º-5.º, p. 1077-1086.
- SILVA, Manuela - “Integração e Exclusão Social: Portugal e as duas Europas da Europa”. In Portugal na Transição do Milénio. Lisboa: Fim de Século, 1998, p. 273-287.
- VEIGA, Fátima; CRUZ, Paula; PEGADO, Elsa; SALEIRO, Sandra - *Um retrato das ONG's de Solidariedade Social em Portugal*. Col. «Cadernos EAPN», 16. Porto: EAPN Portugal, 2011.

DOCUMENTOS

1 Participação portuguesa na fundação da Rede Europeia Anti-Pobreza, 1990

Portugueses em Bruxelas

A União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, UIPSS, fez-se representar em Bruxelas, num encontro em Julho de 1989, pelo Sr. Dr. Nuno Gonçalves, que então foi, a título pessoal, escolhido para fazer parte do Grupo Europeu Preparatório da Constituição do Comité Contra a Pobreza.

Uma vez que a UIPSS representa a maioria das instituições de carácter social não governamentais do país, foi-lhe confiada a tarefa de promover a eleição dos 12 elementos que farão parte da Assembleia Constituinte do Comité Consultivo.

Assim, em 17 e 18 de Fevereiro de 1990, a UIPSS realizou em Lisboa um encontro das instituições não governamentais com esse objectivo, onde estiveram presentes, além do Sr. Dr. Victor Ascensão, os membros do Grupo Europeu encarregado de preparar a constituição do Comité.

Definiu-se a filosofia, o método da representatividade, que foi proposta à Assembleia e por ela votada.

Respectivamente:

A - Quatro representantes das Associações Nacionais de instituições não governamentais:

- 1 representante da UIPSS;
- 1 representante da União das Misericórdias;
- 1 representante da Cáritas Nacional;
- 1 representante das Mutualidades.

B - Quatro representantes nacionais das quatro áreas geográficas:

- 1 representante do Norte;
- 1 representante do Centro;
- 1 representante do Sul;
- 1 representante das Regiões Autónomas.

C - Quatro representantes das áreas sectoriais:

- 1 representante da área de Crianças e Jovens em risco;
- 1 representante da área da Terceira Idade;
- 1 representante da área de Deficientes;
- 1 representante da área dos «sem tecto, itinerantes e mendigos».

Aproveito esta oportunidade para publicamente e a todas as instituições agradecer o interesse e a dignidade como se processaram todos estes momentos de esclarecimento e eleição para cada área ou sector, de acordo com a proposta votada em Assembleia de 18 de Fevereiro, em Lisboa.

Agradeço ainda a disponibilidade das pessoas indicadas, já que será uma tarefa a exigir competência, seriedade e representatividade para a qual peço a melhor preparação na obtenção de dados e informações, dentro do possível, com qualidade científica, ética e até política.

Não posso deixar de agradecer em nome de todas as Instituições Portuguesas não Governamentais o serviço que o Sr. Dr. Nuno Gonçalves desempenhou a título meramente pessoal no Grupo de Trabalho Provisório - Provisional Working Groups - preparando a Assembleia Constituinte do Comité de Ligação entre a Comissão das Comunidades Europeias e as iniciativas voluntárias da Luta Contra a Pobreza.

Tomo a liberdade de esclarecer, no caso de haver qualquer dúvida, que o único representante da União das IPSS à Assembleia Constituinte foi por eleição secreta de toda a Direcção Nacional da União, P.e Agostinho Cesário Jardim, também coordenador do Departamento das Relações Internacionais.

Creio poder dizer que a UIPSS assumiu este encargo e o realizou cabalmente, contribuindo assim para uma maior aproximação de todas as Instituições Particulares e uma mais eficaz participação e integração da Sociedade Portuguesa na Comunidade Económica Europeia.

P.e Jardim Moreira

Neste momento encontram-se já eleitos todos os 12 representantes portugueses que irão participar na Assembleia Constituinte em Dezembro próximo, para a eleição do Comité Europeu da Luta Contra a Pobreza. Os nomes das pessoas indicadas pelas instituições mais votadas são as seguintes:

UNIÃO DAS INSTITUIÇÕES

PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

NOME: Pe Agostinho Cesário Jardim Moreira, MORADA: Rua de S. Bento da Vitória, 2 – 4000 PORTO, DATA DE NASCIMENTO: 22.11.1941, LOCAL DE NASCIMENTO: Cabeça Santa - PENAFIEL, AEROPORTO DE EMBARQUE: Pedras Rubras – PORTO TELEFONE: 02 2007182, TELEFAX: 02 6001774

UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS

NOME: Dr. Fernando Pedro Afonso Caldas, MORADA: Rua de Ângelo Dias, 45 – Murtal – 2765 ESTORIL, DATA DE NASCIMENTO: 31.03.1928, LOCAL DE NASCIMENTO: Freguesia de Longos Vales - MONÇÃO, AEROPORTO DE EMBARQUE: Portela – LISBOA, TELEFONE: 02 823178, TELEFAX: 02 811324

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS

NOME: Dr. António Manuel Neves Pernão, MORADA: Rua Marquês de Soveral, 2 – 2º Esq. – 1700 LISBOA, DATA DE NASCIMENTO: 27.11.1927, LOCAL DE NASCIMENTO: Ponte de Sôr - PORTALEGRE, AEROPORTO DE EMBARQUE: Portela – LISBOA, TELEFONE: 01 8485729/3635271/645969, TELEFAX: 01 3620889

CARITAS PORTUGUESA

NOME: Dr. António Roque Antunes, ENDEREÇO: Caritas Portuguesa – Estrada do Forte da Ameixoeira, 19 – 1700 LISBOA, DATA DE NASCIMENTO: 17.03.1934, LOCAL DE PARTIDA: Aeroporto de Lisboa – LISBOA

ZONA NORTE

NOME: Dr. Joaquim Dias da Costa, MORADA: Estrada Outeiro Seco – 5400 CHAVES, DATA DE NASCIMENTO: 02.12.1952, LOCAL DE NASCIMENTO: Campo - VALONGO, AEROPORTO DE EMBARQUE: Pedras Rubras – PORTO, TELEFONE: 076 22511

ZONA CENTRO

NOME: Dr. Manuel Antunes Correia, MORADA: Rua dos 3 Lagares, 64 – 5º Dtº. – 6230 FUNDÃO DATA DE NASCIMENTO: 08.12.1934, LOCAL DE NASCIMENTO: GUARDA, AEROPORTO DE EMBARQUE: Portela – LISBOA, TELEFONE: 075 52378, TELEFAX: 075 53061

ZONA SUL

NOME: Dr. Mário Vítor dos Santos Gonçalves, MORADA: Rua José Maria Nicolau, 91 – 2º – 2070 CARTAXO, DATA DE NASCIMENTO: 01.07.1953, LOCAL DE NASCIMENTO: Penha de França – LISBOA, AEROPORTO DE EMBARQUE: Portela – LISBOA, TELEFONE: 043 73669, TELEFAX: 043 72079

ILHAS (AÇORES E MADEIRA)

NOME: Eduardo Caetano de Sousa, MORADA: Estrada Príncipe Alberto do Mónaco, 8 – Angústias – 9900 HORTA, DATA DE NASCIMENTO: 23.02.1940, LOCAL DE NASCIMENTO: Flamengos – HORTA, AEROPORTO DE EMBARQUE: HORTA, TELEFONE: 092 22539/22780/22017, TELEFAX: 092 23568

TERCEIRA IDADE

NOME: António José Rebolho Lapa, MORADA: Rua José Fontana, 258 – 4400 VILA NOVA DE GAIA, DATA DE NASCIMENTO: 15.03.1935, LOCAL DE NASCIMENTO: Santa Marinha - VILA NOVA DE GAIA, AEROPORTO DE EMBARQUE: Pedras Rubras – PORTO, TELEFONE: 02 395642

«SEM ABRIGO»

NOME: Pe Dr. Filipe Marques de Figueiredo, MORADA: Paróquia de S. Brás – 7000 ÉVORA, DATA DE NASCIMENTO: 24.08.1926, LOCAL DE NASCIMENTO: Beduído – Estarreja – AVEIRO, AEROPORTO DE EMBARQUE: Portela – LISBOA, TELEFONE: 066 28362

DEFICIENTES

NOME: Dr.^a Maria de Lourdes Morgado Serafim Teixeira Bastos, MORADA: Lugar de Sistelo – 4590 PAÇOS DE FERREIRA, DATA DE NASCIMENTO: 13.01.1939, LOCAL DE NASCIMENTO: Valverde – Almeida – GUARDA, AEROPORTO DE EMBARQUE: Pedras Rubras – PORTO, TELEFONE: 055 965717

2 Escritura de constituição da Rede Europeia Anti-Pobreza - Portugal, 17.12.1991

Em dezassete de Dezembro de mil novecentos e noventa e um, no Segundo Cartório Notarial de Vila Nova de Gaia, perante o notário do Cartório, Serafim Paulo Gomes de Figueiredo Sousa, compareceram:

Primeiro - Dr. António José Rebolho Lapa, casado, residente na Rua José Fontana, 258, Santa Marinha, desta cidade, donde é natural;

Segundo - Filipe Marques de Figueiredo, solteiro, maior, residente no Largo dos Colegiais, 6, Évora, e natural de Beduído, Estarreja;

Terceiro - Fernando Pedro Afonso Caldas, casado, residente na Rua de Ângelo Dias, 45, Murtal, Estoril, e natural de Longos Vales, Monção;

Quarto - António Roque Antunes, casado, residente na Rua Gil Vicente, 60, 2.º, Lisboa, e natural de Moçambique;

Quinto - Manuel Pereira Cristóvão, solteiro, maior, residente na Casa do Gaiato, Lisboa, e natural de Pelmá, Alvaiázere;

Sexto - António Manuel Neves Pernão, casado, residente na Rua Marquês de Sobral, 2, 2.º esquerdo, Lisboa, e natural de Ponte de Sor;

Sétimo - Manuel Antunes Correia, casado, residente na Rua dos Três Lagares, 64, 5.º direito, Fundão, e natural de S. Vicente, Guarda;

Oitavo - Mário Vítor dos Santos Gonçalves, casado, residente na Rua José Maria Nicolau, 91, 2.º, Cartaxo, e natural de Penha de França, Lisboa;

Nono - Eduardo Caetano de Sousa, casado, residente na Estrada Príncipe Alberto do Mónaco, 8, Angústias, Horta, Açores, donde é natural de Flamengos;

Décimo - Maria de Lourdes Morgado Serafim Teixeira Bastos, casada, residente em Sistelo, Paços de Ferreira, e natural de Vale Verde, Almeida;

Décimo Primeiro - Agostinho Cesário Jardim Moreira, solteiro, maior, residente na Rua de S. Bento da Vitória, 2, Porto, e natural de Cabeça Santa, Penafiel; e

Décimo Segundo - Joaquim Dias da Costa, casado, residente na Estrada de Outeiro Seco, Chaves, e natural de Campo, Valongo.

E disseram que pela presente escritura constituem uma associação denominada “REAPN-Rede Europeia Anti-Pobreza-Portugal”, com sede na Rua do Carvalhido, 187, freguesia do Carvalhido, da cidade do Porto, que se regulará pelos estatutos constantes da relação complementar anexa, organizada nos termos do número dois do artigo setenta e oito do Código do Notariado, cujo conteúdo conhecem perfeitamente, dispensando, por isso, a sua leitura.

ARQUIVO: a referida relação.

EXIBIRAM: certificado passado pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas, em

22 de Novembro último, da exclusividade da denominação adoptada. Verifiquei a identidade dos outorgantes por conhecimento pessoal. Li esta escritura e expliquei o seu conteúdo, em voz alta, aos outorgantes, na sua presença simultânea.

[Assinaturas.]

António José Rebolho Lapa
Pe Filipe Marques de Figueiredo
Fernando Pedro Afonso Caldas
António Roque Antunes
Manuel Pereira Cristóvão
António Manuel Neves Pernão
Manuel Antunes Correia
Mário Vítor dos Santos Gonçalves
Eduardo Caetano de Sousa
Maria de Lourdes Morgado Serafim Teixeira Bastos
Pe Agostinho Cesário Jardim Moreira
Joaquim Dias da Costa

Estatutos organizados nos termos do número dois do artigo setenta e oito do Código do Notariado,

art.º 1.º

Pelos presentes estatutos é criada a Instituição Particular de Solidariedade Social, associação sem fins lucrativos, denominada Associação REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza – Portugal.

art.º 2.º

1. A associação durará por tempo indeterminado, exercerá a sua acção por todo o país e tem a sua sede na Rua do Carvalhido, 187, Porto.
2. Por deliberação da Direcção, a associação poderá deslocar a sua sede dentro do concelho do Porto.

art.º 3.º

A associação tem por atribuições: promover e aumentar a eficácia das acções de luta contra a pobreza e a exclusão social; participar na definição de políticas sociais e na concepção de programas de acção; assegurar uma função de pressão a favor e com as pessoas e grupos em situação de pobreza e de exclusão social.

art.º 4.º

1. Podem ser associados todos os indivíduos, de idade superior a 18 anos, preocupados com os problemas da pobreza e da exclusão social, assim como todas as “ONGs” (organizações não-governamentais) e os grupos voluntários cujos objectivos visem claramente a promoção dos mais desfavorecidos.

2. A admissão à qualidade de associado depende de decisão da Direcção, mediante pedido formulado pelo interessado.
3. A saída da qualidade de associado far-se-á a pedido do próprio, ou em consequência da aplicação da pena de expulsão, deliberada pela Direcção, perante o desrespeito pelas obrigações próprias de associado.
4. São direitos dos associados, participar e ser informado das actividades da associação, requerer a convocação da assembleia-geral, votar nas reuniões desta, ser eleito para qualquer cargo nos órgãos da associação.
5. São deveres dos associados, participar nas actividades da associação e contribuir por qualquer meio para alcançar os seus objectivos, cumprir escrupulosamente as funções cometidas, pagar as quotas e demais débitos regulamentares.
6. Os associados concorrem para o património da associação com as quotas, cujo valor é fixado pela Direcção, e com toda a sua actividade intelectual e manual.

art.º 5.º

A estrutura interna da associação é composta pelos seguintes órgãos: Assembleia Geral; Direcção; Conselho Fiscal; Conselho Representativo.

art.º 6.º

1. A Assembleia Geral é composta por todos os associados com a inscrição em vigor.
2. As reuniões da Assembleia Geral são dirigidas pela respectiva mesa, composta por 3 membros, dos quais um é o presidente, eleitos expressamente para os respectivos cargos.

art.º 7.º

A Direcção é o órgão de administração e é composta por 3 membros, dos quais um é o presidente, eleitos expressamente para os respectivos cargos.

art.º 8.º

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização e é composto por 3 membros, dos quais um é o presidente, eleitos expressamente para os respectivos cargos.

art.º 9.º

O Conselho Representativo é composto por 3 membros, sendo um representante do Norte, outro do Sul e outro das regiões autónomas dos Açores e Madeira, com funções de defesa dos problemas específicos das suas regiões, cabendo-lhes participar nas reuniões da Direcção e apresentar-lhe propostas e pareceres.

art.º 10.º

1. As eleições para os cargos nos órgãos da associação far-se-ão no mês de Dezembro.
2. A eleição será feita numa só lista que englobará todos os cargos dos 4 órgãos.
3. As listas serão apresentadas até ao dia 1 de Outubro do ano das eleições.

art.º 11.º

O mandato dos órgãos é de 2 anos.

art.º 12.º

A competência, convocação e funcionamento dos órgãos da associação são os definidos nas regras constantes do Capítulo I, Secção II, e nas regras das associações de solidariedade social, ambas do Dec.-Lei 119/83, de 25 de Fevereiro, ou por outro regime que o venha a alterar ou substituir.

art.º 13.º

1. São receitas da associação as quotas, jóias e demais obrigações regulamentares dos associados; os subsídios ou donativos, quer de organismos públicos, quer de pessoas ou instituições particulares; as doações, heranças ou legados; as receitas dos serviços ou bens próprios.
2. São despesas da associação as de instalação, de pessoal, de manutenção, de funcionamento, e as demais necessárias à prossecução de todos os seus objectivos.

art.º 14.º

Em tudo quanto não esteja previsto nestes estatutos aplicar-se-ão as regras estabelecidas pelo Dec.-Lei 119/83, de 25 de Fevereiro, quanto às instituições de solidariedade social em geral, ou por outro regime que o venha a alterar ou substituir.

Vila Nova de Gaia, dezassete de Dezembro de mil novecentos e noventa e um

[Assinaturas.]

António José Rebolho Lapa

Pe Filipe Marques de Figueiredo

Fernando Pedro Afonso Caldas

António Roque Antunes

Manuel Pereira Cristóvão

António Manuel Neves Pernão

Manuel Antunes Correia

Mário Vítor dos Santos Gonçalves

Eduardo Caetano de Sousa

Maria de Lourdes Morgado Serafim Teixeira Bastos

Pe Agostinho Cesário Jardim Moreira

Joaquim Dias da Costa

3 Estatutos da Rede Europeia Anti-Pobreza - Portugal, 1996

Capítulo I

Natureza, Sede, âmbito e Fins

Art.º 1.º

1. A REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal, adiante designada por Rede, é uma Associação e Instituição Particular de Solidariedade Social, de inscrição facultativa e criada para durar por tempo indeterminado, que se rege pelas disposições legais aplicáveis e pelos presentes Estatutos.
2. A Rede tem a sua sede na Rua de Costa Cabral, n.º 2368, Freguesia de Paranhos, na Cidade do Porto. É de âmbito nacional, podendo estabelecer Pólos Regionais e Locais, como formas de representações desconcentradas da Rede.

Art.º 2.º

A Rede tem como finalidades:

1. Estabelecer uma interligação (rede) entre as instituições, grupos e pessoas que trabalham no terreno na luta contra a pobreza e a exclusão social.
2. Promover e aumentar a eficácia das acções de luta contra a pobreza e a exclusão social, fazendo com que tenham expressão acções inovadoras neste campo, dando voz aos indivíduos, restituindo-lhes a capacidade de acção e de iniciativa e promovendo a sua participação no desenvolvimento daquelas acções.
3. Promover junto das pessoas ou grupos que se encontram em situação de pobreza, por um lado, e junto de grupos ou pessoas, profissionais, trabalhadores sociais e dirigentes de Instituições Particulares de Solidariedade Social, por outro, a integração e a organização de serviços e outras actividades que visem principalmente o desenvolvimento cultural, moral e físico das pessoas que se encontram em situação de pobreza, com a participação destas, em ordem a reforçar o agir autónomo dessas pessoas, sejam idosos, deficientes, desempregados, famílias monoparentais, jovens em situação de risco, imigrados, minorias étnicas e culturais, crianças maltratadas, pessoas sem abrigo ou outras.
4. Contribuir, mobilizando, se possível, outros sectores, para o desenvolvimento de serviços e formas de intervenção e de protecção social alternativas e de melhoria da

qualidade de vida de tais pessoas ou grupos, prestando e dinamizando o necessário atendimento em centros especialmente construídos para esses fins, utilizando técnicas de acção social, apoio directo, de acordo com os meios materiais e técnicas próprias, encaminhamento com vista à resolução dos seus problemas, e formação, em ordem à sua integração social e inserção socioprofissional.

Capítulo II

Dos Associados

Secção I

Condições de admissão de associados

Art.º 3.º

1. Podem ser associados todos os indivíduos maiores de dezoito anos ou Organizações Não Governamentais, que pretendam contribuir voluntariamente com as suas quotas e serviços para a prossecução dos objectivos da Rede.
2. A admissão à qualidade de associado depende da decisão da Direcção, sobre pedido formulado pelo candidato.

Secção II

Deveres, direitos e sanções

Art.º 4.º

1. Os associados devem observar os princípios orientadores da Associação, prestigiar a Rede e cumprir as disposições legais e estatutárias.
2. São deveres dos associados, em especial:
 - a) Exercer os cargos, comissões e representações para que tenham sido eleitos, nomeados ou mandatados;
 - b) Colaborar na realização da acção social desenvolvida pela Rede;
 - c) Pagar pontualmente as quotas.

Art.º 5.º

1. São direitos dos associados:
 - a) Participar na Assembleia Geral;
 - b) Eleger e ser eleitos para os órgãos associativos;
 - c) Requerer a convocação da Assembleia Geral Extraordinária.

2. Os associados só podem exercer os direitos contidos no n.º 1 se tiverem em dia o pagamento das suas quotas.

Art.º 6.º

1. Podem ser suspensos ou expulsos da Associação, no seguimento de processo de inquérito com observância do princípio do contraditório, os associados que pratiquem actos lesivos dos interesses ou do bom nome da Rede, nomeadamente:

a) Prestarem falsas declarações ou apresentarem documentos falsos à Associação;

b) Defraudarem a Associação.

2. A suspensão é deliberada pela Direcção e a expulsão pela Assembleia Geral, devendo ser notificadas ao associado por carta registada.

3. A suspensão, que não pode exceder 6 meses, não desobriga do pagamento das quotas.

4. Da deliberação da suspensão cabe recurso, a interpor no prazo de trinta dias, para a As-sembleia Geral, o qual será apreciado na primeira Assembleia que se realizar.

5. O associado pode ser suspenso preventivamente.

6. A suspensão cessa:

a) Decorrido o respectivo prazo, com a reacquirição plena dos seus direitos;

c) Com a expulsão.

Capítulo III

Da organização e funcionamento

Secção I

Art.º 7.º

1. Órgãos Sociais são a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal, eleitos por mandatos com duração de dois anos.

2. As listas eleitorais para os órgãos da Rede serão sempre nominais.

3. As listas eleitorais incluirão também o nome do Representante da Rede Portuguesa ao Comité Executivo da EAPN, em Bruxelas, sendo este elemento eleito do mesmo modo, por um período de dois anos.

4. Os seis representantes da Rede Portuguesa na Assembleia Geral da EAPN serão os cinco elementos da Direcção e o representante da Rede no Comité Executivo.

5. Os anos civis a que corresponderão cada mandato coincidirão com os correspondentes mandatos da EAPN (European Anti-Poverty Network).

6. Não é permitida a eleição de qualquer membro dos Órgãos Sociais por mais de dois mandatos consecutivos no mesmo órgão, salvo se a Assembleia Geral reconhecer expressamente que é impossível ou inconveniente proceder à sua substituição.

Secção II Assembleia Geral

Art.º 8.º

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os associados que estejam no pleno exercício dos seus direitos associativos, tendo cada associado devidamente credenciado direito a um voto.

2. A Assembleia Geral é dirigida por uma Mesa constituída por um Presidente e dois Secretários.

3. A Assembleia Geral reunirá, quando convocada por qualquer órgão social ou grupo de associados, à hora marcada na convocatória, se estiver presente mais de metade dos associados com direito a voto, ou uma hora depois, com qualquer número de presenças.

Art.º 9.º

1. A Assembleia Geral é convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral por anúncio público publicado nos dois jornais de maior circulação na área da sede e por aviso postal dirigido aos associados, com antecedência mínima de quinze dias, devendo a convocatória ser afixada na sede e em outros locais de acesso ao público.

2. Da convocatória constará o dia, hora, local e a Ordem de Trabalhos.

3. As deliberações são tomadas por maioria, no caso das alíneas f) e g) do artigo 12.º são necessários dois terços dos votos expressos.

4. Para alteração dos Estatutos, a Assembleia Geral só poderá deliberar com maioria qualificada de dois terços dos votos expressos.

Art.º 10.º

A Assembleia Geral reúne em sessão ordinária:

- a) Até trinta e um de Março, para deliberar sobre o relatório e as contas do exercício do ano anterior e o Parecer do Conselho Fiscal;
- b) Até quinze de Novembro, para deliberar sobre o programa de acção e Contas de Exploração Previsional e Orçamento de Investimentos e Desinvestimentos para o ano seguinte e respectivo parecer do Conselho Fiscal;
- c) Bienalmente, em Novembro, para eleger os titulares dos Órgãos Associativos que entrem em exercício no dia um de Janeiro seguinte.

Art.º 11.º

A Assembleia Geral reúne em sessão extraordinária para:

- a) Reformar ou alterar os Estatutos;
- b) Eleger titulares de órgãos associativos quando se verifique alguma vaga que não seja suprável pelo chamamento do suplente;
- c) Tratar de qualquer assunto de interesse para a associação, por iniciativa do Presidente da Mesa, a solicitação de qualquer dos órgãos associativos ou a requerimento de, pelo menos, dez por cento dos associados que estejam no pleno exercício dos seus direitos.

Art.º 12.º

Compete, em especial, à Assembleia Geral:

- a) Definir as linhas fundamentais de actuação da Associação;
- b) Eleger ou destituir, por votação secreta, os membros da respectiva Mesa e a totalidade dos membros dos órgãos executivos e de fiscalização;
- c) Apreciar e votar anualmente o Orçamento e o Programa da acção para o exercício seguinte, bem como o relatório e contas de gerência;
- d) Deliberar sobre a aquisição onerosa e alienação, a qualquer título, de bens e outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico;
- e) Deliberar sobre a alteração dos Estatutos Sociais e sobre a extinção, cisão ou fusão da Associação;

- f) Autorizar a Associação a demandar os membros dos corpos gerentes por factos praticados no exercício das suas funções;
- g) Aprovar a adesão a uniões, federações ou confederações;
- h) Verificar o cumprimento dos estatutos e da lei;
- i) Definir o montante e condições do pagamento das quotas.

Secção III Direcção

Art.º 13.º

1. A Direcção da Associação é constituída por cinco membros, um Presidente, um Vice-presidente, Secretário, Tesoureiro e um Vogal, havendo igual número de suplentes.
2. O delegado da Rede Portuguesa no Comité Executivo da EAPN (European Anti-Poverty Network), em Bruxelas, tem assento nas reuniões da Direcção, embora sem direito a voto.
3. As deliberações são tomadas por maioria dos votos expressos, tendo o Presidente voto de qualidade.

Art.º 14.º

Compete à Direcção:

- a) Aprovar ou rejeitar a admissão de associados;
- b) Elaborar as linhas gerais de orientação estratégica e dos planos plurianuais;
- c) Elaborar o programa de acção e o orçamento para o ano seguinte;
- d) Elaborar anualmente o relatório e as contas do exercício;
- e) Representar e deliberar sobre as formas de representação da Associação;
- f) Celebrar acordos de cooperação;
- g) Representar a Associação em juízo e fora dela;
- h) Organizar o quadro de pessoal e contratar e gerir o pessoal da instituição;

- i) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços, bem como a escrituração dos livros nos termos da lei;
- j) Garantir a efectivação dos direitos dos beneficiários;
- l) Zelar pelo cumprimento da lei, dos Estatutos e das deliberações dos órgãos da instituição;
- m) Criar os Pólos Regionais e Locais, acordando os objectivos e os poderes de execução.

Secção IV Conselho Fiscal

Art.º 15.º

1. O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente e dois vogais, havendo igual número de suplentes.
2. Compete ao Conselho Fiscal exercer o controlo e fiscalização da Associação, designadamente:
 - a) Examinar a escrituração e os documentos;
 - b) Acompanhar a execução orçamental;
 - c) Dar parecer sobre o relatório e contas do exercício, sobre o programa de acção e o orçamento, e ainda sobre quaisquer assuntos que os órgãos associativos submetam à sua apreciação.

Art.º 16.º

O Conselho Fiscal reúne, pelo menos, uma vez em cada trimestre.

Secção V Disposições gerais

Art.º 17.º

1. A Rede obriga-se pela assinatura de dois membros, uma das quais será obrigatoriamente a do Presidente ou do seu substituto legal, salvo nos casos de mero expediente, em que é suficiente uma assinatura de um elemento da Direcção.
2. Nos casos de carácter financeiro, uma das assinaturas será obrigatoriamente a do Tesoureiro.

Art.º 18.º

As deliberações dos órgãos associativos provam-se pelas respectivas actas, depois de aprovadas.

Art.º 19.º

São receitas da Rede:

- a) As quotas dos associados;
- b) Os bens doados, legados e heranças e respectivos rendimentos;
- c) Os subsídios do Estado e de organismos oficiais;
- d) Outras receitas.

Art.º 20.º

No caso de extinção da Associação, competirá à Assembleia Geral deliberar sobre o destino dos bens existentes e a nomeação de comissão liquidatária.

Fonte: Arquivo REAPN.

4 Declaração final da Assembleia-geral da EAPN, Porto, 28.11.1996

Considerando que:

a) o Tratado de Amesterdão se refere aos direitos sociais fundamentais tal como se encontram considerados na Carta Social do Conselho da Europa e na Carta Comunitária dos Direitos dos Trabalhadores;

b) o artigo 137 permite a adopção de medidas que visam o encorajamento da cooperação entre os Estados-membros no combate à exclusão social:

- desenvolvendo o conhecimento;
- desenvolvendo o intercâmbio de informação e de boas práticas;
- promovendo abordagens inovadoras;
- avaliando experiências;

c) o artigo 137 prevê igualmente a adopção de condições mínimas de forma a promover a integração das pessoas excluídas do mercado de trabalho;

d) a luta contra a pobreza e a exclusão deve ser desenvolvida através de uma estratégia global e integrada, de forma mais alargada e não apenas ao nível do acesso ao mercado de trabalho. Isto requer a garantia efectiva do acesso de todos aos direitos fundamentais, tais como o direito ao trabalho, à protecção social, à saúde, à educação, à cultura e à cidadania, seja qualquer que seja o estatuto da pessoa em relação ao emprego;

e) uma abordagem dinâmica é essencial para atingir o objectivo último da erradicação da pobreza e da exclusão social, através de uma análise das causas estruturais destes processos e pelo estabelecimento de objectivos que permitam reduzir a pobreza e exclusão baseados em mecanismos de «acompanhamento multilateral», mecanismo semelhante ao processo das Directrizes do Emprego;

f) a experiência das pessoas afectadas pela pobreza e exclusão social deve ser tomada em consideração, e o diálogo civil deve fornecer uma base de trabalho através da qual estas pessoas possam ser plenamente envolvidas nas discussões e nas decisões que as afectam.

1. A EAPN congratula-se com a decisão do Conselho Europeu de incorporar o Capítulo Social no Tratado da União Europeia e a inclusão do combate à exclusão social entre os objectivos da União Europeia.

2. A EAPN lamenta que o Tratado de Amesterdão não forneça uma base legal e mecanismos para a garantia efectiva dos direitos civis e sociais de todos os cidadãos e residentes na União Europeia, e apela a todos os Estados-membros que assinem e ratifiquem a Revisão da Carta Social Europeia (Estrasburgo, 1996).

3. A EAPN solicita à Comissão que apresente propostas para a implementação do artigo 137 baseadas em 3 objectivos:

- uma estratégia integrada e coerente para erradicar a pobreza;
- plena e incondicional participação de todos na vida económica, social, política e cultural;
- garantir a aplicação dos direitos sociais fundamentais.

4. Todas as medidas implementadas ao abrigo do artigo 137 devem procurar levar a efeito cada um destes objectivos. Nesta base, a EAPN propõe as seguintes medidas como prioridades de acção:

- desenvolver os indicadores necessários para uma caracterização mais efectiva dos fenómenos de pobreza e exclusão social, bem como das políticas e práticas estendidas a todos os níveis. Com este objectivo, a EAPN apela à criação de um Observatório das políticas de combate à exclusão que deverá trabalhar em estreita ligação com todos os actores envolvidos, em particular, com as ONGs activas no combate à pobreza e exclusão social;
- estabelecer objectivos comuns para toda a Comunidade e nos Planos de Acção de todos os Estados-membros, cuja implementação deve ser avaliada anualmente pelo Conselho de Ministros, o Parlamento Europeu e o Conselho Económico e Social;
- reforçar o combate à pobreza e exclusão social em todas as políticas e programas comunitários;
- efectivar e desenvolver o diálogo civil a todos os níveis, desde o local ao europeu;
- promover a identificação, o intercâmbio e a partilha de boas práticas entre os diferentes níveis (local, regional, nacional) e entre os diferentes actores: entidades públicas, ONGs, grupos comunitários, uniões sindicais e de trabalhadores, pessoas que vivem situações de pobreza e exclusão, incluindo as suas organizações;
- que a Comissão Europeia apoie o desenvolvimento e a adopção de abordagens inovadoras e projectos de combate à pobreza e exclusão social;
- a adopção de condições mínimas, através de directivas, que farão

com que os Estados-membros se sintam obrigados a criar meios que permitam a inclusão na sociedade de todos aqueles que se encontrem excluídos do mercado de trabalho, combatendo assim o desemprego e não os desempregados;

- medidas que promovam a sinergia entre o artigo 137, 13 (sobre a anti-discriminação) e os Fundos Estruturais e as Iniciativas Comunitárias.

5. A EAPN, actuando colectivamente ao nível europeu e nacional, compromete-se a:

- desempenhar o seu papel em pleno, numa estratégia integrada e coerente delineada para erradicar a pobreza e contribuir em todas as fases desde a concepção à implementação, acompanhamento e avaliação das iniciativas com este objectivo;

- ser uma fonte de propostas e desafios que estimulem a dinâmica do diálogo civil assim como outros parceiros, tais como autoridades públicas, uniões sindicais, etc.;

- continuar a trabalhar no sentido de envolver as pessoas que vivam situações de exclusão na elaboração e na implementação de projectos comunitários, bem como apoiar a sua capacidade de participação em todos os domínios da vida social, económica, política e cultural;

- ajudar na definição da imagem real do estado e das tendências da pobreza e exclusão base-ando-se na experiência das pessoas afectadas;

- trabalhar para o estabelecimento do diálogo civil a todos os níveis, do nível local para o europeu;

- esforçar-se por promover uma mudança de atitudes favorável a estes desenvolvimentos, incluindo a mudança da imagem que as pessoas têm daqueles que vivem em situação de pobreza e exclusão social.

Fonte: "Declaração final da Assembleia Geral da EAPN". Rediteia. REAPN, n.º 13, Dezembro de 1998, p. 5.

5

Posição do Grupo de Trabalho “Fórum de Política Social” sobre o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) – 2003/2005

O Grupo de Trabalho do Fórum de Política Social¹⁷³ integra um conjunto de instituições públicas e privadas nacionais, com o objectivo de debater e tomar posição acerca dos temas de política social mais pertinentes, tendo em conta a conjuntura nacional e europeia.

Assim, em termos estratégicos o Grupo de Trabalho decidiu elaborar um documento que reflecte a posição dos seus membros face à Estratégia Plurianual de Inclusão Social. Este documento resultou de um trabalho conjunto realizado entre os meses de Março, Abril e Maio deste ano por algumas das instituições do Grupo de Trabalho que aceitaram o desafio de participar neste processo¹⁷⁴.

Uma questão de partida, e que interfere no pronunciamento do Grupo de Trabalho em relação ao PNAI tem que ver com a necessidade de conhecer o relatório de avaliação da implementação da primeira fase, que até ao momento não é do conhecimento público. Na medida em que, conhecendo o processo de implementação do primeiro PNAI e os resultados da avaliação da primeira fase é possível contribuir com maior clareza com propostas concretas, que potenciem estratégias de inclusão social.

I - Estruturas formais de participação do sector não-governamental

Neste primeiro ponto, congratulamo-nos com as intenções do Governo nacional, expressas no documento disponibilizado pela estrutura coordenadora do PNAI em Março último, no qual se afirma a necessidade de criar uma estrutura de participação do sector não-governamental. É também intenção expressa do Governo dinamizar parcerias enquanto metodologia de acção.

Estes dois pontos são fundamentais, no entanto, importa conhecer de que forma se irão operacionalizar estas duas intenções: que estrutura de participação das ONGs se pretende criar (com carácter apenas consultivo?); em que fase de implementação do PNAI se pretende envolver as ONGs e de que forma será assegurada a

¹⁷³ O Grupo de Trabalho integra as seguintes instituições: AIP, Associação Humanitas, AEIPS, CESIS, CIDM, CITE, CIP, Delegação de Lisboa da Cruz Vermelha Portuguesa, CERCICA, CGTP-In, FENACERCI, GRAAL, EWL, Instituto de Apoio à Criança, IEF, ISCTE, LPDM-CRS, UGT, União das Mutualidades Portuguesas.

¹⁷⁴ CESIS, CGTP-In, CERCICA, Instituto de Apoio à Criança, IEF, FENACERCI.

representação do sector não-governamental. Sugere-se, nomeadamente que se tenha em conta a diversidade de instituições que actuam neste âmbito.

Consideramos que a estrutura que venha a ser criada deve estar representada ao mesmo nível da Comissão Interministerial de Acompanhamento do PNAI, devendo/podendo estar presente em algumas reuniões desta Comissão.

Tendo em conta que valorizamos a criação de estruturas locais de operacionalização, acompanhamento e avaliação do PNAI, consideramos de toda a pertinência que estas estruturas funcionem em parceria e favoreçam a participação, quer do sector não-governamental, quer de instituições que representam os próprios excluídos (associações de moradores, associações de imigrantes, entre outras), quer das próprias vítimas de pobreza e exclusão social. A participação da sociedade civil tem que ter contrapartidas em termos de apoios financeiros claramente expressos em termos de orçamentação específica no PNAI, como de resto foi recomendado pela Comissão Europeia. Em relação a instrumentos que poderão ser facilitadores desta participação relembramos as potencialidades do Programa das Redes Sociais, meramente a título exemplificativo.

II - Estruturas permanentes de consulta e coordenação do Plano Nacional de Acção para a Inclusão Social, a nível local

Tendo em conta que o PNAI é um plano estratégico, importa identificar a visão que se encontra subjacente ao mesmo. Isto é, que tipo de sociedade se pretende criar, que país se quer ter em 2005? Onde queremos estar nessa altura e que conquistas se pretendem fazer, no sentido de tornar a sociedade portuguesa uma sociedade mais inclusiva, cumprindo os desígnios estabelecidos na Cimeira de Lisboa e posteriormente na Cimeira de Nice. A este nível salientamos a necessidade de definir metas concretas e suficientemente ambiciosas para fazer face aos problemas, mas que por outro lado sejam metas atingíveis e dotadas dos recursos necessários à sua concretização, tendo em conta a real capacidade de resposta dos serviços. Esta questão remete-nos para a necessidade de, por um lado, pôr em prática o conceito de mainstreaming e de por outro lado, respeitar as Conclusões do Conselho Europeu de Lisboa, em relação ao Método Aberto de Coordenação.

O PNAI deve reflectir a política definida pelo Governo Nacional a nível geral, sendo coerente com as restantes políticas, mas tendo bem presente a importância das questões da pobreza e da exclusão social no contexto nacional, reforçando a necessidade de cooperação e complementaridade permanente das diferentes políticas, ou seja, tendo sempre em atenção a sua integração.

Esta visão deve ser partilhada pelos poderes públicos, a nível nacional, regional e local e pela sociedade civil, isto é, pelas ONGs que no nosso país têm um papel fundamental na concretização das políticas sociais.

Só poderemos esperar que o Plano Nacional de Acção para a Inclusão seja um plano com um carácter operativo se ele for personificado em planos de acção local/regional da responsabilidade dos actores locais e com uma condição prévia: promover uma parceria alargada com as instituições locais representativas dos vários sectores da sociedade civil (educação, saúde, habitação, cultura e lazer, emprego e formação profissional, etc.). Por outro lado importa garantir - e apresentar medidas para este efeito - que o conhecimento do PNAI ao nível dos serviços públicos seja efectivo como condição fundamental para a sua concreta aplicação. Importa assim prever momentos públicos de discussão e de debate no sentido de reforçar o envolvimento de todos neste Plano Nacional.

Este passo, que não foi dado na primeira fase, deve estar contemplado na fase de elaboração do documento, mas deve prever desde logo uma metodologia de acção concreta - como envolver os vários poderes locais, definir as competências específicas de cada um deles tendo em conta os objectivos definidos no PNAI e as metas a atingir ao longo dos próximos dois anos.

Neste ponto, quer o Programa das Redes Sociais quer os Contratos de Desenvolvimento Rural e Urbano poderão ser, entre outros que possam surgir, dois instrumentos estruturadores e que podem ser rentabilizados evitando a duplicação das estruturas que já existem e com poderes de decisão efectivos.

Convém não esquecer neste modelo, uma vez mais, o papel da sociedade civil organizada que deverá integrar desde o primeiro momento as estruturas permanentes de operacionalização do Plano (Núcleo Coordenador do PNAI).

III- Algumas medidas para a concretização dos 4 objectivos definidos em Nice

Em relação a medidas concretas, consideramos que muitas das medidas que se encontram inscritas no primeiro PNAI, e que aparentemente não chegaram a ser postas em prática, constituem propostas de acção interessantes. Importa saber de que forma irão ser operacionalizadas e qual a dotação financeira que terão. Referimo-nos especificamente aos **Contratos de Desenvolvimento Social Urbano**, o **Programa «Espaço Rural e Desenvolvimento Social»**, e os **Planos Municipais de Prevenção**.

Apesar de se desconhecer, até ao momento, os motivos da não implementação destes instrumentos no primeiro período e o seu grau de execução bem como não ser do conhecimento público o documento estruturador de cada um dos instrumentos, parece claro que tem que existir uma articulação entre eles e que esse denominador comum é o **poder local**, que tem que despertar para as questões do combate à exclusão social e perceber que o desenvolvimento local exige um esforço articulado entre os diferentes sectores e uma aposta forte na promoção da inclusão social.

O poder local aqui é entendido como o conjunto dos actores socioinstitucionais, que coordenam esforços e recursos, no sentido de concretizar as medidas e as políticas que se encontram definidas aos vários níveis (nacional, regional e local).

Consideramos ainda que os três instrumentos acima referenciados deverão estar articulados com o **Programa das Redes Sociais** que poderia constituir-se como uma plataforma agregadora desses e de outros instrumentos (Ex. Rendimento Social de Inserção, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, ...). A eficácia destas medidas depende do grau de envolvimento e participação que for conseguido ao nível local. Não é possível implementar um Plano com a abrangência do PNAI se não forem criadas condições para a sua operacionalização a um nível micro (local).

Em termos de concretização dos eixos merecem uma especial atenção, para além das já contempladas, as seguintes medidas:

1 - *promover a participação no emprego e o acesso de todos a recursos, direitos e bens e serviços essenciais para viver com dignidade*

- Investimento na escolarização alternativa mais atractiva e inovadora que possa cativar muitas das crianças e jovens que hoje em dia abandonam precocemente a escola;
- Aposta na formação profissional adequada às características sociais dos jovens que não preenchem os critérios requeridos pelos cursos de formação existentes, nomeadamente no que diz respeito à faixa etária dos 12 aos 15 anos. Por outro lado, os jovens adultos e os adultos com baixa escolaridade também não conseguem integrar os cursos existentes e é particularmente urgente e preocupante actuar com estas faixas.

2 - *prevenir os riscos de exclusão*

- Consideração explícita, entre os factores de risco e estratégias correspondentes, do abandono escolar precoce;
- Preocupação explícita com o reforço e efectivação da vertente da inserção laboral ao nível de medidas especificamente vocacionadas para este efeito.

3 - *actuar junto dos grupos mais vulneráveis*

- Consideração explícita, entre os grupos mais vulneráveis, dos sem-abrigo (considerando nomeadamente as necessidades específicas das crianças de rua e das mulheres com filhos a cargo);
- Consideração explícita, entre os grupos mais vulneráveis, das crianças mas também dos jovens;
- Consideração explícita, entre os grupos mais vulneráveis, dos grupos que enfrentam situações de pobreza e marginalidade extrema (imigração com particular atenção para as novas vagas mas sem menosprezar os imigrantes já presentes no território há mais tempo, prostituição, toxicod dependência e novos consumos problemáticos).

4 - *mobilizar o conjunto dos actores*

O Grupo de Trabalho do Fórum de política social congratula-se que seja intenção do Go-verno Nacional para o próximo período (2003-2005) tornar a **mobilização de todos os intervenientes** mais do que um objectivo, uma metodologia de acção, desde logo porque esta foi uma das recomendações mais marcantes da REAPN na 1.ª ronda do PNAI.

O período de vigência do primeiro plano, e pelo facto de se tratar de um Plano pioneiro, e como tal com alguma dose de experimentação, deveria ter servido para testar algumas metodologias, nomeadamente ao nível do quarto objectivo - **mobilização de todos os actores**. Deveriam, a este nível, ter sido testadas metodologias que permitissem a participação activa da sociedade civil neste processo. No entanto, verificamos que, para além de não terem sido testadas essas metodologias nestes dois anos de vigência do Plano, também não foi planeada atempadamente a participação no novo Plano.

- **Articulação do PNAI com diferentes Planos, estratégias e estruturas já existentes ou a criar dentro de uma lógica de *mainstreaming***

Neste ponto, consideramos que ao nível metodológico é importante garantir que na elaboração do PNAI se verifique uma articulação entre os vários programas e medidas de promoção da inclusão, independentemente da existência de planos de acções sectoriais. Referimo-nos em concreto ao Plano Nacional de Emprego, aos Planos Regionais de Emprego, ao Plano de Acção Nacional de Luta Contra a Droga e a Toxicodependência, ao PNI (Plano Nacional para a Igualdade entre Mulheres e Homens), ao Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, ao PNEV - Plano Nacional para o Envelhecimento que se encontra em preparação e muitos outros. Deverá ainda vir a ser estabelecida a devida articulação do PNAI com o Plano Estratégico de Acção Social (em preparação).

Esta articulação permitirá seguramente uma rentabilização de recursos humanos e materiais para além de, dentro da lógica do *mainstreaming*, exigir um esforço de concertação, uma vontade política para desenhar medidas de acção consistentes e planificadas de forma estratégica. Este esforço exige também uma grande coerência em termos das políticas sectoriais, na medida em que é necessário garantir que os objectivos, as metas e os instrumentos utilizados numa área não colidam com os interesses e os objectivos estabelecidos para outra área.

Finalmente, e por se tratar de questões estruturantes, gostaríamos ainda de sublinhar e reafirmar determinadas orientações e recomendações básicas:

- **Recomenda-se que o PNAI seja alvo de uma fortíssima campanha de divulgação, no sentido de envolver de facto todos os actores, de uma forma consciente e co-responsável, na aplicação das medidas previstas no PNAI. O desconhecimento e a não adesão a esta «causa» nacional**

poderão dificultar a sua execução e efectiva implementação, sobretudo tendo em consideração o desígnio de envolver todos os actores;

- Importa não esquecer e dar a respectiva relevância ao mainstreaming de género na luta contra a pobreza e exclusão social em cada uma das fases do PNAI;

- Recomenda-se que o PNAI seja alvo de uma apresentação e debate público na Assembleia da República precedendo a respectiva e prevista apresentação do mesmo no Parlamento;

- Sugere-se ainda que, na fase de implementação e sobretudo de avaliação e acompanhamento, sejam organizadas audições públicas, entendendo estas como uma estratégia de acompanhamento. Estas audições, à semelhança do que é feito para outras matérias, deveriam ter lugar na Assembleia da República;

- Recomenda-se, uma vez mais, a necessidade de que as metas e respectivos indicadores de execução do PNAI sejam o mais objectivas possível, não deixando no entanto de contemplar todas as especificidades presentes no território e nos fenómenos de pobreza e exclusão social;

- Finalmente, importa ainda reforçar a ideia, de resto uma recomendação da Comissão Europeia, de que o PNAI deve claramente contar com uma apropriada afectação de recursos (humanos, técnicos e financeiros) para a execução do mesmo. Os montantes a afectar para a implementação do PNAI, para além de constituírem, em si mesmos, um bom indicador do empenhamento que cada governo coloca para o mesmo, terão que ser consentâneos com as medidas propostas.

3 de Junho de 2003

Subscvem este documento:

REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal

CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social

CGTP-IN - Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses

UGT - União Geral dos Trabalhadores

FENACERCI

ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

IAC - Instituto de Apoio à Criança, Projecto Rua

Caritas Portuguesa

União das Mutualidades Portuguesas

Cruz Vermelha Portuguesa - Del. Lisboa

INDE

CERCICA

CASLAS - Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos

Fonte: Arquivo REAPN

6 Plano Estratégico da Rede Europeia Anti-Pobreza - Portugal para 2004-2009

[...] um plano estratégico de desenvolvimento da Rede nos próximos qua-tro/cinco anos. Um plano estratégico que começasse por aprender com as lições que a própria história da Rede oferece, abrindo-se o debate ao exterior sobre a situação actual e futura da pobreza e a exclusão social em Portugal e também na União. Um Plano que fosse capaz de gerar no interior da Rede a capacidade de fixar objectivos, prioridades e meios amplamente concertados. Talvez fosse interessante e oportuno fazer alguns progressos na definição do ideário e do significado do trabalho em rede e do papel que a sociedade civil terá que jogar a nível nacional, europeu e nas relações transnacionais.

(10 anos da REAPN em Portugal)

1. INTRODUÇÃO

O Contexto Geral

Em termos europeus, a Rede Europeia Anti-Pobreza decidiu, durante a última Assembleia-geral (Bruxelas - Novembro de 2001), que era chegado o momento de elaborar um Plano Estratégico para a organização.

Esta decisão prende-se com o facto de a organização enfrentar novos desafios (alargamento da União Europeia) e de estar perante um novo cenário no âmbito das políticas de combate à pobreza na União Europeia (Estratégia Europeia de Combate à Pobreza e consequente definição de Planos Nacionais de Acção para a Inclusão).

Curiosamente, ainda antes desta Assembleia, a Rede Portuguesa havia chegado a esta mesma conclusão, no seguimento do processo de avaliação nacional da organização que foi desenvolvido durante o ano 2001, tendo, de certa forma, influenciado em grande parte a decisão final de se proceder à elaboração de um Plano Estratégico europeu.

O processo de elaboração de um Plano Estratégico Europeu passa, necessariamente, pela **adopção de estratégias e medidas semelhantes em todos os Estados-Membros**. Assim, a elaboração de um Plano Estratégico europeu aponta para a necessidade de **cada rede nacional proceder à elaboração de um plano estratégico nacional** em consonância com o plano europeu, partilhando a mesma filosofia e o mesmo tipo de metodologias de trabalho.

A definição do Plano Europeu começou no início do ano 2002 e, coordenada pelo Bureau da EAPN, contando com a colaboração de todo o *staff* do Secretariado Europeu, tem estado a cargo dos membros do Comité Executivo.

Neste momento o Plano Estratégico Europeu está já em marcha desde 2003 e é chegado o momento das redes nacionais definirem os seus próprios Planos Estratégicos.

A motivação para o Plano Estratégico

Para além da necessidade deste instrumento ter sido apontada com muita clareza na avaliação externa levada a cabo em 2001¹⁷⁵, existe no actual momento de desenvolvimento da REAPN, **uma necessidade muito forte de definição de linhas estratégicas comuns de actuação e que vão para além daquelas definidas estatutariamente.**

O percurso da REAPN até ao ano de 2001 foi caracterizado, essencialmente, pelo recurso a projectos e acções experimentais que iam dando corpo e servindo como instrumentos de execução e implementação dos objectivos organizacionais. Se este modelo foi o ideal para a implementação da organização (num determinado tempo e num determinado espaço), hoje, tendo em conta o estágio de desenvolvimento e complexificação da mesma, **é necessário repensar a forma de actuação futura.**

A implementação territorial actual e em perspectiva, os novos compromissos assumidos em termos de financiamento e de cooperação com o Estado Português para a intervenção da organização, apontam para a **necessidade de uma maior coerência, visibilidade e organização estratégica da intervenção da organização.**

Por outro lado, a complexificação de toda a estrutura organizacional (número de instituições e pessoas envolvidas, número de acções e de investimentos financeiros) obriga a uma maior clareza de objectivos e acções e a uma planificação dos mesmos em termos de médio e longo prazo.

Naturalmente, e a médio prazo, este plano estratégico "obrigará" os Núcleos da REAPN a reflectirem e, a par dos seus planos de acção anuais, a procederem à elaboração dos seus próprios planos estratégicos.

A metodologia

Para a concepção do Plano Estratégico foi proposta uma **metodologia participativa.**

¹⁷⁵ ESTIVILL, Jordi; RODRIGUES, Fernanda — 10 Anos da REAPN em Portugal. «Cadernos RE-APN», n.º 8. Porto: REAPN, 2004.

O órgão responsável pela elaboração do plano estratégico foi o Conselho Nacional¹⁷⁶, coordenado pela Direcção Nacional.

Embora exista uma estrutura responsável, pretendia-se que a elaboração deste plano fosse a mais participada quanto possível, envolvendo para o efeito o maior número de actores, sobretudo ao nível regional e local.

Em termos de metodologia foram organizadas **reuniões nacionais** nas quais, **em formato de workshops**, se foi avançando no desenho e concepção do Plano. O “motor” de trabalho foi um primeiro documento (da responsabilidade da Direcção Nacional), que veio a ser “preenchido” ao longo das sessões de trabalho¹⁷⁷.

O Plano Estratégico, para além de representar a orientação estratégica da organização deverá ser também um documento de apresentação da própria organização, servindo assim como um documento base para qualquer interlocução necessária.

2. A MISSÃO DA REAPN

A Rede Europeia Anti-Pobreza foi criada em 1990, tendo por objectivo congregar um conjunto vasto de organizações que trabalham quotidianamente procurando combater a pobreza e a exclusão social. A Rede Europeia Anti-Pobreza comprometeu-se a contribuir fortemente para a erradicação da pobreza e tem como principal objectivo colocar este tema no centro dos debates políticos na União Europeia.

Para a realização destes objectivos, a REAPN define como principais linhas de actuação as seguintes orientações:

- Estabelecer/ dinamizar uma interacção (rede) entre instituições, grupos e pessoas que trabalham no terreno da luta contra a pobreza e exclusão social;
 - Colaborar na concepção de programas de acção e políticas sociais;
 - Promover acções, nos mais variados âmbitos, que aumentem a eficácia das políticas de luta contra a pobreza e a exclusão social;
 - Incentivar a promoção de acções inovadoras;
 - Ser um “grupo de pressão” a favor dos menos favorecidos, promovendo a sua participação activa e potenciando a sua voz junto das entidades decisoras;
 - Promover a integração social e o desenvolvimento cultural, económico, moral e físico das pessoas que vivem em situações de pobreza e exclusão social.
- Em conformidade com estas linhas de orientação, a REAPN trabalha tendo por base os seguintes pressupostos:
- Partenariado e Participação

¹⁷⁶ Estrutura que integra representantes de todos os Núcleos Regionais da REAPN

¹⁷⁷ Metodologia semelhante à que foi posta em marcha para a elaboração do documento nacional contendo as propostas para o Plano Nacional de Acção para a Inclusão

- Cooperação atitudes/iniciativas inovadoras e modelares
- Formação e informação/divulgação contínua e alargada
- Intercâmbio de serviços, saberes e de experiências
- Entendimento da luta contra a pobreza e exclusão social enquanto estratégia transversal a todas as medidas e políticas
- Participação nas políticas sociais em Portugal (definição, implementação e avaliação)

3. A VISÃO DA REAPN

A REAPN opera no sentido de promover e consolidar uma sociedade onde o exercício efectivo dos direitos fundamentais seja uma realidade para todos, onde cada cidadão e cidadã possa integrar-se de pleno direito na sociedade e onde a pobreza e a exclusão social sejam consideradas uma negação dos ditos direitos fundamentais.

A REAPN reconhece e sublinha que a pobreza e a exclusão social são o resultado de um processo complexo e multidimensional ao qual não se pode fazer frente de forma isolada ou pontual. Assim, combater a pobreza e a exclusão social só pode fazer-se mediante uma abordagem integrada, que coloque a pobreza e a exclusão no centro de todas as políticas públicas e não apenas no campo da política social à que normalmente este combate se encontra confinado.

A REAPN acredita e defende que as populações têm o direito de influenciar e participar na tomada de decisões que produzem um impacto directo nas suas vidas, e de expressar uma opinião, partilhando as suas experiências, para que estas sejam tidas em consideração. A REAPN defende que é necessário impor medidas especiais para que a palavra das pessoas em situação de pobreza, de exclusão social e de desigualdade, seja escutada aquando da elaboração, implementação e avaliação das diferentes políticas.

A REAPN acredita que a intervenção ganha mais eficácia quando o Estado e todos os sectores públicos que o representam aos mais variados níveis, os sindicatos, as empresas e as ONGs trabalham num espírito de colaboração permanente. O resultado de tal colaboração será uma melhor coordenação das actividades, uma utilização mais eficaz dos recursos e a adopção de perspectivas multidimensionais mais adequadas para responder às complexidades da nossa sociedade.

A REAPN trabalha no sentido de se efectivar uma mais justa distribuição da riqueza, oportunidades e recursos, e solicita que se estabeleçam sistemas públicos de regulamentação à escala local, nacional, europeia e mundial, tendo como finalidade devolver a todas as sociedades a capacidade de determinar o seu futuro de uma forma democrática, participativa e duradoura, no sentido de reforçar o bem comum e o desenvolvimento de todos de forma equilibrada e equitativa.

4. CRITÉRIOS DE TRABALHO

A REAPN compromete-se a trabalhar de acordo com os seguintes princípios:

- Reconhecer a natureza multidimensional da pobreza e da exclusão social, o que exige um enfoque global e integrado destas situações
- Promover a cooperação com outras ONGs ou actores activos na luta contra a pobreza e exclusão social
- Elaborar políticas e desenvolver actividades tendo prioritariamente por base a opinião das pessoas que vivem e enfrentam situações de pobreza e exclusão social
- Promover a participação das pessoas em situação de pobreza e exclusão social e dos organismos em que estas participam, procurando facilitar-lhes os meios para este fim
- Respeitar a paridade e igualdade de oportunidades em termos de género e grupo social de origem (minorias étnicas), promovendo a participação equilibrada de todos nas diferentes estruturas da REAPN
- Promover o respeito pela diversidade cultural e religiosa e a igualdade de tratamento de todas as pessoas, combatendo todo o tipo de discriminação baseada no género, origem étnica, religião ou credos, deficiência, idade, orientação sexual e origem ou condição social

Para concretizar estes critérios, a REAPN procurará desenvolver uma forte sinergia entre a sua visão e os seus métodos de trabalho:

- Organizar as actividades de forma democrática, transparente, respeitando os diferentes papéis e campos de actuação dos organismos e estruturas que compõem a Rede
- Difundir atempadamente, com regularidade e de forma generalizada todas as informações necessárias
- Favorecer a participação das pessoas que vivem situações de pobreza e exclusão social e das organizações em que estas participam
- Respeitar e promover continuamente uma particular atenção no que diz respeito às orientações europeias definidas em relação ao equilíbrio de género e à temática do combate à discriminação e racismo em todas as actividades desenvolvidas pela organização aos mais variados níveis

5. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Os objectivos estratégicos definem um horizonte de médio prazo para a REAPN, com base nos quais são definidos os objectivos operativos – contidos num programa de acção imediato.

Os objectivos estratégicos pretendem explicitar grandes opções de consenso e nos quais importa apostar, já que demonstram as necessidades mais importantes para a organização.

Definem-se assim vários **objectivos estratégicos** (num total de 6) agrupados em **dois grandes eixos**:

EIXO 1.

Consolidar a Rede e a suas relações – estratégia de desenvolvimento e sustentabilidade da Rede

EIXO 2.

Ações desenvolvidas tendo em vista a consolidação do combate à pobreza como uma prioridade nacional no sentido de concretizar uma verdadeira inclusão social

No próximo quadro apresentamos por Eixo Estratégico as estratégias, acções e indicadores de avaliação do Plano Estratégico da REAPN 2004-2009.

EIXO ESTRATÉGICO 1: Consolidar a Rede e a suas relações – estratégia de desenvolvimento e sustentabilidade da Rede

OBJECTIVOS	ESTRATÉGIAS	ACÇÕES
1 Consolidar a Rede em termos territoriais	<ul style="list-style-type: none"> •Melhorar o funcionamento organizacional, nomeadamente procurando estabilizar mas ao mesmo tempo agilizar as estruturas existentes •Assegurar uma eficaz consolidação dos núcleos distritais existentes através do reforço dos meios humanos e financeiros •Assegurar um permanente conhecimento sobre as necessidades dos membros da organização e melhorar o seu nível de participação •Aumentar o nº de associados (tendo em atenção a sua distribuição em termos geográficos, étnico, género e áreas de intervenção) e garantir a sua participação efectiva nas actividades da organização •Assegurar que exista na organização uma representatividade de género, assim como de organizações que representam a população excluída •Garantir uma homogeneidade de procedimentos, instrumentos e 	<ul style="list-style-type: none"> •Criação de um Regulamento interno •Reuniões dos órgãos sociais •Reuniões do Conselho Nacional •Reuniões Técnicas aos mais variados níveis •Implementação de um processo de avaliação interna permanente •Promoção de estudos sobre as necessidades de recursos humanos ao nível dos núcleos e busca de formas alternativas de “angariar” recursos (estágios, bolsas de estudo, voluntariado) •Reforço dos acordos de cooperação tendo em vista uma melhor estabilidade financeira •Busca de fundos próprios pela rentabilização de produtos e respostas •Desenvolvimento de actividades (seminários, workshops, acções de formação) que sejam progressivamente auto financiadas •Estabelecimento de parcerias com

	<p>metodologias de trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> •Garantir a existência de uma imagem institucional consistente •Garantir o intercâmbio de experiências e informações de forma regular, clara, célere e acessível a todos •Garantir espaços informais de proximidade entre dirigentes e técnicos e entre todos os técnicos dos núcleos e sede da organização •Promover o intercâmbio de experiências e boas práticas entre os vários núcleos assegurando uma interligação entre a sede e os núcleos •Procurar assegurar uma auto sustentabilidade financeira da organização •Garantir que todos os colaboradores da Rede (técnicos e voluntários) representem a missão/objectivos da rede de igual forma para o exterior 	<p>entidades locais tendo em vista o mecenato e o garante e estabilidade de determinadas respostas</p> <ul style="list-style-type: none"> •Dinamização de uma campanha de mobilização transversal a todas as actividades da organização tendo por base um directório e um observatório permanente dos membros da organização (elaborando diagnósticos que permitam um conhecimento das necessidades das entidades que se encontram no terreno e que permitirão melhor adequar a acção da organização à realidade) •Construção e implementação de um manual de procedimentos e de trabalho em rede •Construção de um manual corporativo e de um plano de comunicação (“kit” de comunicação) •Reforço e permanente modernização dos instrumentos e meios de informação existentes •Dinamização de uma Task Force para a criação de fundos próprios (organização de campanhas de marketing e de um plano de auto-financiamento para a organização) •Desenvolvimento de um processo contínuo de formação interna e de reforço do espírito de equipa
<p>2 Consolidar a Rede como interlocutor nacional e regional em diferentes níveis</p>	<ul style="list-style-type: none"> •Melhorar o conhecimento e a imagem da organização para o exterior •Garantir a participação, colaboração e dinamização de diferentes plataformas nacionais / REGIONAIS •Garantir a função de opinion maker em temáticas relacionadas com pobreza e a exclusão social; •Reforçar as parcerias e protocolos existentes, alargando o espectro de acção dos mesmos e avançando para a concretização de outros, nomeadamente com entidades de investigação e com entidades de âmbito local (autarquias locais) •Reforçar estratégias de Marketing 	<ul style="list-style-type: none"> •Participação e dinamização de eventos públicos e / ou de visibilidade pública •Organização de Grupos de Contacto, a diferentes níveis, com a Assembleia da República, os Partidos, as Autarquias, as Escolas, as Universidades, procurando, em permanência, que o tema da pobreza seja colocado no centro das preocupações destas entidades •Dinamização de espaços locais (e informais) de relação e de trabalho em rede (pólos locais) •Integração e colaboração permanente com as Redes Sociais Locais •Organização de campanhas

	Social e de publicitação da organização tendo em vista obter um maior reconhecimento e interlocução (aos mais variados níveis)	(Semanas da Rede) ao nível local, tendo em vista aumentar o conhecimento externo sobre a organização
3 Consolidar a Rede no seu espaço externo (nacional e internacional)	<ul style="list-style-type: none"> •Promoção de intercâmbios de informação, boas práticas e de cooperação com outras instituições e projectos de diferentes áreas de intervenção •Promoção de projectos-piloto de âmbito nacional e internacional e disseminação dos seus produtos e resultados (práticas bem sucedidas) •Seleção estratégica de parceiros em áreas de convergência de práticas e de interesses •Garantir que a organização assuma um papel relevante ao nível da produção de conhecimento entre pares no sentido do reforço do seu espaço de actuação externo •Continuar a estender a acção da rede para além do espaço europeu, sobretudo ao nível dos PALOP •Assegurar um intercâmbio permanente de boas práticas entre as várias redes nacionais que compõem a EAPN, com especial relevo para os Países da Europa de Leste e Central •Assegurar a participação em estruturas internacionais com presença e / ou representação no território nacional 	<ul style="list-style-type: none"> •Estabelecimento de parcerias para acções estruturais e de longa duração (projectos de âmbito nacional e transnacional) •Estabelecimento de parcerias para acções de curto prazo (campanhas, tomadas de posição, intercâmbio de experiências, visitas de estudo, etc.) •Utilização e flexibilização dos meios de informação existentes como forma de divulgação dos resultados das acções protagonizadas pela organização •Participação em Grupos de Trabalho, Fóruns e outras estruturas (Plataforma das ONGDs, Fórum Não Governamental para a Inclusão Social, etc.), fazendo chegar a estes espaços as posições da organização, procurando aliados e aumentando o espaço de actuação e de influência da organização •Dinamização de espaços de encontro (formais e informais) com as organizações europeias membros da EAPN e com presença em Portugal tendo em vista a concertação de acções comuns •Dinamização de uma Rede de Luta Contra a Pobreza no espaço lusófono

EIXO ESTRATÉGICO 2: Acções desenvolvidas tendo em vista a consolidação do combate à pobreza como uma prioridade nacional no sentido de concretizar uma verdadeira inclusão social:

OBJECTIVOS	ESTRATÉGIAS	ACÇÕES
<p>4 Acompanhamento das políticas nacionais tendo como elemento central a estratégia europeia de Lisboa e o Plano Nacional de Acção para a Inclusão</p>	<ul style="list-style-type: none"> •Garantir a participação, mas também dinamização, de grupos de trabalho temáticos de acompanhamento das políticas sociais •Afirmar a organização como um observatório das políticas sociais •Difusão de pareceres e recomendações, procurando em tempo útil influenciar as decisões políticas •Garantir uma forte articulação com o trabalho europeu desenvolvido nesta área (EAPN), contribuindo activamente nas Task Forces e outros grupos de trabalho de âmbito europeu 	<ul style="list-style-type: none"> •Desenvolvimento de Grupos de Trabalho Temáticos interdisciplinares e intersectoriais •Constituição de um observatório de imprensa •Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Plano Nacional de Acção para a Inclusão •Reforço do papel e actividades do Conselho Nacional, particularmente no que respeita à dinamização de Observatórios locais de monitorização da implementação do Plano Nacional de Acção para a Inclusão •Dinamização de um observatório nacional sobre as políticas sociais •Organização de Grupos de Trabalho directamente relacionados com o trabalho efectuado em termos europeus para o acompanhamento da Estratégia de Lisboa •Activa participação nas Task Forces Europeias da EAPN •Produção e difusão periódica de documentos-síntese sobre os principais acontecimentos directamente relacionados com as políticas nacionais e europeias •Produção e difusão sistemática dos resultados dos Grupos de Trabalho Temáticos
<p>5 Promover a participação dos próprios excluídos e a mobilização de todos os actores relevantes</p>	<ul style="list-style-type: none"> •Afirmar o tema da Participação como um dos motores principais no combate à pobreza •Desenvolver acções experimentais e outras iniciativas que tenham como principal objectivo facilitar e promover a participação dos próprios excluídos como motor das respostas e recomendações que se pretendam protagonizar aos mais variados níveis •Sensibilização junto dos membros da organização associados sobre o tema da participação e sobre estratégias de activar a participação •Assegurar canais de comunicação e informação com as pessoas que vivem 	<ul style="list-style-type: none"> •Desenvolvimento de projectos e iniciativas como o Projecto “Activar a Participação”, Projecto “Envolver +... incluir todos”. •Desenvolvimento de uma campanha de sensibilização junto dos membros da organização e de outros actores relevantes sobre o tema da participação •Organização de acções de sensibilização sobre o tema da participação dirigidas a diferentes actores que intervêm no domínio da luta contra a pobreza •Organização de eventos de carácter público protagonizados

	<p>em situação de pobreza</p> <ul style="list-style-type: none"> •Combater os estereótipos negativos sobre a pobreza e construir uma imagem positiva sobre as pessoas que enfrentam tais situações 	<p>pelas pessoas que vivem situações de pobreza contribuindo para promover a sua visibilidade e capacidade de intervenção (empowerment)</p> <ul style="list-style-type: none"> •Dinamização de fóruns permanentes de discussão com pessoas que vivem situações de pobreza e exclusão social, procurando animar o espírito associativo e de intervenção e buscando evidenciar e revitalizar as energias e capacidades existentes nas próprias pessoas afectadas por fenómenos de pobreza e exclusão social
<p>6 Promoção de acções inovadoras, no âmbito da qualidade, da investigação e do conhecimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> •Permanente produção de conhecimentos sobre a pobreza e a exclusão social e seus intervenientes, particularmente em áreas de menor atenção e de permanente mudança, dando visibilidade a estas mesmas áreas •Sensibilização e estabelecimento de parcerias com os centros de investigação e universidades para desenvolver pesquisas e investigações nas áreas da pobreza e exclusão social, em especial em áreas de menor ou ausência de conhecimento •Promoção de uma cultura da qualidade nas ONGs, particularmente no que diz respeito às respostas produzidas no campo dos grupos sociais mais desfavorecidos •Ao nível da investigação, favorecer acções no domínio da prevenção dos factores produtores de pobreza e exclusão social •Incentivar a defesa de medidas de política social activa afirmando e propondo acções e programas alternativos •Promover, ao nível da investigação, abordagens inovadoras, nomeadamente no que concerne ao desenvolvimento de novas metodologias de intervenção, privilegiando metodologias de investigação-acção •Transformar, progressivamente, a organização numa rede de conhecimento nacional no que concerne à pobreza e exclusão social 	<ul style="list-style-type: none"> •Desenvolvimento de projectos de âmbito nacional e transnacional •Promoção de uma investigação de caracterização das ONGs que actuam no campo da luta contra a pobreza em Portugal e identificação de boas práticas e modelos de intervenção inovadores •Elaboração de um mapa nacional sobre os fenómenos de pobreza e exclusão social emergentes •Dinamização de redes-respostas em áreas temáticas específicas •Promoção de estudos de produção de indicadores qualitativos de pobreza e exclusão social •Desenvolvimento de um Grupo de Trabalho de âmbito nacional sobre o tema da qualidade nas ONGs, integrando as organizações federativas e de 2.º nível (redes, plataformas) •Desenvolvimento de uma Norma de Certificação da Qualidade das ONGs •Promoção de acções de formação ao nível da consultoria social •Constituição de um Laboratório de Trabalho Interdisciplinar e de contacto permanente com investigadores e peritos nos domínios da pobreza e da exclusão social

6. AVALIAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

A elaboração de um Plano deste nível só faz sentido quando é posto em marcha um sistema de avaliação forte e interactivo, ou seja, que permita a curto e a médio prazo inverter determinadas práticas que estão a pôr em causa o próprio Plano Estratégico ou que, em última instância apontam para a necessidade de rever algumas das considerações expressas no Plano, o que pode ficar a dever-se a factores endógenos ou exógenos à própria organização.

Para além dos métodos “normais” de avaliação das actividades que de resto já estão em curso (“on going”), o Plano Estratégico deverá ainda definir uma metodologia de avaliação do próprio Plano (o que é diferente de avaliar acções isoladas ou no âmbito de um contexto específico).

A metodologia para avaliar o Plano Estratégico deverá criar instrumentos com capacidade para responder a algumas questões, como por exemplo:

- De que forma os Núcleos Regionais da REAPN foram capazes de pôr em prática acções para dar corpo aos princípios estratégicos definidos e acordados?
- De que forma os planos nacionais de actividades (anuais) foram capazes (em termos de concepção e de execução) de concretizar os eixos estratégicos definidos?
- Qual foi o real impacto do trabalho da REAPN durante a vigência deste Plano Estratégico? (para questões como esta importa definir muito bem o tipo de indicadores a ter em conta¹⁷⁸)
- Até que ponto a definição deste Plano Estratégico foi ao encontro (em termos de ter sido suficientemente adequado) para responder aos desafios impostos pelas situações de pobreza e exclusão social em Portugal?

É no fundo para responder a estas e outras questões que deverá ser posto em marcha um sistema de avaliação que deverá passar pelo seguinte tipo de instrumentos¹⁷⁹:

- Elaborar um diagnóstico institucional, identificando os pontos fortes e os pontos fracos (matriz SWOT);
- Relatórios de execução e de avaliação das diferentes actividades desenvolvidas, quer pelos diferentes Gabinetes da Sede, quer pelos Núcleos Distritais (estes relatórios devem ser uniformizados, em termos dos indicadores, para permitir a comparabilidade dos resultados);
- Relatórios intermédios feitos com o propósito de responder às questões previamente formuladas (essencialmente por parte dos Núcleos Regionais);

¹⁷⁸ Definir indicadores de execução à partida é uma tarefa complicada e que, na maior parte dos casos, serve apenas como mero exercício académico. Assim, e muito embora fosse possível apresentar de imediato, um quadro de indicadores de execução (sobretudo quantitativos), a opção foi a de que a definição de indicadores de execução, de carácter quantitativo, mas, e sobretudo, de carácter qualitativo sejam uma das tarefas a levar a cabo durante os dois primeiros anos de vigência do Plano Estratégico (2004-2005). É durante a implementação do Plano Estratégico e, principalmente, no âmbito dos Programas de Trabalho Anuais, que iremos ter oportunidade de construir e afinar indicadores de execução. Tal actividade constituirá uma das tarefas privilegiadas da avaliação on-going que se pretende por em marcha.

¹⁷⁹ Trata-se apenas de meros exemplos de instrumentos a utilizar; muitos outros podem, e com toda a certeza, irão ser postos em marcha.

- Encontros com pessoas externas à organização para medir o impacto das nossas acções e a visibilidade das mesmas; quer representantes de entidades públicas, com as quais desenvolvemos protocolos/parcerias; quer com representantes de organizações congéneres à REAPN;
- Elaborar anualmente para cada área de trabalho (no caso da sede) e para cada Núcleo Distrital um documento que sintetize as áreas consolidadas, em consolidação e as de investimento prioritário;
- Reuniões (em formato de brainstorming para confronto dos resultados obtidos com os relatórios intermédios); estas reuniões poderiam ser “confrontos” de resultados e ideias entre os próprios núcleos regionais como forma de auto e hetero-avaliação de resultados (método aberto de avaliação e revisão dos resultados alcançados pelos “pares”);
- Realização de reuniões de equipa periódicas, com o objectivo de avaliar a execução das acções e o seu grau de adequação aos requisitos do Plano Estratégico (estas reuniões devem ser o mais participadas possível);
- Criação de instrumentos de avaliação (inquéritos por questionário, fichas de avaliação) que permitam avaliar as actividades desenvolvidas pela REAPN, por um lado, pelos “consumidores finais”, e por outro lado, pelos colaboradores directos da organização (equipa técnica, pessoal administrativo, direcção);
- Organização de duas reuniões anuais do Conselho Nacional dedicadas à avaliação do Plano Estratégico.

REAPN – Outubro 2004

7 Plano Estratégico da Rede Europeia Anti-Pobreza - Portugal para 2012-2015

Introdução

A elaboração do Plano Estratégico 2012-2015 foi pensado durante um período muito conturbado em termos sociais e económicos, quer no contexto nacional, quer no contexto europeu.

A crise económica e financeira que afeta a zona euro e que provocou em Portugal a intervenção do Fundo Monetário Internacional, do Banco Central Europeu e da Comissão Europeia; as eleições antecipadas em Portugal e a constituição de um novo Governo em Junho deste ano são acontecimentos incontornáveis e com os quais a EAPN Portugal teve que lidar ao longo deste ano, procurando pronunciar-se sempre que considerou imprescindível e necessário no sentido do cumprimento da sua missão.

Elaborar um Plano Estratégico é analisar o presente e antecipar cenários futuros; é analisar as forças e as fraquezas da organização e as oportunidades e ameaças que o contexto externo nos oferece.

Este exercício foi iniciado no Encontro Nacional de Associados que ocorreu nos dias 11 e 12 de Março na Foz do Arelho em Março de 2011 e foi maturado através de reflexões internas e auscultação dos diferentes *stakeholders* da EAPN Portugal, através de diferentes instrumentos.

O Plano Estratégico 2012-2015 pretende responder com proatividade aos desafios que sabemos que a Organização irá enfrentar nos próximos três anos, num contexto de elevada incerteza. A incerteza é característica de um período como este e a nossa organização pretende reagir de uma forma assertiva, convicta da sua experiência resultante de 20 anos de trabalho, dos seus valores e da missão que desempenha no contexto das organizações não-governamentais em Portugal.

A constatação de que vivemos momentos difíceis e de que estes irão afetar incontestavelmente as organizações que trabalham no domínio da intervenção social e irão atingir as franjas da população mais fragilizadas não poderá alterar a forma de atuação da EAPN Portugal. Teremos que construir nos próximos tempos uma organização mais forte, coesa, e que demonstre a sua qualidade nos domínios de atuação que estão estatuariamente definidos.

A área do lobby e da defesa dos direitos das pessoas mais desfavorecidas será com certeza uma das áreas de maior investimento por parte da organização.

A EAPN Portugal tem convicções fortes em relação àquilo que acredita ser uma sociedade mais justa e em relação àquilo que é necessário fazer para não abandonar o caminho de uma Europa Social que defende a coesão entre os Estados-membros e a preocupação com as regiões mais pobres.

Aceitar a atual situação com resignação é um caminho que não queremos seguir. Iremos trabalhar em contraciclo, defendendo que os direitos fundamentais não podem ser postos em causa, devido à crise. Há conquistas importantes que foram feitas ao longo das últimas décadas e que não podem ser abandonadas.

Além da Missão, Valores e Visão apresentamos o nosso posicionamento estratégico e as nossas principais prioridades e objetivos¹⁸⁰ para o período 2012-2015. A definição dos eixos e objetivos foi feita tendo em atenção a necessidade da sua exequibilidade. Assim, o cumprimento dos prazos estabelecidos no plano deve ser rigoroso, assim como, deve ser tida em conta a afetação de recursos humanos para a sua concretização dentro do cronograma.

Missão

Contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, em que todos sejam corresponsáveis na garantia do acesso dos cidadãos a uma vida digna, baseada no respeito pelos Direitos Humanos e no exercício pleno de uma cidadania informada, participada e inclusiva.

Visão

Procurando ser coerentes com o princípio fundamental da dignidade humana, almejamos um mundo livre de pobreza e de exclusão social, sustentado nos seguintes valores: dignidade, justiça, solidariedade e igualdade.

Valores

Dignidade - Defesa das condições de vida adequadas às necessidades e expectativas legítimas da população.

Justiça - Defesa dos direitos e deveres fundamentais das pessoas, consubstanciados nas condições materiais e culturais de vida.

Solidariedade - Atuação assente na partilha de fins e de meios de construção de uma sociedade mais justa.

Igualdade - Condição comum face aos direitos e aos deveres baseada na ausência de discriminação

¹⁷⁸ Os eixos apresentados não estão por ordem de importância, nem por ordem de concretização temporal.

Princípios

Participação - Atuação ativa e congruente com os valores organizacionais.

Subsidiariedade - Potenciação das diferenças de capacidades e de iniciativas.

Trabalho em Rede - Potenciação das sinergias permitidas pela diversidade e pelo trabalho em rede.

Inovação - Procura de medidas potenciadoras de eficácia e eficiência para realizar os valores e respeitar os princípios.

Responsabilidade - Assunção dos efeitos das ações e contribuição para realizar a missão organizacional.

Transparência - Dever de informar e dar a conhecer planos, atividades e recursos aplicados na sua execução.

Eixos e Objetivos Estratégicos

Eixo estratégico 1

Reforçar os mecanismos de Governança ao nível interno e externo da Organização

Objetivo 1 - Desenvolvimento Organizacional

Objetivo 2 - Gestão de Marketing da organização com vista a melhorar a identidade e a imagem organizacional junto de todos os *stakeholders* relevantes.

Eixo estratégico 2

Desenvolver o Lobby institucional como forma de cumprir a missão da organização

Objetivo 3 - Definir e implementar uma estratégia de lobby político que tenha em vista um impacto efetivo da Organização na definição das políticas sociais e no combate à pobreza e exclusão social.

Eixo estratégico 3

Promover a inovação social no combate à pobreza e exclusão social

Objetivo 4 - Estruturar ações/projetos de caráter localizado, dinamizando as sinergias locais e a promoção da cidadania.

Objetivo 5 - Continuar a apostar na promoção de projetos nacionais e transnacionais em áreas de intervenção relacionadas com a pobreza e exclusão social.

Objetivo 6 - Reforçar a componente de investigação da EAPN Portugal consolidando o seu papel como entidade de referência nas áreas da pobreza e da exclusão social.

Eixo estratégico 4

Sustentabilidade Económica

Objetivo 7 - Diversificar as fontes de financiamento

Objetivo 8 - Garantir a sustentabilidade da organização.

Objetivos Específicos e Indicadores

Eixo estratégico 1

Reforçar os mecanismos de Governança ao nível interno e externo da Organização

Objetivo 1 - Desenvolvimento Organizacional

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO
1.1. Melhorar a política de gestão de recursos humanos. a. Promover uma política de contratação. b. Promover uma política de progressão de carreiras. c. Criação de um Conselho da Qualidade.	- Nº de reuniões de equipa - Nível de envolvimento/participação da equipa técnica no CQ - Nº de reuniões do Conselho da Qualidade - Tipo de documentos/recomendações propostas pelo CQ
1.2. Elaborar um Manual de Procedimentos interno que assegure a homogeneização e transparência.	- Manual de procedimentos.
1.3. Implementar um processo de avaliação de desempenho. a. Definir os objetivos a atingir por cada colaborador em cada ano. b. Definir um modelo de auto e heteroavaliação do desempenho consensualizado com a equipa e aprovado pela Direção.	- Realização de um Relatório de avaliação desempenho anual.
1.4. Realizar uma adequada gestão do conhecimento dos colaboradores (formação inicial, formação de reciclagem e planos de formação específicos).	- Nº de ações/cursos realizadas - Nº de pessoas formadas
1.5. Elaborar um programa de gestão do voluntariado.	- Nº de ações/cursos realizadas - Nº de pessoas formadas
1.6. Elaborar um programa de gestão dos associados da organização a. Gerir a Base de Dados dos associados b. Desenvolver uma campanha de angariação de novos associados c. Definir uma estratégia de envolvimento/participação dos associados.	- Aumentar em 5% o nº de associados em nome coletivo e individual - Tipo e nº de ações desenvolvidas (a nível nacional e local) para angariação de associados - Nível e tipo de participação dos associados (a nível nacional e local)
1.7. Melhoria contínua dos procedimentos e ferramentas de gestão de pessoas.	- Revisão anual de procedimentos - Revisão anual de ferramentas
1.8. Motivar as pessoas e conseguir um clima laboral adequado aos objetivos e valores da organização.	- Realização de estudos periódicos de clima laboral que incluam indicadores de satisfação. - Nº de estudos realizados no período 2012-2015 - Tendência de melhoria nos indicadores de satisfação a partir dos valores de referência

Objetivo 2 - Gestão de Marketing da organização com vista a melhorar a identidade e a imagem organizacional junto de todos os stakeholders relevantes.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO
2.1. Desenvolver um Plano de Marketing que vise a promoção e a concretização da missão da organização.	- Plano de Marketing 2012 - Relatório de Avaliação 2014
2.2. Realizar estudos de impacto sobre as nossas campanhas e as diferentes ações de comunicação.	- Estudo e resultados
2.3. Estudar a instituição de um prémio anual a atribuir a uma instituição associada e que distinga o seu trabalho em matéria de luta contra a pobreza.	- Documento de reflexão sobre que tipo de prémio - Instituição do prémio em 2012

Eixo estratégico 2

Desenvolver o Lobby institucional como forma de cumprir a missão da organização

Objetivo 3 – Definir e implementar uma estratégia de lobby político que tenha em vista um impacto efetivo da Organização na definição das políticas sociais e no combate à pobreza e exclusão social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO
3.1. Manter um perfil ativo na defesa dos direitos das pessoas: incentivar a definição e implementação de uma Estratégia Nacional de Combate à Pobreza e Exclusão Social. a. Fortalecer as relações com entidades nacionais chave b. Criar um grupo de peritos (think thank) de apoio a elaboração de uma proposta de ENCPES c. Produzir pareceres (participados) sobre temáticas emergentes na sociedade nacional d. Desenvolver um trabalho de lobby junto dos órgãos de poder político no sentido de integrar a proposta no programa do governo.	- Nº de espaços institucionais em que a EAPN PT está formalmente presente - Nº de entidades parceiras - Nº de peritos envolvidos - Nº de reuniões realizadas - Nº e tipo de contributos para a proposta de uma ENCPES - Feedback relativo à proposta de ENCPES - Nº de documentos de tomada de posição e tipo de temáticas abordadas - Capacidade de influência na agenda nacional e europeia (participação em eventos, nº de propostas realizadas, nº de propostas assumidas)
3.2. Reforçar e qualificar a função de opinion maker em temáticas relacionadas com a pobreza e a exclusão social.	- Nº de documentos de tomadas de posição - Nº de press releases - Nº de notícias publicadas
3.3. Manter e promover a participação ativa em redes e plataformas de ONGs relevantes no sector social (ex: nas plataformas supraconcelhias da rede social, NPISA, FNGIS, ENPICC, Plataforma das ONGD).	- Nº de redes e plataformas em que participamos - Nº de reuniões realizadas - Nº de propostas/documentos produzidos

3.4. Reforçar os protocolos com Universidades, Centros de Investigação.	- Nº de ações/projetos realizados em colaboração com estas entidades.
3.5. Construir e manter relações de parceria estáveis em torno dos nossos projetos, envolvendo outros atores chave: empresas, sindicatos e outras ONGs (Ex. Observatórios de Luta Contra a Pobreza).	- Nº de protocolos de parceria plurianuais ou que se renovem anualmente. - Nº de instituições com as quais celebram protocolos. - Nº de ações conjuntas
3.6. Reforçar a parceria com outras organizações europeias (EAPN Europa, redes nacionais e outras ONGs europeias)	- Nº de ações conjuntas

Eixo estratégico 3

Promover a inovação social no combate à pobreza e exclusão social.

Objetivo 4 - Estruturar ações/projetos de carácter localizado, dinamizando as sinergias locais e a promoção da cidadania

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO
4.1. Promover o desenvolvimento dos territórios, através da inovação social. a. Analisar a realidade dos territórios para desenhar modelos de intervenção mais adequados à sua realidade.	- Elaboração de um Plano Estratégico para cada território (2012-2015).
4.2. Promover ações/projetos através dos Núcleos distritais que respondam às necessidades e problemas sociais identificados pelos territórios, numa lógica de trabalho em rede.	- Nº e tipo de ações/projetos desenvolvidos - Nº de parcerias estabelecidas - Nº e tipo de documentos produzidos acerca da realidade social local.
4.3. Dar continuidade ao trabalho desenvolvido no âmbito do Conselho Consultivo Nacional e dos Conselhos Consultivos Locais.	- Nº de reuniões realizadas - Nº de pessoas que participam - Nº de propostas/documentos produzidos - Nº de atividades/eventos realizadas - Nº focus group realizados
4.4. Realizar uma avaliação/monitorização do trabalho desenvolvido com as pessoas em situação de pobreza e/ou exclusão social.	- Nº de participantes envolvidos - Relatórios de avaliação anual. - Plano de Formação Anual
4.5. Continuar a capacitar as organizações do terceiro sector.	- Realização de Balanços de Formação Anuais.
4.6. Reforçar a ação institucional e política a nível local.	- Nível de cooperação com órgãos e entidades relacionadas

Objetivo 5 - Continuar a apostar na promoção de projetos nacionais e transnacionais em áreas de intervenção relacionadas com a pobreza e exclusão social

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO
5.1. Desenvolver projetos que tenham uma componente de experimentação social e de inovação, garantindo a disseminação dos resultados e produtos.	- Projetos executados, resultados obtidos, capacidade de transferência
5.2. Envolver os núcleos distritais no desenvolvimento/participação em projetos nacionais ou transnacionais.	- Nº de projetos - Núcleos envolvidos - Participação dos colaboradores em experiências de intercâmbio - Nº de pessoas implicadas e nível de implicação
5.3. Diversificar o tipo e número de parceiros e o tipo de problemáticas de intervenção e análise.	- Nº de encontros, reuniões, documentos produzidos
5.4. Reforçar a parceria da EAPN PT com outras organizações europeias	- Nº de projetos, resultados (estudos, publicações, trabalho em rede, seminários), etc.

Objetivo 6 – Reforçar a componente de produção de conhecimento e a investigação da EAPN Portugal consolidando o seu papel como entidade de referência nas áreas da pobreza e da exclusão social

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO
6.1. Manter e ampliar a atenção a grupos específicos como por ex. idosos, crianças, sem-abrigo, comunidades ciganas.	- Nº de relatórios temáticos produzidos - Nº de publicações
6.2. Desenvolver um centro de recursos de intervenção nas comunidades ciganas	- Nível de cumprimento do Plano de Ação do Centro de Recursos (Nº de ações realizadas, resultados obtidos)
6.3. Reforçar os contactos com experts nacionais e estrangeiros que favoreçam uma intervenção mais capacitada, reconhecida e crítica por parte da EAPN Portugal.	- Nº de experts envolvidos - Nº de ações desenvolvidas - Nº de reuniões realizadas - Nº e tipo de documentos produzidos
6.4. Apostar em parcerias estratégicas para o desenvolvimento de estudos de investigação em áreas relacionadas com a pobreza e exclusão social.	- Nº entidades parceiras - Nº de estudos realizados

Eixo estratégico 4
Sustentabilidade Económica

Objetivo 7 - Diversificar as fontes de financiamento

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO
7.1. Captar fundos privados – criação de uma rede de empresas privadas com as quais se possa concertar ações ou o financiamento de projetos, contando com a Responsabilidade Social corporativa.	- Volume e percentagem de receitas privadas no total das receitas - Nº de projetos financiados de forma estável por empresas privadas.
7.2. Iniciar uma linha de autofinanciamento de prestação de serviços, orientada para a sustentabilidade económica (formação, avaliação de projetos)	- Nº de serviços prestados e volume e percentagem sobre o total das receitas.

Objetivo 8 - Garantir a sustentabilidade da organização

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO
8.1. Realizar uma bolsa de fornecedores por cada categoria de despesa e analisar preços anualmente e comparar fornecedores atuais com fornecedores alternativos.	- Estudo anual
8.2. Aceleração dos prazos de apresentação de pedidos de reembolso intermédios	- Apresentação de pedidos de reembolso a cada dois meses
8.3. Influenciar as entidades financiadoras para que os apoios financeiros sejam atualizados.	- Nº de atualizações

Avaliação

O PE 2012 – 2015 será monitorizado e avaliado, de modo interno e externo, ao longo dos 4 anos da sua execução. Esta avaliação permitirá efetuar reajustamentos e alterações, sempre que necessárias, aos objetivos e respetivas ações.

Ao longo do próximo ano, e no sentido de dar cumprimento ao processo de monitorização do Plano Estratégico que está definido no Plano de Atividades para 2012, o Departamento de Investigação e Projetos propõe desenvolver as seguintes atividades de avaliação interna do PE:

- Realização de momentos de avaliação da execução do PE nas reuniões de equipa (4 por ano)

- Realização de momentos de avaliação da execução do PE nas reuniões gerais com os núcleos distritais (1/ano).
- Realização de momentos de avaliação de execução do PE na reunião do Conselho Nacional (1/ano).
- Análise qualitativa do Relatório de Atividades de 2012, tendo presente os eixos e objetivos do PE.

Esta metodologia de avaliação interna definida para 2012 irá manter-se para os anos seguintes, embora possa sofrer alguns ajustamentos.

Em 2013/2015 prevê-se a realização de uma avaliação externa que apoie a Direção nacional e a equipa de avaliação interna na construção do próximo PE, tendo em conta a avaliação feita do trabalho desenvolvido ao longo dos 4 anos. No que diz respeito aos produtos resultantes desta avaliação externa prevê-se:

- Um relatório de progresso (2014)
- Um relatório final com recomendações para o próximo PE (2015).

Dezembro de 2011

8 Publicações da Rede Europeia Anti-Pobreza – Portugal, 1992-2015

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Notícias da Rede. Porto: REAPN, 1992-1997.

Flash Rede, nºs 1-126. Porto: REAPN, 1996-2009. [deu origem a publicações electrónicas: Flash Rede – e-news, desde 2010, e Flash Rede – Blog, desde Dezembro de 2009; em 2011, a Flash Rede – e-news foi absorvida pelo blog informativo Flash Rede, que se mantém activo em 2016]

Flash Rede. Blog informativo da EAPN Portugal. Disponível on-line em: <http://flashrede.blogspot.pt/>

eNews EAPN Portugal [92 newsletters até 31.05.2016]

Em Análise, nºs 1-29. Porto: REAPN, 2006-2015.

Rediteia, nºs 1-43. Porto: EAPN, 1998-2009. [semestral; substituiu o Notícias da Rede, iniciado em 1991]

Rediteia. Revista de Política Social, n.º 44: «Rendimento Mínimo e Inclusão Ativa». Porto: EAPN Portugal, 2011. [a partir desta data com um novo formato e passa a ser anual]

Rediteia. Revista de Política Social, n.º 45: «Envelhecimento Ativo». Porto: EAPN Portugal, 2012.

Rediteia. Revista de Política Social, n.º 46: «Bem-Estar infantil». Porto: EAPN Portugal, 2013.

Rediteia. Revista de Política Social, n.º 47: «Qualificação e Sustentabilidade nas Organizações de Economia Social». Porto: EAPN Portugal, 2014.

Rediteia. Revista de Política Social, n.º 48: «Erradicar a Pobreza. Compromisso para uma Estratégia Nacional». Porto: EAPN Portugal, 2015.

Focus Social. Revista de Política Social, n.º 0. Porto: EAPN Portugal, Dezembro de 2010.

Focus Social. Revista de Economia Social, nºs 1-7. Porto: EAPN Portugal, Maio de 2012-Junho 2015.

Ciganos.pt. REAPN/Grupo Interinstitucional sobre as Comunidades Ciganas – Sina, 2002.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS DOS NÚCLEOS DISTRITAIS E REGIONAIS DA REAPN

- Baixo Vouga em Rede.** Aveiro: Núcleo da REAPN do Distrito de Aveiro, 1999-2005.
- Cruzar Caminhos.** Évora: Núcleo da REAPN do Distrito de Évora, 2000 -2005.
- Notícias da Rede.** Coimbra: Núcleo da REAPN do Distrito de Coimbra, 2002-2005.
- Planície em Rede.** Beja: Núcleo da REAPN do Distrito de Beja, 2003-2005.
- Algarve em Rede.** Faro: Núcleo da REAPN do Distrito de Faro, 2003-2005.
- Flash Lisboa.** Lisboa: Núcleo da REAPN do Distrito de Lisboa, 2003-2005.
- Breves da Rede.** Braga: Núcleo da REAPN do Distrito de Braga, 2004-2005.
- Beira Inclusa.** Castelo Branco: Núcleo da REAPN do Distrito de Castelo Branco, 2004-2005.
- Guarda (em) Rede.** Guarda: Núcleo da REAPN do Distrito da Guarda, 2004-2005.
- Flash Porto.** Porto: Núcleo da REAPN do Distrito do Porto, 2004-2005.
- @gentes do Ribatejo.** Santarém: Núcleo da REAPN do Distrito de Santarém, 2004-2005.
- Eco.** Setúbal: Núcleo da REAPN do Distrito de Setúbal, 2004-2005.
- Vozes do Centro,** n.ºs 1-7. Porto: Núcleo Regional do Centro da REAPN, 2006-2009.
- InRede,** n.ºs 1-7. Porto: Núcleo Regional do Norte da REAPN, 2006-2009.
- Diálogos,** n.ºs 1-7. Porto: Núcleo Regional do Sul da REAPN, 2006-2009.
- Observar. Pobreza. Lisboa. Revista do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa,** n.º 1. Porto: REAPN, Dezembro 2009.

CADERNOS REAPN/EAPN

- BAPTISTA, Isabel; PERISTA, Heloísa; REIS, Ana Luzia - **A Pobreza no Porto: Representações Sociais e Práticas Institucionais.** Col. «Cadernos REAPN», 1. Porto: REAPN, 1995.
- CAPUCHA, Luís (ed.) - **ONGs de Solidariedade Social: Práticas e Disposições.** Col. «Cadernos REAPN», 2. Porto: REAPN, 1995.
- ESTIVILL, Jordi (org.); HIERNAUX, Jean-Pierre; GEDDES, Michael
O Partenariado Social na Europa: uma estratégia participativa para a inserção. Tradução: António Moreira. Col. «Cadernos REAPN», 3. Porto: REAPN Portugal, 1997.
- LUVUMBA, Felícia Marta - **Minorias étnicas dos PALOP residentes no Grande Porto. Estudo de caracterização sociográfica.** Col. «Cadernos REAPN», 4. Porto: REAPN Portugal, 1997.
- PINTO, Maria de Fátima - **A Cigarra e a Formiga: contributos para a reflexão sobre o entrosamento da minoria étnica cigana na sociedade portuguesa.** Col. «Cadernos REAPN», 5. Porto: REAPN Portugal, 2000.

- RANSOM, Janice (coord.) - ***Combater a exclusão social: identificar papéis e potencialidades do poder local. Novos desafios e oportunidades.*** Tradução e adaptação: Armandina Heleno. Col. «Cadernos REAPN», 6. Porto: REAPN Portugal, 2000.
- CASTRO, José; MARQUES, Ana Sofia - ***Modelar – Modelos de formação e inserção sócio-profissional de pessoas desfavorecidas: dimensões e tipologias.*** Col. «Cadernos REAPN», 7. Porto: REAPN Portugal, 2000.
- ESTIVILL, Jordi; RODRIGUES, Fernanda - ***10 Anos da REAPN em Portugal.*** Col. «Cadernos REAPN», 8. Porto: REAPN Portugal, 2004.
- AIRES, Sérgio (coord.) - ***in Extremis: fenómenos, actores e práticas nos domínios da pobreza e da exclusão social.*** Col. «Cadernos REAPN», 9. Porto: REAPN Portugal, 2005.
- PAIVA, Júlio - ***Pobreza, Exclusão, Desemprego e Empresas de Inserção em Portugal: a perspectiva dos promotores e dos beneficiários.*** Col. «Cadernos REAPN», 10. Porto: REAPN Portugal, 2006.
- HESPANHA, Pedro (coord.); CALEIRAS, Jorge; PESSOA, Sandra; PACHECO, Vanda - ***É o (des)emprego fonte de pobreza? O impacto do desemprego e do mau emprego na pobreza e exclusão social no distrito de Coimbra.*** Col. «Cadernos REAPN», 11. Coimbra: REAPN Portugal, 2007.
- AGUILARIDÁÑEZ, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel - ***Diagnóstico Social: conceitos e metodologias.*** Tradução: Isabel Marques. Col. «Cadernos REAPN», 12. Porto: REAPN Portugal, 2007.
- Quatenaire Portugal - ***Nas margens do Tâmega - mercado de trabalho, pobreza e exclusão: interações e intervenções.*** Col. «Cadernos REAPN», 13. Porto: REAPN Portugal, 2008.
- ESTIVILL, Jordi; CALEIRAS, Jorge - ***Bridges for inclusion: A Articulação das Estratégias de Emprego e Inclusão Social.*** Col. «Cadernos REAPN», 14. Porto: REAPN Portugal, 2008.
- LASCOUX, Jean-Louis - ***A Prática da Mediação: um método alternativo de resolução de conflitos.*** Tradução: Ângela Maria Lopes. Col. «Cadernos REAPN», 15. Porto: REAPN Portugal, 2009.
- VEIGA, Fátima; CRUZ, Paula; PEGADO, Elsa; SALEIRO, Sandra - ***Um retrato das ONG's de Solidariedade Social em Portugal.*** Col. «Cadernos EAPN», 16. Porto: EAPN Portugal, 2011.
- CASTRO, Alexandra (coord.) - ***A cidade incerta. Barómetro do Observatório e Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa.*** Col. «Cadernos EAPN», 17. Porto: EAPN Portugal, 2012.
- FERREIRA, Hélder; GONÇALVES, Nuno; AFONSO, Óscar - ***Sobre(vidas). A economia informal e a inclusão social de públicos desfavorecidos.*** Col. «Cadernos EAPN», 18. Porto: EAPN Portugal, 2014.

- ALBERGARIA, Ana Cláudia; SANTARÉM, Cátia; CAIO, Tiago - *Bem-me-quer; Mal-me-quer. O impacto das representações sociais na luta contra a pobreza em Portugal*. Col. «Cadernos EAPN», 19. Porto: EAPN Portugal, 2014.
- COSTA, Sónia (coord.); SANTOS, Marta; GUERRA, Isabel - *Evolução na Continuidade Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa – Fase II*. Col. «Cadernos EAPN», 20. Lisboa: EAPN Portugal, 2015.
- PAIVA, Júlio; PINTO, Liliana; MONTEIRO, Alcides; AUGUSTO, Nuno - *Empregabilidade na Economia Social: o papel das políticas ativas de emprego*. Col. «Cadernos EAPN», 21. Porto: EAPN Portugal, 2015.
- SANTOS, Elizabeth; VEIGA, Fátima; CRUZ, Paula; LOPES, Mónica; FERREIRA, Sílvia - *O impacto social e institucional da crise económica e financeira nas organizações do Terceiro Setor*. Col. «Cadernos EAPN», 22. Porto: EAPN Portugal, 2015.

REDACÇÃO/REDAÇÃO

- COSTA, Alfredo Bruto da; SALGUEIRO, João; CARDOSO, Ana; HENRIQUES, José Manuel; MOREIRA, P.e Jardim; FERREIRA, Fátima Campos (moderadora) - *Uma conversa sobre a pobreza: conceitos, políticas e acções em Portugal*. Col. «RedAcção», 1. Porto: REAPN, 2003.
- AIRES, Sérgio; HELENO, Armandina (coord.) - *Activar a participação: um processo em construção*. Col. «RedAcção», 2. Porto: REAPN, 2004.
- RETO, Luís; CAMPOS, Manuel Canaveira; NAMORADO, Rui; AMARO, Rogério Roque; MELO, Alberto; PEREIRA, Hélder (moderador) - *Economia Social e o Terceiro Sector em Portugal: delimitação, estudos e projectos*. Col. «RedAcção», 3. Porto: REAPN, 2004.
- COSTA, Maria Cristina - *A dinâmica das organizações não-governamentais de solidariedade social do concelho de Braga*. Col. «RedAcção», 4. Braga: REAPN, 2005.
- DIAS, Ana Catarina dos Santos - *Dinâmicas de Castelo Branco: Uma caracterização sócio-económica do distrito e das suas ONG's*. Col. «RedAcção», 5. Castelo Branco: REAPN, 2007.
- REAPN - *Dinâmicas da participação das pessoas em situação de pobreza: experiência nacional e europeia*. Col. «RedAcção», 6. Porto: REAPN, 2007.
- AZEVEDO, Carlos; FRANCO, Raquel Campos; AIRES, Sérgio; SILVA, Sofia Nogueira da (coord.) - *Linhas de Orientação para a Qualificação Organizacional de Organizações Sociais Sem Fins Lucrativos*. Col. «RedAcção», 7. Porto: REAPN, 2008.
- PAÚL, Constança; CRUZ, Paula - *Envelhecimento activo: mudar o presente para ganhar o futuro*. Col. «RedAcção», 8. Porto: REAPN, 2009.

FRANCO REBOLLAR, Pepa; GUILLÓ GIRARD, Clara (coord.) - *Guia metodológico sobre a participação das pessoas em situação de pobreza e exclusão social*. Tradução: Maria José Vicente, Júlio Paiva e Armandina Heleno. Col. «RedAção», 9. Porto: EAPN Portugal, 2011.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

Racismo & pobreza na Europa. Bruxelas: European Anti-Poverty Network, 1997.

ARBEX, Carmen - *Actuar com a comunidade cigana: orientações para a intervenção em toxicodependência a partir dos serviços de assistência*. Porto: REAPN, 1999. [com a colaboração da REAPN]

ARAÚJO, Sandra (coord.) - *Escola contra a Violência na Família*. Porto: REAPN, 2000.

RANSOM, Janice (ed.) - *Desenvolver metodologias e estratégias para combater a exclusão social*. Galway: Community Workers Co-operative/REAPN/Föreningen Urkraft/Hull Doc, 2000.

Roma, Travellers and Discrimination. Madrid: Fundación Secretariado General Gitano, 2001. [com a colaboração da REAPN]

ARBEX SÁNCHEZ, Carmen - *Guia para trabalhar com mulheres ciganas: a temática da saúde*. Tradução: Maria Jesús Chao Maceiras. Madrid: Fundación Secretariado General Gitano/REAPN, 2003.

IOPPI, Cinzia; CASTELLI, Vincenzo; MARTINI, Raffaella (coord.) - *Laboratori Estremi*. Regione Emilia Romagna (Itália) 2001.

Marginália - between the lines... outside the margins. Multi-dimensional readings and responses to social exclusion. Edição On The Road [colaboração da REAPN], 2003.

EAPN - European Anti-Poverty Network (org.) - *Imagens e percepções da pobreza. Relatório do 4.º Encontro Europeu das Pessoas em Situação de Pobreza*. Bruxelas, 10-11 Julho 2005. Tradução: Armandina Heleno.

Fundación Secretariado General Gitano - Área de Educación - *Ensinar e aprender em contextos de diversidade cultural: orientações e estratégias para as escolas*. Tradução: Maria Jesús Chao Maceiras. Madrid: Fundación Secretariado General Gitano [com colaboração da REAPN], 2006.

Projecto Multiplicar - Estratégias, Instrumentos e Actores - Centro Informático de Aprendizagem para a Inclusão Social: Guia de utilização. Porto: REAPN, 2006.

Como enfrentamos o dia-a-dia? Relatório do 5º Encontro Europeu das pessoas que vivem em situação de pobreza. Bruxelas, 12-13 Maio 2006.

EAPN - Task Force do Emprego - *No limiar da pobreza: emprego e desemprego na União Europeia*. Tradução: Armandina Heleno. Porto: REAPN, 2006.

EAPN - *Manual sobre Gestão dos Fundos estruturais da União Europeia*. Porto: REAPN, 2006.

- Educação: o nosso projecto partilhado. Soluções e estratégias para a inclusão educativa dos jovens ciganos.** Tradução: Margarida Gonçalves. Madrid: Fundación Secretariado Gitano [com colaboração da REAPN], 2006.
- ESTIVILL, Jordi; VEIGA, Fátima; ALBERGARIA, Ana Cláudia; VICENTE, Maria José - **Pequenas experiências. Grandes Esperanças!** Porto: REAPN, 2006.
- Projecto Trampolim – Itinerários Individualizados de Inserção - **Trabalhar com jovens com poucas qualificações escolares e profissionais em risco de exclusão social: práticas e reflexões. Elementos de apoio à organização e promoção de actividades de inserção socioprofissional.** Porto: [Parceria de Desenvolvimento do Projecto Trampolim / colaboração da REAPN], [2006].
- ESTIVILL, Jordi; AIRES, Sérgio - **De Lisboa 2000 a Lisboa 2007: regresso ao futuro.** Porto: REAPN, 2007.
- Guia para a Intervenção com a Comunidade Cigana nos Serviços de Saúde.** Madrid: Fundación Secretariado General Gitano [com colaboração da REAPN], 2007.
- SANTOS, Elizabeth; ESTIVILL, Jordi; AIRES, Sérgio - **Primeiro Relatório do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa.** Lisboa: Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa / REAPN (Núcleo Distrital de Lisboa), 2007.
- 4 Pilares na luta contra a pobreza. Relatório do 7º Encontro de pessoas que vivem em situação de pobreza.** Bruxelas, 16-17 Maio 2008.
- Fundación Secretariado Gitano - **Guia de motivação para o desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres ciganas.** Tradução: REAPN. REAPN: Porto, 2008.
- AIRES, Sérgio (coord.) - **Bridges for Inclusion. Guidelines for bridging Employment and Inclusion.** Porto: REAPN, 2009.
- Estudo sobre a percepção da pobreza em Portugal.** S. l.: Amnistia Internacional/REAPN, Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, 2009.
- HARVEY, Bryan - **Manual dos Fundos Estruturais 2009-2011.** 3.ª ed. s. l., 2009.
- “Onde Vivemos. O que necessitamos”. Relatório do 8.º Encontro Europeu das Pessoas em Situação de Pobreza.** Bruxelas, 15-16 de Maio de 2009.
- REAPN - **Pobreza e Exclusão Social: um guia para professores.** Porto: REAPN, 2009.
- VICENTE, Maria José - **As comunidades ciganas e a saúde: um primeiro retrato nacional.** Porto: REAPN, 2009.
- CRISTÓVÃO, Artur; GONÇALVES, Hermínia; OLIVEIRA, Catarina (org.) - **Estratégias colectivas e territorializadas de luta contra a pobreza e exclusão social.** Vila Real: REAPN / Núcleo Distrital de Vila Real, 2010.
- MAGALHÃES, Teresa - **Violência na escola: prevenir, detectar e intervir.** Porto: EAPN Portugal, 2010.
- MAURO, Cibin; ANDREA, Jester; LISA, Leonardini; ELENA, Lugato; GERASSIMOS, Papanastasatos - **Transnational catalogue of intervention options for young polydrug users.** [Veneza]: Projecto SEID - Strategic European Inventory on Drugs [colaboração da REAPN], [2010].

- SARMENTO, Manuel Jacinto; VEIGA, Fátima (org.) - ***Pobreza Infantil: realidades, desafios, propostas***. Porto: Húmus / REAPN, 2010.
- MAGALHÃES, Teresa - ***Trabalho digno e responsabilidade social. Manual dirigido a empresários***. Porto: EAPN Portugal, 2010.
- “Uma vida, um tesouro”***. ***Jornadas Transfronteiriças sobre a Institucionalização de Crianças e Jovens***. Porto: EAPN Portugal, 2011.
- AIRES Sérgio (coord.) - ***Retratos de Lisboa: indicadores para o estudo da pobreza e exclusão social***. «Caderno do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa», n.º 1. Lisboa: Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa / EAPN Portugal (Núcleo Distrital de Lisboa), 2011.
- MARGARIDO, Cristóvão (ed); GRILO, Patrícia; VIEIRA, Ricardo; COSTA, Rogério - ***A Dinâmica das Organizações Não Governamentais de Solidariedade Social do Distrito de Leiria***. Leiria: EAPN Portugal / Núcleo Distrital de Leiria, 2011.
- MARTINEZ TEM, Luz; TUTS, Martina; POZO, Jonatan - ***Guia para a promoção da participação social dos jovens ciganos***. Tradução: Maria José Vicente e Armandina Heleno. Porto: EAPN Portugal, 2011.
- AZEVEDO, Cátia; MARTINS, Helena - ***A viagem do SALTARICO: percurso de um projeto***. Guarda: EAPN Portugal / Núcleo Distrital da Guarda, 2011. [contém CD]
- AIRES Sérgio (coord.); CRUZ, Catarina; SANTOS, Paulo; ESTIVILL, Jordi (consultor) - ***Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa – Relatório 2011***. Lisboa: Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa / EAPN Portugal (Núcleo Distrital de Lisboa), 2012.
- CARVALHO, Margarida; CARMO, Renato Miguel do - ***Desigualdades de remuneração nas freguesias do concelho de Lisboa (2003-2009)***. Lisboa: Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa / EAPN Portugal (Núcleo Distrital de Lisboa), 2012.
- DA DALT, Lorena Moro - ***Guia para o desenvolvimento pessoal das Mulheres Ciganas: perspectiva psico-emocional e desenvolvimento profissional***. Tradução: Maria José Vicente e Armandina Heleno. Porto: EAPN Portugal, 2012.
- FONSECA, Tânia - ***Sou cigana***. Porto: EAPN Portugal, 2012.
- PAIVA, Júlio; PINTO, Liliana - ***Cabo dos trabalhos***. Porto: EAPN Portugal, 2012.
- VEIGA, Fátima; CRUZ, Paula - ***Ninguém vive demais. Uma vida é um momento. / No one lives too long. Life is a moment***. Porto: EAPN Portugal, 2012.
- GARCÍA, Cristina; BEZUNARTEA, Patricia (coord.) - ***Guia de motivação para a formação ao longo da vida e a participação social das mulheres ciganas***. Tradução e adaptação: Maria José Vicente e Armandina Heleno. Porto: EAPN Portugal, 2013.
- LOPES, Ana; PAIVA, Júlio; VICENTE, Maria José - ***Formação para a Inclusão de Públicos Vulneráveis. Uma Abordagem Integrada e Articulada***. Porto: EAPN Portugal, 2013.
- “Muitas vidas. Um baú de tesouros”***. ***Jornadas transfronteiriças. Um olhar sobre os percursos e as estratégias de intervenção junto das crianças e jovens em risco***. Porto: EAPN Portugal, 2013.

- RIVERO, Catarina; SOUSA, Liliana; GRILO, Patrícia; RODRIGUES, Sofia - **Manual - Práticas Colaborativas e Positivas na Intervenção Social**. Leiria: EAPN Portugal / Núcleo Distrital de Leiria, 2013.
- BARANYAI, Berill; TORRES, Maria Helena; VICENTE, Maria José; CRUZ, Paula; MALTA, Vasco - **Guia Prático dirigido a ONG's para prevenir a discriminação das Comunidades Ciganas**. Tradução: Armandina Heleno. S. l.: Net-Kard Project [com colaboração das outras entidades parceiras do Projecto NetKard], 2014.
- CSONTA, Ágnes; NIŢĂ, Delia-Luiza - **Defesa dos Direitos Humanos em nome das Comunidades Ciganas. Um guia para profissionais do Direito**. Tradução: Armandina Heleno. S. l.: Net-Kard Project [com colaboração da EAPN Portugal], 2014.
- “De cada tesouro se constrói uma riqueza. A importância da participação dos jovens”.** **III Jornadas Transfronteiriças**. Porto: EAPN Portugal, 2014
- EAPN - **Grupo Eurochild - Para o bem-estar das crianças na Europa. Pobreza Infantil na UE. Explicativo EAPN #4**. Tradução: Armandina Heleno. Porto: EAPN Portugal/IEFP, [2014].
- EAPN - Grupo de Trabalho sobre a Inclusão Social - **Pobreza, Desigualdade e Polarização Social na União Europeia. Explicativo EAPN #3**. Tradução: Daniel Reifferscheid e Armandina Heleno. Porto: EAPN Portugal/IEFP, [2014].
- EAPN - Grupo de Trabalho sobre a Inclusão Social - **Pobreza e Desigualdade na União Europeia. Explicativo EAPN #1**. Tradução: Armandina Heleno. Porto: EAPN Portugal/IEFP, 2014.
- EAPN - Grupo de Trabalho sobre a Inclusão Social - **Rendimento Mínimo na UE. Explicativo EAPN #2**. Tradução: Armandina Heleno. Porto: EAPN Portugal/IEFP, 2014.
- Fundación Secretariado Gitano - **Guia de intervenção social com a população cigana sob a perspectiva de género**. Tradução e adaptação: Maria José Vicente e Armandina Heleno. Porto: EAPN Portugal, 2014.
- IISMAS – Istituto Internazionale di Scienze Mediche, Antropologiche e Sociali - **Guia Prático dirigido aos órgãos de Comunicação Social para prevenir a discriminação das Comunidades Ciganas**. Tradução: Armandina Heleno. S. l.: Net-Kard Project [com colaboração da EAPN Portugal], 2014.
- LOPES, Ana; VICENTE, Maria José - **Formação para a Inclusão de Públicos Vulneráveis. Desenvolvimento pessoal, social, e profissional**. Porto: EAPN Portugal, 2014.
- LOPES, Ana; VICENTE, Maria José - **Guia para Facilitadores/as sobre Direitos Humanos e Cidadania**. Porto: EAPN Portugal, 2014.
- OLIVEIRA, Catarina; ARRAIS, Patrícia; LADEIRO, Sandra- **Ser + Cidadão. Grandes transformações acontecem de dentro para fora. Guia Prático de Empoderamento e Capacitação**. Vila Real: EAPN Portugal / Núcleo Distrital de Vila Real, 2014.
- SANTOS, Elizabeth - **Tráfico de seres humanos e mendicidade forçada: relatório nacional** - Portugal. Porto: EAPN Portugal, 2014.

SÁEZ, Javier; GIMÉNEZ, Sara - ***Guia Prático dirigido às Forças Policiais para prevenir a discriminação das Comunidades Ciganas***. Tradução: Armandina Heleno. S. l.: Net-Kard Project [com colaboração da EAPN Portugal], 2014.

VICENTE, Maria José - ***Vardá há só uma***. Porto: EAPN Portugal, 2014.

EAPN Portugal - ***Dê a sua voz. Junte-se a nós. Manual de acolhimento dos conselhos de cidadãos/ãs (Nacional e Locais)***. S. l.: EAPN Portugal, 2015.

E-BOOKS

ESTIVILL, Jordi; VEIGA, Fátima; ALBERGARIA, Ana Cláudia; VICENTE, Maria José - ***Pequenas experiências. Grandes Esperanças!*** Porto: REAPN, 2006.

A3S – Associação para o Empreendedorismo Social e a Sustentabilidade do Terceiro Sector - ***Trabalho Sexual e Consumo de Drogas: Estudo exploratório sobre a relação entre os fenómenos em Portugal***. Porto: EAPN Portugal, 2012.

PAIVA, Júlio; PINTO, Liliana - ***Cabo dos trabalhos***. Porto: EAPN Portugal, 2012.

9 Projectos desenvolvidos pela Rede Europeia Anti-Pobreza – Portugal, 1993-2015

• **Projecto transnacional «Puzzle – Centro de Atendimento para a Inserção Social, Profissional e Cultural da Etnia Cigana».**

Duração: 1993-1994. Promotor: Asociación Secretariado General Gitano, de Madrid. Parcerias em Portugal: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal e Obra Diocesana de Promoção Social do Porto. Objectivo geral: apoiar a inserção social, profissional e cultural de jovens da etnia cigana Financiamento: Iniciativa Comunitária HORIZON.

• **Projecto «GIIF – Gabinete de Informação, Investigação e Formação».**

Duração: 1994-1995. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Objectivo geral: criação de um Gabinete de Informação, Investigação e Formação da REAPN. Financiamento: Iniciativa Comunitária HORIZON.

• **Projecto «ANICA-NP – Animar e Integrar as Comunidades Africanas do Norte de Portugal».**

Duração: 1994-1996. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Objectivo geral: estudar e apoiar formas de integração de comunidades de imigrantes africanos dos PALOP no Norte de Portugal Financiamento: Governo Civil do Porto.

• **Projecto «SIFAT – Sistemas de Informação, Formação e Apoio Técnico».**

Duração: 1995-1997. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Objectivo geral: criar e dinamizar redes locais de desenvolvimento e de solidariedade social de combate à pobreza e à exclusão social, através de sistemas integrados de recepção, tratamento e difusão de informação. Financiamento: Iniciativa Comunitária HORIZON.

• **Projecto «RMG - Rendimento Mínimo Garantido: avaliação prospectiva de públicos e efeitos».**

Duração: 1997. Promotor: CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Parcerias: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Objectivo geral: estudo de acompanhamento e de avaliação da fase experimental do Rendimento Mínimo Garantido. Financiamento: Ministério da Solidariedade e Segurança Social; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT).

• **Projecto «SIFAT – Sistemas de Informação, Formação e Apoio Técnico».**

Duração: 1997-2000. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Objectivo geral: criar e dinamizar redes locais de desenvolvimento e de solidariedade social de combate à pobreza e à exclusão social, através de sistemas integrados de recepção, tratamento e difusão de informação. Financiamento: Iniciativa Comunitária INTEGRA.

• **Projecto «Formar para Actuar com a Comunidade Cigana».**

Duração: 1998-1999. Promo-tor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal e outras entidades. Objectivo geral: sensibilizar os poderes e entidades públicas para as especificidades da cultura e da etnia cigana. Financiamento: Comissão Europeia e Comissariado Regional do Norte da Luta Contra a Pobreza.

• **Projecto europeu «Access – Medidas Preparatórias para Combater e Prevenir a Exclusão Social».**

Duração: 1999-2000. Promotor: Coordinamento Nazionale Comunità di Accoglienza (Itália). Parcerias: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal; Secretariado General Gitano (Espanha); Suomenn Stlementtiliitto (Finlândia). Objectivo geral: estudo de medidas de prevenção e de combate à exclusão social, tendo como ponto de referência os direitos sociais fundamentais consignados na Carta Social Europeia, nomeadamente o direito de acesso ao trabalho e o direito dos trabalhadores a uma remuneração justa, o direito à orientação vocacional e à formação profissional, e o direito à protecção social, incluindo o direito à segurança social, à assistência social e à saúde. Financiamento: Comissão Europeia.

• **Projecto europeu «Developing Methodologies and Policy to Combat Social Exclusion».**

Duração: 1999-2000. Promotor: Community Workers Co-operative (CWC), Irlanda. Parcerias: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal; Hull Developing Our Communities (Inglaterra); Urkraft (Suécia). Objectivo geral: desenvolver metodologias específicas e inovadoras a adoptar pelas autarquias locais, em colaboração com as ONGs, no combate à exclusão social. Financiamento: Comissão Europeia.

• **Projecto europeu «Saúde e Comunidade Cigana» – Rede Europeia SASTIPEN.**

Duração: 1999-2000. Promotor: Asociación Secretariado General Gitano (Espanha). Parcerias: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal; Coordinamento Nazionale Comunità di Accoglienza (Itália); UNISAT (França); 3TE – Race and Drug Project (Reino Unido); Efxini Poli-Kepip (Grécia). Objectivo geral: diagnosticar os principais problemas que as comunidades ciganas enfrentam no acesso aos cuidados de saúde e propor formas de intervenção nos Serviços de Saúde que facilitem o acesso e a relação com as populações de etnia cigana. Financiamento: DG SANCO.

•**Projecto «A Escola contra a Violência»**

(European Campaign to prevent Violence against Women).

Duração: 1999-2000. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Parceria: Sindicato dos Professores do Norte. Objectivo geral: realizar acções de sensibilização junto de alunos do Ensino Básico da Região Norte de Portugal, visando fomentar atitudes contra a violência doméstica, nomeadamente a exercida contra as mulheres e as crianças. Financiamento: Comissão Europeia / Comissariado Regional do Norte de Luta contra a Pobreza / Sindicato dos Professores do Norte.

•**Projecto «Mapping Available Information on Social Exclusion and Drugs, Focusing in ‘Minorities’ across 15 EU member states».**

Duração: 1999-2000. Promotor: 3TE – Race and Drug Project (Reino Unido). Parcerias: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal e outras entidades. Objectivo geral: reunir informação sobre as relações entre a exclusão social e a toxicodependência, particularmente entre minorias étnicas e populações migrantes. Financiamento: Observatório Europeu de Drogas.

•**Projecto europeu «Laboratori Estremi».**

Duração: 1999-2001. Promotor: Regione Emilia Romagna (Itália). Parcerias: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal; Gabinet d’Estudis Socials (Espanha). Objectivo geral: proceder à comparação transnacional sobre situações de exclusão social extrema (no caso português, o estudo incidiu na relação entre a toxicodependência e as minorias étnicas) e o tipo de intervenção social feita a esse nível, procurando modelos de boas práticas de intervenção social e novos perfis profissionais. Financiamento: Comissão Europeia.

•**Projecto transnacional «Targeting Roma/Gypsies in Inclusion Programmes».**

Duração: 1999-2001. Promotor: Asociación Secretariado General Gitano. Parcerias: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal; Vlaams Minderheden Centrum (Bélgica); Association Tsiganes Solidarités (França); T3E (Inglaterra); Comunita Capodarco di Roma (Itália). Objectivo geral: estudar as razões que motivam as dificuldades de acesso das comunidades ciganas às medidas gerais de combate à exclusão social, analisar modelos que facilitem o acesso dos ciganos a tais medidas e estabelecer recomendações para futuros programas e políticas da Comunidade Europeia. Financiamento: Comissão Europeia.

•**Projecto transnacional «Identifying Good Practices Against Discrimination with Roma/Gypsy Population».**

Duração: 1999-2001. Promotor: Asociación Secretariado General Gitano. Parcerias: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal; Pavee Point (Irlanda); Unisat (França); Activa

(Holanda). Objectivo geral: identificar práticas discriminatórias de populações de etnia cigana em áreas/serviços públicos e identificar e propor boas práticas para combater tais processos de discriminação. Financiamento: Comissão Europeia.

•**Projecto «Recenseamento Sociográfico na área da Ribeira da Madalena».**

Duração: 2000. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Objectivo geral: estudo sociográfico da zona da Ribeira da Madalena, concelho de Vila Nova de Gaia. Financiamento: Águas de Gaia.

•**Projecto europeu «Social Work – I Nuovi Mestieri del Sociale».**

Duração: 2000-2001. Promotor: Regione Emilia-Romagna (Itália). Parcerias: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, Comune di Bologna (Itália); Ageform (Itália); Centro Gianfranco Mingunzzi (Itália). Objectivo geral: estudo comparativo de novos perfis profissionais nos diferentes domínios da intervenção social (mediação, trabalho de rua, equipas multidisciplinares de terreno, animação sociocultural, etc.), em especial em áreas extremas de pobreza e exclusão social, como a prostituição, as minorias étnicas e imigrantes, toxicod dependência e sem-abrigo. Financiamento: Iniciativa Comunitária ADAPT – Regiones/Bis.

•**Projecto «De Rua em Rua».**

Duração: 2000-2001. Promotor: Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres. Parcerias nacionais: Comissão para a igualdade e Direitos das Mulheres (Norte); Ministério da Administração Interna (Projecto Inovar); Ministério da Saúde (Administração Regional do Norte); Ministério do Trabalho e da Solidariedade (Centro Regional de Segurança Social do Norte); Projecto Auto-Estima (Administração Regional de Saúde do Norte); Projecto Espaço Pessoa (Associação para o Planeamento da Família); Projecto VAMP (Liga Portuguesa de Profilaxia Social); Casa da Vila Nova, Santa Casa da Misericórdia do Porto; Fundação Filos – Projecto Afectos; Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal; Câmara Municipal de Chaves – Projecto Aquae Flaviae. Parcerias transnacionais: Associazione On The Road (Itália), Servicio Galego de Igualdade (Espanha). Objectivo geral: estudo comparativo de práticas de intervenção (ao nível social e jurídico) no âmbito da luta contra o tráfico e exploração sexual de mulheres e menores imigrantes. Financiamento: Comissão Europeia - Programa STOP (sendo co-financiado pela Ministério do Trabalho e Solidariedade, Ministério da Saúde e Ministério da Administração Interna).

•**Projecto europeu «Prototipi di Meccanica Sociale».**

Duração: 2000-2002. Promotor: Coordinamento Nazionale Comunità di Accoglienza (Itália). Parcerias: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal; Asociación Secretariado General Gitano (Espanha). Objectivo geral: identificar, de forma

integrada e pluridisciplinar, mecanismos sociais específicos capazes de contribuir para a (re)definição de futuras políticas comunitárias de combate à exclusão social. Financiamento: Comissão Europeia.

•**Projecto europeu «SASTIPEN - Saúde e Comunidade Cigana».**

Duração: 2001-2002. Promotor: Asociación Secretariado General Gitano, Espanha. Parcerias: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, Coordinamento Nazionale Comunità di Accoglienza (Itália); Pavee Point (Irlanda); Efxini Poli-Kepip (Grécia); 3TE – Race and Drug Project (Reino Unido). Objectivo geral: diagnosticar os principais problemas que as comunidades ciganas enfrentam no acesso aos cuidados de saúde e propor formas de intervenção nos Serviços de Saúde que facilitem o acesso e a relação com as populações de etnia cigana. Financiamento: DG SANCO.

•**Projecto europeu «Marginalia: Between the lines...**

beyond the borders. Multidimensional readings and responses to exclusion».

Duração: 2001-2003. Promotor: Associazione On The Road (Itália). Parcerias: Regione Emilia-Romagna (Itália); Regione Marche (Itália); Provincia de Teramo (Itália); Comune di Perugia (Itália); Universidade de Ancona (Itália); Coordinamento Nazionale Comunità di Accoglienza (Itália); ALC - Accompagnement Lieux d'accueil Carrefour Éducatif & Social (França); Gabinet d'Estudis Socials (Espanha); Payoke Antwerpen (Bélgica); Université de Antwerpen (Bélgica); Family Guidance Center - Municipality of Zografou - Athens (Grécia); Aegean University – Department of Educational Sciences – RHODES (Grécia). Objectivo geral: estudo comparativo da multidimensionalidade e intersecção de diversos fenómenos de exclusão social (prostituição, imigração, toxicod dependência, etc.), para encontrar indicadores e metodologias de intervenção que respondam com maior eficácia à transversalidade desses fenómenos. Financiamento: Comissão Europeia.

•**Projecto europeu «Cruzamento de Saberes».**

Duração: 2001-2003. Promotor: Viaams Forum Armoedebestrijding (Bélgica). Parcerias: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal (desenvolvido pelo núcleo de Évora), Rede Europeia Anti-Pobreza Itália; Rede Europeia Anti-Pobreza Holanda; Rede Europeia Anti-Pobreza França. Objectivo geral: cruzar saberes e experiências para construir novos indicadores de pobreza e exclusão, tanto quantitativos como qualitativos, com base em informação proveniente de fontes diversificadas, incluindo das pessoas que experienciam situações de pobreza e exclusão e das organizações que os representam. Financiamento: Comissão Europeia.

•**Projecto «In Extremis».**

Duração: 2001-2004. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal. Parcerias: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal; Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres; Centro de Estudos para a Intervenção Social; CIDARIS Soluções Informáticas (em 2004, aparece INFOR, Sociedade Portuguesa de Estudos e Informática); Ageform (Itália). Objectivo geral: aumentar a eficácia da intervenção social em situações de vulnerabilidade extrema, associadas a fenómenos como sem-abrigo, prostituição, imigração e toxicod dependência. Financiamento: Comissão Europeia - Iniciativa Comunitária EQUAL.

•**Projecto «COESIS – Rede de Informação e Conhecimento para a Coesão Social».**

Duração: 2001-2004. Promotor: Centro de Reabilitação Profissional de Gaia. Parcerias: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal; Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Vitória; ASCUDT; Xweb. Objectivo geral: promover a aprendizagem contínua de pessoas desfavorecidas, com o objectivo de melhorar os seus conhecimentos, qualificações e competências, contribuindo para a coesão social e para o combate à exclusão. Financiamento: Comissão Europeia - Iniciativa Comunitária EQUAL.

•**Projecto europeu «Promoción de Políticas más activas de Inclusión de la Comunidad Gitana».**

Duração: 2002-2003. Promotor: Fundación Secretariado General Gitano (Espanha). Parcerias: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal; Pavee Point (Irlanda); Efxini Poli (Grécia); governos de Espanha, Portugal, Irlanda e Grécia (organismos responsáveis pela implementação dos respectivos PNAIs). Objectivo geral: favorecer a cooperação entre instituições de diferentes âmbitos (administrações e ONGs) na definição de medidas concretas de inclusão social da minoria étnica cigana, no âmbito dos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão e da Estratégia Europeia de Luta Contra a Pobreza. Financiamento: Comissão Europeia – Programa de Intercâmbios Transnacionais, no âmbito do Programa de Acção Comunitária de Luta Contra a Exclusão Social - Fase I.

•**Projecto europeu «Formación y Apoyo al Profesorado de Centros con Diversidad Cultural».**

Duração: 2002-2003. Promotor: Asociación Secretariado General Gitano (Espanha). Parcerias: Rede Europeia Anti-Pobreza (Portugal); Association Tsiganes Solidaires (França); Instituto Pedagógico Nacional – Ministério da Educação (Eslováquia). Objectivo geral: promover a sensibilização e a formação de professores para o trabalho com minorias étnicas e particularmente com a etnia cigana. Financiamento: Comissão Europeia – Programa SOCRATES/COMENIUS.

•**Projecto europeu «Local Communities in the European Strategy for Inclusion».**

Duração: 2002-2003. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Itália. Parcerias: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal; Rede Europeia Anti-Pobreza/Finlândia; Rede Europeia Anti-Pobreza/Áustria; Comunità Capodarco di Roma (Itália); Casa del Diritti (Itália); Municipalidade de Roma (Itália); Municipalidade de Cork (Reino Unido). Objectivo geral: promover o papel das comunidades locais na estratégia europeia de inclusão social, nomeadamente no reforço da dimensão local das estratégias de inclusão social apresentadas por cada Estado membro no respectivo PNAI. Financiamento: Comissão Europeia – Programa de Intercâmbios Transnacionais, no âmbito do Programa de Acção Comunitária de Luta Contra a Exclusão Social - Fase I.

•**Projecto europeu «Extreme».**

Duração: 2002-2003. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Finlândia. Parcerias: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal; Finish Federation for Social Welfare and Health (Finlândia); National Research and Development Center for Welfare and Health (Finlândia); Universidade de Jyväskylä (Finlândia); Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal; Netherlands Institute for Care and Welfare (Holanda); CAIO - Centre d'Accueil d'Information et d'Orientation (França). Objectivo geral: estudo das experiências de combate aos fenómenos de pobreza e exclusão nos vários países, com destaque para os PNAIs, incluindo os modelos de participação da população excluída, bem como a elaboração de indicadores e modelos de intervenção com novos grupos de risco e com novas categorias sociais dentro de grupos de risco já conhecidos. Financiamento: Comissão Europeia – Programa de Intercâmbios Transnacionais, no âmbito do Programa de Acção Comunitária de Luta Contra a Exclusão Social - Fase I.

•**Projecto europeu «Rural-IN».**

Duração: 2002-2003. Promotor: Cruz Roja (Espanha). Parcerias: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal; Direcção Geral de Acção Social do Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais (Espanha), e 7 ajuntamentos e 2 associações de Espanha; Municipalidade Rural de Jyväskylä (Finlândia); The World of NGOs (Áustria); Association of Democracy in Africa (Áustria). Objectivo geral: melhorar o conhecimento sobre a situação social dos imigrantes em zonas rurais, para favorecer a adopção de políticas e medidas para a sua inclusão. Financiamento: Comissão Europeia – Programa de Intercâmbios Transnacionais, no âmbito do Programa de Acção Comunitária de Luta Contra a Exclusão Social - Fase I.

•**Projecto «Activar a Participação».**

Duração: 2002-2006. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Objectivo geral: desenvolver metodologias e práticas de participação e de expressão das pessoas em situação e/ou risco de pobreza e exclusão social e estimular a formação e o desenvolvimento de

organizações que integrem população desfavorecida, promovendo a sua capacidade de participação nos processos de decisão. Financiamento: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, no âmbito do Plano Nacional de Acção para a Inclusão.

•**Projecto «Envolver + ... Incluir Todos».**

Duração: 2003-2004. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Parcerias: Centro Social e Paroquial de S. Nicolau; Associação de Moradores do Bairro da Emboladoura – Gondar, Guimarães; Centro Social da Paróquia do Divino Salvador de Rossas – Vieira do Minho; Associação Juvenil Gaudeamus – Mouronho, Tábua; Associação de Protecção dos Idosos e Reformados de S. Sebastião da Giesteira, Évora. Objectivo geral: apoiar pequenas organizações locais, com trabalho no terreno mas que não possuem recursos humanos e financeiros para aceder a fundos comunitários, na montagem e operacionalização de micro-projectos de formação destinados à qualificação e integração socioprofissional de grupos sociais desfavorecidos. Financiamento: Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS) – Pequena Subvenção.

•**Projecto europeu «Formación y Apoyo al Profesorado de Centros con Diversidad Cultural II».**

Duração: 2003-2005. Promotor: Asociación Secretariado General Gitano (Espanha). Parcerias: Rede Europeia Anti-Pobreza (Portugal); CCPS (França); Fundatia Génesis (Roménia); SPÛ (Eslováquia); Gandhi Foundation (Hungria), Secretariado Diocesano Gitano de Navarra (Espanha). Objectivo geral: compreender os principais problemas da juventude cigana no acesso ao ensino, procurando definir medidas e estratégias para facilitar o acesso, manutenção e sucesso dos ciganos no ensino secundário. Financiamento: Comissão Europeia – Programa SOCRATES/COMENIUS.

•**Projecto europeu «LOCIN+ Research and exchange on local initiatives to combat social exclusion through and internet platform».**

Duração: 2003-2005. Promotor: EAPN - European Anti Poverty Network. Parcerias: Arbeiterwohlfahrt Bundesverband E.V. (Alemanha); Belgisch Netwerk Armodebestrijding (Bélgica); Collegamento Italiano di Lotta alla Poverta (Itália); European Anti Poverty Network UK (Reino Unido); Finnish Federation for Social Welfare and Health (Finlândia); Verein zur Foerderung des Oesterreichische Netzwerks gegen Armut und Ausgrenzung (Áustria); Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Objectivo geral: actualizar e desenvolver as bases de dados sobre iniciativas locais (LOCIN) de combate à pobreza e à exclusão social nos sete países envolvidos, através de uma plataforma na internet de acesso livre. Financiamento: União Europeia – FP5-Human Potential.

•Projecto europeu «Promoción de Políticas más activas de Inclusión de la Comunidad Gitana II».

Duração: 2004-2005. Promotor: Fundación Secretariado General Gitano, Espanha. Parcerias: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal; Pavee Point (Irlanda); Efxini Poli (Grécia); Agentia Impreuna (Roménia); Autonomia Foundation (Hungria); governos de Espanha, Portugal, Irlanda, Grécia, Hungria e Roménia (organismo responsáveis pela implementação dos respectivos PNAIs). Objectivo geral: fomentar a cooperação transnacional, interinstitucional e intersectorial entre os agentes implicados no âmbito da inclusão social das comunidades ciganas, visando promover a sensibilização e a formação das comunidades ciganas em relação aos temas da inclusão social, assim como a sua participação no processo de tomada de decisões. Financiamento: Comissão Europeia – Programa de Intercâmbios Transnacionais, no âmbito do Programa de Acção Comunitária de Luta Contra a Exclusão Social - Fase II.

•Projecto «Acreditar - Agência de Consultoria Social», I e II.

Duração: 2004-2007. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Parcerias: Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto (Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada); União Distrital das Instituições de Solidariedade Social do Porto; Ageform (Itália). Objectivo geral: qualificar as organizações do Terceiro Sector através da criação de uma Agência de Consultoria Social e de uma Norma de Certificação; diversificar os serviços/productos das organizações do Terceiro Sector; desenvolver práticas inovadoras de gestão das organizações do Terceiro Sector; promover a criação ou consolidação de estruturas, plataformas ou redes de articulação e representação das organizações do Terceiro Sector. Financiamento: Comissão Europeia – Iniciativa Comunitária EQUAL.

•Projecto europeu «COESO - Comunicazione e Socialità.

L'Impatto dell'Informazione per la Lotta all'Esclusione Sociale».

Duração: 2004-2006. Promotor: Giunta Regionale d'Abruzzo – Direzione Qualità della Vita – Servizio Programmazione Politiche Sociali. Parcerias: Diputación de Córdoba (Espanha); Heraklion Development Agency (Grécia); Aosta Valley Autonomous Region - Department of Health and Social Policies, Direction of Social Policies (Itália); Associazione Focolare Maria Regina Onlus – Entre Morale (Itália); City of Genoa (Itália); Vides-Volontariato Internazionale Donna Educazione Sviluppo (Itália); Centro Studi e Formazione Sociale – Fondazione E. Zancan (Itália); Dublin City Development Board (Irlanda); Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal; Stadsdelsförvaltningen Centrum Göteborgs Stad (Suécia); Prešov – Self Governing Region Administration (Eslováquia). Objectivo geral: analisar e valorizar as iniciativas de informação na promoção da integração social de populações desfavorecidas e do seu acesso aos serviços locais de inclusão social; desenvolver em diversos contextos locais europeus

estratégias políticas e instrumentos de comunicação e participação para promover o acesso aos serviços sociais, em particular por parte de pessoas em situações de pobreza e/ou de exclusão social. Financiamento: Comissão Europeia – Programa de Intercâmbios Transnacionais, no âmbito do Programa de Acção Comunitária de Luta Contra a Exclusão Social - Fase II.

•**Projecto europeu «Multiplicar – Strategies, Tools and Actors».**

Duração: 2005-2006. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Parcerias: Fondazione Cesar (Itália); Euroccat (Espanha); Alliance of Social Professionals (Hungria); Community Workers Cooperative (Irlanda); European Anti-Poverty Network (Grécia); Caspis (Roménia). Objectivo geral: difundir a plataforma informática CIARIS enquanto instrumento de promoção de empowerment e participação, com vista a alargar a mobilização de uma diversidade de actores públicos e privados no combate à pobreza e à exclusão social no contexto dos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão e da Estratégia Europeia para a Inclusão Social. Financiamento: Comissão Europeia – Programa de Intercâmbios Transnacionais, Organização Internacional do Trabalho (OIT).

•**Projecto europeu «Redução das Desigualdades de Saúde nas Comunidades Ciganas».**

Duração: 2005-2006. Promotor: Fundación Secretariado General Gitano, Espanha. Parcerias: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal; Coordinamento Nazionale Comunità di Accoglienza (Itália); Azienda ULS 5 (Itália); Efxini Poli (Grécia); Pavee Point (Irlanda); Romani Criss (Ro-ménia); Democratic Changes Slovakia (Eslováquia); The Government of the Czech Republic and Drom (República Checa); Initiative for Health Foundation (Bulgária); Khetanipe Romano Centro (Hungria). Objectivo geral: melhorar a qualidade de vida e de saúde das comunidades ciganas, reduzindo as desigualdades que estas comunidades apresentam através de um conjunto de acções/recomendações e de uma estratégia de saúde integrada e intersectorial. Financiamento: Comissão Europeia – DG Saúde.

•**Projecto «Trampolim – Itinerários Individualizados de Inserção».**

Duração: 2005-2006. Promotor: Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto. Parcerias: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal; Agrupamento de Escolas de Miragaia; Associação para o Desenvolvimento Integrado de Matosinhos (ADEIMA); Associação de Desenvolvimento Integrado de Lordelo do Ouro (ADILO); Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Vitória; Direcção Regional de Educação do Norte (DREN); Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Objectivo geral: promover a qualificação técnica de agentes de desenvolvimento de intervenções formativas para a inserção socioprofissional de jovens pouco qualificados e em risco de exclusão, na cidade do

Porto. Financiamento: Comissão Europeia – Iniciativa Comunitária EQUAL.

•**Projecto «O Impacto do (Des)emprego na Pobreza e Exclusão Social no Distrito de Coimbra».**

Duração: 2005-2007. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal (núcleo de Coimbra). Parcerias: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra; Centro Distrital da Segurança Social de Coimbra; Delegação Regional do Centro do IEFP; Governo Civil de Coimbra. Objectivo geral: analisar as dinâmicas de emprego, do mau emprego e do desemprego no distrito de Coimbra e sua correlação com as situações de pobreza e exclusão social. Financiamento: Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS).

•**Projecto «Envolver + ... Incluir Todos» (2.ª fase).**

Duração: 2006-2007. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Parcerias: Centro Social de Santo António (Bragança); Casa do Povo de São Matias (Beja); Centro Social de Santo André (Castelo Branco). Objectivo geral: desenvolver uma intervenção localizada, apoiando pequenas organizações que não possuem recursos humanos e financeiros para aceder a fundos comunitários na montagem e operacionalização de micro-projectos de formação destinados à qualificação e integração socioprofissional de grupos sociais desfavorecidos. Financiamento: Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS) – Pequena Subvenção.

•**Projecto «Isto Inclui-me».**

Duração: 2006-2007. Promotor: ANIMAR. Parcerias: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal; APAV; FENACERCI; Cruz Vermelha Portuguesa; Instituto da Segurança Social. Objectivo geral: promover a descentralização da informação sobre os fenómenos da pobreza e exclusão social, visando uma participação alargada e ao mesmo tempo de base local/comunitária; envolver os media numa campanha nacional contra a pobreza e a exclusão social, promovendo a informação e a visibilidade das organizações do Terceiro Sector e do seu papel na prestação de serviços a nível local. Financiamento: Comissão Europeia - Programa Comunitário de Acção para a Prevenção e Combate à Pobreza e Exclusão Social; Instituto da Segurança Social.

•**Projecto «Bem me Quer».** Duração 2006-2010. Promotor: SEIES, CRL – Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social. Parcerias: APAV- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima/Gabinete de Setúbal; Câmara Municipal de Setúbal; Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal – Núcleo Distrital de Setúbal; ISS – Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal; UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta. Objectivo geral: Promover actividades que visam informar e sensibilizar a comunidade em geral para as questões relacionadas com a Violência Doméstica,

procurando igualmente criar uma dinâmica/interacção que englobe todos os actores da comunidade (população em geral, entidades públicas e privadas) numa intervenção mais articulada sobre tais situações. Financiamento: PROGRIDE – Medida 2.

•**Projecto «MaTeR - Materiais de Trabalho em Rede».**

Duração: 2007. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Objectivo geral: sistematizar o conhecimento acumulado sobre o trabalho em rede, partindo da experiência da Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal (tendo em conta as especificidades do campo de intervenção social da realidade portuguesa), e elaborar manuais formativos sobre trabalho em rede. Financiamento: Programa Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS).

•**Projecto «O Impacto do (Des)emprego na Pobreza e Exclusão Social no Porto-Tâmega – Pistas de Acção Estratégicas».**

Duração: 2007-2008. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Parcerias: Autarquias de Amarante, Baião, Paredes, Penafiel, Lousada, Paços de Ferreira e Marco de Canavezes. Objectivo geral: analisar as dinâmicas de emprego/desemprego em 8 concelhos da NUT III Tâmega e sua correlação com as situações de pobreza e exclusão social; propor planos de intervenção estratégica adaptados às características de cada concelho, numa lógica de intervenção supraconcelhia. Financiamento: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte – PO Norte.

•**Projecto europeu «Bridges for Inclusion».**

Duração: 2007-2009. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Parcerias: European Anti Poverty Network (EAPN), Anti-Poverty Information Centre; European Anti-Poverty Network in Castilla-La Mancha (EAPNCLM); Flemish Network of Associations of People Experiencing Poverty (EAPN Belgium - Flanders); Union Régionale des Entreprises d'Insertion - Languedoc Roussillon; CARITAS Romania Confederation; International Labour Office - STEP Programme; Fundação Dr. Luis de Araújo. Objectivo geral: estudo comparativo da relação entre o emprego, o bem-estar social e a inclusão social, realçando as estratégias e as práticas, particularmente as práticas ao nível do empreendimento inclusivo, da economia social e do desenvolvimento local. Financiamento: Comissão Europeia – Programa PROGRESS – Mutual Learning on Social Inclusion and Social Protection.

•**Projecto europeu «SEID -Strategic European Inventory on Drugs».**

Duração: 2007-2010. Promotor: FICT – Federazione Italiana Comunità Terapeutiche (Itália). Parcerias: Co.Ge.S. – Società Cooperativa Sociale (Itália); Regione del Veneto (Itália); AIC – Agency for International Cooperation (Itália); IL Seme - Consorzio di Cooperative Sociali, Itália; Tannenhof Berlin (Alemanha); The MONAR Association

(Polónia); Asociación Proyecto Hombre (Espanha); Trempoline, Bélgica; Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal; Institute for Ecology of Cognition (Bulgária); Fundatia Floarea Ialomiteana (Roménia); Villa Renata (Itália); Association ASMOUNE (França); Kethea - Therapy Centre for Dependent Individuals (Grécia); EFTC - European Federation of Therapeutic Community (Bélgica) (Parceiro Associado); EUROTC – European Treatment Centers for Drug Addiction (Parceiro Associado). Objectivo geral: estudo comparativo de modelos de intervenção com jovens poli-consumidores e de experiências locais nas áreas da prevenção, cuidados terapêuticos e integração social; promover uma coordenação efectiva e uma comunicação eficiente entre as várias organizações que trabalham com a problemática das drogas com especial enfoque no grupo dos jovens poli-consumidores. Financiamento: Public Health Programme.

•**Projecto «QUAL IS – Qualificar a Intervenção Social (Norte; Centro; Alentejo)».**

Duração: 2008-2009. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Objectivo geral: capacitar e apoiar as organizações sociais para o desenvolvimento de processos de qualificação organizacional que visem melhorar a eficácia da intervenção e a promoção de respostas sociais mais adequadas para o combate à pobreza e exclusão social. Financiamento: Programa Operacional Potencial Humano – Formação-Ação para Entidades de Economia Social.

•**Projecto «QualIPSS».**

Duração: 2008-2009. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Objectivo geral: iniciar processos de qualificação, em cinco entidades de acção social do distrito de Faro, que permitam criar as condições organizacionais necessárias para uma futura implementação de sistemas de gestão da qualidade. Financiamento: Programa Operacional Potencial Humano – Formação-Ação para Entidades de Economia Social (Algarve).

•**Projecto «InFormação – Percursos Individualizados de Mudança».**

Duração: 2008-2009. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal - Núcleo Distrital de Santarém. Objectivo geral: realizar acções de formação/qualificação junto de jovens e adultos com baixas qualificações, beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), visando o desenvolvimento de um conjunto de competências pessoais, sociais e profissionais, capazes de favorecer a sua a sua inserção no mercado de trabalho, no sistema educativo ou em sistemas de formação que confirmem certificação e garantir a igualdade de oportunidade no acesso a bens e serviços públicos. Financiamento: Programa Operacional Potencial Humano/Formação para a Inclusão.

•**Projecto «SIQ – Sistemas de Informação com Qualidade».**

Duração: 2008-2009. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Parcerias: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Objectivo geral: melhorar a qualidade das organizações do sector social, através da optimização dos sistemas de informação e comunicação. Financiamento: Programa Operacional Potencial Humano – Formação-Ação para Entidades de Economia Social.

•**Projecto «MATES – Mainstreaming Intergenerational Solidarity».**

Duração: 2008-2009. Promotor: Associação VIDA – Valorização Intergeracional e Desenvolvimento Activo. Parcerias: Raama Young People Union Youth (Estónia); Union of Information & Telecommunication Scientistis of Viotia (Grécia); CompaRes – Associação International de Estudos Ibero-Eslavos (Portugal); Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal (Parceiro Associado); Fundação Calouste Gulbenkian. Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano (Parceiro Associado); Projektbüro “Gialog der Generationen” Pfefferwerk Stadtkultur gGmbH (Alemanha) (Parceiro Associado); The Beth Johnson Foundation (Reino Unido) (Parceiro Associado). Objectivo geral: produzir um Guia de Ideias para Planear e Implementar Projectos Intergeracionais (principal objectivo). Financiamento: Programa Aprendizagem ao Longo da Vida – Grundtvig.

•**Projecto «Participar +».**

Duração: 2009-2010. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Parcerias: Red Europea de Lucha contra la Pobreza y la Exclusión Social en España; Flemish Network of Associations of People Experiencing Poverty (Bélgica – Flandres); Federația Rețeaua Națională Antisărăcie – Includere Socială (Roménia). Objectivo geral: partilhar informação sobre a temática da pobreza e da exclusão social nos países parceiros e identificar boas práticas no domínio da participação das pessoas em situação de pobreza no processo de implementação das políticas sociais. Financiamento: Comissão Europeia - Programa Europa para os Cidadãos.

•**Projectos desenvolvidos e financiados no âmbito do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão social. Duração: 2010:**

- ▶ Projecto «Redes para a Inclusão». Núcleo distrital de Aveiro / Plataforma SC do Baixo Vouga.
- ▶ Projecto «Localizar o Social e Socializar o Local». Núcleo Distrital de Beja / Plataforma SC do Baixo Alentejo.
- ▶ Projecto «Ave mais Solidário». Núcleo Distrital de Braga / Plataforma SC do Ave.
- ▶ Projecto «Construir». Núcleo Distrital de Braga / Plataforma SC do Cávado.

- ▶ Projecto «S.I.M. Sensibilizar Informar Mobilizar – Olhar a Pobreza com olhos de ver». Núcleo Distrital de Bragança / Plataforma SC Alto Trás-os-Montes.
- ▶ Projecto «NÓS – Baixo Mondego: Núcleo distrital de Coimbra / Plataforma SC do Baixo Mondego.
- ▶ Projecto «CONNOSCO – Uma comunidade em Rede no Combate à Pobreza». Núcleo Distrital de Braga / Plataforma SC da Beira Interior Norte.
- ▶ Projecto «Mobiliza-te contra a Pobreza e a Exclusão Social». Núcleo Distrital de Leiria / Plataforma SC do Pinhal Litoral.
- ▶ Projecto «A favor da Inclusão social: sensibilização, mobilização e debate». Núcleo Distrital de Leiria / Plataforma SC do Oeste.
- ▶ Projecto «Pela Inclusão social na Grande Lisboa: sensibilização, mobilização e debate». Núcleo Distrital de Lisboa / Plataforma SC da Grande Lisboa.
- ▶ Projecto «Trabalhar em Rede pela Inclusão Social no Alto Alentejo». Núcleo Distrital de Portalegre / Plataforma SC do Alto Alentejo.
- ▶ Projecto «Re-inventar ARTE». Núcleo Distrital do Porto / Plataforma SC do Grande Porto.
- ▶ Projecto «“Novas Rotas” no combate à pobreza e à exclusão social». Núcleo Distrital do Porto / Plataforma SC do Tâmega.
- ▶ Projecto «(Re)Ver a Pobreza». Núcleo Distrital de Santarém / Plataforma SC da Lezíria do Tejo.
- ▶ Projecto «Entrelaçar... olhares, vontades e ideias por uma inclusão social na Península de Setúbal». Núcleo Distrital de Setúbal / Plataforma SC da Península de Setúbal.
- ▶ Projecto «Uma Fatia do Bolo – Assinatura da Declaração Contra a Desigualdade e a Pobreza». Núcleo Distrital de Viana do Castelo / Plataforma SC do Minho Lima.
- ▶ Projecto «Luta contra a Pobreza: um novo projeto de cidadania». Núcleo Distrital de Vila Real / Plataforma SC do Douro.
- ▶ Projecto «Olha para a Pobreza com Olhos de Ver». Núcleo Distrital de Viseu / Plataforma SC de Dão Lafões.

• **Projecto «QUAL IS II – Qualificar a Intervenção Social».**

Duração: 2010-2011. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Objectivo geral: promover processos estruturados e consistentes de qualificação de organizações sem fins lucrativos de luta contra a pobreza, visando melhorar a eficácia da intervenção e a promoção de respostas sociais mais adequadas ao combate à pobreza e à exclusão social. Financiamento: Programa Operacional Potencial Humano – Formação-Ação para Entidades de Economia Social.

•**Projecto «Janus».**

Duração: 2010-2011. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal – Núcleo Distrital de Braga. Parcerias Nacionais: Câmara Municipal de Vila Verde; Núcleo Local de Inserção Social (Segurança Social); Município de Vila Verde, Saúde, Educação, Emprego; Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa; Centro de Emprego; Gabinete de Atendimento e Acompanhamento do RSI; Univa de Vila Verde; Centro de Novas Oportunidades da Escola Profissional Amar Terra Verde; Empresas da Região. Parcerias Transnacionais: Fundación Secretariado Gitano (Espanha); FCEPAIM – Fundación Consorcio de Entidades para la Acción Integral con Migrantes (Espanha). Objectivo geral: promover o desenvolvimento de itinerários de inserção através da transmissão de competências e capacidades fundamentais para a inclusão social/profissional e a definição de percursos/projectos de vida individualizados. Financiamento: Programa Operacional Potencial Humano – Formação para a Inclusão.

•**Projecto «SALTARICO».**

Duração: 2010-2011. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal – Núcleo distrital da Guarda. Objectivo geral: promover a aprendizagem intergeracional com base na transmissão de saberes tradicionais, que contribua para a atenuação do isolamento e da solidão e a promoção da solidariedade intergeracional. Financiamento: Fundação Calouste Gulbenkian.

•**Projecto europeu «Dangerous Liaisons – the connection between prostitution and drug abuse».**

Duração: 2010-2012. Promotor: Associazione On The Road (Itália). Parcerias: Anti-Poverty Information Centre (Bulgária); European Anti-Poverty Network - Castilla La Mancha (Espanha); NOVA Consortium (Itália); Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Objectivo geral: analisar a relação entre a prostituição e o uso de substâncias psicotrópicas; reduzir os riscos relacionados com o uso/abuso de substâncias psicotrópicas e a adopção de comportamentos sexuais de risco; promover o intercâmbio de práticas de intervenção social inovadoras. Financiamento: União Europeia - Drug Prevention and Information Program.

•**Projecto «Activar a Participação II».**

Duração: 2010-2012. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Parcerias: Instituto de Segurança Social. Objectivos gerais: avaliar e monitorizar o impacto das medidas incluídas no PNAI 2008-2010 em agregados familiares que se encontram em situação de pobreza, as estratégias que desenvolvem para fazer face às dificuldades quotidianas e a avaliação que fazem das medidas de política social existentes; promover a participação activa das pessoas em situação de pobreza e exclusão social, de forma sistemática e contínua, nos 18 distritos do território continental, através da

consolidação e acompanhamento de Conselhos Locais de Cidadãos. Financiamento: Instituto de Segurança Social.

•**Projecto «Lideranças Partilhadas**

– **Literacia para a igualdade de género e qualidade de vida».**

Duração: 2010-2012. Promotor: Fundação Cuidar o Futuro. Parcerias: Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto; Cooperativa Semente de Futuro; Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto; Instituto Paulo Freire de Portugal; Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Objectivo geral: mobilizar a sociedade civil no empoderamento de comunidades desfavorecidas, introduzindo a perspectiva da igualdade de género na abordagem do desenvolvimento e da qualidade de vida das populações. Financiamento: Programa Operacional Potencial Humano.

•**Projecto «VOA – Vontade, Optimismo e Autonomia».**

Duração: 2010-2013. Promotor: SEIES, CRL – Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social. Parcerias: APAV- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima/Gabinete de Setúbal; Câmara Municipal de Setúbal; Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal – Núcleo Distrital de Setúbal. Objectivo geral: Construir redes de prevenção da violência doméstica, através da disseminação de produtos e boas práticas, já validados pelo projecto Bem Me Quer. Financiamento: POPH – Medida 9.7.3.

•**Projecto «Microcrédito».**

Duração: 2010-2016. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Parcerias: Fundação Montepio Geral; Montepio Geral Associação Mutualista; Caixa Económica Montepio Geral. Objectivo geral: promover a autonomia de pessoas e a sua libertação da situação de pobreza em que se encontram, através do acesso ao crédito, tendo em vista o desenvolvimento de um actividade económica, do apoio à constituição e implementação de uma ideia de negócio, em articulação com outras medidas de promoção da participação e do empowerment. Financiamento: Montepio Geral.

•**Projecto europeu «Trans-Care».**

Duração: 2011. Promotor: Akon Service S.a.s. di Ciavatta O. & C. (Itália). Parcerias: Associazione Metabolé (Itália); Cooperativa Sociale Arcotur Società Cooperativa (Itália); Parsec Cooperativa Sociale (Itália); Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal; Hanze Projekt Buro HPB (Holanda); OFRE - Organisme de Formation pour le Retour à l'Emploi (França); HRDC - Hellenic Regional Development Center (Grécia); Menage Service Particuliers, França; Fundatia de Sprijin Comunitar (Roménia); EAPN - Anti-Poverty Information Centre (Bulgária); WRZOS – The Working

Community of Association of Social Organisations in Poland (Polónia); AEFPP/ EVTA – Association Européenne pour la Formation Professionnelle. Objectivo geral: identificar modelos adequados para a regulação de serviços privados de cuidados familiares, especialmente ao nível da selecção, orientação, formação e contratação de prestadores de cuidados. Financiamento: PO - FSE - Regione Abruzzo.

•**Projecto «Janus II».**

Duração: 2011-2012. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal - Núcleo Distrital de Braga. Parcerias Nacionais: Núcleo Local de Inserção Social ISS, IP – Centro Distrital da Segurança Social de Braga; IEFP – Centro de Emprego de Braga; BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga EM; Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga; Direcção Regional de Educação do Norte; Saúde – ACES Cávado I; Gabinetes de Atendimento e Acompanhamento Social (GAAS) da Associação Juvenil «A Bogalha»; Município de Braga; GIP - Gabinete de Inserção Profissional; Centro Novas Oportunidades da TecMinho – Associação Universidade Empresa para o Desenvolvimento; APEA - Associação Portuguesa de Emprego Apoiado; Empresas da região. Parcerias Transnacionais: Fundación Secretariado Gitano (Espanha). Objectivo geral: promover o desenvolvimento de percursos individualizados de inserção social e profissional, através da transmissão de competências básicas (sociais, pessoais, relacionais e profissionais) e da definição de projectos de vida. Financiamento: Programa Operacional Potencial Humano.

•**Projecto europeu «Violence in Transit».**

Duração: 2011-2013. Promotor: Associazione On The Road (Itália). Parcerias: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal; APIP - Asociación para la Promoción y la Inserción Profesional (Espanha); Europe Consulting Società Cooperativa Sociale Onlus (Itália). Objectivo geral: promover o conhecimento acerca da violência juvenil de rua; promover o trabalho em parceria e uma abordagem participativa através de intervenções de experimentação social com jovens em risco de se envolverem em situações de violência (quer como vítimas, quer como agressores); modelização de práticas de intervenção social direccionadas para as áreas de trânsito e disseminação e transferibilidade de modelos de intervenção para outras áreas com características semelhantes e que enfrentam igualmente situações de violência (portos, fronteiras, etc.). Financiamento: União Europeia – Programa DAPHNE - Fundamental Rights and Citizenship.

•**Projecto «ROMI».**

Duração: 2011-2013. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Parcerias Nacionais: Câmara Municipal de Santo Tirso; Câmara Municipal de Paredes. Parcerias Transnacionais: Fundación Secretariado Gitano (Espanha); F. CEPAIM – Fundación Consorcio de Entidades para la Acción Integral con Migrantes (Espanha). Objectivo

geral: contribuir para uma maior igualdade de oportunidades das mulheres de etnia cigana, através da promoção do exercício de uma cidadania activa por parte desta população, assim como da informação e sensibilização das comunidades locais onde se inserem sobre as especificidades da realidade social e cultural em que vivem estas cidadãs. Financiamento: Programa Operacional Potencial Humano – Apoio Técnico e Financeiro às ONGs.

• **Projecto europeu «PEPA – Programme pour l'Education et la Formation Tout au Long de la Vie».**

Duração: 2011-2013. Promotor: Fédération Nationale des Associations de Réinsertion Sociale (FNARS). Parcerias: Fondation de l'Armée du Salut; Réseau Belge de Lutte contre la Pauvreté; Red Europea de Lucha Contra la Pobreza y la Exclusión Social en el Estado Español; Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Objectivo geral: promover a participação e a troca de experiências de pessoas directamente abrangidas pelas políticas sociais de combate à pobreza e à exclusão social, com vista à construção de metodologias de participação e de envolvimento de grupos excluídos. Financiamento: Programa Grundvitg Multilateral Projects - Lifelong Learning Programme Centralized.

• **Projecto europeu «IN PATH – Intelligent Pathways for better Inclusion».**

Duração: 2011-2013. Promotor: Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI). Parcerias: University of Pitesti (Roménia); The Language Company Trading as Pilgrims (Reino Unido); XXI Inveslan (Espanha); University of Macerata (Itália); University of Erlangen Nuremberg (Alemanha); Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Objectivo geral: desenvolver instrumentos (Manual e Curso de Formação) com abordagens inovadoras para formadores adultos e profissionais na área social, para promover ajustamentos das suas técnicas pedagógicas às formas de aprendizagem e perfis de inteligência de cidadãos desfavorecidos e marginalizados envolvidos em processos de formação. Financiamento: Programa Grundvitg Multilateral Projects - Lifelong Learning Programme Centralized.

• **Projecto «Vaivém contra a Violência».**

Duração: 2011-2013. Promotor: SEIES, CRL – Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social. Parcerias: APAV- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima/Gabinete de Setúbal; Câmara Municipal de Setúbal; Câmara Municipal de Palmela; Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal – Núcleo Distrital de Setúbal. Objectivo geral: Prestar um serviço de apoio complementar especializado na área da violência doméstica, facilitando o acesso e agilizando mecanismos e procedimentos de sinalização e encaminhamento de situações de violência doméstica. Financiamento: POPH – Medida 9.7.3.

•**Projecto «Rendimento Adequado em Portugal».**

Duração: 2011-2014. Promotor: UECE - Unidade de Estudos para a Complexidade e Economia. Parcerias: Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa; Centros de investigação GHES (Gabinete de História Económica e Social); Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade Técnica de Lisboa; CAPP (Centro de Administração e Políticas Públicas); Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa; CESSS (Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia); Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Objectivo geral: desenvolver uma metodologia de cálculo de um limiar de pobreza adaptada à realidade portuguesa, visando estimar o valor dos recursos considerados suficientes para satisfazer um nível de vida digno («rendimento adequado»). Financiamento: Fundação Ciência e Tecnologia.

•**Projecto europeu «TORRE – Transnational Observatory for Refugee’s Resettlement in Europe».**

Duração: 2012-2013. Promotor: NOVA ONLUS Consorzio di Cooperative Sociali (Itália). Parcerias: Società Cooperativa Sociale (Itália); Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal; Conselho Português para os Refugiados; City of Munich/Social Referat (Alemanha); Caritas Osnabruck (Alemanha); Fundación Atenea Grupo GID (Espanha); PRAKSIS (Grécia); EDEX/University of Nicosia (Chipre); Avvocato di Strada ONLUS (Itália); Emilia-Romagna Region (Itália); Marche Region (Itália); Comunidad de Madrid (Espanha). Objectivo geral: desenvolver o conhecimento do fenómeno dos refugiados que necessitam de serem reinstalados (tendo especial atenção ao seu estatuto e condições de vida, às políticas e intervenções existentes e aos organismos que trabalham nesta área), promover o trabalho em rede e o intercâmbio de informações sobre este tema. Financiamento: Immigration and Asylum / CFP Pilot Project on Resettlement.

•**Projecto «A Economia Informal em Portugal: o seu papel na inclusão social de públicos desfavorecidos».**

Duração: 2012-2014. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Parceria: OBEGEF – Observatório de Economia e Gestão de Fraude. Objectivo geral: conhecer a economia informal em Portugal, partindo dos testemunhos confidenciais de actores-chave envolvidos em actividades relacionadas com esse tipo de economia e perceber a importância da economia informal na inclusão social e na integração profissional de pessoas que de outra forma se encontrariam afastadas do mercado de trabalho. Financiamento: Fundo Social Europeu - Programa Operacional de Assistência Técnica / Estudos e Avaliação.

•**Projecto europeu «Net-Kard - Cooperation and Networking between Key Actors against Roma Discrimination».**

Duração: 2012-2014. Promotor: Fundación Secretariado Gi-tano, Espanha. Parcerias: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal; ACIDI I.P; Centrul de Resourse Juridice (Roménia); Fundatia Secretariat ul Romilor (Roménia); Ufficio Nazionale Antidiscriminazioni Razziali (Itália). Objectivo geral: agir contra a discriminação das comunidades ciganas e apoiar as vítimas, através da promoção da cooperação e do trabalho em rede entre os principais agentes envolvidos na defesa da igualdade de direitos, como advogados, forças policiais, associações ciganas e profissionais dos meios de comunicação. Financiamento: Comissão Europeia - Programa dos Direitos Fundamentais e da Cidadania da União Europeia.

•**Projecto europeu «DRIVERS – Determinants to Reduce health Inequity Via Early childhood, Realising fair employment, and Social protection - For Health Equity».**

Duração: 2012-2014. Promotor: EuroHealthNet. Parcerias: University College London (UCL); Universitat Dusseldorf; Centre for Health Equity Studies (CHESS); Business in the Community (BITC); EAPN - European Anti-Poverty Network; Eurochild; EAPN Escócia; EAPN Hungria; EAPN Polónia; EAPN Suécia; Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Objectivo geral: compreender e promover a igualdade na saúde através de políticas e práticas em três áreas específicas: infância, emprego digno e rendimento e protecção social. Financiamento: 7th Framework Programme.

•**Projecto «Afectos +».**

Duração: 2013. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal – Núcleo Distrital de Santarém. Parcerias: Instituto Politécnico de Santarém. Objectivo geral: desenvolver acções de sensibilização, debate e formação, para prevenir e reduzir a violência nas relações interpessoais, na família e na escola (nomeadamente fenómenos de bullying e de violência de género no namoro). Financiamento: Programa Operacional Potencial Humano.

•**Projecto «Sinergi@s».**

Duração: 2013-2014. Promotor: Benéfica Previdente - Associação Mutualista. Parcerias: Agrupamento de Escolas Nicolau Nasoni; Associação Fios e Desafios; Centro Social de Ermesinde; Junta de Freguesia de Campanhã; Norte Vida; Delegação de Saúde do Porto Oriental; Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Objectivo geral: desenvolver uma intervenção precoce junto da comunidade escolar e de crianças e jovens (e suas famílias), com problemas de absentismo e/ou abandono escolar, visando quebrar os ciclos geracionais de (re)produção de comportamentos disfuncionais, bem como o estigma associado à proveniência de meios socialmente desfavorecidos, em particular de comunidades de etnia cigana. Financiamento: Programa Operacional Potencial Humano/ACIDI - Programa E5G Escolhas.

•**Projecto «PRIO - Promover Redes, Inovação e Oportunidades».**

Duração: 2013-2014. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Objectivo geral: promover uma maior sustentabilidade de 17 organizações sem fins lucrativos de luta contra a pobreza, nas regiões Norte, Centro e Alentejo, capacitando-as para uma procura activa de novas oportunidades e para o desenvolvimento de projectos e estratégias de angariação de recursos (financeiros ou outros). Financiamento: Programa Operacional Potencial Humano – Formação-Ação para Entidades de Economia Social.

•**Projecto «Bem-me-quer; Mal-me-Quer**

– O impacto das representações sociais na luta contra a pobreza em Portugal».

Duração: 2013-2014. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Objectivo geral: realização de um estudo, de âmbito nacional, para analisar as representações sociais que técnicos e dirigentes de instituições públicas e privadas, que trabalham na área social, têm relativamente aos fenómenos de pobreza e exclusão social e o impacto dessas representações no trabalho que desenvolvem. Financiamento: Fundo Social Europeu - Programa Operacional de Assistência Técnica / Estudos e Avaliação.

•**Projecto europeu «EMIN – European Minimum Income Network».**

Duração: 2013-2014. Promotor: EAPN - European Anti-Poverty Network. Parcerias: AGE Platform Europe; FEAN-TSA European Federation of National Organisations Working with the Homeless; Belgian Public Administration Planning Service Social Integration, Anti Poverty Policy and Social Economy Social Integration; ANSA Agence Nouvelle des Solidarités Actives; ETUI - European Trade Union Institute; OSE - Observatoire Social Européen; SIRG - Social Inclusion Regional Group; todas as redes nacionais da EAPN. Objectivo geral: definir e consensualizar estratégias para a criação progressiva de regimes de rendimento mínimo adequado e acessível nos Estados-Membros da União Europeia, de acordo com a Recomendação sobre a Inclusão Activa da Comissão Europeia (2008) e a Estratégia Europa 2020, no contexto da Plataforma Europeia contra a Pobreza. Financiamento: Comissão Europeia.

•**Projecto europeu «The Third Sector against Pushed Begging».**

Duração: 2013-2015. Pro-motor: Coordinamento Nazionale Comunità Accogli (Itália). Parcerias: ARAS – Associata Romana Anti-SIDA (Roménia); Fundacja Dzieci Niczyje/Nobody's Children Foundation (Polónia); Associazione TAMPEP Itália Onlus (Itália); EAPN Bulgária; Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Objectivo geral: prevenir e combater o tráfico de seres humanos, no que diz respeito à exploração de indivíduos para mendicidade, com especial enfoque nos estrangeiros como potenciais vítimas mais vulneráveis a esta situação. Financiamento: Internal Security Fund – DG Home.

•**Projecto «Click - Ativar Competências de Empregabilidade».**

Duração: 2014-2016. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Parcerias: IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional. Objectivo geral: criar formas de mediação entre oferta e procura de emprego, desenvolvendo um instrumento de complementaridade aos serviços de emprego públicos, através da dinamização de sessões que promovam o aprofundamento e desenvolvimento das competências de públicos desempregados vulneráveis e da sensibilização e capacitação para a responsabilidade social de potenciais entidades empregadoras. Financiamento: IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional.

•**Projecto «Janus III».**

Duração: 2013-2014. Promotor: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Parcerias Nacionais: Município de Braga; Núcleo Local de Inserção (ISS, IP – Centro Distrital da Segurança Social de Braga); IEFP – Centro de Emprego de Braga; BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, EM; ACES Cávado I de Braga; Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga; CRI – Centro de Respostas Integradas; Gabinete de Atendimento e Acompanhamento Social do RSI do Colégio de São Caetano; Gabinete de Inserção Profissional da Câmara Municipal de Braga; Centro para a Qualificação e Ensino Profissional (CQEP) da TecMinho; Agrupamento de Escolas de Maximinos; União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cividade; Empresas da Região. Parcerias Transnacionais: Fundación Secretariado Gitano (Espanha); F. CEPAIM – Fundación Consorcio de Entidades para la Acción Integral con Migrantes (Espanha). Objectivo geral: desenvolver competências pessoais, relacionais e sociais com vista à integração no mercado de trabalho dos beneficiários do RSI e/ou em processos de reconhecimento, validação e certificação de competências, e/ou em cursos de dupla certificação; sensibilizar as entidades empregadoras para a contratação/ inclusão de pessoas socialmente desfavorecidas; promover um intercâmbio de boas práticas, o debate e a troca de experiências profissionais junto das organizações parceiras, das entidades empregadoras e dos técnicos de intervenção social; promover a igualdade de oportunidades das pessoas em situação de desvantagem perante o mercado de trabalho, no acesso e na participação da vida social e profissional. Financiamento: Programa Operacional Potencial Humano – Formação para a Inclusão.

•**Projecto europeu «COGNOS - Virtual intergenerational learning community for adult education».**

Duração: 2014-2016. Promotor: Fundación Juan de Los Toyos (Espanha). Parcerias: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal; Folkuniversitetet, Stiftelsen vid Lundsuniversitet (Suécia); Infoart Eood (Bulgária); Point Europa (Reino Unido); XXI Inveslan (Espanha). Objectivo geral: avaliar e promover competências básicas (literacia e matemática) em adultos socialmente desfavorecidos; melhorar as

competências digitais; desenvolver competências para a autonomia e iniciativa individuais; desenvolver uma metodologia educativa flexível e inovadora para adultos, baseada em comunidades de aprendizagem intergeracionais, com a finalidade de formar jovens para apoiarem a formação de adultos em competências básicas (literacia e informática). Financiamento: Programa ERASMUS +.

• **Projecto «Europa 2020 – Mais Participação, Melhor Governação».**

Duração: 2015. Promotor: FNGIS – Fórum Não Governamental para a Inclusão Social (nacional); EAPN Europa (Transnacional). Parcerias: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal; EAPN Bulgária. Objectivo geral: Promover uma melhor governação da Europa 2020 através da capacitação e participação da sociedade civil. Financiamento: Comissão Europeia.

• **Projecto europeu «RE-InVEST Rebuilding an inclusive, value-based Europe of solidarity and trust through social investments».**

Duração: 2015-2019. Promotor: Katholieke Universiteit Leuven (Bélgica). Parcerias: Observatoire Social Européen; Beweging vzw (Bélgica); Centre National de la Recherche Scientifique (França); Institut de Recherche pour le Developpement (França); Soziologisches Forschungsinstitut Göttingen (Alemanha); Internationales Forschungszentrum für Soziale und Ethische Fragen (Áustria); National University of Ireland Maynooth (Irlanda); Loughborough University (Reino Unido); Liverpool Hope University (Reino Unido); Erasmus Universiteit Rotterdam (Holanda); Technische Universiteit Delft (Holanda); Rīga Stradiņš University (Letónia); Fundatia the Open Network for Community Development (Roménia); The Poverty Alliance (Escócia); Coordinamento Nazionale Comunità di Accoglienza (Itália); Université de Genève (Suíça); Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Objectivo geral: contribuir para um modelo mais equilibrado de desenvolvimento económico e social para a União Europeia, tendo como princípio o investimento social baseado nos direitos humanos e nas capacidades individuais e colectivas. Financiamento: União Europeia – HORIZONTE 2020 – P. Quadro de Investigação e Inovação da UE.

Fontes: ESTIVILL, Jordi; RODRIGUES, Fernanda — 10 Anos da REAPN em Portugal. Col. «Cadernos RE-APN», 8. Porto: REAPN Portugal, 2004, p. 277, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal — Relatórios, 2000-2015; Site institucional da EAPN Portugal: <http://www.eapn.pt/>

10 Mensagem da EAPN-Portugal no Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, 17.10.2014

A POBREZA MATA!

O presente documento resulta de um trabalho que se iniciou há largos meses com um grupo de entidades e personalidades¹⁸¹ a título individual, que desenvolvem a sua atuação no domínio da luta contra a pobreza e exclusão social. Este documento pretende assinalar o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza e chamar a atenção da opinião pública em geral para o problema da pobreza e da exclusão social no contexto nacional. O trabalho desenvolvido por este grupo irá culminar com uma apresentação pública de um documento que reunirá contributos diversos no sentido de contribuir para uma estratégia de luta contra a pobreza e exclusão social. É nossa intenção que este documento seja amplamente debatido com os partidos políticos com assento no parlamento, com vista a enformar os programas políticos para as legislativas de 2015.

Olhamos com preocupação para o contexto atual onde a redução significativa dos apoios e transferências sociais, o desemprego, a redução dos rendimentos do trabalho ao dispor dos portugueses e o aumento dos impostos, contribuem para o agravamento da pobreza, quer na ótica da distância monetária ao limiar de pobreza, quer na ótica do sofrimento causado pela situação de pobreza.

Olhamos com preocupação para os números associados ao desemprego jovem e consequentemente para o crescimento da emigração; para a taxa de natalidade e para o índice de envelhecimento da população portuguesa.

Olhamos com preocupação para o Salário Mínimo Nacional que, apesar do recente aumento de 20 euros, não permite fazer face às despesas mais básicas das famílias, contribuindo assim para agravamento do número já muito elevado de trabalhadores pobres que existe em Portugal.

¹⁸¹ Alfredo Bruto da Costa, Alcides Monteiro, ANIMAR, APDSI, Caritas Portuguesa, Carlos Farinha Rodrigues, CESIS, Companheiro, Cruz Vermelha Portuguesa, EAPN Portugal, Elza Chambel, Fernanda Rodrigues, Francisco Branco, IAC, José Pereirinha, Maria Joaquina Madeira, Maria Manuela Silva, Pedro Hespanha.

Olhamos com preocupação para os cortes e para a limitação nas condições de acesso registados em medidas para a redução da pobreza, como o Rendimento Social de Inserção, que vêm agravar a situação de vulnerabilidade de pessoas e famílias que necessitam deste apoio e que não são abrangidos por qualquer outra medida de proteção social.

Olhamos igualmente com muita apreensão a redução drástica nos apoios à infância, nomeadamente ao nível do abono de família. Um país onde a taxa de natalidade é das mais baixas da Europa e onde a taxa de pobreza é das mais altas não pode permitir cortes abruptos ao nível do abono de família que deveria, em nosso entender, ser um direito universal.

Preocupa-nos deveras os cortes registados na área da saúde que, além de colocarem em risco a qualidade dos serviços prestados, já estão a afetar de forma dramática os grupos mais vulneráveis da população (idosos, doentes crónicos, crianças), na aquisição de medicamentos, no acesso aos cuidados de saúde - aumento das taxas moderadoras, redução do pessoal, encerramento de serviços, racionalização encapotada dos recursos - e na redução das deduções fiscais.

Preocupa-nos ainda a transferência de muitos serviços públicos de qualidade para o setor privado em áreas-chave da proteção social, sem que a isso correspondam vantagens para a população, podendo acarretar mesmo uma maior desigualdade no acesso a esses serviços por parte da população mais carenciada. É com a maior apreensão que assistimos à substituição da lógica solidária do Estado social, baseada na prevenção da pobreza e da exclusão e na garantia dos direitos básicos de cidadania, por uma lógica burocrática de gestão e distribuição de recursos públicos, preocupada apenas com o controlo da despesa, o racionamento no uso dos recursos e a fiscalização dos cidadãos.

Constituindo a pobreza e a exclusão social uma negação dos direitos humanos, como o Parlamento ainda há poucos anos expressamente reconheceu, esta mudança nas políticas sociais, feita de redução dos direitos e de aumento das obrigações dos cidadãos, a par da crescente desvinculação do Estado das suas responsabilidades sociais está a descaraterizar o modelo de Estado Social universalista que os portugueses amplamente sufragaram e a convertê-lo num Estado de proteção pelos mínimos, subsidiário da proteção privada.

A abordagem dos problemas de pobreza e exclusão social em Portugal está a ser muito fortemente marcada por uma ideologia ligada à emergência social, num recuo inesperado depois de várias décadas de intervenção marcada pelo ideário da

cidadania social, reconhecida constitucionalmente a partir de 1976. Na verdade, não existe atualmente uma estratégia de combate à pobreza e exclusão social, mas sim um conjunto de medidas avulsas que visam aliviar os problemas mais prementes e imediatos que afetam um número cada vez maior de famílias, devido ao aumento do desemprego, aos baixos salários, à redução na ajuda social pública e, em geral, à desigual distribuição do rendimento.

Lutar contra a pobreza implica o reconhecimento e a participação das pessoas em situação de pobreza na busca de respostas adequadas, respeitando a sua dignidade, os seus interesses e as suas aspirações, ouvindo-as e esclarecendo-as sobre o que se propõe, num trabalho conjunto e personalizado que contribua para o aumento da sua autoestima e o reforço da sua capacidade de construção de um projeto de vida.

Hoje não se pode reivindicar uma estratégia de luta contra a pobreza sem alterar as políticas estruturais; implica apostar em medidas de carácter transversal. É importante ter em conta a dimensão económica da pobreza e a política económica nacional deve ter essa preocupação.

A definição de uma Estratégia de Luta Contra a Pobreza implica alterações profundas nas prioridades estabelecidas em termos do que se entende por desenvolvimento económico. A austeridade e os sucessivos cortes nos programas sociais que dela têm resultado baseiam-se no argumento de que só pode haver políticas sociais se e quando houver crescimento económico, ignorando por completo os efeitos positivos do bem-estar social sobre a economia, historicamente comprovados pela afluência económica dos países que têm políticas sociais mais generosas.

Fazer crer que, pela via do crescimento económico, se resolvem os restantes problemas da sociedade é uma mistificação grosseira em sociedades como a portuguesa em que existe uma tão desigual repartição dos rendimentos e em que apenas alguns beneficiam do acréscimo de riqueza gerado por tantos. Sabe-se que não é assim, pelos números do desemprego, pelos dados do sobre-endividamento, da emigração, da pobreza e privação material. Daí a necessidade imperiosa de alterar a forma de conduzir as políticas públicas, recentrando as prioridades nos indivíduos e não nos mercados financeiros.

EAPN Portugal, 17 de outubro de 2014

11 Compromisso para uma Estratégia Nacional de Erradicação da Pobreza, 06.03.2015

I. Introdução

1. O clima de austeridade que marca os recentes anos da vida da sociedade portuguesa conduziu a profundas alterações no panorama da pobreza e exclusão social e no modo como estas têm vindo a ser combatidas.

A condição em que muitos cidadãos e cidadãs atualmente vivem não é compatível com uma existência digna. Numa sociedade democrática, importa que as condições de vida de toda a população estejam asseguradas, designadamente nos domínios da educação, saúde, habitação, emprego e proteção social.

As necessidades crescentes das famílias exigem, cada vez mais, respostas eficazes e flexíveis por parte das instituições que se encontram no terreno. Acontece que o cenário se agravou, nomeadamente porque, contemporaneamente com o aumento do número de pedidos das famílias e cidadãos/ãs e à sua maior dificuldade de cumprir os seus compromissos, as participações do Estado às instituições diminuíram e o nível de proteção social, particularmente nalgumas prestações, baixou em valor e acessibilidade.

A situação de numerosas famílias é verdadeiramente alarmante. Assiste-se a um retrocesso em matéria de direitos adquiridos - direitos que eram o garante de níveis mínimos de bem-estar. Este retrocesso terá, seguramente, implicações nas novas gerações e constitui forte ameaça aos Direitos Humanos fundamentais e à noção de Estado de Direito, comprometendo o crescimento económico e o bem-estar das pessoas.

2. Este conjunto de preocupações levou a EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal a criar e dinamizar um Grupo de Trabalho sobre o tema da pobreza e a exclusão social. Ao longo dos últimos meses, o Grupo, que abrange um número alargado de organizações sociais de âmbito nacional, regional e local, diversas universidades e cidadãos/ãs¹⁸², realizou vários encontros, para refletir sobre o impacto da crise sobre os direitos das pessoas em situação de maior vulnerabilidade social, a somar ao dos fatores tradicionais de pobreza e exclusão.

O presente documento, resultado desse trabalho, visa ser um ponto de partida para a reflexão e o debate sobre o problema, envolvendo todos os agentes económicos e sociais envolvidos na luta contra a pobreza e exclusão social, perante a urgente necessidade de combater o seu aumento e melhorar a eficiência e a eficácia das políticas públicas e das respostas institucionais.

3. Já em outubro de 2014, por ocasião do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, o Grupo lançou um Manifesto público em que chamou a atenção para a urgência de dispor de uma estratégia nacional capaz de tornar a erradicação da pobreza a primeira e mais urgente prioridade nacional.

4. Recordamos igualmente que, em 2008, a Assembleia da República aprovou, por unanimidade, uma Resolução na qual reconheceu que a pobreza constitui uma violação de direitos humanos. Essa Resolução constituiu um marco importante que inexplicavelmente permanece isenta de consequências práticas. A definição de uma estratégia nacional de luta contra a pobreza surge como uma sequência natural da Resolução, que, sendo um aspeto prioritário do bem comum, constitui, antes do mais, incumbência do Estado.

II. Tendências gerais e paradigmas prevaletentes

5. A profunda crise que afetou uma parte substancial da economia global a partir de 2008, com reflexos profundos em Portugal, traduziu-se numa clara inversão do ciclo de diminuição, mesmo que insatisfatória, da pobreza que se vinha registando desde a década de 90. As políticas de austeridade implementadas a partir desse ano, e em particular após a assinatura do Memorando de Entendimento com o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia, em 2011, traduziram-se num inequívoco agravamento das condições de vida da população e num processo de empobrecimento dos cidadãos/ãs, com a criação de novas bolsas de pobreza constituídas por setores da população até então relativamente imunes ao fenómeno.

6. Os indicadores estatísticos mais recentes, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), indicam, além do mais, que entre 2009 e 2013 a linha de pobreza relativa diminuiu, passando de 434 €/mês para 411 €/mês. De acordo com os mesmos dados, a taxa de pobreza em Portugal passou de 17,9% em 2009 para 19,5% em 2013. Este aumento da incidência da pobreza, apesar de significativo, não

¹⁸² Alcides Monteiro, Alfredo Bruto da Costa, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local - ANIMAR, Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação, Caritas Portuguesa, Carlos Farinha Rodrigues, Centro de Estudos para a Intervenção Social, O Companheiro, Cruz Vermelha Portuguesa, Elza Chambel, Fernanda Rodrigues, Francisco Branco, Instituto de Apoio à Criança, José Pereirinha, Maria Joaquina Madeira, Maria Manuela Silva, Pedro Hespanha e Sérgio Aires.

reflete o agravamento da pobreza tal como é percebido pelas organizações que se confrontam no terreno com a realidade da pobreza e da precariedade social.

Utilizando uma linha de pobreza alternativa, também apresentada pelo INE, que parte do valor de 2009 e atualiza-o para 2013 através do Índice de Preços nos Consumidor, a incidência da pobreza regista um agravamento de 8 pontos percentuais, subindo de 17,9% para 25,9% entre aqueles anos. Este valor traduz de forma mais realista a degradação efectiva das condições de vida das famílias de mais fracos recursos no decorrer da presente crise.

As mudanças sofridas pelas políticas públicas têm vindo a descaraterizar o modelo de Estado Social que os portugueses amplamente sufragaram, tendendo a convertê-lo num Estado de proteção minimalista, supletivo da proteção privada.

7. A abordagem dos problemas de pobreza e exclusão social em Portugal está a ser fortemente marcada por uma ideologia ligada ao assistencialismo e a medidas de emergência social, marcando um recuo inesperado, após várias décadas de vigência de um ideário de cidadania social reconhecida constitucionalmente a partir de 1976. O combate à pobreza e exclusão social está reduzido a um conjunto de medidas avulsas que visam fundamentalmente aliviar as carências mais prementes das famílias.

É este o caso do Programa de Emergência Alimentar, criado em 2011 e destinado a assegurar às famílias mais necessitadas o acesso a, pelo menos, uma refeição diária gratuita, através do alargamento da Rede Solidária de Cantinas Sociais. Este tipo de medidas, bem como o Programa Escolar de Reforço Alimentar (PERA), constituem ajudas cuja utilidade se não discute, mas que não contribuem para que as pessoas se libertem da sua situação de vulnerabilidade, antes tendem a colocá-las numa condição de dependência duradoura dos apoios que lhes são prestados. Trata-se, pois, de medidas que deveriam ter carácter provisório e não dispensam medidas destinadas a eliminar as causas estruturais da pobreza.

III. A necessidade de uma mudança estratégica

8. Lutar contra a pobreza implica a participação das pessoas pobres na busca de respostas adequadas, com respeito pela sua dignidade, interesses e aspirações. Trata-se de um trabalho conjunto e personalizado, que deverá contribuir para o aumento da sua autoestima e o reforço da sua capacidade de construir um projeto de vida próprio.

É sobretudo em períodos de aumento da Pobreza que é necessário um maior investimento nos apoios sociais e uma abordagem preventiva que abranja todos os aspetos relevantes do bem-estar e esteja mais próxima das pessoas. Há, porém, outros pressupostos que não podem ser descurados: a intervenção em parceria, a abordagem territorial e a intervenção integrada. Uma estratégia de luta contra a pobreza requer medidas de carácter transversal e a avaliação dos efeitos (positivos e/ou negativos) que cada política poderá ter sobre a pobreza e a exclusão. Não é demais salientar que, quer nas suas causas, quer nas soluções, a pobreza depende tanto de políticas sociais quanto de políticas económicas e das infraestruturais. Uma estratégia correta de luta contra a pobreza implica alterações profundas nas prioridades que presidem à noção de desenvolvimento e consequentemente do investimento e da despesa pública. De igual modo, a ideia de que a viabilidade dos programas sociais depende do crescimento económico tem de ser completada com o reconhecimento simétrico dos efeitos positivos do bem-estar social sobre a economia.

Fazer crer que exclusivamente, pela via do crescimento económico, se resolvem os restantes problemas da sociedade é uma mistificação grosseira em sociedades como a portuguesa, em que, por força do padrão de desigualdade, apenas alguns beneficiam do acréscimo de riqueza gerado por muitos. É o que ilustram os números do desemprego, do sobre-endividamento, de trabalhadores /as pobres, da emigração, da pobreza e da privação material.

9. Outro problema de particular relevância é o da desigualdade. É um problema intimamente relacionado com a pobreza e que tem vindo a merecer especial atenção dos estudiosos/as. De modo geral, a desigualdade atinge hoje níveis intoleráveis à escala mundial, quer no interior dos países quer na relação entre países. Sabe-se que as diversas formas de desigualdade (de rendimentos, de riqueza, de poder, etc.) se entrelaçam e se reforçam mutuamente. Mais, que as desigualdades entre as pessoas e os grupos se cristalizam nas instituições, as quais se en-carregam de impedir ou dificultar a mobilidade social. Aliás, pode pôr-se a questão de saber se é possível reduzir substancialmente a pobreza mantendo inalterável o padrão de desigualdade. Quer isto dizer que o grave problema da desigualdade, nas suas diversas formas (rendimento, riqueza, poder, etc.) em Portugal tem de merecer uma análise muito mais profunda do que tem merecido até agora. Sobretudo, há que ter consciência de que os indicadores de desigualdade publicados pela EUROSTAT/INE estão longe de refletir a desigualdade efetiva que existe na sociedade portuguesa.

Algumas das medidas de política social que têm sido mais fustigadas no actual contexto de crise, as prestações sociais (incluindo o caso do Rendimento Social de Inserção - RSI) devem ser avaliadas. Devem igualmente ser revistos os critérios de

acesso e os valores pecuniários, de modo a permitirem satisfazer as necessidades básicas e consentirem uma vida digna - aproximando-se do conceito de «rendimento adequado» — e associados a outros apoios que as pessoas pobres precisam para se integrarem plenamente na sociedade.

10. Embora se trate de aspetos limitados do problema em análise, apresentam-se de seguida algumas reflexões pertinentes nalgumas áreas específicas.

a) A pobreza das crianças e o seu continuado e alarmante aumento é também uma realidade entre nós. São preocupantes o presente e o futuro destas crianças. Não se tem conseguido assegurar as condições mínimas que garantam o bem-estar infantil. Na verdade, é entre os menores de 18 anos que se regista um maior aumento do risco de pobreza, que passou de 24,4% em 2012 para 25,6% em 2013. No mesmo sentido, verifica-se que a presença de crianças aumenta o risco de pobreza das famílias, que, em 2013, era de 23% nas famílias com crianças dependentes e de 15,8% nas famílias sem crianças dependentes.

A pobreza das crianças não é dissociável da pobreza em geral. Sendo, antes do mais, um problema de falta de recursos, a pobreza infantil é fundamentalmente a pobreza das respetivas famílias. Não impede isto que se reconheça serem importantes, e até indispensáveis, no combate à pobreza medidas diretamente dirigidas às crianças (nos domínios da educação, da saúde, etc.). O que importa notar é que os recursos das crianças são basicamente os recursos das pessoas adultas que integram as famílias.

b) A criação de emprego, que surge como uma das bandeiras da Estratégia da Europa 2020 («criação de mais e melhores empregos») não pode ser a única via para a resolução dos problemas de pobreza e exclusão social, até porque Portugal regista uma das mais altas taxas de trabalhadores/as pobres da Europa.

c) O investimento na educação constitui uma das principais armas de combate à pobreza: as pessoas que enfrentam situações de pobreza, e exatamente por essa razão, têm, normalmente, baixos níveis de escolaridade, os quais, por sua vez, se refletem nas situações profissionais menos favoráveis. Os retrocessos entretanto ocorridos na educação de adultos constituem um factor adicional de preocupação.

d) O investimento na saúde não pode continuar a ser encarado apenas como um custo. É hoje indesmentível que os cortes orçamentais feitos neste sector em muito contribuíram para aumentar a precariedade dos cidadãos/ãs neste domínio. É urgente que os cortes em despesas fundamentais em saúde sejam evitados. Investir simultaneamente na proteção social e na saúde pública é uma das formas de o fazer.

Além do mais, a saúde e a proteção social são estabilizadores económicos, pelo que investir nesses domínios serve não só para proteger as pessoas da crise mas também como fator importante de recuperação económica do país.

e) Importa igualmente reequacionar a anunciada transferência de competências da administração central, nos domínios da educação, da saúde e da proteção social, para as autarquias locais e para as entidades do setor social e solidário, nomeadamente, avaliando os custos e a qualidade dos serviços prestados. A descentralização/desconcentração do Estado não pode fazer-se a qualquer preço, nomeadamente se a mesma contribuir para a desresponsabilização do Estado ou, no limite, para a uma pré-privatização de sectores absolutamente cruciais para o bem-estar e o exercício da cidadania. Acresce a este facto o contínuo desinvestimento do Estado nos setores acima referidos, com sucessivos cortes na despesa pública.

f) Por razões de filosofia política e financeira, a segurança social deverá decididamente abranger toda a sociedade e, por consequência, ser financiada por todas as fontes de rendimento.

11. A definição de uma estratégia nacional de erradicação da pobreza e a exclusão social deve assentar nos três seguintes vetores:

- Conhecimento e monitorização do fenómeno, através da dinamização de um observatório nacional permanente, que identifique as causas da pobreza e da exclusão social e defina indicadores que permitam monitorizar e avaliar as políticas e as medidas adoptadas, não só em número de pessoas abrangidas mas também em referência às expetativas e necessidades das pessoas.

- Intervenção para a inclusão, numa perspetiva multidimensional e integrada das várias áreas setoriais (saúde, educação, acção social, emprego, justiça, habitação), com objetivos e metas mensuráveis. Neste âmbito, é fundamental avaliar o impacto das medidas de políticas implementadas nos últimos anos, de resposta ao contexto de crise, nas condições de vida da população mais pobre. Esta avaliação é essencial para que se possam identificar medidas novas e atualizar as existentes de modo a harmonizá-las com uma estratégia nacional de combate à pobreza.

- se tudo se deve fazer para combater a pobreza existente, muito terá que ser feito para prevenir a sua reprodução ou reaparecimento. A este nível, é crucial que todas as políticas e legislação nacionais e europeias sejam avaliadas ex ante quanto ao seu previsível impacto (positivo e/ou negativo) sobre a pobreza.

12. É, ainda, de realçar a oportunidade que se tem pela frente e que importa não desperdiçar: a decisão da União Europeia no sentido de que, pelo menos, 20% do Fundo Social Europeu no presente momento de programação (2014-2020) deverão ser inteiramente dedicados ao combate à pobreza. Trata-se de uma decisão que suscita considerável expectativa, se bem que, ao mesmo tempo, não esteja isenta do risco de não produzir o impacto estrutural desejável se não tiver por detrás uma estratégia nacional e um compromisso de sociedade que assegurem a sua concretização.

13. Uma estratégia desta natureza não cabe nos limites da ação de um ministério. Pela sua natureza transversal às áreas de governação e relevância à luz do bem comum, o combate à pobreza e exclusão deverá situar-se no âmbito da Presidência do Conselho de Ministros, e contar com a ativa participação de toda a sociedade, no desenho, implementação e avaliação das políticas e programas.

6 de março de 2015

12 Estatutos da EAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, Associação, 2015

CAPÍTULO I NATUREZA, SEDE, ÂMBITO E FINS Artigo 1º

1 - A EAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, Associação, adiante designada por “EAPN Portugal” ou “Associação” é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sob a forma de associação, sem fins lucrativos, de inscrição facultativa e constituída por iniciativa de particulares por tempo indeterminado, regida pelas disposições legais aplicáveis e pelos presentes estatutos.

2 - A EAPN Portugal tem a sua sede na Rua de Costa Cabral, nº 2368, Freguesia de Paranhos na Cidade do Porto e o seu âmbito de atuação é nacional.

3 - A Direção pode criar delegações regionais ou locais da Associação em Portugal quando achar conveniente, Núcleos Regionais e Pólos Locais, como formas de representações desconcentradas da EAPN Portugal.

Artigo 2º

1 - A EAPN Portugal tem como finalidades:

- a) Estabelecer uma interligação (rede) entre as Instituições, grupos e pessoas que trabalham no terreno na Luta Contra a Pobreza e a exclusão Social;
- b) Promover e aumentar a eficácia das ações de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social, fazendo com que tenham expressão ações inovadoras neste campo, dando voz aos indivíduos, restituindo-lhes a capacidade de ação e de iniciativa e promovendo a sua participação no desenvolvimento daquelas ações;
- c) Promover junto das pessoas ou grupos que se encontram em situação de pobreza, por um lado, e junto de grupos ou pessoas, profissionais, trabalhadores sociais e dirigentes de Instituições Particulares de Solidariedade Social por outro, a integração

social e a organização de serviços e outras atividades que visem principalmente o desenvolvimento cultural, moral e físico das pessoas que se encontram em situação de pobreza, com a participação destes, em ordem a reforçar o agir autónomo dessas pessoas e a promover o desenvolvimento humano sustentável;

d) Contribuir, mobilizando, se possível, outros sectores, para o desenvolvimento de serviços e formas de intervenção e de protecção social alternativas e de melhoria da qualidade de vida de tais pessoas ou grupos, prestando e dinamizando o necessário atendimento em centros especialmente construídos para esses fins, utilizando técnicas de ação social, apoio directo, de acordo com os meios materiais e técnicas próprias, encaminhamento com vista à resolução dos seus problemas, e formação em ordem à sua integração social e inserção sócio profissional;

e) Intervir no âmbito de projetos e de ações nas áreas de promoção da igualdade de oportunidades para todos e da cooperação para o desenvolvimento.

2- Para a realização dos seus objetivos, a associação propõe-se desenvolver as seguintes atividades:

a) Divulgação/disseminação de informação e conhecimento que possibilite/ facilite uma intervenção mais eficaz no terreno.

b) Facilitar o acesso à informação e contribuir para a construção de uma opinião pública favorável para com os fenómenos da pobreza e da exclusão social, bem como sensibilizá-la para estes problemas.

c) Dar a conhecer projetos/ações/boas práticas desenvolvidas no âmbito da pobreza e exclusão social a nível nacional e europeu.

d) Dinamizar um circuito de informação através da edição de publicações, que permitam manter os nossos associados atualizados face às grandes questões de política e ação social (nacional e europeia), assim, como dar a conhecer programas e iniciativas que possam ser rentabilizadas.

e) Organizar de espaços de troca/ partilha de opiniões e informação por forma a encontrar soluções inovadoras para os problemas sociais, que podem tomar vários formatos, como sejam seminários, workshops, congressos, etc.

f) Capacitar e apoiar as organizações sociais para o desenvolvimento de processos de qualificação organizacional que visem melhorar a eficácia da intervenção e

a promoção de respostas sociais mais adequadas para o combate à pobreza e exclusão social;

g) Promover uma cultura de participação das pessoas em situação de pobreza e/ou exclusão social no seio da rede e entre os seus membros;

h) Promover projetos de intervenção social que produzam inovação, numa linha de “ações modelares”;

i) Promover o intercâmbio de experiências e informações - integrar e conhecer experiências de outros países e/ou regiões, organizações e grupos (potenciando a sua dimensão);

j) Influenciar positivamente as medidas de política social e mobilizar a sociedade para a implementação de políticas de combate à pobreza e exclusão social.

CAPÍTULO II
DOS ASSOCIADOS
SECÇÃO I
Qualidade de Associado
Artigo 3º

1- Podem ser associados as pessoas singulares ou coletivas que se proponham contribuir para os fins da EAPN Portugal mediante o pagamento de quotas, realização de donativos e/ou a prestação de serviços.

2- A qualidade de associado prova-se pela inscrição em registo apropriado que a associação obrigatoriamente possuirá.

Categorias
Artigo 4º

1 - A EAPN Portugal tem as seguintes categorias de associados:

a) Associados individuais: são as pessoas singulares com mais de 18 anos que pretendam contribuir voluntariamente com o pagamento das suas quotas e prestação de serviços, para a prossecução dos objetivos da EAPN Portugal.

b) Associados colectivos: são as Organizações Não-Governamentais que pretendam contribuir voluntariamente com o pagamento das suas quotas e serviços, para a prossecução dos objetivos da EAPN Portugal.

c) Associados honorários: são as pessoas singulares ou coletivas que sejam eleitos pela assembleia geral, sob proposta da Direção, e que tenham contribuído através de donativos, patrocínios, subsídios ou serviços gratuitos para a concretização, gestão, divulgação e/ou sustentabilidade do(s) projeto(s).

d) Associados por inerência: são as pessoas individuais que, sem pagamentos, adiram aos Conselhos Locais de Cidadãos no âmbito dos Núcleos Distritais.

2 – A qualidade de associado é intransmissível.

Condições de admissão e saída dos associados

Artigo 5º

1 - A admissão à qualidade de associado depende de decisão da Direção, sobre pedido formulado pelo Candidato.

2- Perdem a qualidade de associado:

a) Os que apresentem a sua renúncia por escrito;

b) Os que deixem de pagar as suas quotas durante 24 meses, depois de notificados por escrito para o efeito;

c) Os que forem demitidos nos termos previstos no presente diploma;

d) Aqueles que falecerem ou, no caso de pessoas coletivas, forem extintas;

e) Os que não realizem serviços e/ou desrespeitem compromissos assumidos perante a EAPN Portugal;

f) Os que recusem ilegitimamente o cumprimento de diretivas;

g) Os que divulguem informações referentes à EAPN Portugal sem autorização para o efeito;

h) Os que infringjam os estatutos, regulamentos, normas e instruções da EAPN Portugal em vigor;

i) Os que desrespeitem os titulares de órgãos nacionais e internacionais da EAPN Portugal;

j) Os que pratiquem quaisquer actos que desprestigiem, direta ou indiretamente, a EAPN Portugal ou que sejam contrários aos seus princípios fundamentais ou objetivos.

3 - A exoneração ou exclusão da associação de qualquer associado e a sua exoneração ou exclusão implicam-se recíproca e necessariamente, produzindo os seus efeitos na mesma data, independentemente de qualquer formalidade.

4 - O associado que por qualquer forma deixe de pertencer à associação não tem direito a reaver o valor entregue à Associação a título de pagamento de quotas, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi membro da associação.

SECÇÃO II

Deveres, Direitos e Sanções

Artigo 6º

1 - Os associados devem observar os princípios orientadores da Associação, contribuindo para o prestígio da EAPN Portugal através do cumprimento das disposições legais, estatutárias, regulamentares e das deliberações dos corpos gerentes.

2 - São deveres dos associados, em especial:

- a) Desempenhar com zelo, dedicação e eficiência os cargos, comissões ou representações para que forem eleitos, nomeados ou mandatados;
- b) Colaborar para a realização da ação social desenvolvida pela EAPN Portugal;
- c) Pagar pontualmente as quotas, no caso dos associados individuais e colectivos;
- d) Comparecer às reuniões da assembleia-geral.

Artigo 7º

1 - São direitos dos Associados:

- a) Participar nas reuniões da assembleia geral;
- b) Eleger e ser eleito para os cargos sociais;

c) Requerer a convocação da assembleia geral extraordinária, nos termos do presente diploma;

d) Examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos, desde que o requeram por escrito com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias e se verifique um interesse pessoal, directo e legítimo;

3- Os associados só podem exercer os direitos referidos nos presentes estatutos, se tiverem em dia o pagamento das suas quotas.

4- Só são elegíveis para os órgãos sociais, os associados que, cumulativamente, estejam no pleno gozo dos seus direitos associativos, sejam maiores e tenham pelo menos um ano de vida associativa.

Artigo 8º

1 – Os associados que violarem os deveres estabelecidos nos presentes estatutos ficam sujeitos às seguintes sanções:

a) Repreensão escrita;

b) Suspensão de direitos até 6 (seis) meses;

c) Demissão.

2 - Podem ser suspensos ou demitidos da Associação os associados que pratiquem actos lesivos dos interesses ou do bom nome da EAPN Portugal, nomeadamente:

a) Prestarem falsas declarações ou apresentarem documentos falsos à Associação;

b) Defraudarem a Associação;

3 - São demitidos os associados que por actos dolosos tenham prejudicado moral ou materialmente a Associação.

4 - A aplicação das sanções previstas nas alíneas a) e b) do número 1 do presente artigo são da competência da Direcção.

5 - A demissão é sanção da exclusiva competência da assembleia geral, sob proposta da Direcção.

6 - As sanções previstas no número 1 só poderão ser aplicadas após audiência obrigatória do associado.

7 - A suspensão de direitos não desobriga do pagamento da quota.

8 - Da deliberação de suspensão cabe recurso, a interpor no prazo de trinta dias para a Assembleia Geral, o qual será apreciado na primeira Assembleia que se realizar.

9 - O Associado pode ser suspenso preventivamente.

10 - A suspensão cessa:

a) Decorrido o respetivo prazo, com a reaquisição plena dos seus direitos;

b) Com a demissão.

CAPÍTULO III
DOS ÓRGÃOS SOCIAIS
SECÇÃO I
Disposições Gerais
Artigo 9º

1- Os órgãos da EAPN – Portugal são a Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal.

2- O exercício de qualquer cargo nos corpos gerentes é gratuito mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas.

3 - As listas eleitorais para os órgãos sociais da EAPN Portugal, serão sempre nominais.

4 -As listas eleitorais incluirão também o nome do Representante da EAPN Portugal no Comité Executivo da EAPN Europa, em Bruxelas, sendo este Elemento eleito do mesmo modo, por um período de quatro anos.

5 - Os representantes da EAPN Portugal na Assembleia Geral da EAPN Bruxelas, serão os elementos da Direção e o representante da EAPN Portugal no Comité Executivo.

Artigo 10º

1- A Direção e o Conselho Fiscal não poderão ser, maioritariamente, constituídos por trabalhadores da Associação.

2- O cargo de presidente do Conselho Fiscal não pode ser exercido por trabalhadores da Associação.

Artigo 11º

Nenhum titular da Direção poderá ser simultaneamente titular do conselho fiscal e/ou da mesa da assembleia geral.

Artigo 12º

1- É nulo o voto de um membro sobre assunto que diretamente lhe diga respeito, ou no qual seja interessado, bem como seu cônjuge, pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges e respetivos ascendentes ou descendentes, bem como qualquer parente ou afim em linha recta ou no 2.º grau da linha colateral.

2- Os membros da Direção não podem contratar direta ou indiretamente com a Associação, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a mesma.

3- Os fundamentos das deliberações sobre os contratos referidos no número anterior deverão constar das actas das reuniões do respetivo órgão social.

4- Os titulares dos órgãos sociais da Associação não podem exercer actividade conflituante com a da Associação nem integrar corpos sociais de entidades conflituantes com os da associação, ou de participadas desta.

5- Os titulares dos órgãos sociais deverão solicitar a suspensão do seu mandato quando durante o exercício do mesmo venham a exercer responsabilidades sociais noutras entidades públicas ou privadas e sempre que a titularidade simultânea dos cargos sociais em causa suscite dúvidas em termos de transparência, devendo o presidente do órgão social em questão promover a resolução do problema escolhendo um candidato suplente para o efeito.

Artigo 13º

1- A duração do mandato dos titulares dos órgãos sociais é de quatro anos e inicia-se com a tomada de posse dos seus membros, perante o presidente cessante da mesa da assembleia geral ou o seu substituto, e deve ter lugar nos trinta (30) dias seguintes à eleição.

2- Caso o presidente cessante da mesa da assembleia geral não confira a posse até ao trigésimo dia posterior ao da eleição, os titulares eleitos pela assembleia geral entram em exercício independentemente da posse, salvo se a deliberação de eleição tiver sido suspensa por procedimento cautelar.

3- Sempre que as eleições não sejam realizadas atempadamente, considera-se prorrogado o mandato em curso até à tomada de posse dos novos titulares dos órgãos sociais.

4- Quando as eleições, extraordinariamente, não tenham sido realizadas no mês de Dezembro, a tomada de posse poderá ter lugar nos 30 dias seguintes à eleição, mas neste caso, e para efeitos do disposto no número 1, o mandato considera-se iniciado na primeira quinzena do ano civil em que tenham sido realizadas as eleições.

5- Os titulares dos órgãos sociais da EAPN-Portugal só podem ser eleitos para três (3) mandatos consecutivos.

6- Sem prejuízo do disposto no número anterior, não poderão ser reeleitos ou novamente designados, os titulares dos cargos de órgãos sociais que tenham sido condenados em processo judicial por sentença transitada em julgado, em Portugal ou no estrangeiro, por crime doloso contra o património, abuso de cartão de garantia ou de crédito, usura, insolvência dolosa ou negligente, apropriação ilegítima de bens do sector público ou não lucrativo, falsificação, corrupção e branqueamento de capitais, salvo se, entretanto, tiver ocorrido a extinção da pena.

Artigo 14º

1- As responsabilidades dos titulares dos órgãos sociais estão estabelecidas nos artigos 164.º e 165.º do Código Civil.

2- Além dos motivos previstos na lei, os membros dos corpos gerentes da Associação ficam exonerados de responsabilidade se:

a) Não tiverem tomado parte na respectiva resolução e a reprovarem com declaração na ata da sessão imediata em que se encontrem presentes;

b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na acta respectiva.

Artigo 15º

1. A Direção e o Conselho Fiscal são convocados pelos respetivos presidentes, por iniciativa destes ou a pedido da maioria dos seus titulares e só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.
2. As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos titulares presentes, tendo o Presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.
3. As votações respeitantes às eleições dos órgãos sociais ou a assuntos de incidência pessoal dos seus membros são feitas por escrutínio secreto.
4. Em caso de vacatura da maioria dos titulares dos órgãos sociais, deve proceder-se ao preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês.
5. Os membros designados para preencherem as vagas referidas no número anterior apenas completam o mandato.
6. Das reuniões dos corpos gerentes serão sempre lavradas actas que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes ou, quando respeitem a reuniões da Assembleia Geral, pelos membros da respetiva mesa.

SECÇÃO II Assembleia Geral Artigo 16º

- 1- A Assembleia Geral, regularmente constituída, é o órgão soberano, representa a universalidade dos seus associados e as suas deliberações são obrigatórias para todos, desde que tomadas em conformidade com a lei e com os presentes estatutos.
- 2- A Assembleia Geral é constituída por todos os Associados que estejam no pleno exercício dos seus direitos associativos, tendo cada associado devidamente credenciado, direito a um voto.
- 3- A Assembleia Geral é dirigida por uma Mesa constituída por um Presidente, um 1.º Secretário e um 2.º Secretário.
- 4- Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da mesa da Assembleia Geral, competirá a esta, através do presidente da Direção ou por um associado mandatado por este para o efeito, eleger os respetivos substitutos de entre os associados presentes,

os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.

5 - O direito de voto efectiva-se mediante a atribuição de um voto a cada associado com, pelo menos, um ano de vida associativa.

6 - Não é permitido o voto por correspondência mas os associados podem fazer-se representar por outros associado, mediante simples carta, devidamente assinada, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e entregue à data da respectiva reunião, cabendo a este decidir, em última instância sobre a sua autenticidade e admissibilidade.

7 - Cada associado não pode representar mais de um associado.

8 - A Assembleia Geral reúne à hora marcada na convocatória, se estiver presente mais de metade dos Associados com direito a voto, ou meia hora depois, com qualquer número de presenças.

9 - A assembleia-geral extraordinária que seja convocada a requerimento dos associados só pode reunir se estiverem presentes três quartos dos requerentes.

Artigo 17º

1- A assembleia geral é convocada com quinze (15) dias de antecedência pelo presidente da mesa ou substituto.

2- A convocatória é obrigatoriamente:

a) afixada na sede;

b) pessoalmente, por meio de aviso postal expedido para cada associado.

3. A convocatória pode também ser efectuada, facultativamente, através de correio electrónico para o endereço electrónico fornecido pelo associado.

4. Da convocatória, constará obrigatoriamente o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos da reunião.

5- Independentemente da convocatória é obrigatório ser dada publicidade à realização da assembleia-geral nas edições da associação, no sítio institucional e em aviso afixado em locais de acesso público, nas instalações e estabelecimentos

da associação, bem como através de anúncio publicado nos dois jornais de maior circulação da área onde se situe a sede.

6 - Os documentos referentes aos diversos pontos da ordem de trabalhos devem estar disponíveis na sede e no sítio institucional da associação, logo que a convocatória seja expedida, por meio de aviso postal, para os associados.

7 - As deliberações da assembleia geral são tomadas por maioria simples não se contando as abstenções.

8- É exigida maioria qualificada na aprovação das matérias constantes das alíneas, e), f) e g) do Artigo 20º dos presentes estatutos.

9 - No caso da alínea e) do artigo 20º, a dissolução não tem lugar se um número de associados, igual ou superior ao dobro dos membros previstos para os respetivos órgãos, se declarar disposto a assegurar a permanência da associação, qualquer que seja o número de votos contra.

Artigo 18º

1- A Assembleia Geral reúne em sessão ordinária:

a) Até 31 de Março, para deliberar sobre o relatório e as contas do exercício do ano anterior e o Parecer do Conselho Fiscal;

b) Até 30 de Novembro para deliberar sobre o programa de ação e Contas de Exploração Provisional e Orçamento de Investimentos e Desinvestimentos, para o ano seguinte e respetivo parecer do Conselho Fiscal;

c) No final de cada mandato (de quatro em quatro anos), em Novembro, para eleger os titulares dos Órgãos Associativos que entrem em exercício no dia um de Janeiro seguinte.

Artigo 19º

1- A Assembleia Geral reúne em sessão extraordinária, designadamente, para:

a) Reformar ou Alterar os Estatutos;

b) Eleger titulares de Órgãos Associativos quando se verifique alguma vaga que não

seja suprível pelo chamamento do suplente;

c) Tratar de qualquer assunto de interesse para a Associação, por iniciativa do Presidente da Mesa, a solicitação de qualquer dos Órgãos Associativos ou a requerimento de, pelo menos, dez por cento dos Associados que estejam no pleno exercício dos seus direitos.

Artigo 20º

1- Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos da associação e, designadamente:

a) Definir as linhas fundamentais de actuação da Associação;

b) Eleger ou destituir, por votação secreta, os Membros da respectiva Mesa e a totalidade dos Membros dos órgãos executivos e de fiscalização;

c) Apreciar e votar anualmente o Orçamento e o Programa da ação para o exercício seguinte, bem como o relatório e contas de gerência;

d) Deliberar sobre a aquisição onerosa e alienação a qualquer título, de bens e outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico;

e) Deliberar sobre a alteração dos Estatutos Sociais e sobre a extinção, cisão ou fusão da Associação;

f) Autorizar a associação a demandar os membros dos corpos gerentes por actos praticados no exercício das suas funções;

g) Aprovar a adesão a uniões, federações ou confederações;

h) Verificar o cumprimento dos estatutos e da lei;

i) Definir o montante e condições do pagamento das quotas.

SECÇÃO III

Direção

Artigo 21º

1 -A Direção da associação é constituída por cinco Membros: um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e um Vogal, (havendo igual número de suplentes).

2 -O delegado da EAPN Portugal no Comité Executivo da EAPN (European Anti Poverty Network), em Bruxelas, tem assento nas reuniões da Direção, embora sem direito a voto.

Artigo 22º

1- Compete à Direção gerir a associação e representá-la, incumbindo-lhe designadamente:

- a) Aprovar ou rejeitar a admissão de Associados;
- b) Elaborar as linhas gerais de orientação estratégia e dos planos plurianuais;
- c) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do Conselho Fiscal o relatório e contas da gerência, bem como o orçamento e programa de ação para o ano seguinte;
- d) Representar e deliberar sobre as formas de representação da Associação;
- e) Celebrar acordos de cooperação;
- f) Representar a Associação em juízo e fora dela;
- g) Organizar o quadro do pessoal e contratar e gerir o pessoal da Associação;
- h) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços e equipamentos, bem como a escrituração dos livros nos termos da lei;
- i) Garantir a efectivação dos direitos dos beneficiários;
- j) Zelar pelo cumprimento da lei dos Estatutos e das deliberações dos órgãos da Instituição;
- k) Constituir os Núcleos Regionais e Pólos Locais, bem como definir o seu âmbito de competências e regras de funcionamento.

SECÇÃO IV
Conselho Fiscal
Artigo 23º

1 -O Conselho Fiscal é composto por três membros: um Presidente e dois vogais (havendo igual número de suplentes).

2 - Compete ao Conselho Fiscal o controlo e fiscalização da Associação, podendo, nesse âmbito, efectuar aos restantes órgãos sociais as recomendações que entenda adequadas com vista ao cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos, e designadamente:

a) Fiscalizar os actos praticados pela Direção e pela Direção Executiva, podendo, para o efeito, consultar a documentação necessária;

b) Dar parecer sobre o relatório e contas do exercício, bem como sobre o programa de ação e orçamento para o ano seguinte;

c) Emitir parecer sobre matéria de carácter económico e financeiro ou quaisquer assuntos que os outros órgãos sociais solicitem ou submetam à sua apreciação;

d) Verificar o cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos;

e) Requerer a convocação de reuniões extraordinárias da Assembleia Geral em matéria de sua competência e quando os supremos interesses da Associação assim o aconselhem;

f) Tudo mais que lhe for cometido pelos presentes estatutos, pelos regulamentos internos e por deliberação da Assembleia Geral.

3 - Os membros do Conselho Fiscal podem assistir às reuniões da Direção quando para tal forem convocados pelo presidente deste órgão social, sem, contudo, ter voto deliberativo.

4 - O Conselho Fiscal reúne, pelo menos, uma vez por semestre.

SECÇÃO V
Núcleos Regionais e Pólos Locais
Artigo 24º

- 1- Tanto quanto possível, será constituído um Núcleo em cada Distrito o qual agregará todos os Associados da EAPN Portugal nele sediados.
- 2- Os Núcleos serão dirigidos por um Coordenador e dois Vice Coordenadores, nomeados pela Direção.
3. Por deliberação da Direção poderá ser atribuído a cada Núcleo um fundo de maneiio destinado ao pagamento das despesas correntes de funcionamento do mesmo.

SECÇÃO VI
Disposições Gerais
Artigo 25º

- 1- Para obrigar a EAPN Portugal são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas de quaisquer três membros da Direção, ou as assinaturas conjuntas do presidente e do tesoureiro.
- 2- Nos atos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer membro da Direção.

Artigo 26º

- 1- O património da Associação é constituído pelos bens expressamente afetos pelos associados fundadores à Associação, pelos bens ou equipamentos doados por entidades públicas ou privadas e pelos demais bens e valores que sejam adquiridos pela mesma.
- 2 - São receitas da EAPN - Portugal:
 - a) As quotizações e as eventuais contribuições complementares pagas pelos associados;
 - b) Os rendimentos dos serviços prestados pela Associação;
 - c) As receitas provenientes da venda e comercialização de material de divulgação, publicações, livros relacionados com os fins da Associação e/ou outros produtos;
 - d) As doações, legados e heranças e respetivos rendimentos;

- e) As contribuições e subsídios do Estado ou de organismos oficiais nacionais ou estrangeiros;
- f) Os donativos e produtos de festas ou subscrições;
- g) Quaisquer outras receitas permitidas por lei.

Artigo 27º

- 1- O valor da quota a pagar pelos associados é fixado pela Direção e ratificado em assembleia geral.
- 2- Havendo lugar a prestação de donativos ou serviços, compete à Direção propor à Assembleia Geral a aprovação dos mesmos.

Artigo 28º

- 1- A extinção da Associação tem lugar nos casos previstos na lei.
- 2- Compete à Assembleia Geral deliberar sobre o destino dos seus bens, nos termos da legislação em vigor, bem como eleger uma comissão liquidatária.
- 3- Os poderes da comissão liquidatária ficam limitados à prática dos actos meramente conservatórios e necessários quer à liquidação do património social, quer à ultimateção dos negócios pendentes.
- 4- Pelos atos restantes e pelos danos que deles advenham à associação, respondem solidariamente os titulares dos órgãos que os praticaram.

Artigo 29º

Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, de acordo com a legislação em vigor.

13 Mensagem da EAPN-Portugal no Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, 17.10.2015

O dia 17 de outubro assinala o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza e a necessidade de travar este flagelo a nível mundial. Muitos acontecimentos recentes levam-nos a questionar até que ponto se caminha para a erradicação deste fenómeno ou, se pelo contrário, se caminha para a o seu agravamento e sobretudo para a disparidade na distribuição do rendimento entre países.

A crise humanitária que vivemos com os refugiados, a incerteza na tomada de decisão por parte dos líderes europeus face a este fenómeno, as manifestações xenófobas a que vamos assistindo um pouco por toda a Europa levam-nos a temer por um futuro de forte instabilidade e desesperança. O sonho de uma Europa Social que constitui o projeto inicial encontra-se seriamente em risco.

Consideramos que a pobreza não é um problema de escassez de recursos. Se evitarmos a ganância e o desperdício e partilharmos o que temos de forma equitativa e sustentável, através de uma distribuição mais justa, é possível erradicar a pobreza! Não se trata de utopia, trata-se de encarar o problema de uma outra forma, focando a atenção na estabilidade económica e social ao nível global, numa lógica de desenvolvimento sustentável.

Uma das primeiras medidas a tomar é considerar a pobreza como uma violação dos direitos humanos fundamentais; se assim for teremos a capacidade de reclamar na justiça sempre que se verifique a violação deste direito.

Se olharmos apenas para os números ficaremos assustados com o número de crianças em Portugal que se encontra em risco de pobreza e ou exclusão social e ficamos igualmente assustados com os números da emigração e com os números do desemprego jovem. Aqui falamos apenas das novas gerações, daquelas que irão escrever o futuro de Portugal. E estas novas gerações não têm uma herança muito promissora, não vislumbram oportunidades no nosso país e não se encontram confiantes para encarar os múltiplos desafios que se avizinham.

Depois temos também múltiplos desafios quando nos voltamos para a população idosa em Portugal, pois o índice de envelhecimento da população em Portugal é elevadíssimo e com projeções de longo prazo muito pouco animadoras.

Quanto aos adultos em idade ativa continuamos com elevadas taxas de desemprego jovem e desemprego de longa duração e, acima de tudo, continuamos com um número de trabalhadores pobres surpreendentemente alto e que não está necessariamente relacionado com o fenómeno da crise; sempre assim foi. Em Portugal a mão-de-obra é mal paga e o emprego precário predomina, afetando sobretudo as mulheres.

Este retrato da população portuguesa é real e no dia que se assinala a erradicação da pobreza importa alertar as consciências para estes factos; é este o nosso papel, é esta a nossa missão! Conduzir à mudança, conduzir à ação. Mas temos consciência que este é um compromisso político, e que a definição e implementação de uma Estratégia Nacional para a Erradicação da Pobreza só se faz com determinação e vontade política.

EAPN Portugal, 17 de outubro de 2015

14

Corpos Sociais da Rede Europeia Anti-Pobreza – Portugal, 1991-2016

1991-1993:

Mesa da Assembleia-geral

Dr. Fernando Pedro Afonso Caldas (presidente)

Dr.^a Maria de Lourdes Morgado Serafim Teixeira Bastos (secretário)

Padre Filipe Marques de Figueiredo (secretário)

Direcção

Padre Agostinho Cesário Jardim Moreira (presidente)

Dr. António José Rebolho Lapa

Dr. Joaquim dos Santos Costa

Delegado ao Comité Executivo da EAPN:

Dr. António José Rebolho Lapa (substituído por Dr.^a Maria de Lourdes Morgado Serafim Teixeira Bastos, eleita em 07.11.1992)

Conselho Fiscal

Dr. António Manuel Neves Pernão (presidente)

Padre Manuel Pereira Cristóvão

Dr. António Roque Antunes

Conselho Representativo

Dr. Manuel Antunes Correia

Dr. Mário Vítor dos Santos Gonçalves

Eduardo Caetano de Sousa

1994-1996:

Mesa da Assembleia-geral

Dr. Mário Vítor dos Santos Gonçalves (presidente)

Dr. Caetano Sampaio (1.º secretário)

Dr. Fernando Pedro Afonso Caldas (2.º secretário)

Direcção

Padre Agostinho Cesário Jardim Moreira (presidente)

Padre José Salvador Cabral Costa (vice-presidente)

Dr. José Alberto Mendes Falcão dos Reis (secretário)

Dr. Jerónimo Dias Moreira de Sousa (tesou-reiro)

Dr.^a Ana Maria Braga da Cruz (vogal)

Delegado ao Comité Executivo da EAPN:

Dr. José Alberto Mendes Falcão dos Reis

Conselho Fiscal

Dr. João de Andrade Almeida Garrett (presidente)

Dr. Joaquim Dias da Costa (1.º vogal)

Dr.^a Isabel Cardoso Leitão (2.º vogal)

1996-1998:

Mesa da Assembleia-geral

Dr. João de Andrade de Almeida Garrett (presidente)

Dr. Caetano Pinto de Almeida Sampaio (1.º secretário)

Dr. José Manuel de Lemos Pavão (2.º secretário)

Direcção

Efectivos:

Padre Agostinho Cesário Jardim Moreira (presidente)

Dr.^a Isabel Maria Palma Lopes Cardoso Leitão (vice-presidente)

Eng. José Maria Barroso Gonçalves (secretário)

Dr. Jerónimo Dias Moreira de Sousa (tesou-reiro)

Dr.^a Ana Maria Braga da Cruz (vogal)

Suplentes:

Dr. Luís Manuel Antunes Capucha

Padre José Lopes Baptista

Dr.^a Ilda Cardoso Delgado Martins

Dr.^a Maria do Carmo Ramos

Dr.^a Maria Teresa Correia da Silva de Seabra

Delegado ao Comité Executivo da EAPN:

Dr. José Alberto Mendes Falcão dos Reis

Conselho Fiscal

Efectivos:

Dr. Paulo Jorge Rendeiro Correia de Sousa (presidente)

Dr. José Cardoso Brás (1.º vogal)

Eng. Guilherme José de Abreu Bettencourt (2.º vogal)

Suplentes:

Dr. Fernando Brochado Coelho

Dr. Manuel Pires Marques

Dr.ª Maria de Lourdes Morgado Serafim Teixeira Bastos

1998-2000:

Mesa da Assembleia-geral

Dr. João de Andrade de Almeida Garrett (presidente)

Dr. Caetano Pinto de Almeida Sampaio (1.º secretário)

Dr. Fernando Brochado Coelho (2.º secretário)

Direcção

Efectivos:

Padre Agostinho Cesário Jardim Moreira (presidente)

Dr.ª Maria Emília Silva Carvalho (vice-presidente)

Dr.ª Maria da Conceição Nogueira (secretário)

Eng. José Maria Barroso Gonçalves (tesoureiro)

Eng. Guilherme José de Abreu Bettencourt (vogal)

Suplentes:

Dr.ª Ana Maria Braga da Cruz

Eng. Joaquim Manuel Veloso Poças Martins

Dr.ª Regina Tralhão

Dr. Joaquim Coimbra

Dr.ª Inácia Glória Barbosa Leão

Delegado ao Comité Executivo da EAPN:

Dr. José Alberto Mendes Falcão dos Reis

Conselho Fiscal

Efectivos:

Dr. Paulo Jorge Rendeiro Correia de Sousa (presidente)

Dr. Francisco Rodrigues C. Silva Meneses Alvim (1.º vogal)

Dr. José Manuel de Lemos Pavão (2.º vogal)

Suplentes:

Dr. José Cardoso Brás

Dr.^a Maria de Lourdes Morgado Serafim Teixeira Bastos

Dr.^a Maria Teresa Correia da Silva de Seabra

2000-2002:

Mesa da Assembleia-geral

Dr. João de Andrade de Almeida Garrett (presidente)

Dr. Miguel Nuno de Avelar Lopes Cardoso (1.º secretário)

Dr. Francisco Rodrigo C. Silva Meneses Al-vim (2.º secretário)

Direcção

Efectivos:

Padre Agostinho Cesário Jardim Moreira (presidente)

Dr. José Avides Moreira (vice-presidente)

Dr. Fernando Diogo Martins Pinheiro (secretário)

Dr. António Carlos Sousa Pinto (tesoureiro)

Dr.^a Maria da Conceição Oliveira Nogueira (vogal)

Suplentes:

Dr.^a Ana Maria Braga da Cruz

Dr.^a Inácia Glória Moreira Martins Barbosa

Eng. Joaquim Manuel Veloso Poças Martins

Dr.^a Maria Emília Neves Carvalho e Silva Rocha

Dr. José Alberto Mendes Falcão dos Reis

Delegado ao Comité Executivo da EAPN:

Dr. Sérgio Aires

Conselho Fiscal

Efectivos:

Dr. Afonso da Cunha Fernandes (presidente)

Dr. Paulo Jorge Rendeiro Correia de Sousa (1.º vogal)

Dr. Damião Manuel Xavier (2.º vogal)

Suplentes:

Dr. José Manuel de Lemos Pavão

Dr.^a Maria Teresa Correia da Silva de Seabra

Dr.^a Maria de Lourdes Morgado Serafim Teixeira Bastos

2003-2004:

Mesa da Assembleia-geral

Dr. João de Andrade de Almeida Garrett (presidente)

Dr.^a Filomena Maria Beirão Mortágua Salgado Freitas de Bordalo (1.º secretário)

Dr. Manuel Bento de Sousa Pinto Ferreira (2.º secretário)

Direcção

Efectivos:

Padre Agostinho Cesário Jardim Moreira (presidente)

Dr. José Carlos de Viveiros Avides Moreira (vice-presidente)

Dr. Fernando Diogo Martins Pinheiro (secretário)

Dr. António Carlos Sousa Pinto (tesoureiro)

Dr.^a Ana Maria Braga da Cruz (vogal)

Suplentes:

Dr.^a Palmira dos Santos Macedo

Dr. José Alberto Mendes Falcão dos Reis

Dr.^a Inácia Glória Moreira Martins Barbosa

Eng. Joaquim Manuel Veloso Poças Martins

Dr. Gonçalo de Almeida Correia da Silva

Delegado ao Comité Executivo da EAPN:

Dr. Sérgio Augusto Leite Aires

Conselho Fiscal

Efectivos:

Dr. Afonso da Cunha Fernandes (presidente)

Dr. Paulo Jorge Rendeiro Correia de Sousa (1.º vogal)

Dr. Simão Bernardo Albuquerque Dias Ma-tos (2.º vogal)

Suplentes:

Dr. José Manuel de Lemos Pavão

Dr.^a Maria de Lourdes Morgado Serafim Teixeira Bastos

Dr.^a Maria Teresa Correia da Silva de Seabra

2005-2006:

Mesa da Assembleia-geral

Dr. João de Andrade de Almeida Garrett (presidente)

Dr. Fernando Mário Teixeira de Almeida (1.º secretário)

Dr. Manuel Bento de Sousa Pinto Ferreira (2.º secretário)

Direcção

Efectivos:

Padre Agostinho Cesário Jardim Moreira (presidente)

Dr. José Carlos de Viveiros Avides Moreira (vice-presidente)

Dr. Fernando Diogo Martins Pinheiro (secretário)

Dr. António Carlos Sousa Pinto (tesoureiro)

Dr.^a Ana Maria Braga da Cruz (vogal)

Suplentes:

Dr. José Alberto Mendes Falcão dos Reis

Dr.^a Inácia Glória Moreira Martins Barbosa Leão

Eng. Joaquim Manuel Veloso Poças Martins

Dr. Gonçalo de Almeida Correia da Silva

Delegado ao Comité Executivo da EAPN:

Dr. Sérgio Augusto Leite Aires

Conselho Fiscal

Efectivos:

Dr. Afonso da Cunha Fernandes (presidente)

Dr. Paulo Jorge Rendeiro Correia de Sousa (1.º vogal)

Dr. Simão Bernardo Albuquerque Dias Ma-tos (2.º vogal)

Suplentes:

Dr. José Manuel de Lemos Pavão

Dr.^a Maria de Lourdes Morgado Serafim Teixeira Bastos

Dr.^a Maria Teresa Correia da Silva de Seabra

2007-2008:

Mesa da Assembleia-geral

Dr. João de Andrade de Almeida Garrett (presidente)

Dr.^a Filomena Maria Beirão Mortágua Salga-do Freitas de Bordalo (1.º secretário)

Dr. Ramiro Leite Soares de Resende (2.º secretário)

Direcção

Efectivos:

Padre Agostinho Cesário Jardim Moreira (presidente)

Dr. José Avides Moreira (vice-presidente)

Dr. Fernando Diogo Martins Pinheiro (secretário)

Dr. António Carlos Sousa Pinto (tesoureiro)

Dr.^a Ana Maria Braga da Cruz (vogal)

Suplentes:

Dr. José Alberto Mendes Falcão dos Reis
Dr.ª Inácia Glória Moreira Martins Barbosa Leão
Eng. Joaquim Manuel Veloso Poças Martins
Dr. Gonçalo de Almeida Correia da Silva

Delegado ao Comité Executivo da EAPN:

Dr. Manuel Júlio Almeida Paiva

Conselho Fiscal

Efectivos:

Dr. Afonso da Cunha Fernandes (presidente)
Dr. Paulo Jorge Rendeiro Correia de Sousa (1.º vogal)
Dr. Simão Bernardo Albuquerque Dias Ma-tos (2.º vogal)

Suplentes:

Dr.ª Maria de Lourdes Morgado Serafim Teixeira Bastos
Dr.ª Maria Teresa Correia da Silva de Seabra
Dr. José Manuel de Lemos Pavão

2009-2010:

Mesa da Assembleia-geral

Dr. João de Andrade de Almeida Garrett (presidente)
Dr. Acácio de Jesus Seabra Conde (1.º secretário)
Dr. Ramiro Leite Soares de Resende (2.º secretário)

Direcção

Efectivos:

Padre Agostinho Cesário Jardim Moreira (presidente)
Dr. José Avides Moreira (vice-presidente)
Dr. Fernando Diogo Martins Pinheiro (secretário)
Dr. António Carlos Sousa Pinto (tesoureiro)
Dr.ª Ana Maria Braga da Cruz (vogal)

Suplentes:

Dr. José Alberto Mendes Falcão dos Reis
Dr. Hélder Manuel Alves Ferreira
Dr.ª Inácia Glória Moreira Martins Barbosa Leão
Eng. Joaquim Manuel Veloso Poças Martins

Delegado ao Comité Executivo da EAPN:

Dr. Manuel Júlio Almeida Paiva

Conselho Fiscal

Efectivos:

Dr. Afonso da Cunha Fernandes (presidente)

Dr. Paulo Jorge Rendeiro Correia de Sousa (1.º vogal)

Dr.ª Gabriela Loureiro Queiroz (2.º vogal)

Suplentes:

Dr. António de Almeida Pinto Marques

Dr. José Manuel de Lemos Pavão

Dr.ª Maria Teresa Correia da Silva de Seabra

2011-2012:

Mesa da Assembleia-geral

Dr. João de Andrade de Almeida Garrett (presidente)

Dr. Acácio de Jesus Seabra Conde (1.º secretário)

Eng. Carlos Eugénio Pereira de Brito (2.º secretário)

Direcção

Efectivos:

Padre Agostinho Cesário Jardim Moreira (presidente)

Dr. José Avides Moreira (vice-presidente)

Dr. Fernando Diogo Martins Pinheiro (secretário)

Dr. António Carlos Sousa Pinto (tesoureiro)

Dr.ª Ana Maria Braga da Cruz (vogal)

Suplentes:

Dr.ª Clementina Maria Leite de Azevedo Ferreira

Dr. José Alberto Mendes Falcão Reis

Dr. Hélder Manuel Alves Ferreira

Dr. Manuel Oliveira Seabra

Delegado ao Comité Executivo da EAPN:

Dr. Manuel Júlio Almeida Paiva

Conselho Fiscal

Efectivos:

Dr. Afonso da Cunha Fernandes (presidente)

Dr. Paulo Jorge Rendeiro Correia de Sousa (1.º vogal)

Dr.ª Gabriela Loureiro Queiroz (2.º vogal)

Suplentes:

Dr. António de Almeida Pinto Marques

Dr.ª Maria Teresa Correia da Silva Seabra

Dr. José Manuel de Lemos Pavão

2013-2014:

Mesa da Assembleia-geral

Dr. João de Andrade de Almeida Garrett (presidente)

Dr. Hélder Manuel Alves Ferreira (1.º secretário)

Eng. Carlos Eugénio Pereira de Brito (2.º secretário)

Direcção

Efectivos:

Padre Agostinho Cesário Jardim Moreira (presidente)

Dr. José Avides Moreira (vice-presidente)

Dr. Fernando Diogo Martins Pinheiro (secretário)

Dr. António Carlos Sousa Pinto (tesoureiro)

Dr.ª Ana Maria Braga da Cruz (vogal)

Suplentes:

Dr.ª Clementina Maria Leite Azevedo Fer-reira

Dr. José Alberto Mendes Falcão Reis

Dr. Pedro Miguel Santos Pires Guerra

Dr. Manuel Oliveira Seabra

Delegado ao Comité Executivo da EAPN:

Dr. Sérgio Augusto Leite Aires

Conselho Fiscal

Efectivos:

Dr. Afonso da Cunha Fernandes (presidente)

Dr. Paulo Jorge Rendeiro Correia de Sousa (1.º vogal)

Dr.ª Gabriela Loureiro Queiroz (2.º vogal)

Suplentes:

Dr. António de Almeida Pinto Marques

Dr.ª Maria Teresa Correia da Silva Seabra

Dr. José Manuel de Lemos Pavão

2015-2016:

Mesa da Assembleia-geral

Dr. João de Andrade de Almeida Garrett (presidente)

Dr. Hélder Manuel Alves Ferreira (1.º secretário)

Dr. José Manuel de Lemos Pavão (2.º secretário)

Direcção

Efectivos:

Padre Agostinho Cesário Jardim Moreira (presidente)

Dr. José Alberto Mendes Falcão dos Reis (vice-presidente)

Dr. Fernando Diogo Martins Pinheiro (secretário)

Dr. António Carlos Sousa Pinto (tesoureiro)

Dr.^a Ana Maria Braga da Cruz (vogal)

Suplentes:

António Manuel Fernandes Condé Pinto

Eng.^o Jaime Fernando Ferreira Sinde Monteiro

Dr. Pedro Miguel Santos Pires Guerra

Dr.^a Isabel Vaz de Freitas

Dr. Manuel Oliveira Seabra

Delegado ao Comité Executivo da EAPN:

Dr. Sérgio Augusto Leite Aires

Conselho Fiscal

Efectivos:

Dr. Afonso da Cunha Fernandes (presidente)

Dr. Paulo Jorge Rendeiro Correia de Sousa (1.^o vogal)

Dr.^a Gabriela Loureiro Queiroz (2.^o vogal)

Suplentes:

Dr. António de Almeida Pinto Marques

Dr. Miguel Miguel Correia de Lemos Pavão

Dr.^a Maria Teresa Correia da Silva Seabra

MEMÓRIAS
FOTOGRAFÍCAS

«Os portugueses estão muito alheios à pobreza» — foi dito no encontro de instituições de

■ A sensibilização para os problemas da pobreza nos países comunitários, que atingem já cerca de 45 milhões de pessoas, anunciou as atitudes de representação de 1500 instituições particulares de solidariedade social, que se reuniram em Lisboa.

«Em Portugal estamos muito alheios à pobreza», vivem estranhamente e sem estarmos concientes das actuais situações de pobreza, afirmou o coordenador do Departamento das Relações Internacionais da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social (UIPSS), padre Agostinho Jardim.

Há 45 milhões de pobres na CEE

Mais desemprego ameaça o País

go», adiantou Agostinho Jardim.

«A grande conclusão das reuniões, que decorreu sábado e domingo, é a criação de um comité nacional que sirva de consulta a todas as instituições idênticas em Bruxelas, su-



Solidariedade Social escolheu oito das 12 instituições que representará Portugal na formação do Comité Consultivo da CEE. Foram escolhidas quatro instituições por áreas geográficas portuguesas, duas implantadas em Lisboa e duas eleitas a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, no Centro, e Abrigo de S. José, do Fundão, nas regiões autónomas, a Santa Casa da Misericórdia da Horta, a entidade que representa o Sul será escolhida posteriormente.

As outras quatro entidades eleitas, tendo em conta

a implantação nacional, foram a UIPSS (dirigida pelo padre José Martins Miala), a União das Misericórdias (dirigida pelo padre Vergílio Lopes), a União das Misericórdias (dirigida pelo padre Vítor Meliciano) e a Caritas Portuguesa (dirigida por Arcádio Catarino).

Não são os seus dirigentes que foram eleitos delegados, mas sim as instituições, que escolherão os seus representantes, conforme sublinhou Arnaldo Meireles, dirigente da UIPSS.

Os restantes quatro representantes das instituições serão designados dentro de dois meses, de um lote de instituições que incluem, por exemplo, as que tratam dos problemas das drogadias, marginalizadas, infâncias ou terceira idade.

Os 12 elementos estarão depois em Bruxelas, na assembleia constituinte do Comité Consultivo da CEE para os Assuntos Sociais, onde elaborará o único representante português neste órgão.

Portugueses em Bruxelas

A União das Instituições Particulares de Solidariedade Social (UIPSS), que se representa no Parlamento Nacional em Lisboa, pelo Sr. José Gonçalves, que reside, há 20 anos, em Bruxelas, estabeleceu para fazer a ligação pessoal, através de uma Comissão de Contactos, com a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social (UIPSS) da Comunidade Europeia.

— Uma vez que a UIPSS, representa a maioria das instituições de solidariedade social em Portugal, foi-lhe confiada a tarefa de estabelecer a ligação das 1500 instituições que fazem parte da Assembleia Consultiva da Comunidade Europeia.

Assim, em 17 e 18 de Fevereiro de 1991, a UIPSS, realizou em Lisboa, um encontro das instituições, com o objectivo de apresentar aos membros do Parlamento Nacional, os membros do Conselho de Estado e do Conselho de Regentes da Assembleia Nacional.

— O encontro da área de Lisboa e do Alentejo, realizou-se em 17 e 18 de Fevereiro de 1991, em Lisboa, com o objectivo de apresentar aos membros do Parlamento Nacional, os membros do Conselho de Estado e do Conselho de Regentes da Assembleia Nacional.

— O encontro da área de Lisboa e do Alentejo, realizou-se em 17 e 18 de Fevereiro de 1991, em Lisboa, com o objectivo de apresentar aos membros do Parlamento Nacional, os membros do Conselho de Estado e do Conselho de Regentes da Assembleia Nacional.



Assembleia de 15 de Fevereiro, Lisboa.

Apelo para a disponibilidade dos portugueses para a tarefa de ligação e representação das instituições de solidariedade social, com qualidades de carácter, com qualidades de carácter, com qualidades de carácter.

Assembleia de 15 de Fevereiro, Lisboa.

Apelo para a disponibilidade dos portugueses para a tarefa de ligação e representação das instituições de solidariedade social, com qualidades de carácter, com qualidades de carácter, com qualidades de carácter.

O Primeiro de Janeiro 20/02/1990

— Uma vez que a UIPSS, representa a maioria das instituições de solidariedade social em Portugal, foi-lhe confiada a tarefa de estabelecer a ligação das 1500 instituições que fazem parte da Assembleia Consultiva da Comunidade Europeia.

Assim, em 17 e 18 de Fevereiro de 1991, a UIPSS, realizou em Lisboa, um encontro das instituições, com o objectivo de apresentar aos membros do Parlamento Nacional, os membros do Conselho de Estado e do Conselho de Regentes da Assembleia Nacional.

— Uma vez que a UIPSS, representa a maioria das instituições de solidariedade social em Portugal, foi-lhe confiada a tarefa de estabelecer a ligação das 1500 instituições que fazem parte da Assembleia Consultiva da Comunidade Europeia.

Assim, em 17 e 18 de Fevereiro de 1991, a UIPSS, realizou em Lisboa, um encontro das instituições, com o objectivo de apresentar aos membros do Parlamento Nacional, os membros do Conselho de Estado e do Conselho de Regentes da Assembleia Nacional.

— Uma vez que a UIPSS, representa a maioria das instituições de solidariedade social em Portugal, foi-lhe confiada a tarefa de estabelecer a ligação das 1500 instituições que fazem parte da Assembleia Consultiva da Comunidade Europeia.

Assim, em 17 e 18 de Fevereiro de 1991, a UIPSS, realizou em Lisboa, um encontro das instituições, com o objectivo de apresentar aos membros do Parlamento Nacional, os membros do Conselho de Estado e do Conselho de Regentes da Assembleia Nacional.

Comércio do Porto 19JAN/FEV/1992

REDE ANTIPOBREZA DIVULGOU PROGRAMA PARA 1992

A Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN), que se encontra no Porto desde sexta-feira e até amanhã, reuniu ontem o seu Conselho Executivo, altura em que foi divulgado o programa de trabalho para 1992, aprovado na Assembleia Geral de Novembro passado, em Bruxelas, e actualizado no relatório sobre programas sociais da CEE.

Com o objectivo de analisar as situações locais, a reunião realizou-se no local, a reunião realizou-se no local, a reunião realizou-se no local.



Rede Europeia Anti-Pobreza, que se encontra no Porto.

REAPN atenta à realidade do país

— Uma vez que a UIPSS, representa a maioria das instituições de solidariedade social em Portugal, foi-lhe confiada a tarefa de estabelecer a ligação das 1500 instituições que fazem parte da Assembleia Consultiva da Comunidade Europeia.

Assim, em 17 e 18 de Fevereiro de 1991, a UIPSS, realizou em Lisboa, um encontro das instituições, com o objectivo de apresentar aos membros do Parlamento Nacional, os membros do Conselho de Estado e do Conselho de Regentes da Assembleia Nacional.



— Uma vez que a UIPSS, representa a maioria das instituições de solidariedade social em Portugal, foi-lhe confiada a tarefa de estabelecer a ligação das 1500 instituições que fazem parte da Assembleia Consultiva da Comunidade Europeia.

Assim, em 17 e 18 de Fevereiro de 1991, a UIPSS, realizou em Lisboa, um encontro das instituições, com o objectivo de apresentar aos membros do Parlamento Nacional, os membros do Conselho de Estado e do Conselho de Regentes da Assembleia Nacional.

Isabel Martins



REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA - PORTUGAL
 DELEGAÇÃO EM PORTUGAL DA "EUROPEAN ANTI-POVERTY NETWORK"
 Propriedade: REAPN R. de Corvoilho, 187 / 4200 Porto PORTUGAL

Directora: António José Lopes
 Presidente: Teresa Antunes
 Nº de Registo: 0

Maio de 1992

SER UM ISOLADO É SER UM POBRE

A "REAPN-Rede Europeia Anti-Pobreza-Portugal, não é mais uma Instituição para cuidar dos "pobrezinhos" ou dos "excluídos"; ela não quer ficar em paliativos; ela quer ir mais longe, à raiz da pobreza. Sim, finalmente, a Comunidade Europeia teve a coragem de reconhecer que a pobreza é essencialmente um produto do sistema económico e social da sociedade, e por isso desencadeou o processo para o aparecimento do EAPN (European Anti Poverty Network) como instância Comunitária de carácter consultivo junto da DGVC. Portugal está representado.

E.A.P.N. (European Anti Poverty Network), Antecedentes

As origens do Comité de Ligação dos Grupos Voluntários de Luta Contra a Pobreza na Europa iniciada assumida Comunidades Euroj. Junho do mesmo ano em Bruxelas um Colóquio Associação "ESCAP Social Community Action Programme" (Programa Acção Económica e Social) e com as directivas da "Comissão", que reduzem as pessoas excluídas contra a pobreza. O Colóquio foi eleito o "Trabalho Provisório" preparar uma Asser do "Comité" de Ligação "Comissão das Comunidades Europeias" e as iniciativas de luta contra a pobreza. Assim, a "Comissão" de Luta Contra a Pobreza



REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA/PORTUGAL
 "EUROPEAN ANTI-POVERTY NETWORK"
 REAPN - R. COSTA CABRAL, 186 - 4200 PORTO

Outubro de 1994

INTERNACIONAL

A Rede Europeia Anti-Pobreza está ao Serviço do Homem

Não há temas tão importantes, quanto a luta contra a pobreza e a exclusão social, que se não tenham sido tratados em reuniões internacionais. Desde há muito que o problema social é considerado de carácter global, que não pode ser resolvido apenas através de acções locais, mas que exige uma abordagem global e integrada.

O Livro Branco - os desafios sociais da Europa

A nível da União Europeia este livro branco, como se costuma dizer, é um documento de referência, que se trata de um ponto de partida para a discussão de temas de interesse comum. Este livro branco é Europeu e não apenas português, pois é o resultado de um trabalho conjunto de todos os Estados-membros da União Europeia.



REAPN

NOTÍCIAS DA REDE

REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA - PORTUGAL

1992

Editorial

REAPN reconhecida como ONGD

Em uma altura em que a sociedade portuguesa se encontra a ser reconhecida como Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) pelo Conselho Nacional de Organização Não Governamental, a REAPN tem a honra de ser reconhecida como entidade de utilidade pública e de interesse público. Este reconhecimento é um passo importante no processo de reconhecimento da REAPN como entidade de utilidade pública e de interesse público. Este reconhecimento é um passo importante no processo de reconhecimento da REAPN como entidade de utilidade pública e de interesse público.

Luta contra a pobreza - uma obrigação interior

Faço um apelo à luta contra a Pobreza e Excluídos sociais, não apenas a nível da sociedade portuguesa, mas também a nível da sociedade europeia. A luta contra a pobreza é uma obrigação interior de cada um de nós.



Rediteia

Associação de Defesa Social da Rede Europeia Anti-Pobreza - Portugal

Presidente da República defende trabalho em rede na abertura da Assembleia Geral da EAPN



Jornadas Nacionais de Luta contra a Pobreza
 Direitos Humanos: uma prioridade universal



Seminário Europeu " A Estratégia para o Emprego: um instrumento ou uma ameaça para a coesão social", 2004. →





**A MISÉRIA
NÃO TEM
PREÇO!**

**EJA
PN** **0%**
POBREZA

Campanha 0% POBREZA - Porto



← Encontro Europeu de PEP (Pessoas em Situação de Pobreza e /ou exclusão social), Bruxelas, 2007

- II Fórum Nacional Pessoas em Situação de Pobreza, Assembleia da República, 2010

- Encontro Europeu PEP (Pessoas em Situação de Pobreza e /ou exclusão social) - Bruxelas, 2013

↓ Jantar comemorativo dos 10 anos EAPN, Fundação Cupertino de Miranda, 2001





24 horas a Lutar Contra a Pobreza

III Fórum PEP (Nacional de Pessoas em Situação de Pobreza e /ou exclusão social)



← - Almoço convivio, 2006.

- Encontro associados, Castelo Branco, 2014.



Exposição
A Europa é O Velho Continente - visto pelas pessoas com deficiência
Jornada pela Cidadania Porto 2013



▲ Apresentação e lançamento do Livro
"Singular do Plural" e exposição fotográfica,
Reitoria da Universidade do Porto, 2016.

▼ Seminário sobre Comunidades Ciganas,
ISSSP, 2013





Semana da Interculturalidade - Porto, 2014.

- Apresentação e lançamento do Livro "Vardá há só uma".

- Exposição fotográfica "Ciganas" - Projeto Romi 2014.





Esquerda

- Lançamento do livro "Ninguém Vive Demais", Lisboa, 2012.
- Seminário "O Impacto da Crise na Pobreza, ISEG Lisboa, 2012.
- Seminário RSI (Rendimento Social de Incersão), 2013.

Direita

- Protocolo_IPP, Bragança.
- Seminário RSI (Rendimento Social de Incersão), 2016.



Ser Cidadão é...

Existem muitas formas de exercer os direitos e deveres cívicos, participar e colaborar, como voluntário, por exemplo, ou, no seu quotidiano, praticando o respeito e a dignidade.

A exposição "Ser Cidadão" foi desenvolvida pela equipa de teatro participativo do Teatro da Associação Brasileira (TAB) do CRPQ - Centro de Reabilitação Psicológica do Cais.

Teatraliza o dia a dia de 15 anos de trabalho de vários percursos formativos do Centro, sobre o que é ser cidadão, o grupo TAB trabalha em conjunto com parceiros e a partir de concertos realizados a cátegoria.



Jornada pela Cidadania - Porto, 2013.





Esquerda

- Seminário Pobreza na Europa, 2002.
- Seminário sobre Emprego, 2004.
- Apresentação do Estudo sobre Economia Informal, 2014.

Direita

- Seminário - Fundos Estruturais 2010.
- Seminário PRIO - Redes, Inovação e Oportunidades, 2013.
- Assembleia de República, 2014.





Esquerda

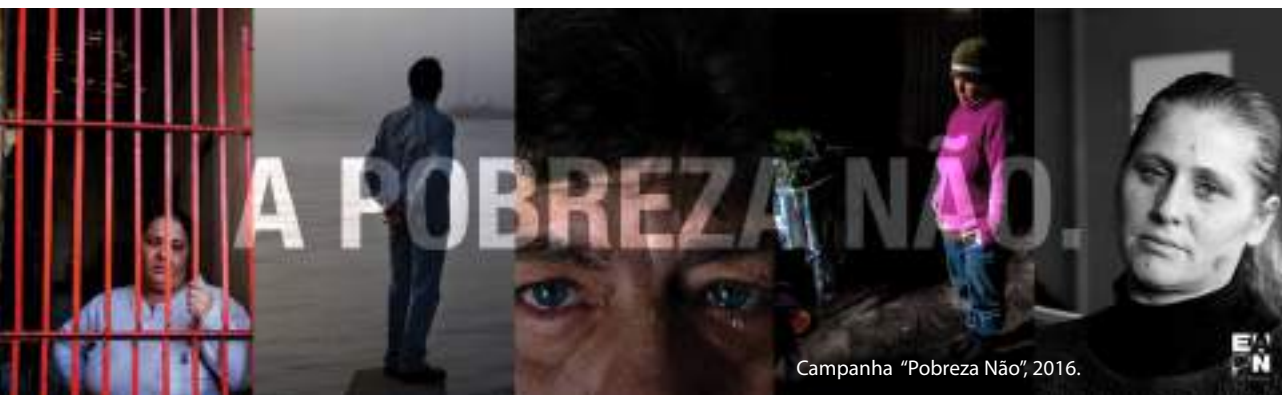
- Lançamento do livro "Cabo dos Trabalhos", Porto, 2013.
- Seminário Sustentabilidade no 3º Setor, Matosinhos, 2013.
- Reunião Nacional , equipa, 2014

Direita

- Publicação "Cabo dos Trabalhos"
- Tertúlia Envelhecimento Ativo, 2012



Prémio Direitos Humanos, Assembleia da República, 2013.



Campanha "Pobreza Não", 2016.





Exposição - projeto Violence in Transit - Estação S. Bento, 2013.



Esquerda

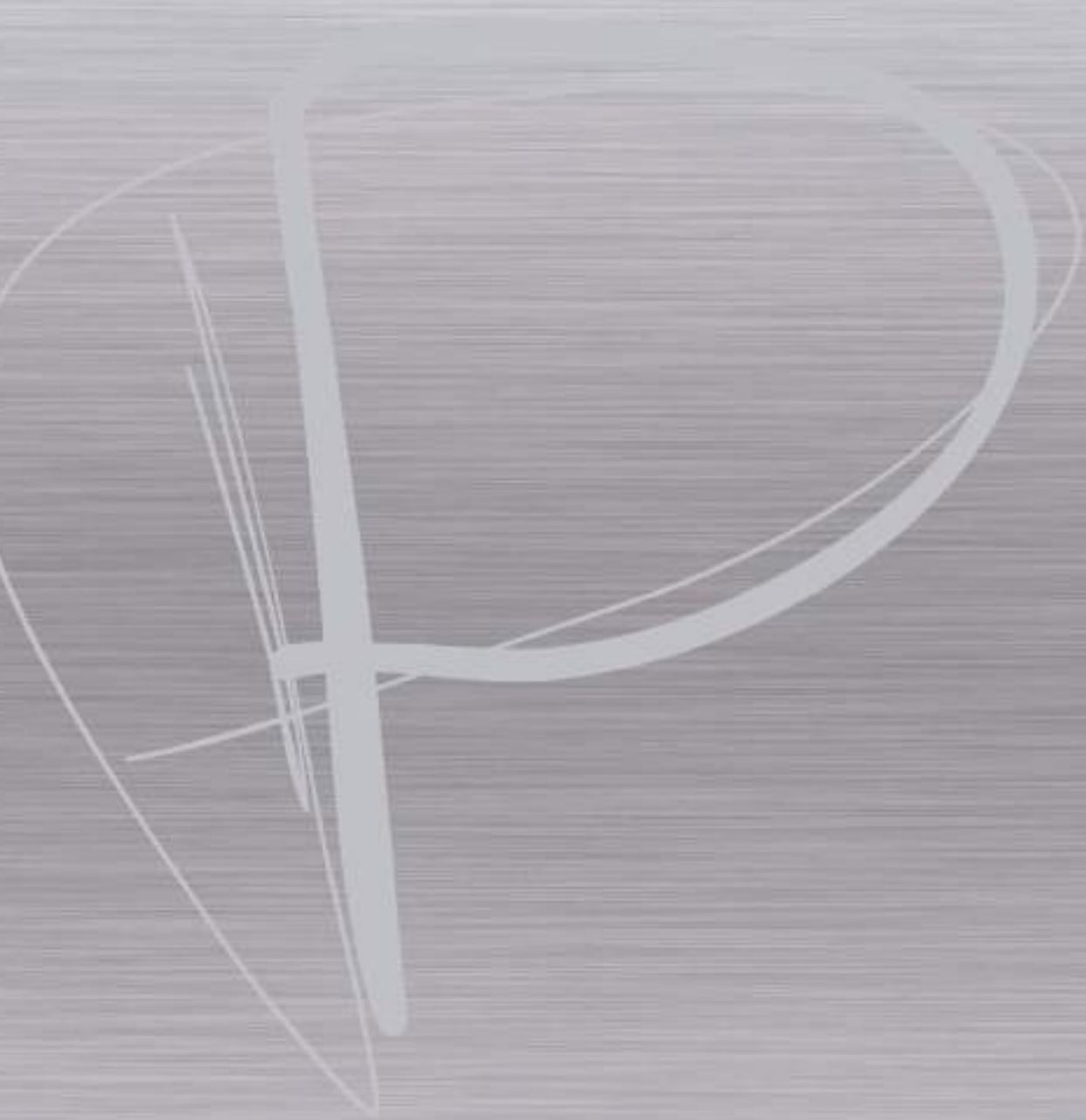
- Equipa Técnica, 2008.
- Assinatura do Protocolo Montepio Geral_EAPN, 2011.
- Dia 17 Outubro, 2013

Direita

- Assinatura do protocolo com a EAPN Espanha, 2011.
- Seminário Sustentabilidade no 3º Setor - 2013
- EAPN - Presidência.



EAPN
2016



25 **EAPN**
anos **PORTUGAL**
REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA

1991 - 2016